



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

**CAROLINA ANTONIA SILVA TRINDADE**

**ESCOLARIZAR PARA CIVILIZAR: O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA  
DOS HUMILDES EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO - BAHIA, SÉCULO XIX**

**SALVADOR  
2018**

**CAROLINA ANTONIA SILVA TRINDADE**

**ESCOLARIZAR PARA CIVILIZAR: O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA  
DOS HUMILDES EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO – BAHIA, SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Professora Doutora Emília Helena Portella Monteiro de Souza

**SALVADOR  
2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TRINDADE, Carolina Antonia Silva  
ESCOLARIZAR PARA CIVILIZAR: O RECOLHIMENTO DE  
NOSSA SENHORA DOS HUMILDES EM SANTO AMARO DA  
PURIFICAÇÃO ? BAHIA, SÉCULO XIX / Carolina Antonia  
Silva TRINDADE. -- SALVADOR, 2018.  
192 f. : il

Orientadora: Emília Helena Portella Monteiro de  
SOUZA.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,  
Instituto de Letras, 2018.

1. Cultura escrita. 2. Escolarização de mulheres.  
3. Recolhimento dos humildes. 4. Século XIX. 5.  
Santo Amaro-Bahia. I. SOUZA, Emília Helena Portella  
Monteiro de. II. Título.

**CAROLINA ANTONIA SILVA TRINDADE**

**ESCOLARIZAR PARA CIVILIZAR: O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA  
DOS HUMILDES EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO – BAHIA, SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Professora Doutora Emília Helena Portella Monteiro de Souza

Aprovada em 25 de abril de 2018.

---

Professora Doutora Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBA)  
Orientadora

---

Professora Doutora Tânia Conceição Freire Lobo (UFBA)

---

Professora Doutora Solyane Silveira Lima (UFRB)

**SALVADOR  
2018**

Dedico a  
Marilda Alves (*in memoriam*) e a  
Ruydemberg Trindade.

## AGRADECIMENTOS

“Um pouco de perfume sempre fica na mão de quem oferece rosas”,  
(Provérbio chinês)

Agradeço a Deus, primeiramente, por ser a razão para que eu continue trilhando o meu projeto de vida, por me fazer acreditar que com Ele posso vencer o que me desafia.

Agradeço a painho e a mainha, cujos ensinamentos se fazem cada vez mais presentes e produzem cada vez mais sentido em minha vida.

A Ruy, Inez e Rafa, que me fazem experienciar o amor incondicional, obrigada por estarem juntos desde sempre.

A Vitor, meu companheiro de longa jornada e de todas as horas, agradeço o companheirismo diário, o respeito construído e a reciprocidade no amor.

Às irmãs Tati e Ju e aos irmãos Hugo, Marco, Gui e Lipe, por estarem sempre na torcida.

Aos meus sobrinhos e sobrinhas Ninho, Gabi, Davi, Nina e Maria, por tonarem minha vida mais leve e por serem provas de que o amor só se multiplica.

A Márcia e Cauê pela companhia e momentos simples, mas prazerosos e divertidos.

Aos meus familiares, em especial tia Nalva, Nessa, Lu, tia Luzia e tio Nelson, pela torcida e por acreditarem em mim.

À família Café Carvalho, Débora, Cal, tia Liana, tio Edson e Flora, pelo amor e carinho com que sempre me acolhem.

Aos alibianos que guardo no coração, em especial Talita, Michel, Ellen e Élide, e a Ingrid pelo estímulo a experienciar a vida acadêmica.

A Amandinha, pela amizade construída e por se fazer presente em todos os momentos.

A Jan, Lu, Belle e Neemias, parceiros na minha trajetória na universidade, agradeço pelos aprendizados acadêmicos, mas, sobretudo, pelos aprendizados para a vida.

À pró Emília, orientadora, pelo zelo que dispensa e pela seriedade com que trabalha, por ser prova de que o ambiente acadêmico pode ser mais acolhedor. Obrigada pelas orientações e pelos bons momentos de descontração!

A Isadora Machado, orientadora de estágio, pelas sugestões, atenção e, principalmente, pela acolhida.

A Erick, Tamires e Álvaro, pela parceria que ultrapassa os limites da universidade.

Aos colegas de pós, em especial Lay, pelas vivências compartilhadas e pelos aprendizados construídos.

Aos professores da pós-graduação, em especial às professoras Tânia Lobo e Solyane Lima, pelas sugestões frutíferas para o desenvolvimento do meu trabalho.

Às professoras Alícia e Vanilda e às meninas do Memória e Arte, por me permitirem adentrar no acervo do Recolhimento dos Humildes.

Ao professor Raimundo Arthur, primeiro a abrir as portas de Santo Amaro para mim.

Às professoras Rosana Souza, Rosana Viana, Mara e Celeste, exemplos de respeito e dedicação à educação pública de qualidade, com quem pude compartilhar experiências marcantes e especiais.

Aos funcionários dos arquivos que visitei, APEB, BPEB, BN e o Lugar de Memória, em especial, à bibliotecária Joseane e a Tiago, pela atenção dispensada.

Aos funcionários do PPGLinC, em especial Ricardo e Tiago, pela prontidão com que me ajudaram na burocracia acadêmica.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, por viabilizar o meu projeto.

O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras,  
já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte  
sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças  
que nos imobilizam, mas o silêncio.  
E restam tantos silêncios para romper!

*A transformação do silêncio  
em Linguagem e Ação,*  
Audre Lorde

## RESUMO

Para compreensão e estabelecimento da sócio-história do português brasileiro, um dos campos estabelecidos pela linguista Mattos e Silva (2004, p. 59) visa a “[...] a reconstrução da história da escolarização no Brasil, que Houaiss formula como a penetração da língua escrita [...]”. Objetiva-se, portanto, analisar e discutir a inserção de mulheres na cultura escrita no Colégio Nossa Senhora dos Humildes, em Santo Amaro da Purificação – Recôncavo baiano, no século XIX, à luz da História da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003) e da História Social Linguística (MATTOS E SILVA, 2004). Busca-se compreender de que forma o colégio vinculado a um recolhimento se estabeleceu como espaço de escolarização de mulheres – através da imposição do governo, antes mesmo de o ensino para meninas ser regulamentado –, tendo em vista fatores sociopolíticos e econômicos. Analisa-se quais foram as práticas de acesso ao escrito, nesse espaço, como ocorreu o processo de alfabetização das mulheres e quais foram os materiais utilizados, o perfil social e econômico das educadoras e das educandas. Estabelece-se um diálogo com a História da Educação e propõe-se, também, um novo olhar (ou leitura) diante dos processos de escolarização das mulheres, através da análise qualitativa do Estatuto do educandário, de relatórios enviados a diretores da Instrução Pública, de livros de registro de entrada e saída de meninas, de relatórios de presidentes da província da Bahia, dentre outros documentos, analisando as representações, as práticas e os discursos (CHARTIER, 1990) gerados acerca do contexto em questão. Verificou-se a mudança do caráter da instituição da condição de assistência exclusiva a órfãs pobres, para constituir-se como uma instituição de escolarização de mulheres majoritariamente brancas e oriundas de famílias ricas de Santo Amaro, grupo até então excluído dos espaços formais de instrução. O estudo visa a contribuir para a reconstrução da história da cultura escrita, no âmbito da escolarização, e da história social do português no Brasil.

**Palavras-chave:** Cultura escrita. Escolarização de mulheres. Recolhimento dos Humildes. Século XIX. Santo Amaro-Bahia.

## **ABSTRACT**

For understanding and establishment of a socio history of brasilian portuguese, one of many topics established by the linguist Mattos e Silva (2004, p.59) is for “[...] the reconstruction of history of schooling in Brasil, that Houaiss realize like a penetration of written language [...]”. It is therefore the objective analyze and discuss the insertion of women in the written culture at the Nossa Senhora dos Humildes’s School, in Santo Amaro da Purificação- Bahia Reconcavo, in the 19th century, based on the History of Written Culture (CASTILLO GÓMEZ, 2003) and the Social History of Linguistic (MATTOS E SILVA, 2004). It is sought to understand in which way a school bounded with one recolhimento had become established as a schooling space of women – through the imposition of government, even before of the women’s educacional rights – in view of socio political factors. It analyzes the access to writting practices, in this space, how was the process of literacy of women and what were the materials used, and the teachers and students social and economic profile. It established a dialogue with a Education History and it is also proposed a new view about the process of schoolling of women, thorough the qualitative analysis of the School’s Statute, reports sent to the government, recordes books where the entry and exit of women were noted, presidents of the province of Bahia reports, and another documents, analyzing the representations, pratices and speeches (CHARTIER, 1990) elaborated in this context. The institution’s characteristics change was verified from the condition of exclusive assistance to poor orphans to constitute itself as an institution of schooling of women mostly white and coming from rich families of Santo Amaro, group excluded from formal spaces of educattion. This study aims to contribute to the reconstruction of the history of written culture in the scoope of schooling and the social history of portuguese in Brazil.

**Key words:** Written culture. Schooling of women. Recolhimentos dos Humildes. XIX Century. Santo Amaro- Bahia.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 -</b>	Gráficos sobre as taxas de analfabetismo, Ferraro (2002)	47
<b>Figura 2 -</b>	Fac-símile do Alvará de 10 de março de 1732	68
<b>Figura 3 -</b>	Pintura do Padre Ignácio Teixeira dos Santos e Araújo	78
<b>Figura 4 -</b>	Foto do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes – década de 1970	79
<b>Figura 5 -</b>	Mapa do Recôncavo Baiano em meados do século XVIII	82
<b>Figura 6 -</b>	Fac-símile do requerimento de autorização para estabelecimento do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes	86
<b>Figura 7 -</b>	Foto da sala de refeitório do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, no início do século XX	112
<b>Figura 8 -</b>	Foto da aula de costura do Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, no início do século XX	116
<b>Figura 9 -</b>	Relatório enviado ao Presidente da Província pela regente Maria Germana Calmon du Pin e Almeida (fól. 1v)	129
<b>Figura 10 -</b>	Relatório enviado ao Presidente da Província pela regente Maria Germana Calmon du Pin e Almeida (fól. 1r)	130
<b>Figura 11 -</b>	Alvará de 30 de setembro de 1770 (fac-símile) – determinação do uso do Catecismo de Montpellier	140
<b>Figura 12 -</b>	Contracapa do Catecismo de Montpellier impresso na Bahia em 1817	145
<b>Figura 13 -</b>	Relatório registrando a abertura das aulas no colégio do Recolhimento dos Humildes – 1879	146

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b>	Solicitação de aulas de primeiras letras para meninas em 1830	62
<b>Quadro 2 -</b>	Povoação na Cidade do Salvador e nas Vilas de Cachoeira e Santo Amaro da Purificação	83
<b>Quadro 3 -</b>	Horário das atividades do Colégio de Educação de Meninas N. Sra. dos Humildes	117
<b>Quadro 4 -</b>	Registro de entrada de recolhidas no Recolhimento dos Humildes (1817-1866)	125
<b>Quadro 5 -</b>	Entrada e saída de educandas no Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes	135

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Registro de pessoas existentes no Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes	93
<b>Tabela 2 -</b>	Perfil das educandas: Idade	133
<b>Tabela 3 -</b>	Tempo de permanência no colégio	137

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
BN	Biblioteca Nacional
HISCULTE	História da Cultura Escrita no Brasil
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
PHPB	Programa para a História do Português Brasileiro
PROHPOR	Programa para a História da Língua Portuguesa
RH	Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	17
<b>2</b>	<b>RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES</b>	26
2.1	POR UMA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA: DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA	26
2.2	HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL	39
2.3	AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO	44
<b>2.3.1</b>	<b>Alfabetização e letramento</b>	46
<b>3</b>	<b>ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX</b>	55
3.1	OS DIFERENTES PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES ATÉ A LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827: BREVES NOTÍCIAS	55
3.2	ESTABELECIMENTO DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS: PREENCHENDO OS VÁCUOS NA HISTÓRIA	64
<b>3.2.1</b>	<b>Estabelecimento de recolhimentos na Bahia e as suas funções sociais</b>	64
<b>3.2.2</b>	<b>Diferenças entre recolhimentos e conventos</b>	70
<b>3.2.3</b>	<b>Instituições de ensino associados aos recolhimentos</b>	74
<b>4</b>	<b>O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES</b>	77
4.1	UM RECOLHIMENTO EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO: QUESTÕES SOCIOHISTÓRICAS, CULTURAIS E ECONÔMICAS	80
4.2	O RECOLHIMENTO DOS HUMILDES: FUNDAÇÃO DE UM ESPAÇO DE INSERÇÃO DE MULHERES NA CULTURA ESCRITA	84
<b>4.2.1</b>	<b>Estratificação social das integrantes do Recolhimento dos Humildes</b>	93
<b>5</b>	<b>ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS NO COLÉGIO DO RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES</b>	99
5.1	O ESTATUTO DO COLÉGIO E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA ESCOLAR	100

5.2	PERFIL DAS RECOLHIDAS E DAS EDUCANDAS	126
5.3	MANUAIS DIDÁTICOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	137
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	151
	<b>REFERÊNCIAS</b>	154
	<b>ANEXOS</b>	161
	<b>ANEXO A</b>	161
	<b>ANEXO B</b>	169
	<b>ANEXO C</b>	174
	<b>ANEXO D</b>	183
	<b>ANEXO E</b>	186

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos acerca dos processos de escolarização de mulheres estão circunscritos, geralmente, a partir da análise das práticas em conventos e seminários, no período colonial, ou após a lei de 15 de outubro de 1827. Há, nesse período, instituições que, influenciadas pelo processo civilizatório que marcou o final do século XVIII e o século XIX, se estabeleceram como espaços de educação de mulheres, atingindo um número considerável delas, ricas e pobres, que foram escolarizadas. Um exemplo desses espaços foram os recolhimentos femininos com fins educacionais.

A partir desse contexto, analisa-se, neste trabalho, a escolarização de mulheres que ingressaram no colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, em Santo Amaro, no Recôncavo baiano, para compreender como ocorreu sua inserção na cultura escrita, a partir do início do século XIX. A cultura escolar que se conformou, nesse espaço, manteve algumas características das instituições conventuais, mas se distinguiu pela finalidade de educar para civilizar, ampliando o acesso à alfabetização e às práticas da cultura escrita às mulheres, fossem elas ricas ou pobres.

Do ponto de vista teórico, além dos pressupostos da História da Cultura Escrita, toma-se um dos caminhos de pesquisa apresentado por Mattos e Silva (2004), para se compreender a constituição histórica do português brasileiro, na esteira do que Antônio Houaiss (1988) propôs. São estudos sobre os processos de escolarização, com a penetração da língua escrita, através tanto de políticas públicas oficiais adotadas, como, também, através de instâncias informais, organizadas por diferentes agentes sociais.

Os percursos propostos por Mattos e Silva (2004) e os caminhos já trilhados no Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB) provocaram os pesquisadores e membros do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), Rosa Virginia Mattos e Silva, Tânia Lôbo, Klebson Oliveira, Emília Helena Portella M. de Souza e outros, no momento de reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia (PPGLinC), em 2009, a proporem uma linha de pesquisa que tratasse da história social da língua e da história da cultura escrita. Assim foi proposta a linha de pesquisa História da Cultura Escrita no Brasil, no PPGLinC, e o subprograma do PROHPOR, História da Cultura Escrita no Brasil (HISCULTE<sup>1</sup>), que atualmente abrange nove campos de investigação, a saber:

---

<sup>1</sup> O Hisculte é coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Lobo. Para obter maiores informações sobre o subprograma e os campos de investigação, pode-se acessar o link: [www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao](http://www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao).

1. Mensuração de níveis de alfabetismo na história do Brasil;
2. Leitura e escrita aos olhos da Inquisição;
3. Escritas ordinárias e de foro privado na história do Brasil
4. Prospecção de arquivos e acervos escritos de irmandades negras, de mestiços e de terreiros de candomblé;
5. A escrita do nome próprio de pessoa na história do Brasil;
6. Língua portuguesa, escolarização e suas interfaces;
7. Políticas linguísticas e cultura escrita no Brasil;
8. História da cultura escrita das línguas clássicas e de outras línguas no Brasil;
9. Fontes iconográficas e manifestações gráficas híbridas.

A análise proposta, neste trabalho, insere-se no *Campo 6 – Língua Portuguesa, escolarização e suas interfaces*. Esse campo tem como objetivo principal “analisar o desenvolvimento do processo de escolarização do ensino da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial” (HISCULTE), através da avaliação dos métodos e instrumentos pedagógicos utilizados no ensino de língua portuguesa, no período estudado, assim como do perfil dos agentes, educandos e educadores, envolvidos no processo. Também são objetivos compreender as políticas públicas para a educação e a relação entre a escolarização e as questões demográficas.

Os estudos do campo 6 requisitam, essencialmente, interface com outras áreas do conhecimento. Para compreender a escolarização de mulheres e adentrar na História Social da Cultura Escrita foram necessários os diálogos com a “nova” História Cultural, com a História da Educação e com a História da Alfabetização. Essa relação possibilitou situar o colégio vinculado ao Recolhimento dos Humildes como uma instância de formação diversa das aulas régias estabelecidas oficialmente, e da formação conventual ofertada para mulheres.

Foi a História Cultural, com a compreensão de cultura como um sistema de significados, atitudes, valores e formas simbólicas compartilhadas (BURKE, 2008), que impulsionou a reconfiguração, a partir da revisão de fontes, objetos e perspectivas teóricas e metodológicas, dos estudos da História da Educação. As pesquisas desenvolvidas no âmbito da História da Educação (CASTANHO, 2010; FALCON, 2006; FONSECA, 2008) passam a situar as instituições de ensino, formais e informais e das mais diversas modalidades, como produtoras de cultura – a perspectiva tradicional considerava esses espaços como um tema da cultura – e problematizam as desigualdades sociais provocadas pela legitimação de determinados saberes e pelo acesso desigual às instâncias de ensino.

Ainda no âmbito da História da Educação, os estudos da História da Alfabetização problematizam o que se compreendeu por alfabetização ao longo da história. Para isso, Isabel Frade (2011), a partir da revisão do conceito de cultura, destaca a necessidade de reconhecer as diferentes instâncias de instrução de grupos sociais marginalizados, como as mulheres, os negros e os indígenas, e as diversas formas de escolarização. Estudos menos generalizantes e mais localizados possibilitaram conhecer as especificidades da formação das diferentes camadas da sociedade.

Outro aspecto relevante parte da análise de Ferraro (2002), que, a partir dos dados dos censos de 1872 a 2000, reflete sobre as marcas deixadas pelo analfabetismo secular na sociedade brasileira. Essa realidade condicionou a inexistência de, ou pouca familiaridade com, um termo correspondente oposto à palavra analfabetismo. Na década de 1980, a realidade começou a mudar, diminuindo o número absoluto de analfabetos, e aumentando o acesso aos processos de escolarização. Nesse período em que se configura uma nova realidade para os brasileiros, os estudos sobre letramento começam a ganhar espaço (SOARES, 2009) nos espaços acadêmicos.

O conceito de letramento passou a ser utilizado amplamente para abarcar “o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (SOARES, 2009, p. 39), mas, por vezes, a vulgarização e a falta de criticidade em relação ao uso do conceito fizeram com que ele se “gaseificasse”, ao ser relacionado apenas aos processos de escolarização (GERALDI, 2011<sup>2</sup>). O problema dessa perspectiva é predominantemente político, pois desconsidera as outras instâncias de acesso ao escrito e deslegitima os conhecimentos adquiridos fora da esfera escolar. Além disso, na relação entre escolarização e alfabetização, a alfabetização proposta pela escola não apresenta subsídios à população para se desenvolver socialmente com autonomia e de forma crítica (GERALDI, 2011; STREET, 2014).

O fato é que a difusão da escrita na sociedade ocorreu, e ainda ocorre, de forma desigual (CHARTIER, 2004). Incluem-se, nesse contexto, as estratégias adotadas para o ensino do escrito, como a separação entre a aprendizagem dos processos de leitura e de escrita, que se constituíram como política ideológica fomentada nos sistemas escolares que começaram a se desenvolver no Ocidente, a exemplo do que ocorreu em colégios religiosos no contexto da

---

<sup>2</sup> Geraldi (2011) critica a redução do processo de alfabetização à aprendizagem de uma técnica, neutra, de leitura e escrita e a adoção da palavra “letramento”, já que o termo alfabetização, ressignificado por estudiosos brasileiros, como Paulo Freire, abrangeria essa nova condição em que o país vivia e proporcionava uma formação crítica e reflexiva acerca da condição social existente.

Contrarreforma (PETRUCCI, 1999), onde se enfatizou o ensino apenas da leitura para compreender as leis de Deus.

No Brasil, a desigualdade marcou o acesso ao escrito e o acesso à escolarização. Somente a partir do século XIX, as medidas tomadas em relação à instrução pública, no bojo das mudanças provocadas pela crescente urbanização, industrialização e modernização das estruturas socioeconômicas que ocorreram na Europa, começam a ser ampliadas para a população.

Anteriormente, essas transformações atingiram Portugal, que, desde a segunda metade do século XVIII, quando, no reinado de D. José I e por intermédio de Sebastião José de Carvalho e Mello, o futuro Marquês de Pombal, vivenciou mudanças nos âmbitos político, socioeconômico e educacional. Nesse processo, era necessário civilizar os súditos (FONSECA, 2009) para servirem à nova ordem através da instrução baseada na cientificidade até então negada por Portugal por conta da sua estreita relação com a Igreja Católica e do regime de padroado.

Nesse processo civilizatório, a escolarização atingiu, inicialmente, o público de homens brancos ricos, para desempenhar os cargos da burocracia estatal, mas se expandiu para o restante da população, limitando-se, entretanto, à formação elementar – o domínio das primeiras letras<sup>3</sup>. Estimula-se, dessa forma, o controle social através de estratégias de autocontrole das massas pelos processos de instrução pública. Os manuais didáticos utilizados, a exemplo do Catecismo de Montpellier, eram baseados na moral cristã e tinham como finalidade a estrita obediência às autoridades, nesse caso, a Deus e ao rei. Para Norbert Elias (1994), a monopolização da arrecadação de tributos, da violência e dos saberes elementares<sup>4</sup> pelo Estado moderno, no jogo de centralização do poder, foram formas de se alcançar a introjeção das emoções e do autocontrole estimuladas pela escola.

No Brasil, as vias de acesso da mulher à escolarização se restringiam às aulas particulares e à educação conventual<sup>5</sup> para a vida vocacional, até a primeira lei geral relativa ao ensino, a lei de 15 de outubro de 1827. Mas, no bojo desse processo civilizatório que Portugal vivenciou, os colégios vinculados aos recolhimentos se configuraram como espaços para

---

<sup>3</sup> As aulas régias de primeiras letras correspondiam ao ensino de ler, escrever, contar e o ensino da doutrina cristã.

<sup>4</sup> Para compreender as estratégias de monopolização do ensino elementar pelo Estado, cf. VEIGA, Cynthia Greive. Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos\\_PDF/Cynthia\\_Greive\\_Veiga.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Cynthia_Greive_Veiga.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

<sup>5</sup> A educação conventual estava direcionada principalmente às mulheres da elite e preparava-as para a vida vocacional (NASCIMENTO, 1994).

formar as mulheres conforme os anseios do Estado, não apenas para uma vida de santidade. Os recolhimentos também funcionaram como instituição que resguardou a honra de mulheres em situação de orfandade, tornando-as civilizadas e instruídas para o casamento e para o trabalho<sup>6</sup>.

Essa situação, no entanto, não indica que a instrução tenha alcançado massivamente a população feminina. A história social linguística do Brasil foi, e ainda é, extremamente marcada pelas desiguais formas de acesso à escolarização, condição que estigmatiza grande parte da população e a exclui do acesso aos direitos básicos para uma vida digna, por isso constitui-se como um fator relevante da configuração social a se compreender.

A partir desse contexto, visa-se, então, a entender quais fatores contribuíram para a fundação de um recolhimento fora da capital da Província da Bahia, em Santo Amaro da Purificação, e como ocorreu o processo de escolarização de mulheres no colégio do Recolhimento dos Humildes, nessa vila, no século XIX. Busca-se, portanto, compreender qual era o perfil das educadoras, das recolhidas, e das educandas; como ocorreu o processo de alfabetização, qual tipo de letramento foi alcançado pelas meninas; quais manuais didáticos foram utilizados.

Para isso, foram analisados os discursos, as representações e as práticas (CHARTIER, 1990; CASTILLO GÓMEZ, 2003b) que marcaram a história do estabelecimento, Recolhimento dos Humildes, e do funcionamento do colégio, anexo ao Recolhimento, em um espaço que assumiu a função educativa, voltado para a formação de mulheres por imposição do rei D. João V, conforme o que se preconizava pela nova onda civilizatória. Não se pode perder de vista que, embora se escolarizasse majoritariamente meninas da elite local, o espaço também era uma casa pia, assistindo a meninas órfãs pobres que foram instruídas nas letras e no aprendizado do ofício de costureira e bordadeira.

Além da dimensão educativa e alfabetizadora, o Recolhimento dos Humildes constituiu-se como um espaço onde as mulheres tiveram acesso a práticas da cultura escrita diariamente. Foram produzidos por essas mulheres relatórios, para uso interno e externo, e documentos como forma de preservação de memória e para regular a rotina interna, além de cartas para o contato com o mundo extramuros. Desses documentos, não foram identificados os de uso corrente, como relatórios das enfermeiras, lista de compras etc., restando o acesso aos documentos de cunho oficial e algumas cartas trocadas com os arcebispos, principalmente D. Romualdo Seixas.

---

<sup>6</sup> Nos recolhimentos, as mulheres aprenderam costuras, bordados, a cozinhar e, também, nos casos em que se ensinava a ler, escrever e contar, o ofício de mestras.

Buscou-se identificar as cartas enviadas pelas recolhidas no Arquivo da Cúria Metropolitana<sup>7</sup>, mas não estavam acessíveis a consulta, pois, conforme a bibliotecária responsável, os documentos não haviam passado pelo processo de restauração e catalogação.

Para a análise, foram feitas pesquisas de base documental e bibliográfica. O levantamento de fontes documentais ocorreu em arquivos baianos, públicos e privados, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), na Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro e no *Center for Research Libraries – Global Resources Network*. No Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), foram identificados relatórios enviados ao presidente da Província da Bahia sobre a situação educacional e econômica da instituição e solicitações de verbas, para custear as constantes reformas pelas quais passou o Recolhimento por causa das cheias do Rio Subaé<sup>8</sup>.

No AHU, foi identificada a solicitação enviada pelo padre Ignácio Araújo para obter autorização régia. O Estatuto do Colégio do Recolhimento dos Humildes, datado do ano de 1813, com a autorização da Mesa da Consciência no ano de 1818, está no setor de Manuscritos do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O *Center for Research Libraries – Global Resources Network*<sup>9</sup> possibilitou consultar os relatórios e falas de presidentes da província no século XIX.

Neste estudo, foram utilizados os seguintes documentos:

- Falas e relatórios de Presidentes da Província da Bahia no século XIX;
- Relatórios anuais enviados pelas regentes do Recolhimento dos Humildes aos Presidentes da Província acerca do processo de ensino e da situação econômica da instituição;
- Estatuto do Colégio de Nossa Senhora dos Humildes, de 1813 e aprovado em 1818;
- Cartas e testamentos do acervo do Recolhimento dos Humildes<sup>10</sup>

---

<sup>7</sup> O acervo está aos cuidados do Laboratório de conservação e restauração Reitor Eugênio Veiga (LEV), responsável pelo Arquivo da Cúria Metropolitana. O LEV funciona nas dependências da Universidade Católica do Salvador.

<sup>8</sup> O Recolhimento dos Humilde, atualmente Congregação dos Humildes, situa-se às margens do Rio Subaé. Nos momentos de cheia do rio, as águas alcançavam a estrutura do RH, que precisou passar por constantes reformas. Nesse contexto, conforme relato das irmãs pertencentes à congregação, muitos documentos da história da instituição se perderam.

<sup>9</sup> Cf. <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>>.

<sup>10</sup> Os documentos encontram-se sob responsabilidade do Atelier Memória e Arte. O Atelier Memória e Arte, fundado em 2011, é especializado em gestão e restauração de acervo documental e bibliográfico antigo, além de formação de pessoal e assessoria no que diz respeito aos acervos. Também elabora e executa projetos para a preservação visando à preservação da cultura baiana. No ano de 2016, foram publicadas as edições semidiplomáticas de 104 documentos manuscritos a partir do projeto *Recolhimento dos Humildes – Organização e Recuperação do Acervo Documental*, em *Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história*, de autoria de Alcía Duhá Lose e Vanilda Salignac Mazzoni.

- Caderno de assento<sup>11</sup>

A transcrição dos documentos manuscritos e impressos, analisados neste trabalho, seguiu as normas de transcrição do Programa para a História do Português Brasileiro (PHPB<sup>12</sup>) e, na publicação *Uma história escrita à mão - Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história*, foram realizadas edições semidiplomáticas dos documentos manuscritos. O acesso ao Caderno de Assento ocorreu no Atelier Memória e Arte. A partir dele, foi possível coletar dados sobre o perfil de educandas e de algumas recolhidas, como idade, filiação, local de proveniência e, em alguns casos, tempo de permanência no colégio. Duas tabelas foram criadas a partir dessas informações: uma registrando a entrada, e outra a saída das mulheres.

A análise proposta dos documentos é de base qualitativa, baseada em fontes primárias e secundárias e em pesquisa bibliográfica interdisciplinar. A partir do levantamento realizado no Caderno de Assento, os dados sobre o perfil das educandas foram tabulados, sendo possível realizar também uma análise qualitativa das educandas, considerando os fatores ser pensionista ou órfã pobre, idade e o local de proveniência.

A História da Cultura Escrita forneceu base teórico-metodológica para se compreender o acesso à cultura escrita pelas mulheres, no viés da escolarização, a partir de três vias (CASTILLO GÓMEZ, 2003). Os discursos, “estratégias para impor autoridade às custas de outros” (CHARTIER, 1990, p. 17), produzidos acerca do processo de escolarização de mulheres foram de base moral cristã e direcionados para a manutenção do patriarcado. As representações acerca do ensino para o sexo feminino, com objetivos voltados essencialmente para o desempenho das atividades domésticas, e as práticas no Recolhimento dos Humildes, que possibilitaram às recolhidas e educandas maior liberdade do que no âmbito familiar – pois se profissionalizaram, atuaram como mestras, regentes, diretoras etc., e às educandas, o acesso à cultura escrita e ampliação das formas de letramento. O Recolhimento dos Humildes foi, assim, espaço de inserção, nos anos iniciais do século XIX, de um grupo historicamente marginalizado dos processos de escolarização.

Esta dissertação consta das seguintes seções a serem apresentadas.

---

<sup>11</sup> Também sob responsabilidade do Memória e Arte. Até o momento de apresentação desta dissertação, o livro de assento não havia passado por uma classificação, por isso não se registra a identificação.

<sup>12</sup> As normas de transcrição estão disponíveis em: <<https://sites.google.com/site/corporaphpb/home/normas-de-edicao-do-phpb-2a-versao>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Segue-se a esta *Introdução* a seção 2, *Reconstituição da história sociolinguística: diálogos interdisciplinares*, que constitui-se dos fundamentos teóricos para este trabalho, apresentados em discussão preliminar. A seção 3, *Escolarização de meninas na Bahia do século XIX*, aborda o processo de escolarização de meninas na Bahia, até a lei de 15 de outubro de 1827, primeira legislação a incluir a educação do sexo feminino nas políticas públicas. Anteriormente, a educação das mulheres ocorreu através de professores particulares, contratados por um pai ou por um grupo de pais, e preceptoras, ou seja, por iniciativas particulares. Cumpriram também essa função os conventos e os recolhimentos. Esses dois tipos de instituições religiosas diferiram nos objetivos: enquanto o convento visava à vida reclusa e à formação religiosa, os recolhimentos<sup>13</sup> foram remodelados para formar mulheres úteis à sociedade, pois, para melhor criar seus filhos e cuidar do marido e da casa, precisavam, a partir das novas propostas de civilização, dominar a leitura, a escrita, o básico de aritmética, saber costurar e bordar. Nesse contexto, os recolhimentos assumiram diversas funções sociais, sendo uma das funções de destaque do Recolhimento dos Humildes a escolarização de meninas.

A quarta seção, *O Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes*, trata da fundação do Recolhimento dos Humildes, único situado fora dos limites da capital baiana. Para entender quais fatores contribuíram para isso, situou-se a fundação do espaço na história de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano, uma área rica e importante na cultura do açúcar. A burocracia real para a criação de uma instituição de enclausuramento de mulheres, como os conventos, fez com que o Padre Ignácio Araújo mudasse o seu plano inicial e solicitasse autorização para fundar um recolhimento. A contrapartida do rei D. João VI para dar a permissão foi a criação de um colégio e de um orfanato, além de a instituição ter independência financeira para a própria manutenção.

Na seção 5, *Escolarização de meninas no Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes*, apresenta-se como se desenvolveu a cultura escolar no Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes a partir da análise do Estatuto da instituição, de cartas dos capelães e regentes trocadas com o Arcebispo D. Romualdo Seixas e dos relatórios e falas de presidentes da Província da Bahia. Essa análise mostrou que o colégio foi uma instituição de ensino de transição entre a formação ofertada para mulheres em conventos, espaços de clausura,

---

<sup>13</sup> Os primeiros recolhimentos na Bahia, estavam voltados para receber mulheres arrependidas, viúvas e aquelas que entravam em conflito com os homens responsáveis pela sua guarda. A função educacional passou a ser exigida para obter a autorização real, pois considerava-se que essas instituições deveriam ser úteis à sociedade, sendo responsáveis por preparar as meninas órfãs para o casamento e, posteriormente, por alfabetizar crianças do sexo feminino, sem ser a orfandade o pré-requisito (cf. capítulo 3).

e as escolas leigas. A análise do perfil das educandas corrobora essa afirmação, na medida em que mostra, através da idade das educandas, da sua condição social e do tempo de estudo, que permaneceram características da educação conventual, mas que também se caminhou para formação de mulheres para serem civilizadas e “funcionais” para a sociedade, devendo, nesse sentido, aprender, além das atividades de costura, bordados e a doutrina cristã, a ler, escrever e contar. Nesta seção, também se analisa uma cartilha, com o resumo do Catecismo de Montpellier, com atividades de repetição para a memorização.

As *Considerações Finais* encerram a discussão proposta, neste espaço, e são seguidas pelas referências e pelos anexos. Nos *Anexos* constam as tabelas registrando a entrada e a saída de educandas e recolhidas, o índice e o capítulo VIII (Das Mestras de primeiras letras) do Estatuto do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória e, por fim, as partes que constituem o Catecismo de Montpellier.

## 2 RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

O estudo sobre os processos de escolarização da língua portuguesa no Brasil situa-se na interseção entre a História da Cultura Escrita, forma específica de se fazer a História Cultural, e a História da Educação. Reconstruir os passos para compreender a história social linguística, nesse contexto, requer superar perspectivas tradicionais da história – o que corresponde à revisão de fontes, métodos, teorias etc. – e tecer diálogos interdisciplinares. Para trilhar esse caminho, faz-se necessário também superar as fragmentações que resultaram nas diferentes áreas das ciências humanas, mas já superadas pelos campos a serem apresentados.

### 2.1 POR UMA HISTÓRIA SOCIOLINGUÍSTICA: DIÁLOGOS COM A HISTÓRIA DA CULTURA ESCRITA

A História Cultural contribui para o fazer da história social da língua, na medida em que apresenta a mudança de escala de investigação, o uso de novos métodos para se analisar um dado objeto e a possibilidade de diálogo com outras áreas do saber. Em contraposição à historiografia tradicional, que se propõe a estudar os grandes eventos históricos, econômica e/ou politicamente, para a Nova Histórica Cultural, o termo cultura abarca as diferentes práticas do cotidiano, os artefatos produzidos pelo homem etc. De acordo com Peter Burke (2008, p. 43), em *O que é história cultural?*, o termo cultura

[e]m geral, é usado para se referir à “alta” cultura. Foi estendido “para baixo”, continuando a metáfora, de modo a incluir a “baixa” cultura popular. Mais recentemente, também se ampliou para os lados. O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar).

No movimento dos *Annales*<sup>14</sup>, Burke se refere a três gerações. A primeira tem como principais expoentes os fundadores Lucien Febvre e March Bloch (entre 1920 e 1945) com estudos que romperam com a história tradicional ao propor novos métodos de análise da história. A segunda foi representada por Braudel, cuja principal contribuição foi “transformar nossas noções de tempo e de espaço” (BURKE, 1997, p. 54) e por combinar, em um estudo de

<sup>14</sup> A Escola dos *Annales* corresponde a um movimento historiográfico em torno da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que rompe com perspectivas tradicionais do estudo da história, entendida apenas como sequências de acontecimentos. O momento histórico passa a ser compreendido a partir de múltiplos fatores determinantes, estimulando a interdisciplinaridade, o que aproximou a história dos outros campos das ciências sociais (cf. BURKE, 1997).

longa duração, a relação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos. A terceira geração é marcada pelo policentrismo, por produzirem um tipo de história que se tornou popular na França, e por buscarem uma teoria social mais ampla para as diferentes áreas de estudo.

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi **expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais.** Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 2007, p.126-127. Grifo nosso).

Conforme destacado, a relação da história com outras ciências e a possibilidade de abarcar grupos até então “esquecidos” na reconstituição da história do Brasil, ou seja, repensar o modo de se fazer a história é de suma importância para os diálogos que se tecem neste trabalho.

Rosa Virginia Mattos e Silva, em *Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior*<sup>15</sup> (MATTOS E SILVA, 2004), apresenta, a partir de sugestões de Antônio Houaiss, quatro campos de pesquisa, considerando que

[...] a reconstrução histórica do português brasileiro se movimentará tanto na **recuperação da história social lingüística do Brasil, e aí teremos de estar necessariamente anclares à historiografia sobre o Brasil**, palmilhando certamente o caminho da *ars interpretandi*; palmilharemos também os caminhos da sociolingüística histórica ou sócio-história lingüística tentando [...] a correlação entre fatores extralingüísticos e lingüísticos, e ainda palmilharemos os caminhos previstos por teorias de mudança intralingüística [...] (MATTOS E SILVA, 2004, p. 54. Grifo nosso.).

A relação entre fatores lingüísticos e extralingüísticos para “recuperar” a história social lingüística do país evidencia a necessidade de se fazer sociolingüística histórica dialogando com outras áreas do conhecimento. Nesse ensaio, Mattos e Silva (2004) apresenta um grande programa de investigação para “penetrar” na questão histórica da língua portuguesa no Brasil através de campos – independentes, mas interligados – essencialmente interdisciplinares que visem a:

---

<sup>15</sup> A primeira versão deste texto está publicada em CASTILHO, Antonio de (Org.). *Para uma história do português brasileiro*: volume 1, primeiras idéias. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 21-52. A versão utilizada nesta dissertação é o capítulo do livro *Ensaio para a sócio-história do português brasileiro* (MATTOS E SILVA, 2004).

- (a) a reconstrução de uma história social linguística do Brasil;
- (b) a reconstrução de uma sócio-história linguística ou de uma sociolinguística histórica;
- (c) a reconstrução diacrônica no interior das estruturas da língua portuguesa em direção ao português brasileiro;
- (d) o âmbito comparativo entre o português europeu e o português brasileiro.

No campo (a), a reconstrução de uma história social linguística do Brasil, propõe-se a tecer a história social linguística do Brasil através da análise de dois fatores: a ocupação territorial e a reconstrução da escolarização. O processo de ocupação do território brasileiro compreende as distribuições demográfico-linguísticas, considerando a prevalência de línguas em diferentes regiões desde o momento que antecede a chegada dos colonizadores<sup>16</sup> e, também, o desaparecimento das muitas línguas indígenas e africanas.

A história da escolarização, âmbito no qual esta pesquisa se insere, considerada por Houaiss como a penetração da língua escrita, é um outro caminho profícuo para se refletir sobre a história social da cultura escrita. Esse percurso relaciona-se à recuperação de políticas linguísticas adotadas, considerando o estabelecimento de instituições de ensino formais na história do Brasil, e também o de instituições informais criadas por múltiplos agentes sociais, visando às demandas de grupos à margem da sociedade patriarcal elitizada.

As medidas tomadas em relação à instrução no século XIX, por diferentes instituições sociais, revelam como diferiram as formas de acesso à escolarização e à escrita, sobretudo ao se considerar os membros desses grupos marginalizados, como as camadas populares, as mulheres, os negros e os indígenas. A história social linguística do Brasil foi, e ainda é, extremamente marcada pelas desiguais formas de acesso à escolarização, condição que estigmatiza e exclui grande parte da população do acesso aos direitos básicos para uma vida digna, por isso é um relevante fator da configuração social a se compreender.

Pesquisadores da história social linguística do Brasil, no entanto, divergem em relação aos impactos dos processos de escolarização para a população, principalmente nos séculos XVIII, após a expulsão dos jesuítas, e XIX. As políticas relativas à instrução da população foram limitadas a grupos específicos, de homens brancos – com algumas exceções –, e de forma descentralizada. O acesso restrito à escolarização e o fato do país ser tão vasto e desigual

---

<sup>16</sup> Dante Lucchesi (2017, p. 361-363), em seu artigo *A periodização da história sociolinguística do Brasil*, trata da importância da movimentação das línguas indígenas antes da chegada dos europeus e justifica a prevalência, em relação as numerosas línguas indígenas, do léxico proveniente das línguas tupi e tupinambá, que predominaram a costa brasileira.

socialmente são condições que exigem dos estudiosos investigar cada contexto específico para reconstruir uma história sociolinguística.

Em *A questão da periodização da história lingüística do Brasil*, Tânia Lôbo (2003)<sup>17</sup> apresenta o acesso à escolarização, vinculado ao processo de standardização da língua, um dos contextos que mais contribuíram para a polarização do português brasileiro. Nessa proposta, consideram-se também outros dois fatores antecedentes, a passagem do país da condição de generalizadamente multilíngue para localizadamente multilíngue, marcado pelo percurso etnocida e glotocida em relação aos índios e o glotocídio relativo aos povos africanos escravizados (Mattos e Silva, 2004), e o crescente processo de urbanização estimulado pela lógica capitalista.

Com base em marcos sociolinguísticos, socioeconômicos e culturais, a proposta de Lobo (2003) abrange duas fases:

1. Da chegada dos portugueses ao Brasil até o ano de 1850 – momento da proibição do tráfico negreiro: contexto em que o país é marcado pelo multilinguismo generalizado, pela não urbanização e não standardização da língua portuguesa devido ao processo restrito de escolarização da população;
2. A partir de 1850: fase marcada pelo multilinguismo localizado, urbanização, maior acesso à escolarização e a conseqüente normatização da língua.

A importância da escolarização, nessa proposta, consiste em a escola, nos seus diferentes formatos, ser um agente de disseminação da norma linguística conservadora na prática de ensino e aprendizagem, sobretudo através do modelo tradicional de ensino que vigorou até o século XX, cujas marcas ainda repercutem nos dias atuais, e por permitir o acesso ao escrito, possibilitando maior contato com essa norma conservadora que predominava.

Dante Lucchesi (2017), em *A periodização da história sociolinguística do Brasil*, considera a relevância da periodização de Lobo (2003) por ser a primeira proposta a conjugar fatores sociolinguísticos, socioeconômicos e culturais, mas destaca o problema da visão dicotômica e estanque da proposta e da eleição do marco histórico de 1850. O autor argumenta que, mesmo tendo acontecido o fim do tráfico negreiro, uma importante fonte do multilinguismo, os negros permaneceram no Brasil, persistindo essa realidade. Além disso, em

---

<sup>17</sup> Apenas são analisadas, no contexto desta dissertação, as duas propostas de periodização que mais subsidiam a discussão proposta, Lobo (2003) e Lucchesi (2017), por utilizarem como referência aspectos sociolinguísticos, não apenas fatores externos, como propuseram Serafim da Silva Neto (1986[1950]), Paul Teyssier (1984) e Marlos de Barros Pessoa (1997).

qualquer proposta de periodização, deve-se considerar que não há estágios estanques, mas processos que vão sendo desenvolvidos ao longo da história. Dessa forma, não deve haver blocos de acontecimentos, mas fases de transição para a mudança de uma realidade a outra, não sendo possível considerar apenas uma data como marco divisório para uma proposta de periodização.

Outro aspecto criticado por Lucchesi (2017) foi usar o processo de escolarização como fator relevante para a proposta a partir da década de 1850. É, para o autor, a década de 1930, o momento em que a massiva escolarização teve maior impacto na sociedade. A essas críticas, Lobo (2003, p. 6) advertiu “Apesar de se reconhecer a necessidade de se subdividir cada uma das fases apresentadas, considera-se que tal subdivisão será mais corretamente proposta na medida em que distintas histórias lingüísticas regionais forem sendo conhecidas”. É justamente o conhecimento dos efeitos da escolarização em diferentes localidades que apresentará um quadro significativo da história social lingüística e, também, da história social da cultura escrita.

Ao tecer essa crítica, Lucchesi (2017) negligencia, também, os efeitos da vinda da Família Real Portuguesa e da Independência do Brasil – argumentos que ele utilizará, posteriormente na própria proposta de periodização – e a repercussão, ainda que não uniforme, da Lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei sobre a instrução pública, na qual se mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, incluindo escolas para mulheres; e da descentralização das políticas de instrução pública, ao ser aprovado o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, transferindo a responsabilidade para as províncias.

Na sua proposta de periodização da história sociolingüística, Lucchesi (2017, p. 376) busca a “compreensão global da formação histórica da realidade sociolingüística do Brasil” que requer “integrar os processos lingüísticos na matriz dos processos sócio-históricos”. Sendo assim, o autor propõe quatro fases baseado apenas em processos sociolingüísticos:

1. Do ano de 1.000 a 1532: a tupinização da costa;
2. De 1532 a 1695: o multilingüismo generalizado;
3. De 1695 a 1930: a homogeneização lingüística;
4. De 1930 até os dias atuais: o nivelamento lingüístico.

O primeiro processo sociolingüístico corresponde à expansão das línguas tupi e tupinambá, genericamente chamadas no processo de colonização de tupi, pelo litoral brasileiro iniciada a partir dos anos 1.000 até o início da colonização do Brasil, em 1532. O segundo contexto sociolingüístico é do multilingüismo generalizado marcado pela convivência entre as línguas francas africanas, as línguas gerais indígenas e a língua portuguesa. Essa diversidade é

favorecida pela baixa densidade demográfica de colonos. Nesse momento, ainda se conservam línguas de povos indígenas que não estiveram em contato com o colonizador europeu e ainda ocorrem processos de pidginização/crioulização do português, principalmente em regiões do interior.

A homogeneização linguística é um momento marcado pela hegemonia da língua portuguesa e pelo multilinguismo localizado. O processo de “aportuguesamento”, conforme Lucchesi (2017, p. 376), consta de três fases:

3.1 1695 - 1808: avanço da língua portuguesa na região sudeste, em decorrência do ciclo do ouro, e em outras regiões devido à pecuária. A caça ao ouro provoca o “primeiro surto de urbanização”;

3.2 1808-1850: o estabelecimento da Corte portuguesa no Rio de Janeiro favorece a instalação da imprensa e a criação de escolas, faculdades, bibliotecas, associações científicas. Esse fato, aliado à Independência política, acelera o processo de urbanização e a normatização da língua portuguesa.

3.3 1850-1930: O fim do tráfico negreiro, a partir da Lei Eusébio de Queirós de 1850, “acaba” com a fonte do multilinguismo; grande quantidade de imigrantes europeus favorece a diminuição da polarização sociolinguística; a vinda de imigrantes portugueses em grande contingente provoca a relusitanização da língua.

Nessa terceira fase, o autor destaca a importância da vinda da Corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro. A transferência da sede do governo português – única sede de estado absolutista fora da Europa – e a chegada da Família Real representaram

**[...] grandes mudanças no nível civilizacional e cultural, com uma grande ampliação do universo do letramento.** [...] Na esteira desse processo civilizatório ocorreram: a criação, em 1810, da Biblioteca Nacional, com um significativo acervo, que não parou de crescer; a Missão Artística Francesa, em 1817; a fundação da Escola de Medicina, na Bahia, em 1808; a criação da Academia Militar, no Rio de Janeiro, em 1810, das Faculdades de Direito, em São Paulo e em Olinda, em 1827, e do Instituto Histórico e Geográfico, em 1838. Em 1837, ocorre a fundação do Colégio Pedro II [...]” (LUCCHESI, 2017, p. 369-370. Grifo nosso).

Essas mudanças não se restringiram ao Rio de Janeiro, repercutiram em outras regiões, especialmente na Bahia, cujo vínculo de antiga capital pesava, assim como a importância histórica e econômica da localidade. À medida em que o nível civilizacional e cultural foi mudando, em uma perspectiva dialógica, novas demandas socioculturais surgiram. Nesse

processo, precisava-se civilizar as pessoas que viviam onde se situava a nova capital portuguesa e, posteriormente, em 1822, no país então independente politicamente. Uma forma de garantir a civilização era através da escolarização e do letramento dos cidadãos, vinculados ao processo escolar e à intensificação da criação de tipografias, bibliotecas, institutos científicos etc.

A última fase, a partir de 1930 até os dias atuais, é marcada pelo nivelamento linguístico. Nesse processo sociolinguístico, conforme Lucchesi (2017, p. 376), a norma urbana culta se difunde a partir das demandas geradas pelos processos de industrialização e urbanização. Embora essa norma comece a se afastar do padrão lusitanizado, mantém o apagamento de marcas da norma popular, reflexo da concentração de renda que favorece a manutenção da polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico.

Conforme analisado, as propostas apresentadas por Lobo (2003) e Lucchesi (2017) divergem em relação à forma como a escolarização, enquanto processo com efeitos sociolinguísticos, condiciona a periodização. Ambos os autores reconhecem que toda proposta de periodização tem um caráter generalizante, não se tratará das especificidades regionais, mas no que contribui para a compreensão da formação da história sociolinguística do Brasil. A proposta de Lobo (2003) é a primeira a reunir processos linguísticos, sócio-históricos e econômicos e serve de subsídio para as propostas seguintes, e mais fundamentadas, como a de Lucchesi.

A escolarização, nesse novo momento civilizatório, no século XIX, é compreendida como um “conjunto de práticas institucionais que buscaram implantar um sistema escolar” (SILVA; SOUSA, 2011, p. 202), considerando as variadas instituições sociais que a ofertavam, não apenas as oficialmente estabelecidas pelos governantes. As políticas linguísticas havidas no âmbito da escolarização, nesse contexto, diferenciaram-se de acordo com a posição social ocupada pelos sujeitos e ainda mantiveram parcela considerável da população sem acessá-la.

Na construção dessa história social linguística com foco nos processos de escolarização, faz-se necessário considerar inicialmente que, em cada momento histórico, a sociedade tem estado formada por alfabetizados e não alfabetizados. Diante desse contexto, é a História da Cultura Escrita (HCE), forma específica de se fazer História Cultural, que fornece subsídios para a compreensão do processo de inserção do escrito nos mais diversos grupos sociais.

Em *Historia de la cultura escrita: ideas para el debate*, Castillo Gómez (2003, p. 97) evidencia que a HCE é um espaço de investigação aberto, interdisciplinar que “aspir[a] a captar e determinar o papel desempenhado pela cultura escrita em cada uma das sociedades que se tem

sucedido ao longo do acontecer histórico<sup>18</sup>”. A HCE desenvolveu-se, assim, com o objetivo de reconstruir as relações entre as diferentes materialidades do escrito para compreender o seu significado global em uma determinada sociedade. Para tanto, a História da Cultura Escrita, a partir do que Chartier propõe, deve manter-se aberta a três direções: os discursos, as práticas e as representações.

Faz-se necessário, inicialmente, romper com a noção de sujeito universal e abstrato, situá-lo historicamente, e compreender as apropriações que se apoderam das configurações textuais na sua historicidade enquanto práticas diferenciadas de interpretação. A noção de representação, nesse contexto, parte de duplo sentido e de dupla função: fazer presente uma ausência e exibir uma presença como imagem. Esse jogo de sentidos – relação de uma imagem presente e de um objeto ausente –, conforme Chartier (1990, p. 21), é a base para a teoria do signo do pensamento clássico e dos lógicos de Port-Royal que levantam uma importante questão histórica: “a da variabilidade e da pluralidade de compreensões (ou incompreensões) das representações do mundo social e natural propostas nas imagens e nos textos antigos”. Tendo essa possibilidade em vista, torna-se importante definir de forma objetiva as inserções teóricas e os aspectos metodológicos da pesquisa.

Adotar a noção de representação, na perspectiva da História Cultural, permite, além de definir operações intelectuais para apreender o mundo e o funcionamento da sociedade, articular três modalidades da relação com o mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p.23)

As representações são, desse modo, ponto chave porque conformam os discursos e as diferentes práticas e, por consequência, a construção do mundo social, isto é, vão construindo as próprias divisões desse mundo. As representações geradas são, assim, definidas a partir do interesse daqueles que as forjam. É imprescindível, nesse processo, a análise dos discursos apresentados, relacionando-os à posição ocupada pelo sujeito do discurso:

---

<sup>18</sup> “[...] aspire a captar y determinar el papel desempeñado por la cultura escrita em cada una de las sociedades que se han sucedido a lo largo del acontecer histórico” (CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 97).

As percepções sociais não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-na como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou delimitações não é, portanto, afastar-se do social [...], consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990, p.17).

No âmbito da escolarização de mulheres no século XIX em instituições religiosas, como ocorreu no Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, compreender as representações geradas a partir das concorrências na sociedade do patriarcado, como ocorreu no Brasil, é condição necessária para construir uma história social da cultura escrita. No funcionamento interno do Recolhimento, considera-se que as mulheres recolhidas assumiam as diferentes atividades (escrivã, diretora, mestra etc.) – diferentemente da condição colocada pelo patriarcado, mas permanece a estratificação social, com a “classificação” em relatórios, da presença de recolhidas, educandas pensionistas, educandas pobres, empregadas e servas.

Castillo Gómez (2003), na esteira do que propõe Chartier, apresenta o discurso, enquanto conjunto de textos produzidos por sujeitos socialmente autorizados com o intento de regulamentar e sistematizar as relações e as práticas sociais, como espaço e forma de poder. É esse patriarcado que, através do seu discurso, propaga uma concepção de escolarização para meninas de uma forma diferente da que é apresentada aos meninos. Nesse processo, estão previstas aulas, por exemplo, conforme os relatórios enviados à Diretoria-Geral da Instrução Pública, de coser, de bordados, rendas e flores. Esse contexto reflete as normas sociais daquele momento histórico, cujo papel previsto para a mulher era de devota ao lar e à família que formaria.

Outro aspecto sócio-histórico era o problema da divisão de bens, sobretudo para famílias tradicionais. As famílias optavam por manter a mulher reclusa em recolhimentos e conventos, prática comum no Brasil, desde o século XVII, a ter de pagar um dote maior ao entregar as filhas, irmãs. Em contrapartida, apesar dos muros, era nesses espaços que a mulher gozava de determinada liberdade, conforme apresenta Ana Amélia Nascimento (1994), acerca das mulheres que estiveram no Convento de Nossa Senhora do Desterro, a primeira instituição religiosa feminina criada no Brasil, e que lidavam, por exemplo, com empréstimo de dinheiro.

A historicidade das normas sociais para Chartier, conforme Castillo Gómez (2003, p.110), “[...] é uma parte fundamental da história da cultura escrita que deve pôr-se em conexão com a realidade mais concreta das *práticas*, isto é, com os testemunhos específicos de onde se expressam os usos e funções atribuídas ao escrito”<sup>19</sup>. Os discursos são, dialogicamente, retificados pelas práticas que situam, por sua vez, a análise da cultura escrita no plano dos usos dados à mesma, considerando as competências de leitura e escrita e as atribuições dadas aos usos<sup>20</sup>.

O discurso dominante, no século XIX sobre as mulheres, restringia seu acesso ao escrito, mas começava a compreender o processo de escolarização necessário para a civilização da nova nação. Assim, elas deveriam ter acesso à cultura escrita para civilizar os seus filhos, ainda a partir da formação baseada nos preceitos da moral cristã. Estruturas como a do educandário, vinculado ao *Recolhimento dos Humildes*, era uma oportunidade de civilizar a sociedade através de mulheres formadas para assumir os papéis sociais de boas esposas, boas mães ou de religiosas.

O modo como o processo de escolarização no *Recolhimento dos Humildes* foi concebido, no século XIX, é importante de ser estudado, porque, desde a sua concepção, conforme se verifica no Estatuto do Colégio de Educação de Meninas Nossa Senhora dos Humildes, já vincula à mulher a necessidade de se qualificar, nessa nação que se encontra em um processo mais rápido de civilização, impulsionado pela vinda da Corte Portuguesa. Essas mulheres que passam a ter acesso à escolarização, ainda que muitas vezes restrito a um letramento religioso, representam um avanço para a sociedade do Recôncavo baiano, sobretudo por ter sido uma política adotada antes da primeira lei que previa cadeiras para mulheres. Essa política é também base para a futura profissionalização da mulher branca<sup>21</sup>, principalmente na formação de mestras de primeiras letras, e a feminização do magistério.

Na história da educação, no Brasil, apesar da oferta de vagas ser irregular e limitada a poucos, verificam-se, no entanto, sucessivas tentativas de implementar uma nova cultura em terras brasileiras, a cultura escolar, cuja configuração se iniciou a partir do século XIX

---

<sup>19</sup> “[...] es una parte fundamental de la historia de la cultura escrita que debe ponerse en conexión con la realidad más concreta de las *práticas*, esto es, com los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuidas al escrito” (CHARTIER *apud* Castillo Gómez, 2003, p.110)

<sup>20</sup> “Las prácticas corrigen la lógica de los discursos y sitúan el análisis de la cultura escrita en el plano de los usos dados a la misma, de las competencias efectivas del escribir y del leer, y de los modos de ponerlo en uso” (CHARTIER *apud* CASTILLO GÓMEZ, 2003, p. 111).

<sup>21</sup> As mulheres negras e das camadas populares já participavam de diversas atividades econômicas, na profissão de lavadeiras, cozinheiras, escravas de ganho, costureiras etc.

influenciada pelos processos civilizatórios que marcavam a Europa. Para Faria Filho (2000, p.136), nesse período, a

[...] instituição escolar não “surge no vazio deixado por outras instituições”. Os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação. Mas não apenas isso: a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social.

Nesse processo, permanecem muitas das características das instituições tradicionais de ensino, mas, ao longo do século, observa-se a constituição de uma cultura escolar diversa das práticas dos jesuítas e das aulas régias e a escola passa a ser um instrumento de difusão de um ideal de nação e de obediência aos seus representantes. Essas mudanças são, no que diz respeito à realidade na Bahia, observadas, por exemplo, nas dissertações *O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852)*, de José Carlos Silva, e *Escolarização na Bahia na transição Império-República e a constituição da norma culta do português brasileiro*, de Noemi Pereira de Santana.

Em *Civilizar e educar os súditos na América Portuguesa: reformas, impactos, cotidiano*, Thaís Fonseca trata da expulsão dos jesuítas do Brasil – principais responsáveis pela escolarização do início da colonização aos setecentos –, mas evidencia o “íntimo diálogo” com outras instituições através da permanência de diferentes ordens religiosas responsáveis pelo ensino junto aos professores que prestaram concurso para assumir as cadeiras régias, a exemplo de Minas Gerais. Permanecia, então, a influência da Igreja, mas agora condicionada à autorização régia para a sua atuação, afinal, os valores da Igreja Católica ainda eram necessários para a manutenção da ordem através da moral e da religiosidade.

No século XIX, após a chegada da Família Real ao Brasil e a independência política, emergem novas demandas sociais que refletem a situação da educação na Europa. A proposta da laicização da instrução começa a se consolidar em um novo modelo de escola. Assim, não se objetiva formar apenas bons homens e mulheres aos olhos de Deus, mas cidadãos para serem úteis à nação. Esse processo civilizador proposto para o Brasil será analisado a partir do conceito de *habitus*, apresentado pelo sociólogo Norbert Elias, mas tendo em vista, conforme proposto pelo autor, a realidade em que o Recolhimento dos Humildes se circunscreve, em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano.

Em *O Processo Civilizador*, Elias (1994a) verifica a função da corte e as ações para manutenção do poder no processo civilizatório nos séculos XII e XIII. Os grupos dominantes,

nesse contexto, estão em constante equilíbrio de tensões através de um jogo de interdependências necessário ao monopólio de dominação. Essa realidade favorece a ambivalência das relações sociais, devendo ser considerada, ao se propor uma análise, a dupla perspectiva do comportamento social e individual. Nesse processo, o aparato utilizado pelos reis para provocar a dominação na sociedade de corte ocorre através do monopólio fiscal, do militar e da etiqueta de corte. Na sua tese,

À medida que o tecido social se vai diferenciando, o mecanismo sociogenético do autocontrole psíquico [*Sebstkintrollapparatuur*] evolui igualmente no sentido de uma diferenciação, uma universalidade e uma estabilidade maiores [...]. A estabilidade particular dos mecanismos de autocondicionamento psíquico [*Selbstzwang-Apparatur*] que constitui o traço típico do *habitus* do homem –‘civilizado’ está estreitamente ligada à monopolização do condicionamento físico e à solidez crescente dos órgãos sociais centrais (ELIAS apud CHARTIER, p.109-110)

Sendo assim, historicamente, as normas, como as de agressividade apresentadas por Elias, variam e mudam, “se refinam (ou civilizam-se)”. Esse processo merece destaque, considerando como os sujeitos passam a compreender as regras e interdições sociais de modo auto coercitivo. A interiorização das normas sociais, das proibições, torna-se essencial ao projeto civilizatório. Considerando os recolhimentos que funcionaram aqui no Brasil, esses tinham a função de, além de possibilitar aos homens manterem as suas fortunas, civilizar e educar, no controle das emoções e afetos, aos que neles estavam presentes, sejam as educandas ou as recolhidas. Conforme nos apresenta Chartier,

O processo de civilização consiste, antes de mais nada, na interiorização individual das proibições que, anteriormente, eram impostas do exterior, numa transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e que faz passar do condicionamento social [*Gesellschaftliche Zwang*] ao autocondicionamento [*Selbstzwang*]”.

Não se trata, no entanto, de buscar o início de um processo civilizatório – perspectiva que conduziria a uma escala evolutiva no sentido de um momento ser melhor que outro, mas de buscar compreender o processo transitório de comportamentos sociais e individuais a partir das mudanças na concepção de instrução e do “padrão de hábitos e comportamentos a que a sociedade [...] procurou acostumar o indivíduo” (ELIAS, 1994a, p. 95), considerando que se destinava à sociedade de modo geral, incluindo as mulheres até então excluídas do processo

sistemático de escolarização<sup>22</sup>. As mudanças, relativas às políticas de instrução pública, são refração e reflexo de mudanças na totalidade do social.

A concepção de civilização, diferentemente dos conceitos de cortesia e *civilité*, que marcaram os processos de mudança anteriormente na Europa, já se consolidava entre os grupos mais ricos da Europa.

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização - ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo - fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para as classes alta e média da sociedade, civilização parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundi-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido (ELIAS, 1994a, p.113)

A vinda da corte portuguesa e a posterior independência política do Brasil marcaram essa fase de transição. Em um império que busca ser independente, seria natural a mudança de comportamentos para marcar a separação de Portugal e, nesse processo, a escola passa a ser um instrumento de difusão de um ideal de nação que se constrói. A reorganização das relações humanas provoca “mudanças nas maneiras, na estrutura da personalidade do homem, cujo resultado provisório é nossa forma de conduta e de sentimentos ‘civilizados’” (ELIAS, 1994b, p.195), essas mudanças psicológicas, não são, no entanto, racionalizadas. Segundo o autor,

O fato de que isso não exija apenas uma regulamentação consciente já foi salientado. O fato seguinte foi característico das mudanças psicológicas ocorridas no curso da civilização: o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão a qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse. A teia de ações tornou-se tão complexa e extensa, o esforço necessário para comportar-se "corretamente" dentro dela ficou tão grande que, além do autocontrole consciente do indivíduo, um cego aparelho automático de autocontrole foi firmemente estabelecido. Esse mecanismo visava a prevenir transgressões do comportamento socialmente aceitável mediante uma muralha de medos profundamente arraigados, mas, precisamente porque operava cegamente e pelo hábito, ele, com frequência, indiretamente produzia colisões com a realidade social (ELIAS, 1994b, p.196).

A estabilização de órgãos centrais da sociedade e a monopolização da força física, seja pelo poder de polícia ou pelo autocontrole proporcionado pela instrução pública, no momento pós independência da nação brasileira, foram contextos favoráveis para o controle mais

---

<sup>22</sup> Desde o período de colonização do Brasil é possível observar mulheres que tiveram acesso a algum nível de instrução, geralmente restrito às mulheres da elite, e que estavam inseridas no contexto da cultura escrita, possuíam algum nível de letramento. Essa realidade, contudo, era assistemática, não era fruto de uma política educacional.

complexo e estável de que trata Elias. Essa realidade, com estímulos ao autocontrole e à autolimitação dos indivíduos desde a infância, conduz a “um grau mais elevado de automatismo, e se torna, por assim dizer, uma ‘segunda natureza’” (ELIAS, 1994b, p. 197), ou seja, o *habitus* que é internalizado psicologicamente, na dimensão individual, com impactos na sociedade. Assume-se, assim, um autocontrole consciente e um hábito automatizado, sendo os adultos modelos de comportamentos para as crianças.

Por estar o clero em uma instância de relações mais densas e complexas, as relações em seus domínios tornam-se mais efetivas. Dessa forma, em espaços religiosos, como recolhimentos e conventos, o processo de autocontrole é maior e, conseqüentemente, um grau mais elevado de automatismo. Pensar o *habitus*, nesse contexto, possibilita entender a como funcionam e quais são os impactos na vida nesses espaços.

## 2.2 HISTÓRIA CULTURAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: SUBSÍDIOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASIL

O campo 6, “Língua Portuguesa, sua escolarização e suas interfaces”, do subprograma História da Cultura Escrita no Brasil – HISCULTE<sup>23</sup>, no qual este estudo se insere, objetiva “analisar o desenvolvimento do processo de escolarização do ensino da língua portuguesa no Brasil colonial e pós-colonial”. Para a realização de pesquisas nesse campo, fazem-se necessários diálogos com outras áreas do saber, além da intersecção, abordada anteriormente, entre a História Social Linguística (MATTOS E SILVA, 2004) e a História da Cultura Escrita (CASTILLO GÓMEZ, 2003), forma específica de se fazer História Cultural. A interface dessas áreas com a História da Educação (HE) possibilita se compreender e situar historicamente o Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes e o Collegio que o integrava, instituição com finalidade de educar mulheres no século XIX, objeto da presente pesquisa.

A escolarização, enquanto conjunto de práticas institucionais que visam à implementação de um sistema escolar (SILVA; SOUSA, 2011), deve ser analisada à luz de uma “nova” História da Educação (HE), marcada pelo desenvolvimento da História Cultural (HC), observando-se como esses dois campos se situam um em relação ao outro. Nesse contexto, os

---

<sup>23</sup> O Hisculite, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Tânia Lobo, integra o Programa para a História da Língua – PROHPOR. Para obter maiores informações sobre o subprograma e os campos de investigação, pode-se acessar o link: [www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao](http://www.prohpor.org/hisculte-campos-investigacao).

processos de escolarização foram, e ainda são, importantes<sup>24</sup> para a difusão social do escrito e a disseminação de normas linguísticas conservadoras do português brasileiro (PB) (MATOS e SILVA, 2004).

A História da Educação de que se trata tem, contemporaneamente, uma perspectiva marcada pela História Cultural (HC). Para Thaís Nívia de Lima e Fonseca (2008, p. 54), em *História da Educação e História Cultural*<sup>25</sup>, essa mudança reflete novas possibilidades de investigação da História Cultural, a exemplo do pensamento de Daniel Roche, para quem a escola estava entre as instituições de sociabilidade, que permitem estudar os comportamentos coletivos; e de Jean-Pierre Rioux, que destaca a importância dos mediadores culturais, com os processos de transmissão de saberes, relevante para compreender os processos educativos em tempos e lugares diversos. Desse modo, compreende-se “[a] educação como um tema/objeto de investigação necessário, de vital relevância para a compreensão da formação cultural de uma sociedade”. (FONSECA, 2008, p. 53).

Estão em jogo diferentes conceitos de cultura<sup>26</sup>, mas que remetem para uma discussão maior, na qual se apresenta o impacto que a História Cultural teve sobre a História da Educação – para além da ampliação de objetos de pesquisa e novas perspectivas de análise. Questiona-se, no entanto, até onde a História Cultural interferiu no estabelecimento da História da Educação, isto é, se seria a nova HE parte da HC, ou se seria um campo tão autônomo quanto o da HC. Essa discussão remete ao momento de formação da História da Educação como disciplina, e na sua ausência no conjunto da produção historiográfica (FALCON (2006); FONSECA (2008[2003]); CASTANHO (2010)).

Os supracitados autores verificam, a partir da análise de diversas produções consideradas mais importantes na História da Educação, a ausência de trabalhos relativos à história da educação no âmbito do território do historiador, que, de acordo com Fonseca (2008, p. 52), “não aparece nem como território, nem como campo de investigação, sequer como

---

<sup>24</sup> Consideram-se os diversos contextos no âmbito da cultura escrita, como os processos de escolarização, o estabelecimento da imprensa e a disseminação de impressos no país, sem desconsiderar também os fatores que condicionam a polarização linguística apresentados pela Sociolinguística, mas que não serão discutidos neste espaço.

<sup>25</sup> O livro *História e historiografia na educação do Brasil*, da qual este artigo faz parte, foi publicado no ano de 2003. Utilizou-se para esta seção, no entanto, a publicação do ano de 2008.

<sup>26</sup> Dentre os problemas da história cultural apresentados por Falcon (2006, p. 336), o autor destaca que “há os que definem o cultural como tudo aquilo não classificado como econômico, político, social; mas há também quem veja o cultural como uma dimensão transdisciplinar, inerente ao próprio real, própria de todo o fazer humano. Logo não haveria como circunscrever o cultural em termos de região ou nível, pois, a rigor, ele faz parte de todos os níveis”. É esta última compreensão de cultural que se toma para este trabalho.

tema”. Observa-se, assim, que estudar os processos e as instituições educativas não constituía interesse dos historiadores *tout court*, esse estudo restringiu-se à sua dimensão de disciplina de alguns cursos de formação de professores, “[n]o fundo, como no caso da educação, tratava-se de uma disciplina (história da educação) que não foi instituída como especialização temática da história, mas como parte integrante de uma *ciência da educação*”, uma ciência auxiliar da educação, conforme Francisco José Calazans Falcon (2006, p.331), em *História cultural e história da educação*.

A partir dos anos de 1980, no entanto, esse cenário começa a mudar em razão da criação de grupos de trabalhos de história da educação, dentre os quais (FALCON, 2006, p.331-332):

- Em 1984, criou-se o GT História da Educação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED);
- 1986 é o ano do estabelecimento do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP);
- No ano de 1999 foi criada a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE);
- Em 2001, começa a ser publicada a Revista Brasileira de História da Educação.

O estabelecimento de grupos e a criação de revistas científicas na área refletiram a preocupação de pesquisadores com novos caminhos, fazendo-os reavaliar os pressupostos teórico-metodológicos da História da Educação, o que conferiu maior autonomia e a sua inclusão na historiografia. A mudança decorre do repensar a relação entre história e cultura, da influência da História Cultural em duas perspectivas: a preocupação, conforme Fonseca (2008, p.54) com os “objetos culturais”, nos quais a educação, em diversos dos seus sentidos, pode ser vislumbrada” e o destaque aos pressupostos metodológicos que contemplam as práticas sociais e as suas representações. A questão permanece, no entanto: teria a História da Educação autonomia ou estaria no âmbito da História Cultural?

Fonseca (2008) destaca a contribuição da pluralidade de possibilidades de investigação da História Cultural para o avanço de temáticas e metodologias da historiografia. Esse contexto marcou a História da Educação na qual se constata que:

[...] sua especificidade é limitada, que ela não produz autonomamente seus pressupostos teórico-metodológicos e que, à parte a especificidade do seu objeto – que não lhe é, no entanto, exclusivo –, obedece às tendências gerais da historiografia quanto aos procedimentos da investigação, ao trato com as fontes, à análise e à interpretação.

A contribuição que a História Cultural, como campo de investigação dotado de aportes teórico-metodológicos, pode dar ao avanço na História da Educação está no descortinamento de dimensões ainda pouco exploradas, fora

da escola e da escolarização, bem como a imposição corajosa de novos olhares sobre essa que é uma dimensão já tradicional (FONSECA, 2008, p. 72).

A autora considera, dessa forma, que a História da Educação não tem autonomia teórico-metodológica para se configurar como campo do conhecimento, estando condicionada às “tendências gerais” da historiografia. É a História da Educação vista como uma especialização da História. A autora vai mais além, quando posiciona a História da Educação em face à História Cultural: “Antes utiliza seus procedimentos metodológicos, conceitos e referenciais, bem como muitos objetos de investigação” (FONSECA, 2008, p. 59).

Essa relação possibilitou um arejamento da História da Educação. Os novos ares permitiram que as pesquisas no âmbito da HE fossem se renovando e se ampliando com a interface com outros campos do saber – a linguística, a sociologia, política, antropologia etc. Questiona-se, no entanto, se estaria a História da Educação, a partir dessas mudanças, ainda subordinada à História Cultural.

Falcon (2006, p.335-338), em seu percurso, enfatiza o caminho trilhado pela História Cultural para situar a História da Educação e apresenta os objetos de análise desta como parte das temáticas sugeridas por Le Goff & Kopeczi (1982), os fatores para adoção de métodos apresentados por Duby (1982, p. 14-17) e, por fim, situa a História da Educação entre os quatro blocos apresentados por Jean-Pierre Rioux (1997, p. 17-18). Assim, o autor (2006, p. 375) verifica que:

[...] a história cultural é um campo multi ou interdisciplinar, não apenas um tipo de abordagem, nem apenas um novo espaço ou dimensão do real, e enfatiza a necessidade de uma nova reflexão mais sistemática sobre a educação como um tema/objeto de investigação necessário à compreensão da formação cultural de uma sociedade.

Para Falcon (2006, p.333), é a História da Educação uma disciplina autônoma. A HE e a História Cultural são, assim, “disciplinas de intersecção entre dois campos principais – no caso em tela, entre o campo das ciências históricas e o das ciências da educação”.

Castanho (2010) apresenta uma perspectiva diferente para a discussão. Em *Teoria da história e história da educação*, o autor, inicialmente, pontua a perspectiva de partida da sua análise, a teoria marxiana da história. Para isso, o autor propõe uma revisão da produção de Karl Marx e de Marx e Engels e tece críticas às diferentes leituras marxistas produzidas ao longo da história.

Para verificar a compatibilidade dessa possível relação entre as ideias de Marx e a História Cultural, Castanho (2010 [1997], p. 82) cita Falcon (1997, p. 114), que separa “de um

lado, as abordagens ou tendências historiográficas que de algum modo relacionam o universo das ideias – ou intelectual – com o da sociedade; e de outro, as que rejeitam ou ignoram tais relações, trabalhando as ideias apenas em seu suporte textual”. Castanho denomina as primeiras *contextualistas* e as segundas *textualistas*. As abordagens contextualistas são representadas, por exemplo, por autores como Louis Althusser e Edward Palmer Thompson e Frederic Jamenson, enquanto que as textualistas têm como proeminente expoente Michel Foucault.

Há também uma abordagem de interseção entre *textualistas* e *contextualistas* que ora enfatiza a primazia do texto, o que pode dificultar a relação com o marxismo, representada por Roger Chartier que traz as noções de “práticas” e “representações”; ora enfatiza o contexto, com Pierre Bourdieu apresentando as noções de “processo simbólicos” e “*habitus* de classe”, por exemplo, o que possibilita a interlocução direta com o materialismo histórico.

O autor traça esse percurso para justificar a adoção da teoria marxiana da história e a influência na sua compreensão da História Cultural e de cultura, sendo esta

[...] o referencial obrigatório para a inteligibilidade do social. Mas não é a *causa* dos acontecimentos sociais, como gostaria de ser vista pelo culturalismo. As causas têm de ser encontradas em outro lugar, na produção material da existência; mas uma ciência social interessada na interpretação dos fenômenos sociais (acontecimentos, comportamentos, instituições e processos) não pode deixar de considerar esse mundo simbólico (CASTANHO, 2010, p. 88).

O conceito-chave é, então, o materialismo histórico, “integração das múltiplas determinações do real com base na produção material da existência” (CASTANHO, 2010, p. 8) para o qual concorrem o bloco histórico ou unidade dialética – termo de Gramsci tomado pelo autor. Essa unidade engloba a estrutura social e a superestrutura, cujas tensões podem ser observadas através da compreensão da ideologia, quando as “pessoas tomam consciência de sua posição na sociedade”. A cultura, nesse contexto, é bidirecional, da “teia para as partes, destas para as teias” (CASTANHO, 2010, p. 88).

O fenômeno educativo em mudança, no entanto, para ser analisado, depende de adaptações aos objetos, problemas e procedimentos tomados pela nova perspectiva da História da Educação da teoria e da metodologia fornecidas pelo materialismo histórico. O autor considera a possibilidade de o marxismo refazer-se de acordo com esses novos percursos, especialmente no caso da educação, objeto complexo. Isso não implica que a História da Educação deva ser absorvida pela História Cultural, mas juntas possibilitariam a “mútua fecundação”, afinal [...] “a história cultural tem âmbito próprio, sem deixar de ser história. E a história da educação, depois de um longo itinerário, acaba também por constituir-se como

campo autônomo, dotado de objeto próprio, ainda que tangencie outras disciplinas históricas ou com elas caminhe” (CASTANHO, 2010, p. 89).

O reconhecimento da autonomia da História da Educação contribui para as bases deste estudo na medida em que se percebe que a educação deixa de ser compreendida como mero meio de transmissão de cultura – perspectiva evolutiva e elitista –, ou seja, deixa de ser subordinada ao gênero cultura. Com a mudança proporcionada pela “virada cultural”, enfatizam-se os valores de grupos particulares, em períodos e em lugares específicos, e a concepção de cultura passa a ser dialética.

Isso implica, para a História da Educação, em uma forma diferente de olhar os seus objetos tradicionais e a eleição de novos artefatos e práticas como objetos (BURKE, 2008, p.43), a partir da relação que podem desenvolver com a sociedade. É importante destacar que, conforme Castanho (2010, p.88), nesse contexto, a cultura não é a causa dos acontecimentos sociais, devendo a causa ser encontrada na produção material da existência, o que envolve integrar múltiplas determinações sociais.

A legitimidade da História da Educação, que “se ocupa do fenômeno educativo na medida em que este se transforma” (CASTANHO, 2010, p. 90), se estabelece a partir da própria articulação com a totalidade histórica. Compreendê-la em seu desenvolvimento e na relação com a História Cultural permite lançar luzes à ação dialética do processo de transformação da educação, em diferentes espaços e temporalidades, que é reflexo e reflete na difusão social da escrita. Nesse processo, o Recolhimento dos Humildes e o colégio, enquanto espaços de difusão social da escrita para mulheres, devem ser pensados vinculados e situados na totalidade histórica, a partir das diferenças enquanto espaço que ofertava educação às mulheres e que representou, à época, um avanço para o acesso à cultura escrita.

### 2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

A História da Cultura Escrita, ao conformar o processo de alfabetizar como uma prática cultural, em muito contribui com a História da Alfabetização. Para Isabel Frade, em *História da Alfabetização e da Cultura Escrita: discutindo uma trajetória de pesquisa*,

[...] considerando os aportes dados por Roger Chartier (2002) e o texto de Ana Maria Galvão (2010), que trabalha elementos para construção de uma história da cultura escrita, identificamos várias portas de entrada para estudar a história da alfabetização: as instâncias/instituições, os objetos, os sujeitos, os suportes e os meios de produção e a transmissão da escrita. Essa perspectiva nos ajuda a problematizar o que estamos investigando, com quais fontes e em quais

espaços sociais, quando nomeamos a área de estudos como ‘história da alfabetização’ (p.184).

A problematização das próprias práticas e investigações tem proporcionado à História da Alfabetização adentrar essas “portas de entrada” trazendo à luz outros objetos a serem estudados, situando esses “novos” objetos no contexto social em que estão inseridos. Ainda de acordo com a autora (2011, p. 183), “[...] na história da alfabetização que estamos produzindo, pouco se discute sobre os objetos de escrita e sua relação com desdobramentos pedagógicos que vão além de uma metodologia da alfabetização, mas que constituem as materialidades e a cultura escolar”. Essa perspectiva que vem ganhando espaço, em contrapartida, baseia-se em uma noção de cultura, influenciada pelos estudos antropológicos, diferente da tradicionalmente estabelecida – já discutida anteriormente–, que entende as materialidades produzidas socialmente como importantes para compreender o processo e produto alfabetização, considerando a existência inclusive de outras instâncias formativas para além de escolas e a formação de uma cultura escolar que começou a se desenvolver no Brasil no século XIX.

Conforme Frade,

[...] assim, é certo que faríamos outras perguntas para estudar o analfabetismo ou a aprendizagem do ler e escrever se variássemos as instituições que transmitem os “rudimentos da escrita” e se olhássemos a demanda social para a aquisição da tecnologia que determina práticas e usos relacionados à alfabetização, em determinado momento histórico (FRADE, 2011, p. 183).

O reconhecimento desses diferentes espaços torna possível analisar a instrução de grupos socialmente marginalizados ao longo da história. Dentre mulheres brancas e pessoas escravizadas, por exemplo, uma quantidade menor dessas que a de homens brancos e livres, mas um quantitativo relevante historicamente. Essas puderam receber algum tipo de instrução através de instâncias não oficiais, ou cujo ensino de língua portuguesa não era finalidade primária, como em confrarias, oficinas de aprendizagens, recolhimentos etc. Isso possibilita ao pesquisador compreender as permanências nos sistemas de ensino e os reflexos na atualidade, e desconstruir estereótipos ainda hoje vigentes acerca dos diferentes grupos sociais historicamente estigmatizados.

Acentua-se no final do século XVIII e ao longo do século XIX, a partir da influência dos ideais da revolução francesa e do iluminismo e a conseqüente formação dos sistemas nacionais de ensino, o desenvolvimento de uma cultura escolar<sup>27</sup> mais próxima do que hoje se

---

<sup>27</sup> Para compreender melhor as influências dos ideais da revolução francesa, do iluminismo e do capitalismo para a formação dos sistemas nacionais de ensino, com ênfase na Bahia, cf. SILVA, José Carlos de Araujo. **O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852)**: um estudo do cotidiano escolar. 1999. 209 f.

compreende como escola. Além do aprendizado das primeiras letras e contar, começa a ser introduzida a formação para o exercício de diferentes ofícios, sobretudo para as camadas mais pobres da população, requisito para atender as demandas sociais exigidas pela urbanização crescente. Nesse contexto, as diferentes instâncias de ensino buscam suprir as necessidades da sociedade e os requisitos do sistema econômico em voga.

É relevante destacar a diversidade na escolarização dos grupos sociais – entendidos de forma não estanques, pois há um fluxo entre esses grupos – para compreender que também foram diversos os agentes alfabetizadores e alunos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem; os materiais e os suportes utilizados etc. e, por consequência, diferentes níveis de instrução.

Para entender melhor como se processaram essas diferenças, são importantes os conceitos de alfabetização e letramento. O termo alfabetização, revestido de polêmica quanto aos seus possíveis significados, permite compreender não só o processo de aquisição de uma tecnologia, como também uma mudança de estado na medida em que a pessoa sai do estado ou condição de analfabeta e se torna alfabetizada.

O letramento tem, no entanto, um sentido mais amplo e abrange os usos sociais da leitura e da escrita (SOARES, 2016, 2009; STREET, 2014; TFOUNI, 2010). Os termos analfabeto e analfabetismo complementam os conceitos citados ao representarem a condição da maior parte da população durante séculos no país.

A problematização desses conceitos-chave para a História da Alfabetização, que conduz às mudanças no campo, renovando-o e o tornando mais independente, decorre da influência de outros campos:

Finalmente, a história da alfabetização feita por muitos de nós também é marcada pelo ponto de partida dado pelos campos de formação e de pesquisa: pedagogia, linguística, literatura, história da educação, história do livro e história da cultura escrita. Sendo um campo em consolidação, precisamos realizar estudos integrados para somar esforços e olhares na compreensão do fenômeno de difícil definição, que é a alfabetização e sua história (FRADE, 2011, p. 196).

### 2.3.1 Alfabetização e letramento

---

Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999. e SANTANA, Noemi Pereira de. **Escolarização na Bahia na transição Império-República e a constituição da norma culta do português brasileiro**. 2007. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras)– Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

Inicialmente, para tratar dos conceitos de alfabetização e letramento, faz-se necessário situar os seus usos ao longo da história. Antes da adoção do termo letramento, no Brasil, a partir da década de 1980, a palavra alfabetização era utilizada, mas em uma frequência menor que a palavra analfabetismo. O emprego mais frequente de analfabetismo refletia a condição de grande número da população brasileira marcada pela falta de domínio da leitura e da escrita, condição secular que só foi revertida a partir da década de 1980.

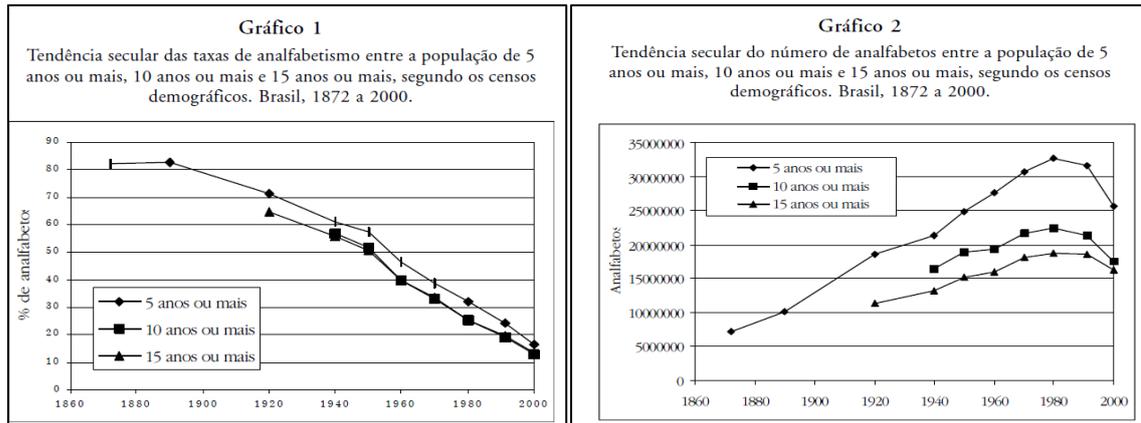
De acordo com Alceu Ferraro (2002), ao analisar as estatísticas educacionais a partir do século XIX, no artigo *Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?*, o que se denomina de analfabetismo tornou-se um problema quando, na reforma eleitoral de 1882, houve a proibição do voto para quem era analfabeto – anteriormente, o critério era econômico, tendo direito a votar quem tivesse uma alta renda anual determinada, o que excluía grande parte da população –, sendo o contexto revertido apenas a partir de uma emenda constitucional em 1985 e firmado na Constituição Federal de 1988. A mudança de critério para proibição do voto, de econômico para político, está impregnada da concepção de incapacidade daquele que não domina o código escrito de exercer a sua cidadania, e construiu uma representação desse sujeito como marginal.

Da análise do primeiro censo realizado em todo o Brasil em 1872 ao do ano 2000, Ferraro (2002) destaca o número elevado de analfabetos ao longo da história<sup>28</sup>. Enfatizando os índices apresentados em 1872, a quantidade de analfabetos estava acima de 80% da população, como se pode verificar no gráfico 1 elaborado pelo autor. Embora o percentual diminua ao longo dos anos, o número real de analfabetos aumentou expressivamente (gráfico 2), demonstrando uma tendência secular, até a década de 1980, quando passa a decrescer.

**Figura 1** – Gráficos sobre as taxas de analfabetismo, Ferraro (2002)

---

<sup>28</sup> O estudo apresentado por Alceu Ferraro (2002) problematiza o uso dos dados dos censos, realizados entre 1872 e 2000, ao compará-los, tendo em vista que há diferenças nos critérios utilizados e nos conceitos adotados ao longo dos anos, a exemplo do conceito de alfabetizado, e desconsidera o censo do ano de 1900, por causa do sub-censeamento de áreas rurais em alguns estados brasileiros (cf. FERRARO, Alceu Ravanello. *Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?* **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.).



Fonte: FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

A mudança de comportamento social, observada nos dois gráficos, demanda dos estudiosos a adoção de conceitos e termos para expressar a nova condição em que a sociedade se encontra. Nesse processo, a inexistência de um equivalente oposto para a palavra analfabetismo é representativo de como permaneceu, em grande parte da história do país, a maioria da população.

Magda Soares (2009), em *Letramento: um tema em três gêneros*, para chegar à definição de letramento, palavra que começou a ser usada para contemplar a nova condição em que o país se encontrava no final dos anos de 1980<sup>29</sup>, e distingui-la de alfabetização, que também assume novos significados, destaca o valor dos termos analfabeto e analfabetismo na sociedade brasileira. Analfabetismo, conforme a autora, “é um *estado*, uma *condição*, o modo de proceder daquele que é analfabeto”, sendo analfabeto “aquele que não conhece o alfabeto, que não sabe ler e escrever” (2009, p. 30. Grifos da autora).

Torna-se necessário, para sair dessa condição, alfabetizar o indivíduo para esse ser “capaz de ler e escrever”, através do processo de alfabetização, “ação de alfabetizar, de tornar ‘alfabeto’” (SOARES, 2009, p. 31). Para a autora, a estranheza dessa última expressão, “tornar alfabeto” – sobretudo em contraste com o que seria seu oposto amplamente empregado “analfabeto” –, revela como a história da educação foi marcada pela forma negativa. A mudança de paradigma, redução do número de analfabetos, no entanto, condicionou a adoção da palavra letramento.

O letramento, conforme Soares (2009, p. 39), é “resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita”, sendo “o estado ou condição que adquire um grupo

<sup>29</sup> Conforme Magda Soares (2009), a palavra *letramento* foi utilizada, pela primeira vez, por Mary Kato, no livro *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, em 1986.

social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. A definição apresentada não significa, contudo, o domínio do código escrito enquanto tecnologia, ou seja, a alfabetização. Um indivíduo pode ser letrado, participar das práticas sociais e suprir as demandas sociais, em uma sociedade grafocêntrica, sem dominar o código escrito.

Deve-se ter cuidado, no entanto, para o termo letramento não ter o seu significado “gaseificado” e o conceito de alfabetização ser analisado de forma superficial e “neutra”, pois:

Reduzir a alfabetização à ‘aprendizagem da técnica, domínio do código convencional da leitura e da escrita e das relações fonema/grafema, do uso dos instrumentos com os quais se escreve’ é desvestir o processo de alfabetização de todo e qualquer cunho político. Como se a técnica fosse neutra e como se seu uso – os sentidos que fazem circular – fosse independente de interesses sociais.

Infelizmente, aqui se encontra a razão política da importância do conceito de **letramento**. E sob esses dois aspectos: a alfabetização é reinventada como atividade técnica [...]; e cada alfabetizado [...] adequar-se-á ao nível de uso da leitura e da escrita segundo as exigências sociais que lhe são impostas. Em outras palavras: domínio de uma técnica e adequação na resposta ao solicitado no mundo existente (GERALDI, 2011, p. 29. Grifo do autor).

Nesse excerto do capítulo *Alfabetização e letramento: perguntas de um alfabetizado que lê*, João Wanderley Geraldi (2011) questiona alguns aspectos: a pretensa neutralidade do processo de alfabetização, desconstruída na citação; o uso do escrito para suprir exigências sociais; e o contexto em que a palavra letramento foi introduzida, já que havia, no Brasil, uma corrente de pesquisadores que ressignificou a palavra alfabetização para abranger não apenas o aprendizado do código:

Mas, há alguns anos, a preocupação com os sentidos passou a ter predominância. Desde Paulo Freire e a escolha dos temas geradores, dos quais emergiam as palavras usadas para a aquisição do código – palavras prenes de sentido político –, os estudiosos da alfabetização têm dedicado especial atenção ao fato de que, ao usarmos a língua falada não estamos preocupados com os sons discretos que a compõem, mas com os sentidos. As crianças, no processo de aquisição da linguagem, não aprendem primeiro os sons da língua para depois falarem, mas, falando, aprendem os sons [fones] e mais tarde deles extraem também o sistema fonológico da língua (GERALDI, 2011, p. 28).

Esses estudiosos não só evidenciam o valor político do processo de alfabetização, como sugerem forma de se alfabetizar diversa da tradicional, baseada no uso de cartilhas em que se associa a relação som/grafema. Para isso, precederia a leitura de mundo, a compreensão crítica da situação em que se vive, condição para se alfabetizar no sentido freireano. A proposta de

Freire rompe com o que Soares (2016) chama de perspectiva individual do alfabetismo<sup>30</sup> e passa para o âmbito social do letramento.

A dimensão social do letramento, conforme Soares (2009), circunscreve duas interpretações antagônicas, a versão “forte” e a versão “fraca”. Na versão “fraca”, de perspectiva liberal, a relação entre a sociedade e o letramento visa à adaptação do cidadão para o cumprimento das práticas sociais e para o sucesso pessoal, sendo o letramento um conjunto de habilidades de leitura e escrita que permite o bom funcionamento do cidadão nessas práticas sociais. Desse contexto deriva o termo “letramento funcional” (ou “alfabetismo funcional”). Para Geraldi (2011, p.30), nesse contexto, o “letramento prevê, de antemão o lugar social que cada um deve ocupar – qualquer exceção pode ser *inadequada*, quer sejam uma leitura e uma escrita para mais (política e crítica), quer sejam uma leitura e escrita para menos (não compreender instruções, avisos, faturas, contas etc.)”.

A versão “forte”, em contrapartida, tem interpretação “revolucionária”, considerando que o letramento não é neutro, mas um “conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem a leitura e a escrita geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar *ou* questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais” (SOARES, 2009, p. 74-75). Essa perspectiva de letramento desconstrói a ideia de que o letramento – geralmente o escolarizado – é responsável pelo “desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional e cidadania” (SOARES, 2009, p. 74), desconsiderando que há fatores sociais mais amplos que influenciam nas mudanças sociais.

Para avançar nas críticas, deve-se repensar a relação entre escrita, alfabetização e letramento. Sendo assim, será abordada essa nova relação a partir do que propõem os autores Leda Tfouni (2010), Magda Soares (2016) e Brian Street (2014).

Em *Escrita, alfabetização e letramento*, Leda Verdiani Tfouni trata da segmentação dos processos de aquisição e usos da escrita da seguinte forma:

Apesar de estarem indissolúvel e inevitavelmente ligados entre si, escrita, alfabetização e letramento nem sempre têm sido enfocados como um conjunto pelos estudiosos. Diria inicialmente que a relação entre eles é aquela do *produto* e do *processo*: enquanto os sistemas de escrita são um produto cultural, a alfabetização e o letramento são processos de aquisição de um sistema escrito (TFOUNI, 2010, p.11).

---

<sup>30</sup> Soares (2016) informa que, quando da publicação do capítulo *Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas*, em outubro de 1995, a palavra *alfabetismo* foi sendo substituída por *letramento* à medida que os usos da língua escrita se ampliam e correspondem a demandas sociais mais complexas.

Para a autora, no entanto, a dissociação acontece a partir do momento em que a alfabetização é tida como um produto a ser adquirido com objetivos instrucionais. Enquanto processo, a incompletude da alfabetização foge do controle dos processos de escolarização, tomados de forma seriadas e estanques, ou seja, “[...] a descrição dos objetivos a serem atingidos deve-se a uma necessidade de controle mais da *escolarização* do que da alfabetização. De fato, a alfabetização está intimamente ligada à instrução formal e às práticas escolares, e é muito difícil lidar com essas variáveis separadamente”. A divergência é que o ato de alfabetizar é um processo, não é seriado, vai se desenvolvendo ao longo do tempo. No início, pode acontecer no âmbito escolar, mas, posteriormente são as demandas sociais e do sujeito que traçam o caminho a ser percorrido. Nesse sentido, conforme a autora, o processo de alfabetização não corresponde aos objetivos da escola – lugar onde se alfabetiza por essência na sociedade ocidental.

O problema consiste em considerar a alfabetização apenas como parte das práticas escolares, desvinculando-a da realidade na qual o indivíduo está inserido. Na relação entre escolarização e alfabetização (GERALDI, 2011; STREET, 2014), a alfabetização proposta pela escola não apresenta subsídios à população para se desenvolver socialmente com autonomia e de forma crítica.

Nesse cenário não se pode perder de vista que a escrita é um produto cultural<sup>31</sup> e a sua aquisição envolve estratégias ideológicas que vão interferir no como acessá-la. Desconsiderar os usos e melhor desempenho em práticas sociais “mais amplas” na escolarização das massas reflete a tentativa de dominação da maior parte da população.

Se a escrita está associada, desde suas origens [...], ao jogo de dominação/poder, participação/exclusão que caracteriza ideologicamente as relações sociais, ela também pode ser associada ao desenvolvimento social, cognitivo, e cultural dos povos, assim como as mudanças profundas nos seus hábitos comunicativos (TFOUNI, 2010, p.15).

Mesmo considerando a alfabetização em sua dimensão política, complexificam-se e se ampliam as demandas sociais dos usos do escrito. A escrita de assinaturas, por exemplo, que correspondia a ser alfabetizado nas sociedades do antigo regime, já não são suficientes para a sociedade que torna o escrito base para suas práticas sociais; assim como a versão “fraca” do letramento (SOARES, 2009) que se estabeleceu a partir dos anos 1980 no Brasil já não fornece subsídios para compreender as necessidades dos diferentes grupos sociais. Nesse contexto, o termo letramento, a partir dos Novos Estudos do Letramento (STREET, 2014), ressignifica-se.

---

<sup>31</sup> Para Tfouni, cultural “no sentido do materialismo histórico, onde estão embutidas as categorias: consciência (atividade reflexiva); poder de decisão; proposição de finalidades pessoais; historicidade; construção e transformação da natureza” (TFOUNI, 2010, p. 12).

O letramento, proposto por Brian Street (2014), em *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*, supera a tendência do letramento autônomo “pedagogizado” (o que corresponde à versão fraca do alfabetismo para Soares (2016)), com ênfase nas consequências cognitivas da aquisição do letramento, cujo espaço de aquisição é unicamente a escola. Essa perspectiva estabelece uma forma dominante de letramento, “invisibilizando” outras formas, sobretudo aquelas oriundas de práticas de diferentes grupos étnico-sociais como também de gênero diverso ao de uma sociedade patriarcal, rica e branca.

Dessa forma, o que Street (2014) propõe tem sido:

[...] no rumo de uma consideração mais ampla do letramento como uma prática social e numa perspectiva transcultural. Dentro dessa perspectiva, uma mudança importante foi a rejeição por vários autores da visão dominante do letramento como uma habilidade “neutra”, técnica, e a conceitualização do letramento, ao contrário, como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder e incrustada em significados e práticas culturais específicos – o que eu tenho descrito como ‘Novos Estudos do Letramento (cf. Street, 1993a e 1993b; cf. também Gee, 1990). Nessa perspectiva, a relação entre língua escrita e língua oral difere segundo o contexto – não existe nenhuma explicação universal sobre ‘o oral’ e ‘o escrito’. As condições sociais e materiais afetam (se é que não determinam) a significação de uma dada forma de comunicação, e é inadequado (senão impossível) deduzir do mero canal quais serão os processos cognitivos empregados ou as funções que serão atribuídas à prática comunicativa (STREET, 2014, p. 17).

Conforme as perspectivas etnográfica e antropológica, compreender os usos do escrito requer situá-lo em um determinado contexto, nas práticas comunicativas de um grupo social específico, e entender como essas pessoas influenciam no letramento. Nesse sentido, desconstrói-se a noção de que o letramento escolarizado prevalece sobre as outras formas de letramento social, pois são estas que habilitam os indivíduos a interagirem com o mundo que os cerca.

A separação do espaço de letramento (com a criação de escolas) do espaço do cotidiano reflete uma ideologia mais ampla do mundo social e construído (STREET, 2014, p. 130), onde são ratificadas relações de controle, hierarquia e autoridade. Isso implica em que é possível observar nas continuidades entre o que se desenvolve na cultura escolar e no âmbito doméstico aspectos diversos que contribuem para hegemonia de uma forma de letramento. Assim, a análise dessas continuidades traz luzes para os diversos contextos de letramento, como nos usos do escrito pelas mulheres ao longo da história do Brasil, e evidencia como a prevalência de um modelo de letramento não deriva apenas da escola, mas é construção social.

Historicamente, a necessidade de instruir, posteriormente escolarizar, a população ocorre à medida em que se fortaleceram os Estados-nação. Aqueles que os comporiam, para serem úteis à nação, passam a ser instruídos a partir da tutela e do controle do Estado. No percurso histórico, observam-se diferenças de como cada grupo étnico, social e cada gênero usufruiria dessa tecnologia, “dependendo das crenças, dos valores e das práticas culturais, e da história de cada grupo social” (SOARES, 2016, p.37).

Essas diferenças de acesso ao escrito na história remetem a duas questões: i) para diferentes sociedades e nos diferentes grupos sociais que as compõem, as práticas de leitura e escrita exercem papéis e assumem valores diversos e ii) a alfabetização e/ou o letramento envolvem dois processos: a leitura e a escrita.

A difusão da escrita não ocorreu, e ainda não ocorre, de forma homogênea na sociedade. Do século XVI ao XVIII, conforme dados apresentados por Chartier em *As práticas da escrita* (2004) acerca da capacidade de assinatura, há maior domínio da escrita pela população europeia, mas de forma desigual: os homens assinam mais que as mulheres, diferença que pode chegar a 30%; a atividade econômica e a condição social favorecem, ou não, o acesso à escrita, no século XVII, na Inglaterra rural, assinam 100% ou quase dos clérigos, gentis-homens e grandes comerciantes, entre 70% e 80% dos artesãos qualificados, 30% a 40% dos comerciantes e artesãos de aldeia e até 25% dos operários da construção, pescadores, pequenos meeiros, pastores, trabalhadores agrícolas. A diferença também se processa geograficamente, é maior a quantidade de pessoas que assinam na cidade – mesmo considerando a hierarquia social e a consequente heterogeneidade – que em relação ao campo.

As capacidades desenvolvidas em torno do escrito também não aconteciam simultaneamente, como se pratica na atualidade. A separação no momento de aprendizagem e domínio das capacidades de leitura e escrita constituem-se, para Petrucci (1999), como política ideológica fomentada sobretudo nos sistemas escolares que começaram a se desenvolver no ocidente, a exemplo de escolas religiosas criadas, no contexto da Contrarreforma, para a população italiana e na Inglaterra, no final do século XVIII e início do XIX, onde só era necessário aprender a ler para compreender as leis de Deus e para se desempenhar o papel social a ser exercido sem, no entanto, questionarem o *status quo*. Assim,

[...]os desequilíbrios na relação de uso entre a capacidade de escrever e a capacidade de ler parecem devidos sobretudo à vontade das classes superiores da sociedade de impor e manter alguma forma de controle ideológico-social, exercitado sobre as classes subalternas preferencialmente através dos mecanismos do sistema escolar-educativo (PETRUCCI, 1999, p. 34)<sup>32</sup>.

<sup>32</sup> Tradução nossa: “[...] los desequilibrios en la relación de uso entre capacidad de escribir y capacidad de leer parecen debidos sobre todo a la voluntad por parte de las classes superiores de la sociedade de imponer y de

Atrelado ao contexto de escolarização universal do século XIX, vão se conformando valores nesse processo para a construção da noção de identidades nacionais. Para se perceber enquanto membro de uma nação que vai se formando, faz-se necessário ser útil, mas uma utilidade condicionada ao melhor desempenho do cidadão de acordo com a própria condição social, não necessariamente para provocar a mobilidade social. Esse cenário influenciou e ainda repercute na sociedade atual e, conseqüentemente, contribui para a adoção seja do conceito de alfabetização, seja de letramento. Por isso, o contexto estudado é o que condiciona quais conceitos devem ser adotados pelo pesquisador.

---

mantener alguna forma de control ideológico-social, ejercitado sobre las classes subalternas preferentemente a través de los mecanismos del sistema escolar-educativo (PETRUCCI, 1999, p. 34).

### 3. ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS NA BAHIA DO SÉCULO XIX

O processo de escolarização no Brasil, a partir da segunda metade do século XVIII, após a expulsão dos jesuítas, ficou a cargo da coroa, com o objetivo de delimitar a atuação dos religiosos no ensino e de estabelecer a educação para civilizar os homens. Esses ideais visavam à educação de forma leiga: era necessário separar o Estado da Igreja para romper com o humanismo aristotélico-tomista – herança deixada pelos inicianos – e estabelecer a “teoria empirista do conhecimento e do método indutivo-experimental, embora tenha sido um empirismo mitigado, um quase ecletismo entre autores antigos, medievais e modernos” (NUNES, 2013, p. 278).

Eram poucas, entretanto, as pessoas preparadas para ensinar de acordo com essa perspectiva, só aumentou o número de professores régios após a regência de D. Maria I. Formas alternativas, como contratação de professores particulares e mesmo de religiosos fizeram com que figurassem como importantes agentes de escolarização. Crianças do sexo feminino tiveram acesso às primeiras letras e a coser, bordar, cantar, através da educação doméstica, com a contratação de preceptoras ou com as próprias mães, ou do envio para instituições religiosas, em convento ou recolhimentos.

#### 3.1 OS DIFERENTES PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DE MULHERES ATÉ A LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827: BREVES NOTÍCIAS

Conforme Faria Filho (2016), em *A instrução elementar no século XIX*, a perspectiva tradicional da história tem apresentado o período pós-saída dos jesuítas e ao longo de todo o regime imperial, como o momento “das trevas” da educação no Brasil, por considerar que não houve a sistematização do ensino, nem houve pessoas qualificadas para exercerem o ofício de professor e substituírem os religiosos jesuítas. As vertentes mais tradicionais consideram, dessa forma, que, ao longo da história, a educação só recebeu a devida importância com os jesuítas e na primeira República.

Estudos como o de Primitivo Moacyr, em *Instrução e o Império* (1936), e a *História geral da Pedagogia* (1944), de Francisco Larroyo foram referências para uma geração que produziu trabalhos historiográficos tradicionais e generalizantes sobre os efeitos da proibição da atuação da Companhia de Jesus, legando um vácuo na história da educação. Nos últimos anos, no entanto, estudos desenvolvidos, principalmente com base em fontes até então

“desconhecidas” nos arquivos e de âmbito local, têm revisto esse posicionamento (FONSECA, 2009).

O historiador da educação José Carlos de Araújo Silva (2006), em sua tese intitulada *As aulas régias da Capitania da Bahia (1759 – 1827): pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores*, apresenta o contexto no qual se conformou a reforma educacional, influenciado pelos ideais iluministas, na capitania da Bahia, no momento pós-expulsão da Companhia de Jesus. Inicialmente, Silva (2006) mostra as portas de entrada do iluminismo em Portugal, através dos “estrangeirados”<sup>33</sup>, e posteriormente na Bahia, enquanto parte de uma política de retomada de do poder, objetivando tornar-se uma metrópole capitalista. Nesse contexto, conforme Saviani,

[o] ideário pedagógico traduzido nas reformas pombalinas visava a modernizar Portugal, colocá-lo no nível do Século das Luzes, como ficou conhecido o século XVIII. Isso significava sintonizá-lo com o desenvolvimento da sociedade burguesa centrada no modo de produção capitalista, tendo como referência os países mais avançados, em especial a Inglaterra. Por isso, às medidas de remodelação da instrução pública com a criação das aulas régias de primeiras letras, à racionalização das aulas de gramática latina, grego, retórica e filosofia e à modernização da Universidade de Coimbra pela introdução dos estudos das ciências empíricas acrescentou-se a criação da Aula do Comércio e do Colégio dos Nobres (2013, p. 103).

Como visto, seria necessário a Portugal reformar-se nas esferas administrativa, político-econômica e educacional, sendo essa última devido à demanda de formação de pessoal para atuar na burocracia estatal e na hierarquia da igreja, mão de obra mais qualificada, assim como educar a população para a disseminação dos valores civilizacionais.

No âmbito da escolarização, coube ao então primeiro-ministro de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, a implementação do novo projeto, através do que ficou conhecido como Reformas Pombalinas. Dentre os seus objetivos, destacam-se controlar a influência dos inicianos, com a expulsão da Companhia de Jesus de todo território português, tornar obrigatório o uso da língua portuguesa, sobretudo no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e reformar a instrução pública a partir do cientificismo baseado nos ideais iluministas.

Para o estabelecimento das cadeiras e das aulas régias, foram baixadas diversas leis. No período que antecedeu as reformas, a instrução era custeada pelo erário real através dos jesuítas

---

<sup>33</sup> O termo “estrangeirados” se refere aos portugueses que residiam em outros países europeus – Inglaterra, França e Itália, geralmente –, e tiveram contato com as ideias iluministas. Eles foram responsáveis por fazer essas ideias penetrarem em Portugal. Alguns deles são: Dom Luís da Cunha, Luís Antônio Verney, Alexandre de Gusmão e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (SAVIANI, 2013, p. 77).

ou por particulares. Com as mudanças, as aulas continuaram a ser mantidas pelo erário real, com a contratação de professores, a partir da aprovação em concurso público, com a adoção de novos materiais didáticos e com mudanças nas disciplinas ofertadas; enfim, um conjunto de ações que se sucederam na tentativa de romper com a influência dos inicianos e civilizar Portugal.

Em *História sociopolítica da língua portuguesa* (2016), ao tratar da questão linguística, Faraco questiona a interferência do Diretório Pombalino de 1757, tornando obrigatório o uso da língua portuguesa, e o conseqüente processo de ensino enquanto política pública para adoção da língua, no que hoje se chama Brasil. Inicialmente, é importante destacar que as medidas do *Diretório* se destinaram principalmente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, como uma forma de garantir a presença portuguesa diante do que ficou estabelecido pelo Tratado de Madrid (1750), de que Portugal teria direito sobre os territórios que ocupasse efetivamente.

As proibições estabelecidas em lei, no entanto, não tiveram efeito – o português só se estabeleceu como língua do colonizador como resultado das grandes migrações para a região, no final do século XIX. O que pode ter resultado dessa questão, conforme Faraco (2016), foi estabelecer no imaginário dos estratos sociais dominantes a noção de unidade linguística.

Na outra parte do que hoje compõe o Brasil, no Estado do Brasil, a virada sociolinguística com o português ocorreu a partir do século XVIII, com o seu uso generalizado na sociedade (FARACO, 2016, p. 141). Esse processo aconteceu com o adentramento da população que até então ocupava a região litorânea, na caça aos metais preciosos, parte do projeto das entradas e bandeiras. Um reflexo foi a mudança da capital e dos órgãos burocráticos da Bahia para o Rio de Janeiro. A Bahia, cuja capital tinha um dos portos mais movimentados do “novo mundo” – para importação e exportação –, nesse momento, perdeu parte da sua importância, agravada pela crise dos engenhos produtores de cana de açúcar.

No que diz respeito à regulamentação do processo de escolarização, Silva (2006), com base em Carvalho (1978), destaca, no conjunto das reformas, dois marcos temporais: o ano de 1759 e o de 1772. A Reforma dos estudos menores – correspondente aos níveis de ensino primário e secundário –, conforme o Alvará de 28 de junho de 1759, destacava a importância da cultura das ciências, em oposição ao método jesuítico, e privilegiou, nesse momento, as Humanidades (latim, grego e retórica), ou seja, o ensino secundário.

As principais mudanças da reforma de 1759 no âmbito educacional, conforme Saviani (2013), foram: a criação da figura de Diretor de Estudos, a extinção do método jesuítico de ensino, a adoção de novos materiais didáticos e do uso do vernáculo nas aulas, com estudos comparativos das línguas latina e grega com a língua portuguesa, e mudanças no conteúdo a ser

trabalhado. O cargo de Diretor Geral dos Estudos, no entanto, foi extinto em 1771 e as atribuições se tornaram responsabilidade da Real Mesa Censória, criada em 1768, para fiscalizar e controlar as obras que circulavam no reino.

Em 1772, houve, em agosto, a Reforma dos estudos maiores, correspondente ao nível superior, e foi promulgada a Lei de 6 de novembro, ou Lei e Mapa dos Estudos Menores e Instrução aos professores, que propôs a reforma das escolas de primeiras letras, a outra parte dos estudos menores não contemplada pela lei de 1759. Nesta reforma dos estudos de primeiras letras –, o rei atribuiu à Real Mesa Censória total autonomia para regular a educação a partir de oito prescrições:

Pelos dois primeiros itens o rei ordena que sejam tomados os procedimentos para convocação e exames de seleção dos candidatos a mestres. Pelo terceiro item, ordena aos professores a obrigação de encaminhar, no final de cada ano, a relação de discípulos dando conta de seu aproveitamento nos estudos para que a Mesa Censória possa emitir as certidões. [...] No quarto item, o rei ordena que os estudantes das escolas menores visando ao ingresso na universidade ‘tenham um ano de Filosofia, no qual lhes ensinarão os Professores a Lógica e a Ética’. Está aí a justificativa para a inclusão, nos estudos menores, da aula régia de filosofia racional e moral. O quinto item trata do conteúdo das Escolas de Primeiras Letras, ordenando ‘que os mestres de ler, escrever e contar sejam obrigados a ensinar não somente a boa forma dos caracteres’; devem ensinar também as regras de ortografia da língua portuguesa, assim como a sintaxe para que os discípulos ‘possam escrever corretamente e ordenadamente’. Devem, ainda, ensinar as quatro operações de aritmética, o catecismo e as regras de civilidade. O sexto item trata da inspeção das escolas, determinando que o presidente- da Mesa nomeie, em segredo, ministros que visitem as escolas, por turnos, de quatro em quatro meses, mas sem dias predeterminados, e que não sejam os mesmos a visitar as mesmas escolas. O sétimo item permite o ensino particular, ministrado por mestres nas próprias casas dos discípulos, mas registra que, de qualquer modo, eles ‘devem ser examinados antes de entrarem nos estudos maiores’, ficando explicitado, no oitavo item, que os professores particulares, para exercer esse magistério, devem antes se habilitar com exames e aprovação [...]. (SAVIANI, 2013, p.96-97)

As ideias previstas correspondiam à tentativa de gerenciamento e organicidade do sistema de instrução pública e, também, das aulas particulares. Observa-se, dessa forma, maior controle do Estado na seleção e prática dos professores, com relatórios anuais a serem entregues, determinação de livros a serem utilizados, constantes vistorias e a ampliação do que deveria ser ensinado, a partir da influência das ideias iluministas – empiristas e utilitaristas, inserindo, inclusive, as regras de civilidade. Segundo Saviani (2013), as bases das reformas pombalinas visavam ao desenvolvimento mais qualitativo do ensino, com menor quantidade de aulas régias, sem a preocupação com a universalização da instrução pública.

Essa limitação implicava em quem deveria ter acesso às aulas régias. Na própria Lei de 6 de novembro de 1772, o rei, apesar de alegar que a reforma previa estender os benefícios à maior quantidade de pessoas possíveis, deixa claro a impossibilidade de atender a todos, ponderando que eram poucos os que tinham como destino os Estudos Maiores. Dessa forma, seria suficiente para alguns, principalmente os que trabalhassem em “serviços rústicos” e nas fábricas, apenas as explicações dominicais do catecismo.

No Brasil, as aulas régias foram implementadas de forma lenta, ganharam impulso com a criação de um fundo econômico para custear a instrução pública, o *Subsídio literário*, em 1772, mas não o suficiente para abranger a maior parte da população. O *Subsídio* constituía-se da cobrança de uma taxa de acordo com a produção de carne, açúcar etc, recolhido pelas Câmaras para custear toda a instrução pública: professores, materiais, funcionários da Real Mesa Censória.

A ampliação da quantidade de aulas régias, no entanto, só ocorreu a partir da “viradeira” de D. Maria I, em 1777, conforme Silva (2006) e Saviani (2013). Com a destituição do Marquês de Pombal, após a morte de D. José I, houve a expansão da quantidade de aulas régias a partir do que se chamou de “conventualização do ensino”, no qual as ordens religiosas passaram a se ocupar da educação, conjuntamente com os mestres leigos, dando ênfase às aulas de “ler, escrever, contar e catecismo”. Saviani (2013) destaca, no entanto, que a “conventualização” do ensino não diferiu tanto da política pombalina, porque quem assumiu o lugar de Pombal foi o seu sobrinho, Rodrigo de Souza Coutinho, também adepto dos ideais iluministas.

Para o Brasil, previa-se, com a lei de 1772, a criação de 44 aulas régias, dentre as quais haveria 4 de primeiras letras, 3 de Gramática latina, 1 de Retórica, 1 de Gramática grega, e 1 de Filosofia para a Bahia – embora não se tenha confirmação se essas aulas existiram verdadeiramente. De acordo com Antonietta Nunes (2013, p. 277), em *Conhecendo a história da Bahia: da pré-história a 1815*, para as aulas, estavam previstas cadeiras de ortografia, gramática, doutrina cristã, história pátria, aritmética e normas de civilidade.

Uma outra fonte que trata da instrução pública na Bahia, no final do século XVIII, é a *Carta Oitava* de Luís dos Santos Vilhena (1969), parte da compilação *A Bahia do século XVIII*. Nela, Vilhena, professor de Grego, apresenta, a partir do seu ponto de vista, importantes informações sobre a situação educacional e o cotidiano dos professores no período, bem como dos agentes envolvidos no processo de escolarização. A sequência de críticas trata da falta de compromisso de alguns professores, ausência de lugares adequados, os baixos ordenados, a falta de respeito dos militares que invadiam as aulas para selecionar alunos para servirem ao exército.

Vilhena também informa a existência, na Capitania, de cadeiras de ler e escrever, de Gramática Latina, de Retórica, de Filosofia e de Grego, e um Mapa de rendimento do Subsídio Literário destinado à instrução pública nos anos de 1795 a 1797. Nele, observa-se onde se arrecadou mais para custear a instrução, a Cidade da Bahia e as então vilas do Recôncavo, Cachoeira, Santo Amaro da Purificação, Maragogipe e Jaguaripe. Outras duas vilas que recolheram maiores valores do *Subsídio* foram Jacobina e Trancoso. Na narrativa de Vilhena, observa-se a tentativa de organização e sistematização das aulas régias, através da arrecadação do Subsídio Literário, principalmente nas regiões mais ricas, mas havia outros problemas, conforme relatado, para mantê-las.

Nesse contexto de falta de organicidade na oferta de instrução à população, devem-se pensar novos espaços formadores concebidos para suprir as demandas de uma colônia tão vasta e novos tempos, considerando as mudanças que estavam sendo implementadas a partir do iluminismo. Em *Civilizar e educar os súditos na América Portuguesa: reformas, impactos, cotidiano*, Thaís Fonseca (2009) evidencia, em Minas Gerais, o íntimo diálogo com outras instituições através da presença de diferentes ordens religiosas responsáveis pelo ensino junto aos professores que também prestaram concurso para assumir as cadeiras régias. Permanecia a influência da Igreja, mas condicionada à autorização régia para a sua atuação, afinal, os valores da sociedade na época eram pautados na manutenção da ordem através da moral cristã e da religiosidade pregados pela Igreja Católica.

A nomeação de professores por concurso público – religiosos ou leigos – para ensinarem através das aulas de primeiras letras não era a única forma de instruir os cidadãos, havia outros espaços e agentes para a oferta da escolarização. Fonseca (2009) apresenta como exemplos desses espaços: aulas particulares, preceptorias, cadeiras custeadas por pais de alunos, aulas em confrarias, incluindo de negros, aulas em instituições religiosas de diferentes ordens ou seculares, como em seminários e em recolhimentos de mulheres.

Nesse cenário, o processo de escolarização de mulheres ocorreu de forma distinta da instrução legada aos homens e alcançou um número menor dessa parte da população. Além de poucas terem tido acesso ao processo formal – Silva (2006) relata a criação de aulas para meninas em Portugal –, a instrução que as mulheres receberam também variou, ao longo da história, de acordo com o papel assumido na sociedade, isto é, com a condição étnico-social em que estavam inseridas. Isso se reflete na variedade de agentes educadores de mulheres no Brasil.

Na Bahia, no período colonial, Nunes (2013) relata que grupos indígenas solicitaram a criação de escola para as suas filhas. Manuel da Nóbrega conseguiu autorização das autoridades locais, mas não da metrópole. O registro que se teve posteriormente para a educação de meninas

foi a lei de 1827 que determinava, entre outras ações, a criação de escolas de primeiras letras para meninas, nas regiões mais populosas do Brasil.

O contexto que antecede a implementação dessa lei é marcado por diversas mudanças socioeconômicas e políticas no Brasil. Primeiramente, a Família Real e a corte portuguesa se mudaram para o Brasil e, em 1815, o Brasil foi elevado a reino unido de Portugal e Algarve, por D. João VI, cuja capital se situava na cidade do Rio de Janeiro, proporcionando ampliação do acesso à cultura do escrito – instalação da tipografia real e de particulares, criação de bibliotecas e institutos – e à educação nos diversos níveis – instalação de universidades, de colégios e aulas públicas. Tudo isso corroborou para que, em 1822, o Brasil se tornasse um Império, necessitando que uma constituição fosse outorgada, o que ocorreu em 1824.

A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, baseada na constituição de 1824, foi a primeira política pública educacional de implementação de escolas para mulheres ao incluir a criação de escolas de primeiras letras para meninas nas regiões mais populosas:

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

A lei tratou da criação de escolas para o público feminino e contratação de mestras – o ensino deveria ser realizado pelo professor do mesmo sexo dos alunos –, dos conteúdos a serem ensinados, e dos vencimentos das mestras de meninas, igual ao ordenamento pago aos homens. A sua implementação, no entanto, foi lenta e gradual. Apenas nas décadas finais do século XIX é que se ampliou o acesso às escolas, assim como se começou a se estabelecer a ideia de que o magistério é uma atividade essencialmente feminina devido às características inerentes à mulher, de docilidade e paciência.

Destaca-se do artigo 12 da lei a diferenciação do que seria tratado nas aulas. Excluam-se as noções de geometria e se incluía a economia doméstica, o que justifica, possivelmente, a manutenção da aritmética, limitada, contudo, às quatro operações básicas, afinal, a instrução deveria corresponder ao papel social dessa mulher, mãe, com filhos para educar, e esposa, com uma casa para governar. Os outros conteúdos, conforme o artigo 6º, seriam: ensinar “[...] a ler e escrever, [...] a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da

religião católica e apostólica romana [...]; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil”.

A partir do levantamento de dados da educação na Bahia, após aprovação da lei de 1827, Antonietta Nunes (2006) apresenta *A situação educacional baiana no final do reinado de Pedro I (1828-1832)*. Conforme conclui a autora, a situação da Bahia era boa em relação às outras províncias:

No início do Império Brasileiro, portanto, a Bahia dispunha de uma razoável rede de escolas nos vários níveis de instrução, e seus filhos sobressaíam na área de estudos, sendo certamente uma das províncias cuja população era das mais instruídas, se comparada com as demais do império (NUNES, 2006, p.232).

No reflexo da lei de 1827, a situação da Bahia, no âmbito da instrução pública, melhorou de forma gradual, mas era melhor que em outras regiões do país. Para as mulheres, no entanto, o processo foi ainda mais lento. Na *Tabela das escolas de primeiras letras na Bahia (1828-1832): com as mantidas e as criadas pelo decreto de 16 de junho de 1832*, Nunes (2006) arrola as aulas de primeiras letras e de gramática latina existentes no ano de 1828, as solicitadas em 1830 e as que foram efetivamente criadas em 1832.

Em toda a Bahia, no ano de 1830, foram solicitadas apenas 16 aulas de primeiras letras para meninas. As solicitações partiram das seguintes regiões: nove no centro de Salvador e três na região dos subúrbios; três no Recôncavo baiano: uma na freguesia de Cachoeira, uma na freguesia de Santo Amaro da Purificação, uma na freguesia de Maragogipe; e uma na Vila de Valença.

**Quadro 1** – Solicitação de aulas de primeiras letras para meninas em 1830

Localidade		Quantidade
Salvador	Freg. Conceição da Praia	1
	Freg. N. Sra do Pilar	1
	SS da rua do Passo	1
	Santo Antônio Além do Carmo	1
	Freguesia da Sé	1
	Freguesia São Pedro	2
	Santana do Sacramento	2
	Subúrbios de Salvador	Freguesia de Brotas
Freg. N. Sra. da Vitória		1
Freg. N. Sra. Da Penha de Itapagipe		1
Cachoeira	Freg. da Vila de Cachoeira	1
Santo Amaro	Freg. de Santo Amaro da Purificação	1
Maragogipe	Freguesia de Maragogipe	1

Barra do Rio de Contas e Marauá	Vila de Valença	1
TOTAL		16

Fonte: NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia**: da pré-história a 1815. Salvador: Quarteto, 2013. p. 235-255.

Apesar das 16 solicitações realizadas, foram registradas apenas oito aulas de primeiras letras para meninas no ano de 1832. Das aulas, um total de seis estavam na área central da Cidade do Salvador, excluindo-se o subúrbio e os termos, e apenas mais duas fora dessa região, uma em Valença e uma em Ilhéus. A partir da lei de 16 de junho de 1832, as aulas criadas para meninas foram as seguintes: três nos subúrbios e uma no termo de Salvador; no Recôncavo: uma em Cachoeira, uma em Santo Amaro, uma em Maragogipe e uma em Jaguaripe; uma em Livramento de Minas do Rio das Contas, totalizando mais nove aulas de primeiras letras.

Antes da Lei Imperial de 1827, a suposta lacuna para a educação na história das mulheres – não se desconsideram os limites das concepções de escolarização da mulher impostos pelo patriarcado – foi preenchida durante quase três séculos por preceptoras e professores particulares, realidades cujo mapeamento depende da identificação e levantamento de documentos de foro pessoal, mas difíceis de serem encontrados. Outros espaços foram aqueles criados no âmbito religioso, através de conventos ou de recolhimentos brasileiros, que eram poucos, e/ou europeus.

Esses dois últimos contextos se destinavam, na maioria das vezes, às mulheres oriundas de famílias ricas, fazendo concorrência com o mercado do casamento, o que justifica a fundação precoce, na Bahia, de conventos e recolhimentos, fruto do poderio da população local diante do reino. Também poderia ser destino de meninas órfãs, que recebiam educação para prepará-las para o matrimônio ou para a vida religiosa.

Os recolhimentos e conventos eram espaços onde as mulheres conseguiam ter algum acesso à cultura escrita. As da elite, nesses contextos, eram as que mais tinham acesso às práticas de leitura e escrita, além da doutrina cristã, música, francês e coser. Isso não implica que as outras mulheres não passassem pela escolarização, geralmente tinham uma formação voltada para aprender os ofícios que exerceriam, de costureira, ganhadeira, cozinheira etc. A instrução correspondia, assim, ao papel social da mulher.

A inserção tardia da mulher na instrução pública formal não implica que elas não estivessem inseridas no universo da cultura escrita, pelo contrário, as outras possibilidades de educação foram formas de elas acessarem o escrito. Eram diversas as práticas de leitura e escrita da qual as mulheres participavam, desde a escrita de carta, delegada ou de próprio punho, a leituras individuais ou em voz alta para o coletivo. Outros espaços onde se mediava o acesso

da mulher ao escrito eram a igreja, através da exegese de textos religiosos, principalmente a Bíblia, em dias santos ao ir à missa; no âmbito doméstico; ou mesmo com a estadia – por diferentes razões – de mulheres em conventos e recolhimentos (LAGE, 2018).

### 3.2 ESTABELECIMENTO DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS: PREENCHENDO OS VÁCUOS NA HISTÓRIA

Desde a instalação dos portugueses no Brasil para efetivar o processo de colonização, a Igreja se fez presente através do direito de padroado<sup>34</sup>, no qual o Rei de Portugal era a autoridade máxima responsável pela regulamentação e manutenção da atuação dos religiosos. Os primeiros a chegarem foram os jesuítas, com Tomé de Souza, em 1549, que ficaram responsáveis pela catequização dos índios. Posteriormente, chegaram outras ordens, como os franciscanos, capuchinhos, beneditinos, também responsáveis pela formação religiosa dos gentios e da população europeia presente na capitania.

As primeiras religiosas, na Bahia, que ficaram responsáveis pela formação de mulheres foram as clarissas, fundadoras do Convento de Nossa Senhora do Desterro, criado em 1677. Também foram criados, posteriormente, recolhimentos, por demandas da população através de padres seculares ou ordens, como forma alternativa aos conventos, cujo estabelecimento exigia vencer a burocracia do reino. Os conventos e os recolhimentos foram, assim, importantes instituições responsáveis pelo acesso dessas mulheres à cultura do escrito e, também, pela sua escolarização na Colônia e no Império.

#### 3.2.1 Estabelecimento de recolhimentos na Bahia e as suas funções sociais

Até a Lei de 15 de outubro de 1827, a instrução que as mulheres recebiam era através de professores particulares, preceptoras, conventos e recolhimentos. Considerando a dificuldade em identificar documentos que tratem sobre as possíveis formas de escolarização de mulheres, foram esses últimos – os conventos e os recolhimentos – os que mais deixam *pistas* desse processo.

---

<sup>34</sup> De acordo com NUNES (2013, p.177), “[o] direito do Padroado significava na prática o controle da Igreja de além-mar pelos reis portugueses que, em contrapartida, teriam a responsabilidade de manter o seu funcionamento. Isso implicava que todo sacerdote, não importava o cargo, dependeria da aprovação e do pagamento da coroa para exercer o seu cargo [...]”. O direito do Padroado foi concedido pelo Papa Leão X, em 6 de junho de 1514, ao então rei D. Manuel e todos os seus sucessores pela bula *Deum fidei constantiam*.

A primeira instituição católica da América Portuguesa e espaço formal de acesso à cultura escrita para mulheres, de que se tem notícia, foi o Convento de Nossa Senhora do Desterro, na Bahia. De acordo com Ana Amélia Vieira Nascimento (1994), em *Patriarcado e Religião: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia - 1677-1890* –, que trata da conjuntura política e econômica para fundação, estabelecimento e permanência do convento –, em 1665, para a obtenção da provisão real, houve forte influência do poderio e da pressão dos políticos da Câmara de Salvador para um convento ser instalado na capital da colônia.

Historiadores que pesquisaram a rotina do convento, como Ana Nascimento (1994) e Lage (2018), afirmam que foi um espaço de liberdade para aquelas que nele estavam instaladas, pois, apesar das muralhas, possibilitava a essas mulheres se distanciarem, em alguma medida, do controle da sociedade patriarcal. As mulheres, majoritariamente pertencentes à elite<sup>35</sup>, puderam ter uma atuação diversa daquela para a qual foram socialmente designadas, mães e esposas. Isso não implica, no entanto, a igualdade de acesso entre elas à cultura escrita, afinal, no Convento do Desterro da Bahia, a estratificação extramuros se reproduzia, estando as mulheres sujeitas à hierarquia étnica, econômica e social. Pesava também a condição de saber, ou não, ler<sup>36</sup> e, de forma secundária, escrever.

Ana Cristina Pereira Lage (2018), ao tratar das *Práticas de escrita e de leitura no Convento de Santa Clara do Desterro na Bahia*, apresenta, a partir da habilidade de leitura, duas categorias: as irmãs de “Coro”, leitoras, inclusive do latim; e as irmãs “Conversas”, que não sabiam ler. Estas, embora não dominassem a leitura, estavam integradas nas práticas da cultura escrita, pois era rotina das mulheres do “coro” fazerem leituras para as outras religiosas, em voz alta, de manuscritos ou impressos que tratavam da vida dos santos, autobiografias e biografias de pessoas que serviriam de exemplo para a vida no convento.

A categorização a partir do domínio da leitura refletia-se também na vestimenta e na disposição das irmãs durante os rituais religiosos. As que sabiam ler usavam o véu preto e estavam posicionadas na frente, enquanto que as que não liam ficavam atrás e usavam o véu branco. Essa separação revela como nesse espaço religioso a relação de poder se estabelece:

Os conventos das clarissas em Portugal e na América Portuguesa constituíram-se em espaços de poderes por receberem mulheres das elites, que estavam correlacionadas com as esferas políticas e religiosas locais. Segundo

---

<sup>35</sup> No Convento de Santa Clara do Desterro da Bahia estavam presentes as mulheres da elite da Bahia que levavam consigo as escravas. Documentos registram as reclamações de Arcebispo diante da opulência com que algumas mulheres viviam, com joias e escravas, por exemplo (Cf. Nascimento (1994) e Lage (2018)).

<sup>36</sup> Os processos de leitura e escritos eram compreendidos como processos diferentes a serem aprendidos em etapas diferentes (cf. Castillo Gomez (2003) e Chartier (2004)).

Maria Filomena Andrade<sup>37</sup> (2011, p. 24) ‘precisamos, assim, de ter sempre presente que a realidade monástica feminina não é apenas o fruto de uma imposição social e muito menos religiosa, mas **constitui-se ela própria como uma fonte de dinamismo e poder** (LAGE, 2018, p. 82).

A liberdade conferida às mulheres, nesse contexto, se justifica, na medida em que se observam conventos e, pela mesma natureza, recolhimentos, como fontes de poder. Neles, as religiosas não estavam sob o controle direto da sociedade patriarcal e conseguiam exercer sua liberdade ao executarem atividades diversas daquelas prevista enquanto mãe e esposa dona do lar. Elas puderam atuar, por exemplo, como regentes, escritãs, mestras, enfermeiras. Também puderam apresentar o poder que possuíam por saberem ler e escrever e ostentar o seu poderio através de joias, escravas, roupas diferenciadas, como demonstrado por Nascimento (1994)<sup>38</sup>. É nesse sentido que as práticas na rotina e nos momentos festivos no convento representavam e faziam representar o poder que as religiosas possuíam.

No que diz respeito às práticas de leitura e de escrita, enquanto formas de poder, o ato de diferenciação desde a vestimenta reforça a ideia, conforme Armando Petrucci (2002), em *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía*, da distribuição desigual do domínio da leitura e da escrita ao longo da história do ocidente. No capítulo *Escribir y no*, o autor destaca que:

[n]unca houve no passado e não existe hoje uma sociedade caracterizada pelo uso do escrito em que a atividade de escrever foi ou seja praticada por todos os indivíduos que formam parte da mesma sociedade; com efeito, a escritura, diferentemente da língua, instaura, onde quer que apareça, uma relação taxativa e forte de desigualdade entre aquele que escreve e aquele que não; entre aquele que lê e aquele que não, entre o que o faz bem e muito e o que o faz mal e pouco; e esta desigualdade segue e revela ao mesmo tempo os limites da distribuição social da riqueza, da diferença de sexos, idades, geografias e culturas. Está diretamente determinada pelas ideologias e pelas estratégias de distribuição do poder político, econômico e cultural e, em consequência, pelas funções e mecanismos do sistema educativo de toda sociedade historicamente identificável<sup>39</sup> (PETRUCCI, 2002, p. 27. Tradução nossa).

<sup>37</sup> ANDRADE, M. F. P. C. **In oboedientia sine proprio**. A ordem de Santa Clara em Portugal (séculos XIII-XIV). Tese de doutorado em História. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011.

<sup>38</sup> De acordo com Nascimento (1994), as mulheres que entraram no Convento de Nossa Senhora do Desterro eram membros da elite e transferiram para o espaço toda a pompa com que viviam.

<sup>39</sup> “Nunca hubo en el pasado y no existe hoy una sociedad caracterizada por el uso de lo escrito en que la actividad de escribir fuera o sea practicada por todos los individuos que forman parte de la misma sociedad; en efecto, la escritura, al contrario que la lengua, instaura, dondequiera que aparezca, una relación tanjante y fuerte de desigualdad entre aquel que escribe y aquel que no; entre aquel que lee y aquel que no, entre el que lo faz bien y mucho y el que lo hace mal y poco; y esta desigualdad sigue y revela a la vez los límites de la distribución social de la riqueza, de la diferencia de sexos, edades, geografias y culturas. Está directamente determinada por las ideologías y las estrategias de distribución del poder político, económico y cultural y, em consecuencia, por las

Nos conventos e recolhimentos a situação não era diferente, constituíam-se como espaços onde as mulheres se emancipavam do patriarcado, mas mantinham as classificações socioeconômicas e étnicas. Um exemplo era a limitação do acesso ao escrito enquanto mecanismo de poder que estimulava a sua hierarquização nos conventos.

Na Bahia, os conventos e recolhimentos, que se estabeleceram, foram criados até o início do século XIX; foram os seguintes:

- 1677 – Convento de Nossa Senhora do Desterro;
- 1723 – Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões;
- 1735 – Convento das Ursulinas das Mercês;
- 1738 – Recolhimento das Ursulinas da Soledade;
- 1744 – Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa;
- 1755 – Recolhimento São Raimundo;
- 1807 – Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes<sup>40</sup>

Todos os recolhimentos e conventos que se estabeleceram na Bahia até o século XVIII estavam situados na capital, a então cidade do Salvador. No início do século XIX, mais um recolhimento foi criado, mas, desta vez, na vila de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano, o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.

A criação desses espaços ia de encontro à política de povoamento estabelecida por Portugal, principalmente no século XVIII. Em 10 de março de 1732, o rei D. João V, após diversas correspondências recebidas, principalmente de religiosos e leigos da região das Minas Gerais, que se queixavam da dificuldade em constituir família, em função do enclausuramento das mulheres brancas, baixou um alvará, em que proibia o envio de mulheres para Portugal<sup>41</sup> sem expressa autorização régia, devendo antes ser entrevistadas pelo bispo para se verificar a sua verdadeira vocação:

---

funciones y los mecanismos del sistema educativo de toda sociedad históricamente identificable” (PETRUCCI, 2002, p. 27).

<sup>40</sup> A informação tem por base o estudo de Andrade (1992), mas foi atualizada a partir de Sena (2005) e Vivas (2008).

<sup>41</sup> A prática de envio de mulheres para conventos em Portugal e nas ilhas foi alvo de críticas à época por tornar as mulheres da elite e, posteriormente, de famílias que enriqueceram indisponíveis para o mercado matrimonial. Mesmo a Igreja entendia esse contexto como um risco, pois estimulava o relacionamento não sacramentado de homens brancos com indígenas e escravas.

Figura 2 – Fac-símile do Alvará de 10 de março de 1732



Fonte: Alvará de 10 de Março e 1732, em que se determina, que de todo o Estado do Brasil não viagem mulheres para este Reino, sem Ordem expressa de Sua Magestade. O Governo dos Outros. Imaginários políticos no Império Português.

“Eu ELRei faço saber aos que este meu Alvará virem, que sendo-me presentes os motivos, por que no Brasil não há mais crescimento de gente, em grave prejuizo do aumento, e povoação / daquelle Estado, sendo a principal causa desta falta o grande excessão, / que há em virem para este Reino muitas mulheres com o pretexto de serem Religiosas, violentadas por seus Pais, ou Mães, constringen- / do-lhes as vontades, que devião ser livres para elegerem estado, de / que resulta faltarem estas mulheres para os matrimonios, que convém / augmentar no Brasil [...]”.

O contexto de proibição revela a força econômica e política da sociedade da Cidade do Salvador para conseguir fundar e, também, manter os conventos. A existência de recolhimentos, nessa realidade, diz respeito à dificuldade de abrir conventos e tornar as mulheres indisponíveis para o mercado matrimonial. Nos recolhimentos, a situação das mulheres poderia ser revertida, sendo mais viável conseguir fundá-los. Além disso, os recolhimentos assumiram função filantrópica, ao receber não só mulheres, mas órfãs para serem preparadas para o casamento:

A preferência da Coroa por casas assistenciais de reclusão em lugar de conventos foi-se tomando cada vez mais clara à medida que avançava a colonização. Não sendo possível permanecer alheio às dificuldades dos colonos, o Estado metropolitano, se não assumia as funções assistenciais, por outro lado, não recusava os pedidos para se fundarem casas pias. Omitia-se, porém, da tarefa de sua manutenção, atribuindo-a a particulares (ALGRANTI, 1992, p. 75).

Caberia à Coroa monitorar para que os recolhimentos não se tornassem conventos, como ocorreu, segundo Patrícia Sena (2005, p. 69), com o Convento da Conceição da Lapa onde “a comunidade se estabeleceu como um recolhimento e somente com o passar dos anos conquistou a regulamentação eclesiástica”, tornando-se convento em 1744; e o Convento da Soledade, criado pelo Padre Gabriel Malagrida, em 1738, que foi fundado para ser o Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade, mas, no ano seguinte, se tornou convento.

Quando da fundação do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, o irmão do padre Ignácio Teixeira foi, a princípio, a Portugal solicitar autorização para que fosse fundado um convento em Santo Amaro da Purificação (LOSE; MAZZONI, 2016.). Com a recusa da Coroa, ele retornou ao Brasil e Ignácio Araújo, que posteriormente se formou como padre, escreveu o estatuto para a fundação do recolhimento. Situação semelhante ocorreu com o Recolhimento Bom Jesus dos Perdões – fundado em 1723 –, conforme Sena (2005, p.76), quando solicitaram, por diversas vezes, autorização real para receber o status jurídico-eclesial de convento. A solicitação não obteve êxito, a instituição se manteve “voltada para a educação feminina, acolhendo moças do interior da Bahia, da capital e de outros estados como educandas e recolhidas” (SENA, 2005, p.76-77)

Dentre os conventos e recolhimentos apresentados, o único que está fora da Cidade da Bahia é o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes. Situado em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo baiano, o Recolhimento dos Humildes foi autorizado em 1807, mas recebeu o alvará de funcionamento em 1818. A sua fundação representa claramente o poderio local, principalmente dos donos de engenhos de açúcar locais.

### 3.2.2 Diferenças entre recolhimentos e conventos

A Igreja Católica se fez presente no Brasil desde o princípio da colonização e, desde então, os valores impostos pela Igreja em Portugal marcaram também a sua colônia. Embora houvesse uma política de povoamento – pelos brancos e para os brancos –, isso não impediu que conventos e recolhimentos se instalassem na Bahia, afinal, estava enraizada a ideia de que havia a honra para proteger, sobretudo das famílias mais abastadas, e uma riqueza para manter. Seria a clausura feminina, nesse sentido, o lugar ideal.

Sena (2005, p. 65), no entanto, alerta que:

Desde o princípio da Colonização, a atividade da Igreja Católica transferiu o modelo de clausura feminina que predominava na sociedade europeia para as sociedades de além-mar, nas quais ele ‘foi conservado, reforçado ou modificado de acordo com as necessidades das sociedades colonizadoras’ (RUSSEL-WOOD<sup>42</sup>, 1985: 78). Ao analisar esses interesses, Susan Soeiro e Leila Algranti concordam que a política demográfica da Metrópole portuguesa com relação à sua colônia brasileira foi, em grande medida, responsável pela recusa em estimular a fundação de estabelecimentos que apartassem as mulheres do convívio social.

Há duas questões nesse excerto, o ato de conservar e reforçar, mas também de modificar o modelo de conventos e recolhimentos, e a política de proibição da criação desses espaços. Para a Bahia, o reconhecido poderio das elites da capital e de Santo Amaro da Purificação predominou diante da política da metrópole, desde a fundação do Convento do Desterro, em 1677, por solicitação da Câmara, até a autorização da última instituição, o Recolhimento dos Humildes, no início do século XIX. A fundação dessas instituições partiu da demanda da sociedade local e da resistência dos colonos, não foi uma política da Coroa em conjunto com a Igreja, como no caso das aldeias administradas ou dos seminários para formação do clero.

No momento de estabelecimento dos conventos e recolhimentos, muitas características foram mantidas, e reforçadas nas suas estruturas, afinal os espaços portugueses eram modelos para os de além-mar, e se mantinham com o intuito de proteger a moral na sociedade, a honra do homem, da família e da mulher – em ordem de importância. O sabor local, contudo, fez desses espaços locais peculiares, por vezes até mais flexíveis do que os discursos conservadores tentavam manter.

A exemplo, tem-se o recolhimento anexo à Igreja de Nossa Senhora do Parto, no Rio de Janeiro, idealizado e fundado, em 1754, por Rosa Egipcíaca, negra africana, ex-escrava e ex-

---

<sup>42</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. La mujer y la familia en la economía y en la sociedad del Brasil durante la época colonial. In: LAVRIN, Assuncion (Compiladora). **Las mujeres latino americanas: perspectivas históricas**. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1985.

prostituta, após uma revelação de Nossa Senhora, para abrigar “quantas alegavam permanecer no pecado por não terem lugar decente, nem condições- materiais de se afastarem do mundo imundo” (MOTT, 1993, p. 274-275). A historiografia oficial, no entanto, negou esse fato, alegando ter sido criado por D. Antônio do Desterro, sendo trazida à luz a versão que a contestou por Luiz Mott em *Rosa Egipciaca: uma santa africana no Brasil*. Rosa, nesse processo, aprendeu a ler e escrever, conquistou a admiração de diversos padres e chegou, inclusive, a escrever, além de cartas, “visões, devaneios e profecias” (1993, p. 255).

Conforme Algranti (1992), o ideal de mulher, no Brasil colônia, se baseava em um código moral que buscava modelar a conduta feminina a partir da compreensão de que a honra da mulher era um bem pelo qual “todos os homens e também as instituições por eles representadas: a Igreja e o Estado” deveriam cuidar. “A honra feminina configurava-se então como um bem pessoal de cada mulher, uma propriedade da família, porque poderia atingi-la, e também um bem público, porque estava em jogo a preservação dos bons costumes exigidos pelo código moral (ALGRANTI, 1992, p. 127).

O enclausuramento das mulheres da elite<sup>43</sup> seria, então, justificado pela necessidade, pública e privada, de resguardar o código moral. A desonra da mulher, conforme Algranti (1992) apresenta, estava vinculada à perda da pureza, uma questão sexual; enquanto a perda da honra do homem estava vinculada a não ser covarde, uma virtude, ou pela desonra da mulher que estava sob a sua responsabilidade. À mulher era atribuída, então, a responsabilidade de honrar o marido e a família; o homem via sua honra, dessa forma, sujeita à mulher, por isso deveria assumir atitudes efetivas.

No caso da mulher contudo, o que se nota é a apropriação de um valor cívico – a virtude – pela moral. A mulher virtuosa foi durante séculos a pura, a casta, ou a fiel ao marido, e portanto honrada. Neste sentido, a honra feminina está longe de ser um privilégio de classe – como foi muitas vezes considerado para os homens – mas um bem que todas as mulheres possuem, desde que o preservem virtuosamente através da castidade ou da fidelidade. Para os homens, entretanto, a honra esteve ligada comumente aos atos de heroísmo, ao desempenho nas batalhas, enfim, às ações públicas. O inverso da honra para eles era a covardia. Daí aquele que temesse morrer para salvar a honra ser um covarde, e não merecer a estima dos outros. A desonra da mulher, por outro lado, vinculava-se à impudícia; tratava-se de uma ação desencantadora no âmbito da vida privada. Para ambos, porém, a desonra os cobria de

---

<sup>43</sup> A política de enclausuramento visava, principalmente, a proteger ou punir as mulheres da elite. A mulher negra ou índia não tinha honra a ser preservada, pois a sua condição de escrava não a compreendia como gente; as índias não escravizadas geralmente se afastavam, com sua comunidade, não interagindo tanto com o europeu. Mulheres de outras condições sociais também tiveram acesso à vida nessas instituições, como as órfãs, especialmente as filhas de militares, que passaram a ser assistidas por ações filantrópicas com o objetivo de torná-las úteis ao Estado, seja preparando-as para o casamento, observado ao longo do período colonial, ou profissionalizando-as em ofícios como costureiras, mestras, professoras públicas etc., conforme ocorreu desde o início do século XIX.

vergonha e os excluía de uma comunidade de iguais, tornando-se um estigma até que fosse possível livrar-se dele (ALGRANTI, 1992, p. 126).

A autora destaca a importância da opinião social sobre uma pessoa, incluindo-a ou excluindo-a da convivência em sociedade, o que cada vez mais influencia na figuração, no comportamento dos indivíduos, na imagem que construíam de si mesmos, assim como Norbert Elias (1994) observou na sociedade de corte de que trata. Preservar a honra, torna-se, então, um condicionamento para a forma como todos devem se comportar, gerando padrões que passam a ser internalizados como uma “segunda natureza”, o *habitus*, incorporado inconscientemente.

A guarda da honra não é a única motivação, soma-se à perspectiva econômica em questão. O casamento era parte de um mercado. Era comum os homens “significativos”<sup>44</sup> optarem pelo enclausuramento das mulheres por questões econômicas, pois o dote que se pagava para a mulher permanecer em recolhimentos ou conventos era menor que o dote que se pagava em um casamento. Era muito comum, por exemplo, os pais colocarem todas as filhas mulheres nesses ambientes.

Muito embora tenha se tratado dos recolhimentos e dos conventos como espaços de guarda da honra da mulher – seja por vontade própria ou por imposição dos homens “significativos” –, havia diferenças relevantes. Na Bahia, os recolhimentos dos séculos XVIII e XIX poderiam ter quatro objetivos: i) preparar moças e órfãs para o casamento (asseguraria-se um dote às mulheres); ii) recuperar a moral e regenerar as mulheres arrependidas; iii) formar a mulher na doutrina cristã e na educação civil e iv) acolher viúvas e mulheres abandonadas que buscavam levar uma vida penitente e com devoção (ANDRADE, 1992, p. 225-226).

Para que se pudesse obter autorização régia, era preciso constar, nos estatutos, que as mulheres deveriam ir por vontade própria. Mas era comum que os homens “significativos” as colocassem nesses espaços, caso elas os desagradassem de alguma forma, ameaçassem a honra, além dos casos de orfandade e viuvez. Havia ainda, nas famílias abastadas, o hábito de enviar as mulheres para recolhimentos e conventos na tentativa de pagar dotes menores e evitar que a fortuna da família fosse dilapidada.

As causas para ingresso nos conventos, a princípio, são diferentes. Objetivava-se formar mulheres “puras” para a vida contemplativa e/ou penitente através da imposição do hábito. Na prática, no entanto, as razões para entrar nesses espaços convergiam para as mesmas razões utilizadas para o ingresso em recolhimentos, considerava-se a possibilidade de pagar dotes

---

<sup>44</sup> A expressão corresponde aos homens que estavam no mesmo núcleo familiar – pai, tio, irmão, filho – e que representavam a família no espaço público (ALMEIDA, 2003, p.20).

menores e, quando fosse desrespeitada a honra do homem “significativo”, poderiam ser espaços de depósito de mulheres.

A vida religiosa, por outro lado, foi um meio de as mulheres reagirem ao que se considerava como destino, fugindo do matrimônio, praticamente obrigatório, para levar uma vida de devoção. No âmbito religioso, elas poderiam assumir papéis que representassem maior autonomia diante da vida doméstica que teriam, como ser regente, mestra, porteira, enfermeira.

No que tange às características de recolhimentos e conventos, em *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*, Leila Mezan Algranti (1992) identifica, ao analisar os recolhimentos criados no sudeste entre o século XVIII e o XIX, que não há diferenças expressivas entre esses e os conventos, em termos de estrutura e de funcionamento dos que se estabeleceram na região estudada. A dificuldade para obter a permissão para funcionamento de conventos fazia com que os idealizadores, para burlar o processo, pedissem autorização para abrir recolhimentos, já que, além da função da formação religiosa, seriam úteis ao Estado, na medida em que poderiam acolher órfãos, pobres, prostitutas, e, nos educandários anexos, preparar meninas para o casamento, conforme as novas demandas do processo civilizatório.

Para Suely Almeida (2003), em *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português – XVI-XVII*, ainda que haja semelhanças, entre conventos e recolhimentos, as diferenças são significativas, uma vez que os recolhimentos são vistos como espaços de transição de práticas na história das mulheres. Para a autora,

[...] uma história das mulheres faz também aparecer, mesmo contra sua intenção, um imenso volume de constâncias e permanências. O historiador deve estar atento a essas constantes embora sejam apenas um dos aspectos dessa história, pois muitas vezes a insistência nos modelos do passado são formas e fórmulas de esconder as novas práticas, que estão a se imiscuir no presente. Portanto, a construção que o pesquisador faz quando aborda essa temática tem que estar atenta a esse jogo entre o velho e o novo e as novas formas que surgem desse imbricamento (ALMEIDA, 2003, p. 17).

Mesmo sendo comum a existência de conventos e recolhimentos em todo o Império Português, observa-se em seus estatutos, todavia, que em meados do século XVIII, a fundação de diversos recolhimentos no Brasil adquire um novo perfil: “encaminhar as mulheres a uma nova condição social, ampliando o seu papel de esposa e mãe, levando-as a transitar para o de educadoras dos cidadãos das nações em formação” (ALMEIDA, 2003, p. 18).

Ainda que houvesse a imposição de hábito em alguns recolhimentos – como no caso do Recolhimento dos Humildes –, prática comum aos conventos, consideram-se os contrastes.

Conforme Almeida (2003), enquanto os conventos têm por objetivo a vida de fé e o afastar-se do mundo, os recolhimentos visam à regeneração das mulheres que não se comportaram adequadamente conforme os “bons costumes”, o código moral, e visavam à formação e preparação de mulheres para cumprirem o papel que a sociedade designou para elas, receber viúvas, recolher mulheres que passavam a ter problemas com os homens responsáveis pela família ou mesmo com fins econômicos, para os pais pagarem dotes menores e/ou não dissiparem suas fortunas com o casamento das filhas.

Assim, mesmo que as recolhidas do Recolhimento dos Humildes passassem pela imposição de hábito, elas assumiam o papel de educadoras de meninas e preparavam as educandas para seguirem com o novo papel que se estabelecia: além do matrimônio, seriam educadoras dos futuros cidadãos do Império, conforme os valores utilitaristas do Iluminismo. Em outros recolhimentos, como em Recife, por exemplo, citados por Almeida (2003), estava explicitada em estatuto, também, a necessidade de formar as meninas órfãs para serem professoras, a partir do século XIX, como proposta de profissionalizar para civilizar.

Nesses espaços, as mulheres não seguiram apenas com o papel designado socialmente pelos homens, sem manifestar-se sobre o que discordavam. Além disso, em conventos ou em recolhimentos, as mulheres conseguiram ter uma vida mais ativa, na medida em que puderam assumir papéis até então restritos aos homens.

### 3.2.3 Instituições de ensino associados aos recolhimentos

Em *Tão longe, tão perto – as meninas do seminário*, a historiadora da educação Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (2014) apresenta como o utilitarismo das ideias iluministas do século XVIII foram base para a mudança na compreensão do que seria um recolhimento. Ao observar a situação da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e do Seminário ou Recolhimento<sup>45</sup> de Educandas anexo, a autora verifica que:

Estudando a face pragmática do Iluminismo do século XVIII – pouco destacada por outros autores que preferem acompanhar o desenvolvimento das ideias –, o Historiador Falcon (1989, p. 65-78) lembra seus componentes de tolerância, humanitarismo, filantropia e benemerência para com os pobres, doentes e infelizes. Diversamente do que ocorrera nos séculos XVI e XVII, essa assistência aos necessitados se apresenta, no universo mental iluminista do século XVIII, como um movimento racionalista em direção às massas com duas características específicas: aparece como uma responsabilidade pública, em lugar de ser apenas uma atribuição das Igrejas; e deixa de ser repressiva e

<sup>45</sup> Maria Lúcia Hilsdorf (2014, p. 54), ao abordar o estudo de Maria Luiza Marcílio, refere-se aos termos seminário e recolhimento como sinônimos.

preventiva para ser ativa, no sentido de ir ao encontro dos pobres e infelizes para assisti-los e educá-los, ‘individualmente, em alguns casos, mas regra geral através de associações voluntárias, criando hospitais, asilos, maternidades e orfanatos’. Lembra ainda esse autor, que essas iniciativas são ditadas pelo sentimento filantrópico consciente tanto quanto por objetivos menos explícitos de controle, ordem, disciplina e formação do trabalhador, como tem sido apontado desde os trabalhos pioneiros de Foucault (HILSDORF, 2014, p. 53).

Esses componentes da face pragmática do Iluminismo, de que trata Hilsdorf (2014), consolidaram-se, processualmente, ao longo do século XVIII. Na virada para os oitocentos, já é possível observar essas mudanças a partir da maior sistematização das práticas de escolarização organizadas por seminários ou recolhimentos em seus colégios/ educandários, a partir da obrigatoriedade imposta pela Coroa.

O trabalho filantrópico realizado conscientemente pelos bons cristãos visava a tornar úteis cidadãos, homens e mulheres, desassistidos pelo Estado, mas continuou inculcando o “controle, ordem, disciplina” através de dinâmicas mais sofisticadas na rotina desses espaços, através da incipiente construção da cultura escolar e da marcação do tempo (SILVA, 1999), por exemplo. Isso não implica, contudo, que funcionassem apenas no sentido da reprodução de comportamentos projetados pelos discursos masculinos, mas foram palcos também de resistência e reações, convergindo para a independência de que se gozava no interior dos recolhimentos.

Na Bahia, os recolhimentos fundados nos séculos XVIII e XIX seguiram as condições impostas pela Coroa para autorizar a sua criação. Inicialmente, todos precisariam ter posses suficientes para sobreviver sem o apoio da Coroa e, a depender da finalidade que assumissem, deveriam fundar um educandário e um orfanato. Os objetivos dos recolhimentos eram preparar órfãs para o casamento, para assegurar um dote às mulheres; recuperar a moral e regenerar as mulheres arrependidas; formar a mulher na doutrina cristã e na educação civil e acolher viúvas e mulheres abandonadas que buscavam levar uma vida penitente e com devoção (ANDRADE, 1992, p. 225-226). Os recolhimentos baianos assumiam, muitas vezes, mais de uma dessas finalidades. O Recolhimento das Ursulinas da Soledade, conforme Andrade (1992), tinha como finalidade ser casa de reclusas e educandário (VIVAS, 2008), o Recolhimento São Raimundo tinha como objetivo abrigar mulheres arrependidas. O Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões, quando da sua fundação, em 1723, tinha como finalidade inicial abrigar mulheres que desejavam vida penitente, mas sua finalidade foi ampliada:

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Recolhimento de Bom Jesus dos Perdões, observa-se que, ‘ainda que a primitiva Instituição deste Recolhimento, não foi (fosse) dirigida a educação da mocidade feminina’,

autorizava-se admitir educandas ‘afim de que aprendão a Doutrina Cristã, ler, escrever, contar, e todas as mais habilidades de sua condição (...).Entretanto, eram variados os casos de viúvas solicitando asilo através de requerimentos ao Arcebispo; mulheres casadas depositadas pelos seus esposos; órfãs desejando entrar para o número da Comunidade e por ele serem sustentadas; meninas com idade mínima de 14 anos que não se mostrava, aptas para o trabalho do lar e abandonadas que, por não terem abrigo, pediam permissão para serem admitidas como servas ou empregadas da Comunidade das recolhidas dos Perdões (SENA, 2005, p. 66-67).

A autora mostra que não estavam previstas, no estatuto redigido para obter a autorização régia, essas outras finalidades, as quais foram sendo incorporadas a partir das necessidades locais. Desse contexto, chama-se a atenção para o fato de o Recolhimento assumir a função não só de manter a mulher vinculada à cultura escrita, como também a de escolarizá-la através de aulas de “Doutrina Cristã, ler, escrever, contar, e todas as mais habilidades de sua condição”, sendo essas habilidades possivelmente relativas ao coser.

O Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes foi fundado para abrigar mulheres penitentes e como educandário e orfanato. Observa-se, a partir de documentação disponibilizada pelo Memória e Arte, no entanto, que esse recebeu, principalmente, filhas da elite local e das regiões circunvizinhas. O educandário obteve autorização régia para funcionamento em 1818.

#### 4. O RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES

Foi no contexto de influência das ideias iluministas que se criou o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, situado na então vila de Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano, região de intensa relação com a capital da província. O Recolhimento dos Humildes, único a se estabelecer fora da Cidade do Salvador, na Bahia, e no século XIX, compreendeu uma proposta de mudanças no projeto de escolarização de mulheres, um espaço de transição, mas fortemente submerso no pensamento religioso de educação feminina.

A criação e a manutenção de um recolhimento em uma outra área que não a capital evidenciam o poderio da sociedade local para conseguir autorização real e para construí-lo. Isso reflete a necessidade de a região ter um lugar para receber mulheres – contra a sua vontade ou por vontade própria –, protegendo a honra dos maridos, pais, irmãos, das famílias e delas próprias; para servir de asilo a viúvas; de educandário e de orfanato. A liberação da criação do recolhimento ficou subordinada à criação de um educandário e de um orfanato, sendo a razão para que o Recolhimento dos Humildes se constituísse como um importante espaço para educar as meninas da região, tanto nas atividades domésticas, como nas primeiras letras, o que lançou luzes para a profissionalização da mulher branca e a feminização do magistério que ocorreriam no final do século XIX.

O idealizador do Recolhimento dos Humildes foi o Pe. Ignácio Teixeira dos Santos e Araújo. Ainda adolescente, ele construiu uma capela às margens do rio Subaé, que foi concluída, conforme Lose e Mazzoni (2016, p. 15), em 1793, inicialmente dedicada a Nossa Senhora. O Cônego Requião, vigário da matriz de Santo Amaro da Purificação e de quem Ignácio foi sacristão, presenteou-o com a Imagem da Imaculada Nossa Senhora dos Humildes. A capela foi utilizada para rezar o terço da Virgem Maria todos os dias e novenas em desagravo aos pecados do mundo.

Quanto ao criador do Recolhimento, Ignácio Araújo nasceu em 17 de fevereiro de 1769, era filho de Thomaz Teixeira dos Santos, que estudou no Colégio dos Jesuítas, até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, e de Eugênia do Nascimento. O pai queria ser padre, mas, com o fechamento do colégio, retornou a Santo Amaro, onde se estabeleceu como farmacêutico e se casou. Ignácio teve seis irmãos: dois que morreram na infância, Tomás e Salvador; duas mulheres, Maria Eugênia e Maria da Purificação; e mais dois homens que também se tornaram padres, Roberto e Miguel.

**Figura 3** – Pintura do Padre Ignácio Teixeira dos Santos e Araújo



Coleção Museu do Recolhimento dos Humildes  
Fotografia: autor desconhecido  
Fonte: SILVA, 2010, p. 94.

Na oração à Nossa Senhora dos Humildes<sup>46</sup>, uma das representações de Maria, observam-se os valores que norteariam as práticas no Recolhimento e no colégio a serem ensinados às educandas. Esses reforçam a fragilidade da mulher e os significados da maternidade, da humildade, de submissão e do temor a Deus.

Ó Virgem Imaculada, que ao receberdes na saudação do anjo o anúncio de Vossa maternidade divina, atribuístes a humildade de Vosso coração a plenitude de graças que de Deus recebestes, volvei carinhosamente os olhos de Vossa bondade maternal, para nossa humilde fraqueza, Nossa Senhora dos Humildes, Mãe piedosíssima e Imaculada que, bendizendo a encarnação do verbo, garantistes a exaltação dos humildes e a confusão dos soberbos. Conservai em nós o espírito de humildade, simplicidade e submissão filial, a fim de que, na imitação da Vossa predileta, tenhamos a certeza de uma recompensa eterna, por Jesus Cristo, Vosso Filho, Nosso Senhor. Amém

Para a Igreja Católica, a representação de Eva, aquela que provou do fruto do pecado e causou todos os males da humanidade, é superada pela imagem de Maria, mulher santa, sem mácula, que serviu a Deus incondicionalmente e que gerou Jesus, o salvador do mundo. A partir desses dois preceitos antagônicos, a mulher deveria, então, buscar ser igual a Maria, pois, na mulher, ainda estavam as marcas deixadas por Eva. Assim se desenvolveu a representação da mulher para o catolicismo.

<sup>46</sup> Fonte: Museu do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes e Silva (2010).

Como afirma Adriana Reis (2000, p.82), em *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*, o antagonismo entre as imagens de Eva e Maria “fez com que, ao mesmo tempo, a mulher simbolizasse o mal, o pecado e a traição, assim como a maternidade, a virtude e o amor. Em ambos os casos, a Igreja confirmava o controle das mulheres pelo *pater familias*, obrigando-a a obedecer às ordens dos maridos e dos pais” e, também, quando sob tutela da Igreja, obedecer às ordens da vida claustral.

Após a construção da capela dedicada a Nossa Senhora dos Humildes, o Cônego Requião orientou Ignácio nos estudos, visando à sua formação de padre. Ele lhe ensinou latim para que, posteriormente, pudesse cursar o Seminário. Em 1801, Ignácio voltou para Santo Amaro já como padre e retomou o seu projeto: reconstruir a capela que sofreu, e ainda sofreria outras vezes, com as cheias constantes do rio Subaé, e transformá-la em casa de oração ou recolhimento de virgens.

**Figura 4** – Foto do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes – década de 1970



Fotografia: autor desconhecido  
Fonte: SILVA, 2010, p. 94.

Para obter a autorização real para o recolhimento, o irmão Miguel Teixeira foi a Lisboa. Retornou a Santo Amaro sem obter êxito. O padre Ignácio, no entanto, manteve o projeto de culto divino de adoração para um grupo de mulheres, o que se tornou um problema, pois

Seus intentos de formar um núcleo feminino que se dedicasse ao culto divino foram mal interpretados, pois as orações aconteciam à noite. Padre Ignácio foi caluniado, e, como era proibido abrir casas religiosas femininas à época, foi condenado e exilado por mais de um ano na Ilha de Maré, sendo proibido de entrar em contato com a família ou de voltar a Santo Amaro.

Ao ter sua inocência comprovada, o Arcebispo Dom Frei Antônio Correia pediu perdão ao padre, pedindo-lhe que retomasse sua obra religiosa. Começa, então, outra batalha para Padre Ignácio – a proibição, por parte de Dom João VI, de novas fundações que não fossem com fins de necessidade pública, como orfanatos ou hospitais (LOSE & MAZZONI, 2016, p. 16-17).

Após voltar da Ilha de Maré, o padre continuou se organizando para a fundação do espaço religioso. Nesse processo de retomada do projeto de construir um recolhimento, uma outra figura foi importante, Anna Roberta da Cruz, co-fundadora e primeira regente do Recolhimento dos Humildes. Foi na casa dela que o grupo de mulheres se reuniu, aos domingos e dias santos, para continuar o ofício do terço e leituras de textos religiosos. Ela também doou 12 mil réis para a construção do espaço e participou da escrita do estatuto a ser aprovado.

Para construir o recolhimento, foi necessário, no entanto, ter uma representatividade política e poder econômico. Isso não seria tanto problema, visto que Santo Amaro da Purificação era uma vila rica<sup>47</sup>, por conta da cultura de cana de açúcar que se instaurou na região desde o século XVI. O poderio dos seus habitantes certamente influenciou na construção do recolhimento, assim como em diversos outros aspectos da vida educacional e cultural local, como o envio dos filhos da elite para estudar em Coimbra – entre os anos de 1784 a 1842 foram enviados 28 homens; a criação do Teatro São Pedro, em 1865; e o estabelecimento da imprensa – muitos jornais foram produzidos em Santo Amaro, a partir da segunda metade do século XIX, mais precisamente 51 jornais até o ano de 1896 (PEDREIRA, 1977).

### 3.1 UM RECOLHIMENTO EM SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO: QUESTÕES SOCIOHISTÓRICAS, CULTURAIS E ECONÔMICAS

A história de opulência de Santo Amaro está inserida na importância que o Recôncavo baiano teve para a capital do Brasil, a Cidade da Bahia ou Cidade do Salvador. Para Stuart B. Schwartz (2011[1988], p. 94), em *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, nessa relação intensa, “[o] Recôncavo conferiu a Salvador sua existência econômica e estimulou a colonização e o desenvolvimento do sertão; seus senhores de engenho dominaram a vida social e política da capitania por toda a sua história”.

A região se conformou de forma diferente de muitas localidades da província da Bahia. Os engenhos de cana de açúcar surgiram antes de vilas e paróquias, o que, para o autor

---

<sup>47</sup> Santo Amaro foi desmembrada do termo de São Francisco do Conde e elevada a vila, em 1727. Permaneceu nessa condição até 13 de março de 1837.

(2011[1988], p. 92), conferiu identidade ao local. A etapa inicial de criação de engenhos começou nas áreas circunvizinhas da capital, nas já estabelecidas paróquias de Paripe, Pirajá, Cotegipe e Matoim. Posteriormente, no decênio de 1570, foram conquistadas as terras do Recôncavo baiano.

Com a Guerra do Paraguai – travada pelo Governador Geral Mem de Sá contra os índios com o objetivo de dizimá-los e conquistar as suas terras –, ocuparam-se Jaguaripe e Maragogipe, regiões cujos engenhos não resistiram à falta de qualidade das terras e aos constantes ataques indígenas. Em seguida, conforme Schwartz (2011, p. 89[1988]), os esforços visaram à ocupação da área próxima aos rios Sergipe e Subaé. Mem de Sá dividiu essa área em sesmarias e, na parte que lhe coube, construiu um grande engenho chamado Engenho Real de Seregipe, mas mais conhecido como Engenho de Seregipe do Conde – nome dado após ser herdado pelo seu genro, o Conde de Linhares. Outros engenhos se formaram e, em 1587, o autor informa haver 14 engenhos na região. A Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde se estabeleceu nesse contexto, a economia local se fortaleceu e a população na região cresceu, favorecendo a fundação, em 1698, da vila.

O fato de os engenhos precederem a formação de freguesias e vilas não implica que a Igreja não tenha marcado seu espaço nesse processo; afinal foi a Igreja, ao longo do projeto colonizador e pela política do padroado, importante instrumento de atração demográfica. De acordo com o geógrafo Adriano Bittencourt Andrade (2013), em *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*, a “estruturação do espaço urbano-regional do Recôncavo Baiano colonial está relacionada à ocupação de territórios eclesiásticos: as freguesias” (ANDRADE, 2013, p. 176), cujo conjunto formou termos, precedentes e orientadores da formação de vilas. O nome da freguesia mais importante de um termo, a matriz, tornava-se, geralmente, o nome da vila, divisão territorial civil.

Com a recente formação, na época, era natural que algumas freguesias se desmembrassem formando outras vilas e compusessem outros termos. Esse foi o caso da freguesia de Santo Amaro da Purificação, formada em 1608<sup>48</sup> e pertencente à Vila de São Francisco de Seregipe do Conde, mas que conquistou relevância e se tornou vila de Santo Amaro da Purificação em 1727. A municipalidade compreendia as seguintes freguesias: Nossa Senhora da Purificação do Santo Amaro, São Domingos de Saubara, Nossa Senhora de Oliveira

---

<sup>48</sup> Conforme Andrade (2013, p. 317), a povoação que se estabeleceu no entorno da capela de Santo Amaro, criada em 1578, se transferiu para a região da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação, a partir de 1700, formando a freguesia de Nossa Senhora da Purificação do Santo Amaro. Com as mudanças, no ano de 1708, foi construída, na região, a atual matriz.

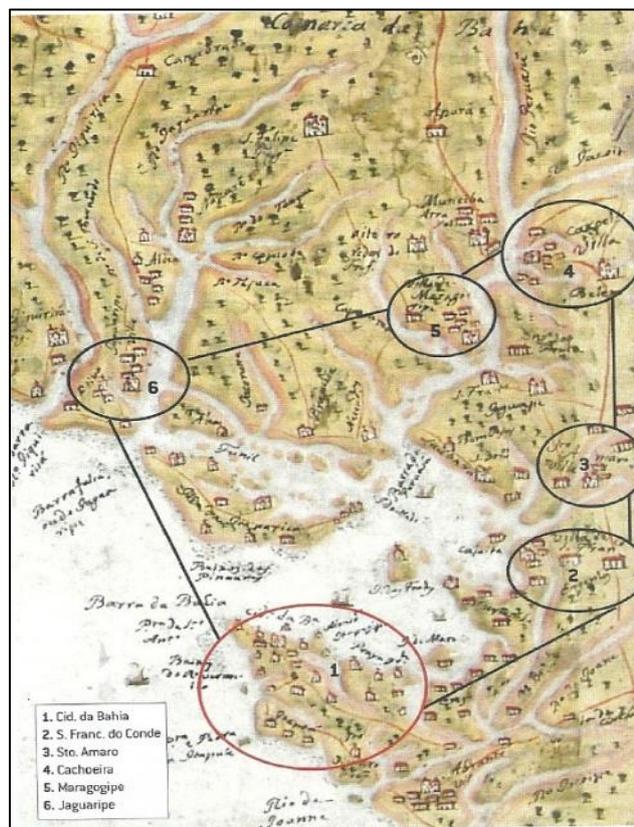
dos Campinhos, São Pedro de Traripe do Rio Fundo; todas desmembradas da então Vila de São Francisco do Conde.

Para Andrade (2013, p. 123-124), o estabelecimento da urbanização nas margens dos rios Sergi e Subaé proporcionou, além do escoamento da produção açucareira de Santo Amaro para os portos da Cidade de Salvador, acesso às entradas do sertão.

Além dessa função intermediária em relação ao desenho dendrítico da rede, a vila de Santo Amaro, relativamente próxima de Cachoeira, centralizava as trocas com as várias freguesias do Recôncavo norte e possuía caminhos diretos conectados a Cachoeira e Maragogipe. Esses elementos, conjugados com a evidente circulação fluviomarítima, fizeram com que a vila se constituísse numa das principais formações urbanas da região com um porto interior de intensa movimentação.

No mapa abaixo, é possível visualizar a centralidade da Vila de Santo Amaro (3), que possibilitou uma relação intensa com as outras regiões, como a proximidade com Cachoeira – vila mais importante do Recôncavo.

**Figura 5** – Mapa do Recôncavo Baiano em meados do século XVIII<sup>49</sup>



Fonte: ANDRADE, 2013, p. 243. Grifo do autor [círculos, números e legenda].

<sup>49</sup> Fragmento do Mapa que mostra a ponta de St<sup>o</sup> Antônio da cidade da Bahia, thé o Rio... Em Relevo, 1758. BA Cart. S. n<sup>o</sup>391 (RBA, 1758/1761).

Considera-se outro aspecto para a construção do espaço urbano proporcionado pela Igreja: a função social que essa assumiu. A centralidade da vila de Santo Amaro no Recôncavo e das igrejas na própria vila estimulou a circulação da população e intensificou o encontro de pessoas e sociabilidades (ANDRADE, 2013). Esses foram fatores determinantes para o estabelecimento do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, em Santo Amaro da Purificação, sendo as residentes das freguesias que compuseram seu termo o principal público do recolhimento.

Conforme Vilhena (1969[1802]), no ano de 1802, no Arcebispado da Bahia, foram registradas 78 freguesias, sendo 22 no Recôncavo baiano. A população na Vila de Santo Amaro era a segunda maior da região, ficando atrás apenas da Vila de Cachoeira, a mais importante, e da capital. No levantamento de dados realizado pelo autor, é possível verificar que, em 1802 – censo no período mais próximo do estabelecimento do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes –, a povoação nessas três localidades mais populosas do Recôncavo era composta da seguinte forma:

**Quadro 2**– Povoação na Cidade do Salvador e nas Vilas de Cachoeira e Santo Amaro da Purificação

<b>Localidade</b>	<b>Fogos (casas)</b>	<b>Almas</b>
Salvador	7080	40922
Cachoeira	3297	26980
Santo Amaro	1850	14310

Fonte: VILHENA (1969[1802]).

Apesar de ser menos populosa que Cachoeira, na vila de Santo Amaro da Purificação era onde havia mais engenhos de açúcar, conforme levantamento realizado por Andrade (2013, p. 314), no Arquivo Público da Bahia, registrando, em 1807, 133 engenhos de açúcar. Em Cachoeira, por exemplo, foram inventariados 89 engenhos; em São Francisco do Conde, 95; em Maragogipe, 45; e em Jaguaripe, 42. Nesse período, a cultura do tabaco também se desenvolveu em Santo Amaro da Purificação, mas teve maior relevância em outras vilas.

Em 1837, Santo Amaro da Purificação foi elevada a cidade. Antes disso, a escolarização de mulheres já havia sido marcada com a presença de professoras particulares e com a nomeação da primeira professora pública de meninas, em 19 de dezembro de 1832, Rita Fabiana Villas Boas (PEDREIRA, 1977, p. 226)

Na relação que se estabeleceu entre a capital e o Recôncavo baiano, no período colonial,

[d]urante toda a sua existência, Salvador tem-se ligado intimamente à sua hinterlândia dependendo do Recôncavo para obter alimentos e combustíveis e servindo de porto de exportação de açúcar, fumo e couro [estes dois últimos relativos a Cachoeira]. Apesar dessa íntima associação com o Recôncavo e do fato de os senhores de engenho realizarem com frequência negócios na cidade, manterem ali suas residências e dominarem suas instituições civis e religiosas, mantinham-se distinções [...]. Salvador representava a vida urbana e cosmopolita; o interior era perceptivelmente diferente: rústico, remoto, mas também aristocrático, ao menos na era colonial. (SCHWARTZ, 2011[1988], p. 79).

Nessa importância que o Recôncavo conquistou, as vilas – posteriormente cidades – de Cachoeira e de Santo Amaro da Purificação foram, juntas, as suas capitais. Ainda que houvesse a marcação política de que era interior, como afirma Schwartz, a aristocracia local não deixou de ser opulenta e de se mostrar mantenedora de ações que reforçariam essa representação, investindo no desenvolvimento da região, o que incluiu cultura, educação e formas de guardar a honra – como o estabelecimento de uma casa de reclusão de mulheres –, sobretudo para sustentar a imagem de região desenvolvida.

As condições que justificassem a construção de um recolhimento de mulheres na localidade estavam estabelecidas. Foi não só uma área muito rica, mas também ativa culturalmente, pois a relação intensa com a capital facilitou o estabelecimento das famílias abastadas na vila. O fator econômico também possibilitou que um recolhimento fosse criado fora da capital, principalmente pela presença de uma aristocracia representada pelos donos da indústria açucareira. Apesar de todas as dificuldades encontradas inicialmente, tornou-se, então, uma questão de tempo para que o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes fosse autorizado.

#### 4.2 O RECOLHIMENTO DOS HUMILDES: FUNDAÇÃO DE UM ESPAÇO DE INSERÇÃO DE MULHERES NA CULTURA ESCRITA

O Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes foi idealizado por Ignácio Teixeira dos Santos Araújo, no ano de 1793. Sua abertura oficial, no entanto, ocorreu em 8 de dezembro de 1818. O Recolhimento exerceu múltiplas funções, funcionando como orfanato, educandário para meninas e recolhimento para mulheres inclinadas à vida religiosa. Além disso, recebeu viúvas e mulheres cujos homens “significativos” queriam mantê-las reclusas.

Após a formação sacerdotal de Ignácio Araújo, no ano de 1801, houve a elaboração do estatuto e a consolidação do patrimônio através de doações realizadas para o recolhimento. A licença real estava condicionada a esse patrimônio, para garantir o funcionamento do local e a

sobrevivência das recolhidas. A todo momento, o governo informava a necessidade de se ter independência financeira e, também, de ser útil à sociedade, através da criação de um educandário para meninas e de um orfanato.

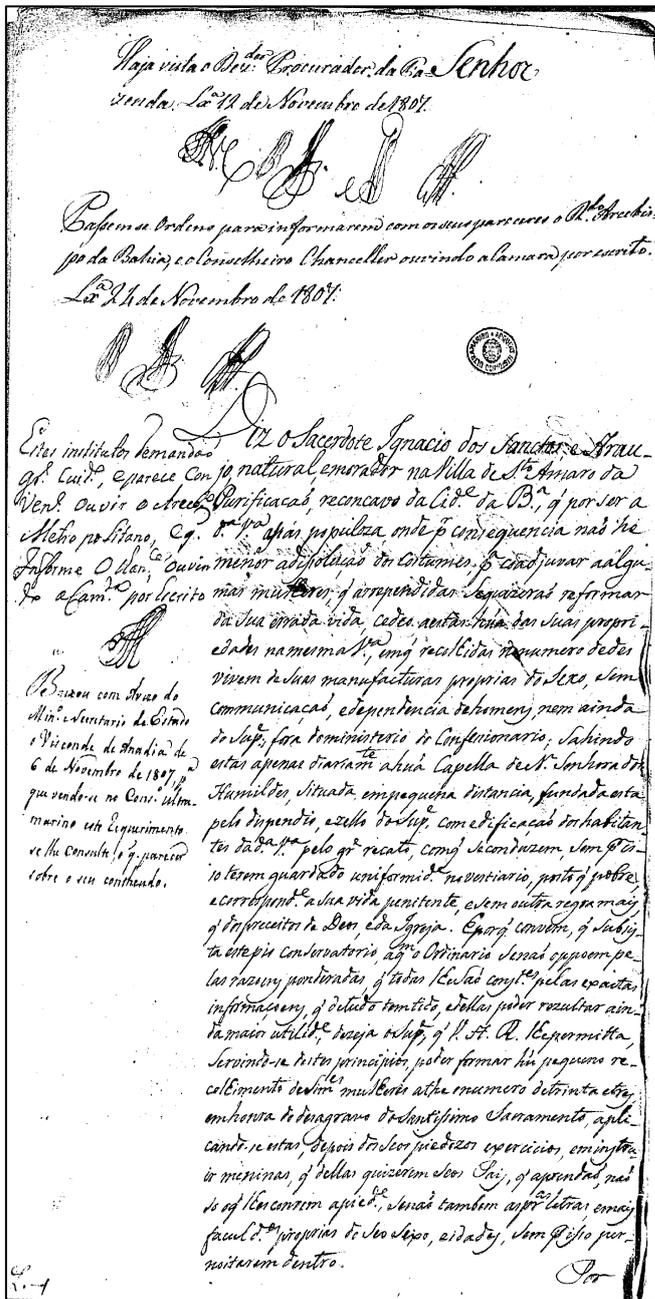
A primeira doação para o estabelecimento do recolhimento ocorreu em 1806, realizada pelo próprio padre Ignácio Araújo. Nesse momento, ele doou 500\$000 da venda de duas casas suas para manter a capela, conforme informam Lose e Mazzoni (2016, p. 17).

No ano seguinte, foi solicitada novamente a autorização para funcionamento do Recolhimento. O processo foi negado, mas, segundo as autoras, o Arcebispo Frei Antônio teria dado apoio para que o padre Ignácio fizesse novo pedido de autorização. O referido Arcebispo, no entanto, já havia morrido, tendo falecido no ano de 1802 e sendo sucedido por um beneditino, o português José de Santa Escolástica Álvares Pereira.

No Arquivo Histórico Ultramarino, foi identificada uma solicitação para o funcionamento do Recolhimento – possivelmente o novo pedido a que se referem Lose e Mazzoni (2016). No documento datado de 28 de abril de 1807, constam o *Requerimento do Padre Ignácio dos Santos Araújo, residente na Villa de Santo Amaro da Purificação, no qual pede licença para fundar naquella villa um Recolhimento de mulheres arrependidas*, e dois atestados, um de Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, Capitão-mor das Ordenanças, e outro do vigário Francisco Borges da Silva, que tratam da importância da população da vila de Santo Amaro e dos sentimentos religiosos do povo. Os atestados eram necessários para comprovar, a partir de importantes representantes da sociedade local, a real necessidade de uma casa de recolhimento de mulheres.

A solicitação do Padre Ignácio contempla o que seria necessário para se estabelecer uma instituição que não fosse apenas para enclausuramento de mulheres, mas que já visasse aos ideais de civilidade que tanto interessavam à Coroa portuguesa. Colocou-se em questão: a independência financeira da instituição, o não uso de roupas que representassem uma vida próxima à dos conventos, tirando o foco de que “tomariam estado” religioso e a possibilidade de as mulheres se tornarem úteis à sociedade, pois as recolhidas formariam meninas nas primeiras letras e em “faculdades próprias do seu sexo”, como coser e bordar, sem precisar ser em regime de internato. O padre considerou essa sua proposta como piedosa e, também, caritativa, visando, assim, a atender as expectativas da Coroa primeiramente.

Figura 6 – Fac-símile do requerimento de autorização para estabelecimento do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes



Diz osacerdote Ignácio dos Santos e Araujo, natural emorador na Villa de Santo Amaro da Purificação, reconcavo da Cidade da Bahia, que por ser a Vossa assás populosa, onde por consequência não he / menor a dissolução dos costumes, para coadjuvar aalgumas mulheres, que arrependidas sequeirão reformadas na mesma Vila, emque recolhidas nonumero dedes | vivem de suas manufacturas proprias do sexo, sem | comunicação, e dependencia dehomens, nem ainda | do Suplicante, fora doministerio do Confessionario; sahindo | estas apenas diariamente ahuã Capella de Nossa Senhora dos Humildes, situada empequena distancia, fundadaesta | pelo dispêndio, ezello do Suplicante, com edificação dos habitantes da dita Vila pelo grande recato, comque seconduzem, sem por is- | so terem guardado uniformidade no vestuario, posto que pobres | e correspondente a sua vida penitente, esem outra regra mais, | que dos preceitos de Deos, eda Igreja. Eporque convem, que subsista este pio conservatorio, aquem o Ordinario senão oppoem pelas razoes ponderadas, que todas lhesão constantes pelas exaitas / informaçoes, que detudo tem tido, edellas poder resultar ainda maior utilidade, dezeja oSuplicante, que Vossa Alteza Real lhe permita, / servindo-se destes principios, poder formar hú pequeno recolhimento desimples mulheres athe onumero de trintaetres emhonra do desagravo do Santissimo Sacramento, applicando-se estas, depois dos seus piedosos exercicios, em instruir as meninas, que delas quiserem seos Pais, que aprendão não | so oque lhes convem assiduidade, senão tambem asprimeiras letras emais | facultades proprias do seo sexo, eidades, sem para isso permitir dentro (AHU\_CU\_005-01, Cx. 151, D. 30.177-30.179).

A forma como a população local era representada se destaca no atestado emitido pelo Capitão-mor das Ordenanças, Antõnio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, no qual ele informa que:

Attesto, ejuro aos Sanctos Evangelhos, que a Villa de / Nossa Senhora da Purificação, e Sancto Amaro tem muitos habitantes, e que nessa Villa seconhece os povos cheios de Religião Christãa já nas distribuçoens de Esmollas, e já no exercicio dos actos Religiozos, fazendo-os com amaior decência / possivel na Matriz, e fora della, e que

hé huma das da Comarca / da Bahia, mais civilizada, e composta de homens Proprietários e Negociantes, e onde o comércio floresce, assim como a Lavagem, de *que* se exporta grande número de caixas de açúcar, e / tabaco, e *que* dá grandes capitais nos Dízimos, e Contribuições / não só Reaes, mas até a denominada Voluntária, *que* fez em / prestimos e Donativos à Real Fazenda nos tempos, em *que* foram / pedidos [...] (AHU\_CU\_005-01, Cx. 151, D. 30.177-30.179)

O Capitão-mor, consciente da importância da produção econômica da Vila de Santo Amaro da Purificação, utiliza-a como argumento principal para conseguir a autorização, sem nem mencionar a necessidade ou importância de uma casa de recolhimento de mulheres ou colégio ou orfanato. Destaca-se a realização de empréstimos à Fazenda Real pela população local, colocando em jogo, nesse momento, as possíveis ofertas a serem realizadas pela elite da vila. A noção de civilização também está em questão. O discurso é construído mostrando como a região era “avançada” em relação a outras localidades na Capitania da Bahia, sendo necessário, além de guardar a honra das mulheres, instruí-las conforme o estágio de civilização pelo qual a vila passava.

A atestação de Francisco Borges da Silva, padre secular, também destaca o desenvolvimento de Santo Amaro da Purificação, afirmando que a vila possui uma grande corporação de sete mil homens do povo; muitos da população “[...] fazem uma formosa república pelo azeite, com *que* se tratam [...]” e com casas “bem civilizadas”; registra a existência de muitos senhores de engenho com o espírito de fé, que apoiam as festividades, e a importância do capelão Ignácio, que mantém a Igreja de Nossa Senhora dos Humildes de forma asseada.

O padre Francisco Borges preocupou-se, no atestado, com a questão do azeite, da higiene, aspectos que também vão ser tratados no estatuto do colégio de 1813, e que tiveram importância no processo de “civilização” do Brasil, especialmente para mulheres, como se verá. A questão da higiene, segundo Reis (2000), começou a ser mais amplamente discutida nos oitocentos, principalmente após a criação dos colégios médicos<sup>50</sup> na Bahia, em 1808, e no Rio de Janeiro, em 1815 – tornaram-se faculdades, em 1832 –, marcada pelo iluminismo francês. Das teses publicadas pelos médicos e das publicações em jornais, muitas versaram sobre a higiene da mulher e o processo de civilização pela qual a sociedade passava, o que impulsionou mudanças na educação que as mulheres deveriam receber (REIS, 2000).

---

<sup>50</sup> Os colégios médicos da Bahia e do Rio de Janeiro, no ano de 1832, através de um decreto, tornaram-se faculdade/escola de Medicina, sendo necessário aos professores apresentarem teses escritas. A partir desse momento, foram divulgadas diversas teses sobre “ideias higiênicas”, marcadas sobretudo pelo racionalismo iluminista francês – a medicina em Portugal ainda estava marcada pelas explicações baseadas nas concepções cristãs católicas –, sendo “higiene e mulher civilizada” um tema recorrente. Cf. REIS, 2000.

A exemplo dessa educação, tem-se as *Cartas sobre a educação de Cora*, um tratado de educação, escrito pelo pai de Cora, o médico Lino Coutinho<sup>51</sup>, para a criação da sua filha, e que, assim como tantas outras publicações, estabeleceu novas condutas femininas e condutas de higiene, mas também reforçou ideias tradicionais. A historiadora Adriana Reis (2000) mostra, ao analisar as cartas, ao longo do século XIX, que essas concepções vão sendo introduzidas na sociedade, por um lado condenando os espaços de reclusão de mulheres, por fazerem mal à saúde feminina, mas reforçando o discurso de que, para a saúde dessa parte da população, o melhor seria a maternidade vinculada ao casamento. Essas ideias influenciaram fortemente a educação feminina.

Logo após enviar o requerimento para obter autorização real, o padre Ignácio solicitou ao Arcebispo Frei José de Santa Escolástica Álvares Pereira que informasse ao Príncipe regente a relevância de se ter um recolhimento em Santo Amaro da Purificação. O Arcebispo respondeu-lhe, enfatizando que o trâmite desse tipo de processo deve ser respeitado. Em carta, Frei José pondera,

MH27<sup>52</sup>

[...] Para es- | te fim me-prestaria eu de boa Vontade aos | Rogos que me-faz de dar huma attestaçãõ | a favor da necessidade, e utilidadedo futuro | Recolhimento de *Santo Amaro*, se eu não pen-| se a, que nos será mais útil esperar que | o Principe me-mande informar para Alem de | não darem os Prelados informaçoes para a | Corte sem serem mandados, como hé costume | e diga a *mesma* fortuna do negocio, que se | refere este aviso, ou mandamento da Corte | para informar, para se não fazerem suspeito, | de paixãõ dando prematuras informações. A demora será de quatro, ou cinco mezes mais, | e por taõ pouco não d[ev]mos arriscar huma obra | que tanto parece ser do agrado de Deos, e | do bem espiritual do seu Reino. Deos guarde a | *Vossa Merce* [†] *Bahia* 1º de julho de 1807 (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 62).

Para o Arcebispo enviar informações sem a solicitação real, poderia, inclusive, prejudicar a obtenção da autorização. Caberia ao padre aguardar o trâmite regular do processo, esperando a solicitação da Mesa do Paço para que o Arcebispo tratasse das reais intenções de se fundar um Recolhimento.

O requerimento do padre Ignácio passou, primeiramente, pela análise de João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde de Anadia, então Ministro e Secretário de Estado da Marinha e

<sup>51</sup> Lino Coutinho (1784-1836) foi professor e diretor da Faculdade de Medicina da Bahia. As cartas só foram publicadas após a sua morte, em 1849 (REIS, 2000).

<sup>52</sup> Os documentos identificados por MH integram a série *Uma história escrita à mão*, organizada pelo Ateliê Memória e Arte, visando à preservação e divulgação de documentos referentes à história da Bahia. A publicação utilizada foi o volume 11 (LOSE; MAZZONI, 2016). A edição é semidiplomática, as letras em itálico referem-se ao desenvolvimento de abreviaturas. Os critérios de transcrição constam nas páginas 56-58.

Ultramar, no dia 6 de novembro de 1807. Para o Visconde, “Este instituto demanda / *grande cuidado*, e parece con / vento. Ouvir o Arcebispo / Metropolitano<sup>53</sup>”. Recomenda-se, no dia 24 do mesmo mês, ouvir o Arcebispo da Bahia e a Câmara, para verificar se o objetivo não era construir um convento, tipo de estabelecimento fora dos interesses da Coroa Portuguesa.

Passado mais de um ano, em 19 de março de 1810, o Desembargador Ouvidor da Comarca, Luís Thomás Navarro, demanda do padre Ignácio que responda à solicitação do Príncipe Regente D. João V, datada 3 de outubro de 1809, com informações sobre o recolhimento a ser construído (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 70),

MH46

Para poder informar ao Principe Regente Nosso | Senhor, como me foi ordenado pela sua Regea Pro- | vizão de 3 de *Outubro* de 1809 o requerimento *que Vossa Merce* | lhe fez, suplicando-lhe a Grasa de poder estabelecer | hum Recolhimento em honra do desagravo do *Santissimo* | Sacramento, para nelle entrarem e se conservarem as | pessoas mencionadas no *dito* Requerimento, cumpre *que* | *Vossa Merce* me informe circunstanciadamente, e em fé | de *verdade* o Instituto, e Administração *porque* há de | regulamentar-se o referido Recolhimento, a fim / de eu melhor fazer idea das vantagens e utilidades | *que* daquelle Estabelecimento podem dezfrutar a dita | Villa. Faz-se também preciso *que Vossa Merce* me | diga se os quinze mil cruzados *que* fazem parte | da doação feita por *Donna* Francisca Maria Soares | de Albergaria Lacerda para ajuda do patrimônio | do mesmo Recolhimento existe, em poder de quem, | e se estão a juro?, para com a sua resposta, poder eu | calcular o total rendimento dos bens doados, e destina- | los para a subsistencia do *dito* Recolhimento. Deos | *guarde* a *Vossa Merce* – Villa de Santo Amaro 19 de Março de 1810.

Doutor Luis Thomas Navarro vv[†]

Senhor Reverendo Padre Ignacio dos Santos e Araujo

[2v] Do Real Servisso.

Ao Senhor Reverendo Padre Ignacio dos Santos / e Araujo.

Logo logo

Do Desembargador Ouvidor da Comarca

A licença para o funcionamento do Recolhimento dos Humildes foi concedida no ano de 1813, momento, conforme Lose e Mazzoni (2016), em que já estava construída grande parte da estrutura da instituição. A decisão, no entanto, ainda estava condicionada à confirmação de que o recolhimento iria funcionar como colégio para meninas e ter independência financeira. Nas *Notas históricas do Recolhimento de N. S. dos Humildes. Santo Amaro* (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 20), consta que o Desembargo do Paço emitiu uma certidão a pedido do

<sup>53</sup> Cota: AHU\_CU\_005-01, Cx. 151, D. 30.177-30.179.

Padre Ignácio Araújo – que precisava comprovar a autorização –, representado pelo seu procurador, o Padre Miguel Teixeira de Araújo Santos.

Nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço do Estado do Brasil se acha a consulta e resolução de que o suplicante faz menção no requerimento retro cuja real resolução de 11 de outubro do ano proximo passado (1813) foi sua Alteza Real servido conceder ao mesmo suplicante licença para fundação e dotação de um recolhimento na Vila de Santo Amaro, Arcebispo da Bahia, para 20 mulheres seculares que se ocupam no ensino e educação de meninas com a clausula de dotar o mesmo recolhimento com bens rendosos e suficientes dos quais deverá apesentar titulos legais e de ordenar estatutos propios para o seu regime, verificando perante a sobredita Mesa das referidas diligencias e obtendo as precisas confirmações sem as quais não poderá principiar a ter exercicio a mesma casa de Educação e Recolhimento [...].

O Estatuto do colégio foi enviado ainda no ano de 1813<sup>54</sup> à Mesa do Paço para ser aprovado; enquanto isso, o padre Ignácio Araujo intensificou os pedidos à população de Santo Amaro para formar um patrimônio para o Recolhimento dos Humildes. Nesse momento, além das esmolas, o próprio padre doou 15 casas e recebeu 20 mil cruzados de herança de Dona Francisca Maria Soares de Albergaria e Lacerda.

Até a autorização dos estatutos, o padre Ignácio enfrentou tanto a demora para aprová-los, como também a contestação, por parte da família de D. Francisca Lacerda, do dinheiro herdado, sendo o padre acusado de explorador. As cartas enviadas para o então procurador Ignácio Alvares Pinto d’Araújo obtiveram a seguinte resposta:

MH44

Reverendo Senhor Ignácio dos Santos Araujo  
 Meo Amigo, e Senhor, tenho recebido pocas cartas su- | as huã em data  
 de 19 de Agosto, outra de 24 de outubro, | ambas d’este anno; as quaes  
 vou responder, | como sempre tenho feito a todas as outras suas | cartas,  
 que me tem vindo a mão; e se Vossa Merce não | as recebe, a culpa não  
 he certamente minha. |  
 Estaõ ainda em Revisão do Tribunal os | Estatutos do Colegio de Nossa  
 Senhora dos Humildes, | e eu tenho feito, e faço todo o possivel pela |  
 conclusão d’este negocio, em que cuido seria- | mente. Fis embargar em  
 seo nome, como Ad- | ministrador do dito Colegio a Sentenca sobre  
 Embargos, que obteve | o herdeiro da Lacerda sobre a anulação do  
 testamento | d’ella, pois a Suplicaçam registrou | causa inerável (...)

<sup>54</sup> Lose e Mazzoni (2016, p. 21), em levantamento preliminar, identificaram o envio do estatuto no ano de 1815. Há, no entanto, na Biblioteca Nacional (RJ), o *Estatuto do Collegio de Educação de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes...*, datado de 1813 (Localização BN 22,1,34; Referência: nº 12.335 do C.E.H.B.). No final do documento, consta o parecer dos desembargadores da Mesa da Consciência, Bernardo Joze da C. Gusmão e V. José de Oliveira, aprovando os Estatutos, assim chamado porque era composto por duas partes.

Insinuação Regia, sobre que conta representar, | e pedir consulta, como o anseio proprio de | terminar esta questão; e folgarei infinito | se a concluir, segundo os meos desejos e beneficio | de h~u Estabelecimento tão bem entendido, como | útil, e vantajozo ao Estado, cujos interesses pu- | blicos sempre me merecerão muito por atenção, o | affervo. Tenho [†], e viva o certo de que sou. De Vossa Merce | amigo afetuoso, venerador Ignacio Alvares. Rio de Janeiro 3 de | Setembro | de 1816. Ao meo Amigo, | e Senhor. Bahia. Santo Amaro Por mercê. 1816. Dezembro (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 21-22).

O estatuto foi aprovado apenas em 11 de agosto de 1817<sup>55</sup>, mas devendo passar por algumas alterações, enfatizando que o capelão não poderia ter tanta influência, nem entrar no colégio, e a necessidade de se nomear uma escritvã, separadamente da vice-regente. Além disso, deveria o Recolhimento enviar um relatório do estado da educação no estabelecimento, a cada três anos.

A carta de Ignácio Álvares Pinto d'Araújo (MH43), datada de 20 de outubro de 1817, era agora confirmando a aprovação do estatuto e a provisão para criar o colégio – com algumas ressalvas indicadas (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 22-23). Um aspecto que o procurador destacou em sua carta foi a escolha da mestra, haja vista a dificuldade de encontrar “mestras hábeis” na vila. Ignácio Alvares esperou a resolução dessa etapa, para, enfim, resolver a pendência em relação à doação de D. Francisca Lacerda. A sentença da justiça acerca da herança foi favorável ao Padre Ignácio e ao Recolhimento dos Humildes.

Consta nas *Notas Históricas...* (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 23) a autorização oficial final para abertura do Recolhimento dos Humildes:

D. João por graça de Deus, Rei do Reino unido de Portugal, e do Brasil, [...] Faço saber aos que esta provisão virem: Que requerendo-Me o padre Ignácio dos Santos e Araujo para fundar um colégio de meninas pobres na Vila de Santo Amaro da Purificação, e atendendo à utilidade que de um tal estabelecimento resulta ao Estado, [...] Hei de por bem conceder-lhe licença para fundação do dito Colégio de Educação na referida Vila de S. Amaro, o qual subsistirá e será regido na forma dos Estatutos por Mim aprovados. [...]

Em 8 de dezembro de 1818, foi inaugurada um novo prédio para o Recolhimento. Conforme Lose e Mazzoni (2016, p. 23-24), entraram, nesse dia, 12 recolhidas, seis meninas, nove servas e duas escravas. As recolhidas eram: Madre Anna Roberta da Cruz – primeira regente e co-fundadora –, Rita Maria da Encarnação, Ignácia Francisca Calmon, Leopoldina de Santa Rosa, Maria Carolina Ayres de Almeida, Ignácia Sabina de Nazareth Calmon, Augusta Sofia de Araújo, Maria Benedicta Telle, Vicência Teixeira de Freitas, Delfina Rosa de S. José

---

<sup>55</sup> Cota: BN 22,1,34, 36r-36v.

Neves, Maria Francisca Garcez e Maria Germana Calmon. O recolhimento, nesse momento, tornou-se recolhimento de mulheres, colégio de educação de meninas e orfanato, assumindo, assim, múltiplas funções.

Conforme o Estatuto<sup>56</sup>, essas mulheres assumiram os cargos de regente, vice-regente, escritã, diretora, mestras, enfermeiras, ecônomas, atividades diferentes das que estavam previstas para mulheres à época. Esse contexto possibilitou-lhes a inserção na cultura escrita, na medida em que lidavam, na sua rotina, com práticas de leitura de materiais religiosos, além de o Recolhimento funcionar como colégio de meninas, iniciando as educandas nas primeiras letras. Isso justifica haver, no estatuto, a condição de que, para ser recolhida, seria necessário saber ler e escrever.

O primeiro capelão<sup>57</sup> do Recolhimento foi o Padre Ignácio, ficando até a sua morte, em 20 de julho de 1841. Os seus sucessores foram: o capuchinho Frei Luís Maria Belford (de 28/03/1842 a 20/08/1843), o missionário português Frei Bento de Maria Santíssima (05/09/1843 a 05/06/1880), o pernambucano Cônego Joaquim Francisco de Vasconcellos (21/07/1881 a 10/01/1912), o sobrinho do Cônego e também pernambucano Padre Arthur Medeiros de Vasconcellos (27/03/1912 a 20/10/1923), Padre José Gomes Loureiro (1912 a 1914), Padre José de Andrade Lima (01/01/1926 a 15/03/1930), Padre Lúcio Cordeiro (15 e 29/03/1930) e o Padre Antenor Celino de Sousa, que ingressou em 29/03/1930, mas não se sabe com precisão até que data permaneceu no cargo.

O Frei Bento de Maria Santíssima foi o capelão que mais mudanças proporcionou ao Recolhimento entre os anos de 1845 e 1848. As inovações foram na estrutura física, com a construção de novas alas e da enfermaria e, “com a ajuda do Barão de Itapicuru, iniciou um novo seminário” (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 28), uma estrutura mais ampla para receber mais educandas. O Barão a que as autoras se referem é o segundo, Manuel de Oliveira Mendes, filho do 1º Barão de Itapicuru de Cima, Luís Manuel de Oliveira Mendes, dono de engenho e pecuarista que participou, representando Santo Amaro, da luta de independência da Bahia.

Com a extinção, no ano de 1922, dos Recolhimentos femininos<sup>58</sup> pela Santa Sé, através do decreto *Quod Jam* (Lose e Mazzoni, 2016, p. 34), o Arcebispo Dom Augusto Álvaro da Silva decidiu fundar, em 1927, uma Congregação da qual fizeram parte: Madre Maria José de

---

<sup>56</sup> Cota: BN 22,1,34.

<sup>57</sup> Lose e Mazzoni (2016, p. 28) informam ser o capelão um mentor religioso, administrador e responsável por zelar pelo Recolhimento, sendo as mulheres recolhidas as responsáveis pela direção do espaço.

<sup>58</sup> A Ereção Canônica de Recolhimento à Congregação ocorreu no contexto da “Restauração Católica”, na primeira metade do século XX, como parte da reestruturação e maior controle da Igreja Católica sobre essas instituições, conferindo-lhes personalidade jurídica diante do Direito Canônico (cf. SENA, 2005).

Oliveira Mendes, Maria Cândida Dórea, Maria Francisca Calmon, Júlia de Freitas Paim, Maria da Pureza Guimarães, Brasília Bahia, Maria Alice de Sant'Ana, Maria Leonor de Palma, Maria Helena Cumming, Irmã Maria Etelvina de São José, Irmã Maria das Dores Britto Cunha, Irmã Maria Pulqueria Gomes de Menezes e Irmã Maria Catarina de Jesus Carvalho Luna.

Em 1980, a partir da parceria entre o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e a Congregação, o então Convento de Nossa Senhora dos Humildes foi transformado em Museu do Recolhimento dos Humildes, e a foi tombado através do decreto nº 28.398 de 10 de novembro de 1981. O acervo do museu compõe-se de 433 peças de imagens sacras ornadas pelas recolhidas, mobílias, porcelanas, pratarias, rendas etc.

#### 4.2.1 Estratificação social das integrantes do Recolhimento dos Humildes

No Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, os papéis atribuídos às mulheres presentes reproduzem a realidade extramuros, a partir de uma estratificação, conforme a sua condição socioeconômica e étnica, assim como se observa em outros espaços de reclusão feminina. Nele, as mulheres estavam classificadas em recolhidas, educandas, servas e escravas<sup>59</sup>.

Observa-se, a partir da tabela abaixo, essa estratificação e a quantidade de pessoas presentes no Recolhimento:

**Tabela 1** – Registro de pessoas existentes no Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes

ANO	1833	1861	1863	1879	1880	1888	1889
Recolhidas	23	23	-	22	20	20	20
Educandas pensionistas	19	33	-	28	26	40	-
Educandas órfãs	14	24	-	19	18		-
Seminaristas	-	-	-	-	-	-	38
Servas	15	29	-	32	38	40	38
Escravas	-	26	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>135</b>	<b>138</b>	<b>101</b>	<b>102</b>	<b>100</b>	<b>96</b>

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Maço 5279. Seção Colonial e Provincial.

<sup>59</sup> No ano de 1889, registram-se seminaristas ao invés de educandas. Isso se verifica pontualmente em alguns documentos de diferentes datas, inclusive anteriores ao ano de 1889, como no livro de assento, o que se relaciona ou com o desejo de se estabelecer um seminário, mas só sendo possível um recolhimento, ou expressa a dificuldade de diferenciar os dois tipos de estabelecimento. A própria regente Maria Germana Calmon du Pin que assim registrou em 1889, no ano anterior, em 1888, classificou as meninas que estiveram presentes no Recolhimento dos Humildes como educandas.

O limite de 20 recolhidas estava registrado no estatuto, as excedentes eram as mulheres “inválidas”, que padeciam de algum problema de saúde ou possuíam idade avançada que as impedia de exercer suas atividades. Para a quantidade de educandas e servas, não foi identificado um limite expesso. Nos relatórios, não estão inseridas as escravas que “pertenciam” ao Recolhimento. A condição de escravas, retirava-as do rol de “pessoas existentes no recolhimento”. Há, contudo, no relatório do ano de 1833 e em documentos avulsos, referências à presença de escravas.

As recolhidas eram mulheres que ingressavam no Recolhimento dos Humildes, a princípio, conforme o estatuto, por opção própria. O ingresso se daria de duas formas: entrar através da autorização do arcebispo ou, depois de concluída a formação no colégio dos Humildes, continuar no Recolhimento, caso houvesse vaga, pois o número máximo era de 20 recolhidas, sem considerar as “inválidas”. A condição para ser uma recolhida era ser branca e dominar as primeiras letras e contar.

As recolhidas foram responsáveis por organizar a rotina do Recolhimento e da educação das meninas órfãs e pensionistas. Dentre as atividades que exerceram, estão: regente, vice-regente, diretora, escritã, mestra de ler e escrever, mestra de coser, economista, enfermeira e porteira<sup>60</sup>. Além disso, para sustentar o Recolhimento, as recolhidas faziam biscoitos e bordados para imagens do Menino Jesus, para serem vendidos – conforme Edjane Silva (2010), elas se destacaram, na arte sacra brasileira, por desenvolver importantes representações do Menino Jesus do Monte<sup>61</sup>.

As educandas poderiam ser pensionistas ou pobres. Conforme o estatuto do colégio, a condição principal para ingresso era ser branca, fosse a menina pensionista ou pobre, e ter entre 6 e 10 anos de idade. No caderno de assento, é possível verificar que não se seguiu à risca o critério etário, há registro de meninas com 3 anos entrando no Recolhimento, como Maria da Pureza Salvadorina, que entrou em dezembro 1846. As pobres recebidas tinham que ser órfãs, filhas de ex-benfeitores. As pensionistas pagavam, em 1833, 1\$000 por semana para receberem a instrução.

A categoria das servas é a mais difícil de ser definida, dada a falta de informações sobre essas mulheres, uma vez que os seus nomes não são citados, nem a sua etnia. É considerável a quantidade de servas presentes no Recolhimento. Quando de sua inauguração, em 1818,

---

<sup>60</sup> A descrição das funções assumidas pelas mulheres que estiveram no Recolhimento dos Humildes será apresentada na seção seguinte.

<sup>61</sup> Cf. Silva (2010).

registrou-se a entrada de nove servas; no ano de 1833<sup>62</sup>, havia 14; em 1879, 32; em 1880, 38; em 1888, 40; em 1889, 38.

No dicionário de Antônio Moraes e Silva (1789, p. 396), a definição de serva compreende: escrava, criada, serva de Deus – “mulher dada a exercícios de piedade, e religião”. Exclui-se, desse contexto, a última classificação, pois não se trata de uma condição religiosa, mas social. Ainda assim, não esclarece a condição dessa mulher. Arilda Inez Miranda Ribeiro (2016), ao tratar sobre as *Mulheres educadas na Colônia*, informa que as servas eram, a princípio, mulheres brancas, mas, a partir de 1720, poderiam ser negras e mulatas. Almeida (2003, p.192), ao tratar sobre o Recolhimento de Olinda, informa serem as servas “[...] pobres desvalidas, que poderiam ambicionar uma condição de recolhidas em posição inferior [...]”. Algranti (1992, p. 110/276) classifica ser serva, ora como mulher pobre que vê no ingresso em recolhimentos a oportunidade de participar do mercado matrimonial, ora como escrava. A autora cita o caso da Madre Helena Maria, que, por ser muito pobre, foi aceita no Recolhimento de Santa Teresa, em São Paulo, na condição de serva. Os indícios apresentados pela autora mostram que ela, ainda que na condição de serva, aprendeu a ler e escrever no Recolhimento. Nesse contexto, observa-se que ser serva está associado à condição de ser pobre.

Outra situação que caracteriza a condição de serva, foi o pedido de autorização que Antônia Josefa das Mercês, do Convento das Ursulinas na Bahia, fez para ter uma escrava consigo; no documento de solicitação, ela registra já haver servas recolhidas e que a dela cumpre os requisitos, é donzela, honesta e tem “idade observada”. A solicitante alega também que a serva será educada para o serviço da religiosa e, também, da comunidade (ALGRANTI, 1992, p.195-196). Neste caso, ser serva compreende ser escrava.

No caso do Recolhimento dos Humildes, no ano de 1833, a Regente Anna Roberta da Cruz informa, no relatório enviado ao presidente da província da Bahia<sup>63</sup>, que as servas se distinguem das escravas. Não eram escravas, mas não gozavam também do mesmo estatuto que as mulheres do Recolhimento de Olinda. A sua condição vai mudando; no final da década de 80 do século XIX, a Regente Maria Germana Calmon du Pin registra que, das 38 servas, algumas estavam sendo educadas como as educandas.

Em uma sociedade colonial escravocrata, a lógica intramuros reproduziu a estratificação social. Conforme Algranti (1992, p. 196),

---

<sup>62</sup> Informações retiradas dos *Relatórios enviados ao Presidente da Província*, nos anos de 1833, 1879, 1880, 1888 e 1889.

<sup>63</sup> Cota: maço 5279 - Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes – Santo Amaro da Purificação 1833-1889. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Arquivo Público do Estado da Bahia.

[...] os escravos compunham uma parcela importante da população dos estabelecimentos de reclusão feminina desempenhando as funções que lhes cabia [sic] de ordinário numa sociedade escravista. Havia os escravos da instituição trabalhando nas propriedades agrícolas, escravos de ambos os sexos que saíam ao ganho, e aqueles que dentro ou fora da clausura atendiam às necessidades cotidianas da comunidade. Quanto às escravas particulares, conforme comentado, acabaram constituindo um grupo à parte e muito particular de mulheres enclausuradas, totalmente alheias ao tipo de vida conventual.

Nesses espaços, os escravos foram um meio para que as mulheres enclausuradas estabelecessem a relação com o mundo externo, principalmente as escravas particulares. Eles, no entanto, não estavam “totalmente alheios”, como afirmou Algranti (1992), pois participavam da rotina dos recolhimentos e conventos, onde exerciam atividades braçais.

No caso do Recolhimento dos Humildes, alguns documentos tratam da doação de escravos para os trabalhos braçais: um foi dado pelo tio do padre Ignácio para construção da capela; em 1833<sup>64</sup>, a Madre Anna Roberta da Cruz registrou a presença de escravas, mas sem quantificá-las; em uma carta (MH81), o Arcebispo Romualdo trata de duas africanas que chegaram ao Recolhimento em 1842<sup>65</sup> e, em 1864, em uma solicitação do Ministério de Justiça, há o registro de mais três.

O uso da mão de obra escrava data, no Recolhimento dos Humildes, desde o momento da construção da capela, quando o tio do Padre Ignácio lhe doou o escravo João (LOSE; MAZZONI, p. 15):

MH51

Digo eu abaixo assinado, que entre os bens, que possuo, hé hum escravo Joaõ | de nação Gege, ainda moleque, que houve por compra nesta Cidade da Bahia | a Manuel Marques da Silva, o qual muito da minha livre vontade sem cons- | trangimento de pessoa alguã dou a meu Sobrinho Ignacio dos Santos e Araujo | filho Legitimo do meu irmão Thomaz Teixeira dos Santos, e de sua mu- | lher Eugenia do Nascimento; e poderá o dito meu Sobrinho possuir o dito es- | cravo Joaõ, como seu, que hé e fica sendo de hoje para todo o sempre em vir- | [tude] da doação [...]

Além da doação realizada pelo tio, em 1792, para a construção da capela, observa-se, também, a presença de escravas, a partir da carta enviada pelo Arcebispo em 19 de março de 1842, respondendo à solicitação de poderem entrar duas escravas africanas no Recolhimento (LOSE; MAZZONI, p. 157),

<sup>64</sup> Cota: Maço 5279 (APEB). Relatório enviado ao Presidente da Província da Bahia, no ano de 1833.

<sup>65</sup> O Recolhimento dos Humildes recebeu doações de escravos do governo, conforme se observa na *Falla do Presidente da Província*, Francisco Gonçalves Martins, no ano de 1852, quando foram doados 3 escravos que tinham sido apreendidos e cujos donos não foram identificados.

MH81  
*Ilustrissima Senhora Madre Regente*

Acabo de receber a sua carta de 14 do corrente, e fico entei- | rado  
 não só da informaçã do requerimento de *Dona Caroli- | na do Paraiso*,  
 que já foi indeferido, como tambem da | concessã das duas *Affricanas*  
 para o serviço dessa casa, esti- | mando eu muito este auxilio, menos  
 vantajozo sem duvida | ao Recolhimento, do que ás proprias *Affricanas*,  
 que ali acha- | raõ a verdadeira e pura liberdade, mediante uma san- | ta  
 educaçã e os exemplos de uma vida edificante.

Queira recomendar me a toda a *Communidade*, | a quem renovo o  
 pedido da suas Orações. *Deus Guarde a Vossa Senhoria | muitos annos.*  
 Bahia 19 de Março de 1842

De Vossa Senhoria  
*Attento Venerador e obrigado*  
 Romualdo, Arcebispo da *Bahia*

Outras doações de escravos foram feitas, além de as recolhidas levarem os seus para auxiliarem nas atividades diárias do recolhimento, conforme registrou a *Falla do Presidente da Província*, informando que havia “26 escravos, a maioria dos quaes per- | tence ás pensionistas” (FALLA, 1861, p. 82). Nesse ano, foram registrados 26 escravos e 29 servas que trabalhavam para 23 recolhidas e 57 educandas.

A outra referência é a solicitação feita pelo Ministro de Justiça, em 6 de julho de 1864, para registrar as africanas presentes no Recolhimento. Embora a demanda seja de informações detalhadas, só foi registrado o nome de três: duas chamadas Maria e uma Paula, a nação de proveniência, e o número de registro.

**Secretaria de Polícia da Ba 6 de julho 1864**

O governo Imperial (por aviso do Ministro da Justiça) | solicita relatorio  
 identificando as africanas | presentes no Recolhimento, pede  
 informações detalhadas (nação, idade/, estado, profissão, residência,  
 comportamento, | data da importação, nome arrendatário)

[1v]

Relação das Africanas livres, que se achão ao ser-/viço do  
 Recolhimento dos Humildes em S<sup>to</sup> Amaro  
 Maria ..... Nagô ..... N<sup>o</sup> 221  
 Paula ..... Gege ..... N<sup>o</sup> 360  
 Maria ..... Angola ..... N<sup>o</sup> 638  
 Secretaria da Policia da Bahia 6 de julho 1864

[assinatura]  
 Feliciano

A presença de escravos no Recolhimento dos Humildes e em outros recolhimentos e conventos (NASCIMENTO, 1994) era comum. As mulheres levavam consigo, inclusive, uma grande quantidade de escravos, apesar de a vida em um enclausuramento pregar o desprendimento dos bens do mundo e a simplicidade. Esse é um aspecto relevante na medida em que se observa o possível contato linguístico entre quantidade expressiva – correspondente, por vezes, a metade dos presentes – de escravos nesses espaços, inclusive africanos, com freiras, recolhidas e educandas.

## 5. ESCOLARIZAÇÃO DE MENINAS NO COLÉGIO DO RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DOS HUMILDES

No final do século XVIII e nos anos iniciais do século XIX, havia, na política de Portugal para a instrução feminina, apenas o decreto de 31 de maio de 1790, de D. Maria I, para a criação de aulas régias, mas que só foi efetivado 25 anos após, em 1815. Quanto às mulheres, a instrução decorria do interesse particular das famílias ou em espaços religiosos. No Brasil, o cenário era semelhante, a escolarização de meninas ficou a cargo de mestres particulares e de conventos e recolhimentos.

Na Bahia, como se observou na seção anterior, a criação de aulas públicas para meninas foi determinada apenas com a lei de 1827. Em Santo Amaro, onde se situa o Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, a nomeação de uma professora de meninas com formação na Escola Normal só ocorreu em 19 de dezembro de 1832. Antes desse período, na região, a escolarização das mulheres foi proporcionada por mestres particulares e pelo colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.

A princípio, o projeto era construir um convento, mas, com a proibição e as dificuldades impostas pelo rei para fundação de espaços religiosos para enclausuramento de mulheres, política desde o século XVIII, se transformou em uma solicitação para construção de um recolhimento. Nesse contexto, por imposição de D. João VI, a fundação do Recolhimento dos Humildes esteve vinculada à criação de um orfanato e um educandário de meninas, conforme os ideais iluministas de formar os “[...] indivíduos em seu potencial racional de aperfeiçoamento contínuo pelo também aprimoramento do meio social” (VEIGA, 2007, p.4).

### 5.1 O ESTATUTO DO COLÉGIO E O DESENVOLVIMENTO DA CULTURA ESCOLAR

*Os Estatutos<sup>66</sup> do Collegio de Educação de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes fundado pela beneficencia de seus Devotos o Padre Ignacio dos Santos, e Araujo, e outros em honra do Desagravo do Santissimo Sacramento na Villa de Santo Amaro da Purificação na Capitania da Cidade da Bahia no anno de 1813, aprovados pela Mesa da Consciência, com observações, constituem um importante documento para se compreender o*

---

<sup>66</sup> No relatório de aprovação do Estatuto do Colégio Nossa Senhora dos Humildes, faz-se referência “aos estatutos”, por serem compostos de duas partes, mas, nesta dissertação, a referência será apenas a “estatuto”, por se tratar de um documento apenas.

processo de idealização da escolarização de meninas no colégio vinculado ao Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes<sup>67</sup>.

Nos documentos oficiais, os discursos refletem os anseios da Coroa, da Igreja – representada pelo arcebispado – e da sociedade para o que se concebia como escolarização dessas mulheres e por um modelo de mulher a ser formado. Esse discurso influenciou a organização das recolhidas na rotina do colégio, assim como marcou outras instituições – conventos e casas de educação associadas aos recolhimentos.

Os *Estatutos do Collegio de Educação de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes* [...], aprovados em 11 de agosto de 1818, estão organizados em três partes: o *Discurso Preliminar*, a *Parte primeira* e a *Parte segunda*. Nesse documento, observa-se o que deveria ser a escolarização de mulheres no século XIX, assim como as marcas das ideias iluministas – como civilização, asseio, instrução –, propondo uma forma diferente de conceber a educação feminina.

No *Discurso Preliminar* consta a necessidade de educar meninas para que se alcance o “título de nação civilizada”. Nesse caso, encaminham-se as mulheres a uma condição social diferente, a de formadoras de homens, os cidadãos ilustrados, para as novas demandas sociais:

[fol. 1r] Discurso preliminar.

A Educação da Mocidade he hum objeto detanta im- / portancia, quanto ellafaz abaze mais solida da sociedade ci- / vil, etraça na sua origem afelicidade particular das Familias, / eo bem publico dehum Estado.

Henostenros annos que o espirito, eo coração humano rece- / bem comfacilidade as impreçoens do bem, edo mal, que ao depois- / se desenvolvem, esepatenteiaõ em toda sua extençaõ na idade va- / ronil.

Depouca, ounenhuã vantagem he para hum Estado, que / seus individuos se multipliquem, sefaltar de Educação, ede instruc- / ção são incapazes deprehencher dignamente não só os recipro- / cos deveres da Sociedade, eas importantes funçoens, queo Estado lhes confia, mas tambem de sustentar com dignidade entre as- / Naçoens ogloriôzo, emerecido titulo deNação civilizada, que / representaõ.

Naõ pareça porem quea Educação, ea instrucção sejaõ necessárias somente aos homens, por isso que são eles os que / sustentaõ, e acreditaõ o Nome da Nação, as Mulheres necessi- / taõ igualmente deEducação: ellas fazem huma parte da / so- / [fol. 1v] sociedade humana: ellas tem huma caza a governar, hum ma- / rido a felicitar, Filhos a criar, ea educação [*inint.*] nos / mais tenros annos, como as primeiras Mestras, que a Natureza / nos menistra; efinalmente sociais, e coadjutôras de seus Maridos / no manejo econômico, e governo

<sup>67</sup> Nos documentos relativos ao colégio de meninas, por vezes não fica claro se se trata do Recolhimento ou do colégio; ambos são vistos como uma só instituição. No estatuto de 1813, chama-se, muitas vezes, de “Casa”, compreendendo os dois, sendo este termo adotado nas análises aqui apresentadas. Apenas na gestão de Frei Bento de Maria Santíssima é que a estrutura do colégio passa a ser melhor delimitada.

domestico de uma Família; e as - / las não poderão jamais preencher funções tão importantes, / faltando-lhes a necessária instrução

Osque pensão que as Mulheres não necessitam de instrução / e que hum todo não pode ser perfeito se hum parte dele he deficiente / e feitura.

He portanto para Educação, e para instrução de hum / sexo, que deve cooperar uniforme mente como homem para sua mutua, e reciproca felicidade, que a beneficencia de pessoas verda- / deiramente patrióticas procura mediante a Real Approvação de / Sua Alteza Real O Principe Regente Nosso Senhor, fundar este Collegio de Educação, no qual na conformidade dos presentes / Estatutos se eduquem Meninas, que vindo a ser hum dia boas / Mães de Famílias fação a felicidade de seus Maridos, e de / seus Filhos (BN 22, 1, 34).

O discurso que fundamenta o estatuto propõe uma nova conjuntura para a mulher no mundo, na qual se busca a civilização, ainda condicionada aos benefícios que seriam gerados para o homem. As futuras mães, que teriam filhos para criar, deveriam ser qualificadas, receber a instrução, para melhor desempenhar o seu papel. Além disso, teriam uma casa para administrar, possível razão para incluir na educação as noções básicas de aritmética, como se observa nos relatórios enviados aos presidentes da Província. A ignorância, nesse caso, já não supriria essas demandas.

Observa-se ainda que, para obter-se a autorização régia para funcionamento, mesmo sendo uma proposta de colégio a ser organizado por um grupo de religiosas e estando presentes os valores do catolicismo, no discurso preliminar não há referências diretas ao âmbito religioso, comuns aos documentos redigidos por membros da igreja. No momento de elaboração do estatuto, o Padre Ignácio e a recolhida Anna Roberta estavam cientes de que, para ser aprovado, não caberia misturar a religiosidade, com uma menção explícita aos aspectos religiosos, a uma instituição que se formava em um contexto adverso, o das ideias “das luzes”. A tentativa de destacar o âmbito civil, no entanto, ficou restrita ao *Discurso preliminar* do documento.

Nesse ideal de civilização de mulheres, definiram-se uma rotina e um espaço para funcionamento da escola. Diferentemente das aulas particulares, geralmente em casa, a que as mulheres tiveram acesso, a organização do tempo e a definição de um espaço específico para receber as educandas eram aspectos novos para o público feminino. Para Santo Amaro, a novidade era mais expressiva por não haver na região instituição com característica semelhante. Divergia também da formação conventual que propunha à mulher uma vida intramuros.

Na *Parte Primeira* do estatuto, informa-se que o Recolhimento dos Humildes estava sujeito ao Prelado, respondia diretamente ao Arcebispado. Em seguida, trata-se das autoridades no colégio, inclusive os responsáveis pelas celebrações das quais as educandas participariam, e quais são as obrigações de cada uma delas (padre capelão, sacristão, procurador, regente, vice-

regente, mestras, ecônoma, enfermeiras, porteira) e sobre como as aulas deveriam ser organizadas (regularidade e distribuição do tempo). Os capítulos que a compõem são:

### **Parte Primeira**

- Capítulo 1º - Sobre a natureza, criação e destino deste Collegio sugeito ao Prelado Diocesano;**
- Capítulo 2º - Sobre a autoridade a que fica sugeito o governo, e direção deste Collegio;**
- Capítulo 3º - Sobre as obrigações do Padre Capellão deste Collegio;**
- Capítulo 4º - Sobre as obrigações do Sachristão deste Collegio;**
- Capítulo 5º - Sobre as obrigações do Procurador, ou Agente dos interesses temporaes deste Collegio;**
- Capítulo 6º - Sobre as obrigações da Regente deste Collegio;**
- Capítulo 7º - Sobre as obrigações da Vice-Regente desse Collegio;**
- Capítulo 8º - Sobre as obrigações da primeira Mestra, ou Directôra das Meninas;**
- Capítulo 9º - Sobre as obrigações da segunda Mestra;**
- Capítulo 10º - Sobre as obrigações da terceira Mestra;**
- Capítulo 11º - Sobre as obrigações da Economa deste Collegio;**
- Capítulo 12º - Sobre as obrigações das Infermeiras;**
- Capítulo 13º - Sobre as obrigações da Porteira;**
- Capítulo 14º - Sobre a economia e regularidade das Aulas;**
- Capítulo 15º - Sobre a distribuição do tempo**

De antemão, chama a atenção o fato de as mulheres desempenharem, nesse ambiente, diferentes funções. Havia os cargos de regente, vice-regente, diretora e mestra de catecismo, mestra de primeiras letras, mestra de coser e bordar, ecônoma, enfermeira, porteira, além da atuação das servas nas atividades domésticas e das escravas, nos trabalhos braçais.

Da *Parte Primeira*, no momento de apreciação para aprovação, foi revogado o Capítulo 3º, limitando a ingerência do Padre Capellão nos acontecimentos do colégio, devendo os problemas ocorridos na rotina ser tratados com o Prelado diretamente ou, quando em um caso excepcional, entre as empregadas<sup>68</sup> do recolhimento, através da formação de uma comissão. A responsabilidade do Capellão seria, dessa forma, restrita às questões religiosas.

O Procurador era responsável por tratar do âmbito administrativo, gerenciar os bens e as contas do Recolhimento e do Colégio e comprar itens necessários à rotina, como alimentos e materiais para vestuário de meninas pobres e empregadas sem condições financeiras. O seu trabalho seria, ao final de cada mês, supervisionado pela Regente e, ao final de cada ano (ou na visita do Prelado em outros períodos), analisado pelo Visitador<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> Nos Estatutos, na *Falla do presidente da província da Bahia* do ano de 1861 e no *Relatório* apresentado pelo presidente da província em 1866, registra-se que as recolhidas eram “empregadas” do Recolhimento dos Humildes, como se observa em “Há n’elle 135 pes- / soas, a saber 23 recolhidas ou empregadas [...]” (1861, p. 82) e “A das recolhidas, em numero de 23, a quem os estatutos dão a denomina- / ção de empregadas [...]” (1866, p. 56).

<sup>69</sup> O Visitador era acompanhado de uma comissão representando o Prelado, geralmente era um Cônego e um secretário – algumas vezes o próprio Arcebispo fazia a visita –, para verificar o andamento das atividades no Recolhimento dos Humildes e no colégio. Geralmente, verificavam-se as instalações, as contas e o caderno de assento onde estavam registradas as entradas e saídas de educandas e recolhidas do colégio.

Por ser um colégio associado a um espaço de reclusão feminina, a Mesa da Consciência mostrou, na apreciação do estatuto para aprovação, preocupação com a relativa autonomia das mulheres que administrariam o colégio e o recolhimento, tendo em vista a impossibilidade da presença dos homens no ambiente, como se observa no §8º do Capítulo 5º (Das obrigações do Procurador ou Agente temporal):

[8r] Fará a custa deste Collegio, **seguindo as ordens da Regente**, apozen- / tadoria ao Prelado, quando venha pessoalmente a este Collegio, / eao Visitadôr, que ele mandar em seu lugar, porem moderadamente, / esem luxo, eesta apozentadoria dará somente os dias precisos *para / avizita* (Grifo nosso).

O exemplo ilustra a autonomia das regentes do Recolhimento dos Humildes quanto às ações relativas ao espaço. Embora reportassem tudo ao Prelado – conforme se observa na quantidade de correspondências respondidas pelos Arcebispos –, as ações mais imediatas na rotina eram tomadas pelas recolhidas. Exceção a essa condição parece ter sido enquanto o Padre Ignácio estava vivo, pois há muitas correspondências em que ele trata de assuntos relativos aos anos iniciais de funcionamento do recolhimento e colégio com os arcebispos.

Seguem-se os capítulos da *Parte Primeira* focando na atuação das mulheres no Recolhimento e no colégio. No documento, à regente corresponde um papel ambíguo, ora como aquela que tem consigo total autoridade, plenos poderes, para gerir a instituição, ora como aquela que deve ser como uma mãe para as educandas e uma companheira para as outras mulheres presentes na Casa.

Este último aspecto, o da docilidade da mulher no exercício das atividades em uma instituição de ensino – incluindo além da regente, a vice e as mestras –, vai ser pauta de muitas discussões acerca do ofício de professor ao longo do século XIX, apontando luzes para o que aconteceu no final dos oitocentos, a feminização do magistério<sup>70</sup>. Nesse processo, a atividade que era essencialmente masculina passou a ser exercida majoritariamente por mulheres.

A função de regente tinha como responsabilidade o Recolhimento e o colégio, que se confundiam por serem o mesmo espaço físico até a direção de Frei Bento de Maria Santíssima. A primeira a exercer o cargo de regente foi Anna Roberta da Cruz, que ajudou o padre Ignácio Araújo na concepção e construção dos dois espaços; seguem-se a ela Maria da Conceição Jesus,

---

<sup>70</sup> Cf. o artigo de Sara Martha Dick, *Processo histórico de feminização do magistério baiano*, e Jane Soares de Almeida (2007), em *Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?*.

Gertrudes da Santíssima Virgem, Maria Benta do Patrocínio, Delphina Rosa de São José e Maria Germana Calmon du Pin e Almeida<sup>71</sup>.

De acordo com o Estatuto do colégio, as características e atribuições da pessoa responsável por administrá-lo seriam:

#### Capítulo 6º

[8r] §1º A Regente deste Collegio deve ter além das qualidades requeridas no Capítulo 1.º Parte segunda destes Estatutos toda acapacidade, e discrição, que exige este importate Cargo, pois a ella se confia todo o governo, e economia domestica desta Caza, eque a seu exemplo se devem portar todas as mais Mestras, e Empregadas. Ella terá todo o governo, eadmistração domestica, e economia, etoda a autoridade sobre todas as pessoas, que viverem dentro desta Caza, tudo porem na conformidade dos presentes Estatutos, procurando muito cuidadosamente manter apaz, esocego taõ importantes em semelhantes Cazas (BN 22, 1, 34).

No colégio, a princípio, a regente exerceria tarefas semelhantes às que uma mulher desenvolvia em casa, seria responsável pelo seu “governo” e pela “economia doméstica”, além de ser exemplo para as outras pessoas com quem lidaria – em casa, possivelmente seria com os filhos, marido, empregados e criados. O objetivo final seria manter a paz e o sossego do ambiente. Essas atribuições, no entanto, exigiram daquelas que assumiram o cargo atuarem com destreza na gestão de um espaço até então pouco comum para as mulheres do Recôncavo baiano.

Não se pode desconsiderar que, ao longo da história das mulheres brancas no Recôncavo baiano – as mulheres brancas foram as responsáveis pela gestão do Recolhimento dos Humildes –, muitas se destacaram por serem donas de engenhos, a exemplo de Ana Francisca Viana Bandeira, dona do Engenho Mucurunga, e Joana Augusta Carolina Cerqueira Mendes, do Engenho São João, vizinho do primeiro, conforme registrado por Carlos Ott, no *Povoamento do Recôncavo pelos engenhos (1536-1888)*, volume I (1996, p. 42).

O exercício da função de regente e dos demais cargos de que trata a primeira parte do estatuto, no entanto, deveria ser realizado por pessoas com “qualidades” específicas. Estava previsto no Capítulo 1º, Parte segunda, que a mulher deveria ser branca; que fosse de “boa vida” e de bons costumes; que soubesse ler, escrever, contar, coser e bordar; que não tivesse doença; que aceitasse ser nomeada para as diferentes atividades da Casa; que não tivesse menos de 25 ou mais de 40 anos de idade; que fosse vacinada e que não tivesse tido “bexiga” (variola).

---

<sup>71</sup> Esses nomes foram identificados a partir do caderno de assento, que registrou a entrada e saída de educandas e recolhidas, e nos relatórios enviados ao Presidente da Província.

Os recolhimentos de mulheres – mesmo aqueles com funções diferentes das que o Recolhimento dos Humildes assumiu – tinham, de modo geral, esses mesmos requisitos, as recolhidas deveriam ser brancas e abastadas; tendo elas a “oportunidade” de mostrarem-se piedosas, caritativas e cumprirem a sua religiosidade cuidando de crianças órfãs e as educando. Isso não impedia que mulheres de outras “qualidades” pudessem ser recolhidas e exercessem as funções de uma regente. Um caso que exemplifica é a fundadora do Recolhimento do Parto, a Madre Rosa Maria Egipcíaca de Vera Cruz, cuja história foi investigada pelo antropólogo Luiz Mott (1993) e resultou na obra *Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil*.

Rosa era africana, chegou ao Brasil como escrava, foi prostituta, mas os rumos da sua história mudaram, passando a levar uma vida de devoção. Após ter visões beatíficas, recebeu um chamado de Nossa Senhora da Piedade, em 1752, para criar uma casa religiosa para acolher mulheres que viviam as mesmas condições pelas quais ela passou. Ela queria se tornar esposa do “Bem-Amado”, “[...] porém, devido à sua baixa condição de negra e ex-meretiz – predicados inaceitáveis num convento de virgens donzelas, puras no sangue e nos costumes –, a solução seria inventar uma instituição específica para as mulheres de sua mesma igualha” (MOTT, 1993, p. 275), o que a fez criar um recolhimento de mulheres, inaugurado em 1757 (em 1756, já havia autorização real para as mulheres se recolherem em estrutura próxima de onde foi construído o Recolhimento do Parto).

Nesse período, por ordem do “Divino Espírito Santo”, Rosa deveria aprender os “segredos da escrita”. Ela começou a ser alfabetizada por José Gomes, e, em seguida, continuou o processo com Maria Teresa do Sacramento, futura regente do Recolhimento do Parto, no Rio de Janeiro. Embora Rosa não fosse oficialmente a regente, Mott relata que ela exercia autoridade sobre a rotina da casa e chegou a ser Mestra, conforme narrou o Frei Agostinho, ermitão do Parto, em carta para o Padre Xota-Diabos, na qual registrou que “por ser do agrado de Deus tornar-se o capelão do novo recolhimento onde já havia algumas recolhidas e Rosa por Mestra [...]” (MOTT, 1993, p. 284), sendo que, em menos de dois anos de “[...] orientação espiritual, a vexada africana revela estar instruída não só em Teologia e nas Sagradas escrituras, como também sobre a vida dos Santos [...]” (MOTT, 1993, p. 265).

O destino de Rosa foi o Tribunal do Santo Ofício, onde foi julgada pelos escândalos que causou, através das suas “heresias” cometidas através de “superstições”, “revelações” e “milagres”, mas, sobretudo, pela condição de negra. A importância de Rosa para a fundação desse recolhimento de mulheres foi, até o momento da publicação do trabalho de Luiz Mott, em 1993, negada. Conforme o autor,

A nosso ver, a omissão do nome de Rosa Egipcíaca como fundadora deste recolhimento se deve por duplo preconceito: por tratar-se de uma negra e, sobretudo, por ter sido presa pela Inquisição, considerando que o estigma de um penitenciado pelo Santo Ofício devia permanecer por três gerações consecutivas, não interessando às regentes, sucessoras da desafortunada fundadora, manter viva memória tão vergonhosa (MOTT, 1993, p. 276).

Casos como o de Rosa Egipcíaca mostram a forma como a mistura de grupos étnicos desafiou o que estava estabelecido em documentos oficiais e pela ordem vigente. O problema que se segue é que aqueles que conseguiram transgredir foram apagados da história do Brasil, sendo recuperados, atualmente, a partir de estudos que lançam novos olhares para os objetos e as fontes<sup>72</sup>. Na história do Recolhimento dos Humildes e do colégio, contudo, não está expressa nos registros a presença de mulheres negras em condição diferente da de escravas.

Para os outros cargos, seja de Vice-Regente, Diretora, Mestra, Ecônoma, Enfermeira, as características exigidas eram as mesmas da Regente: serem brancas, de bons costumes, que dominassem o escrito, contar, costurar e bordar, não ter doenças, estarem dispostas a assumir as diferentes funções e terem entre 25 e 40 anos de idade.

Das atribuições, caberia à Vice-Regente, além de assumir as funções da regente, na sua ausência, suprir a falta das Mestras, vigiar a segurança da casa, cuidar das vestimentas das órfãs pobres e das empregadas, receber as educandas, visitar as aulas e a enfermaria para verificar o funcionamento e supervisionar as tarefas da ecônoma. Ficaria responsável também por assinar o caderno de assento onde se registrava a entrada e a saída de mulheres da Casa, juntamente com a escritã e a regente.

Os papéis de primeira Mestra, ou Diretora, segunda Mestra (de ler, escrever e contar) e terceira Mestra (de costura e bordado) estavam diretamente relacionados com o processo de escolarização das meninas. Sobre as atribuições e perfil da Diretora, conforme o estatuto:

§1º

[fol. 14r]As obrigaçoens do cargo da primeira Mestra, / Directôra das Meninas, são naverdade demaior importância, e delicadeza, porque daboa educação, que ella der as suas Educand- / das depende inteiramente afelicidade destas, eagloria deste Col- / legio de educação, esobre tudo oserviço de Deos. Ella deve ser / mais, que nenhuma outra Mestra virtuosa, caritativa, afável, / discreta, emuito vigilante sobre tudo, que tocar aboa educação / das suas Pupillas, para que levando-as como pela mão as con- / duza degraõ, emgraõ a inteira perfeiçaõ dos costumes, esemêe em / seus tenros annos os fructos, que devem colher nas idades futuras, / por meio dehuma boa, ebem entendida educação.

[...]

§ 3º

<sup>72</sup> Cf. a seção 2, em que se aborda a influência da Nova História Cultural (BURKE, 1997; 2008) para os grupos até então negligenciados pela história.

[14r] Posto a Regente tenha todo e pleno poder, elivre administração / na economia domestica desta Caza, etoda a autoridade sobre / as pessôas, que vivem dentro della, com tudo naquelas couzas, / que pertencerem as Meninas nada poderá determinar sem ou / [fol. 14v] ouvir, conferir com a Directôra das Meninas; porque a esta / pertence com especialidade toda a inspecção, ecuidado sobre / as Meninas no que tocar immediatamente asua educação (BN 22, 1, 34).

Assim como Maria, a mãe de Jesus, caberia às recolhidas que atuaram na administração do colégio e recolhimento, serem dóceis e afáveis, características requisitadas também para as outras empregadas. Mas caberia a elas saberem o limite para que as educandas não confundissem esses sentimentos e as desrespeitassem.

No caso da Diretora, além de ser referência para as meninas, substituiria a Vice Regente, quando da vacância do cargo, e seria responsável por administrar tudo relativo ao colégio. A sua rotina incluía o controle constante do que seria ensinado às educandas, do asseio, da rotina e do seu comportamento – desde o momento em que acordassem até dormirem–, cuidando para que fossem estimulados os valores morais e o amor próprio e reprimidos os sentimentos tidos como negativos. Era a primeira Mestra a responsável pelo ensinamento do catecismo, a ser ministrado às quartas-feiras e aos sábados, à tarde.

Enfatizando o processo de escolarização, dentre as atribuições da Diretora, os parágrafos 11°, 15° e 18° do Capítulo 8° - *Sobre as obrigações da Primeira Mestra ou Diretora de Meninas*, aqui reproduzidos - destacam-se por tratarem de como seria a participação da primeira Mestra para estabelecer a relação das educandas com a cultura escrita:

§11°

[fol. 15v] **Evitará que se contem as Meninas contos indiscretos, procu- / rando têlas sempre entretidas**, ou estudando assuas liçoens, no/ tempo **destinado para isso, ou com jogos inocentes e contos Moraes nas horas vagas**, ede recreio, fazendo muito por lhes ad / querer toda abenevolencia, eamizade, procurando que ellas lhetenhaõ todo o acesso, econfiança, sem o que deordinario / nada se consegue, principalmente decrianças, que quaze / sempre olhaõ para seus Mestre, e Directores como para / Juizes severos, sempre prontos para lhes contrariar as suas / vontades, egostos.

§15°

[16r] Procurará infundir-lhes o gosto de aprenderem para **sedistin- / guirem da gente rustica, eviverem com gente civilizada**, / fazendo estudar as suas liçoens dentro dos seus aposentos, no / tempo destinado para isso, erepetilas ao voltar das Aulas a-/ver se as Meninas **conservaraõ na memoria as liçoens**, q.<sup>e</sup> / lhes deraõ, louvando, eacariciando aquellas, que melhor as / souberem, para estimular as mais [*inint.*], ou negligentes. /

§18°

[fol. 16v] [...] terá a mesma liberdade, assim como querendo ellas **aleitu / ra de livros honestos**, [*inint.*] aboa educação, como **ocom- / pendio de Virgem e Outras historias, porem demodo al- / gum Novellas**

**amatorias, eoutros livros semelhantes, q.<sup>e</sup> / possaõ desviar o espirito das Meninas docaminho daboa / educação (BN 22, 1, 34. Grifos nossos).**

A Diretora era responsável por controlar os livros a serem lidos pelas educandas, sendo esperada, sobretudo em ambiente religioso, a proibição de romances ou livros que não tratassem dos valores cristãos católicos. Para as leituras das alunas, estavam previstas obras com a história da Santa Maria, de outras santas ou dos religiosos que se destacaram na vida de fé, semelhante ao que Ana Cristina Lage (2018) relata para o Convento de Santa Clara do Desterro, onde o acesso à cultura escrita proporcionado às mulheres era através do letramento religioso.

O Colégio de Nossa Senhora dos Humildes, de caráter filantrópico, foi o primeiro espaço de dimensão pública para as meninas terem acesso ao escrito no termo de Santo Amaro da Purificação, possibilitando às educandas “se distinguirem da gente rustica, e viverem com gente civilizada”. Elas passaram, assim, a fazer parte de um grupo reduzido daqueles que dominavam a leitura e a escrita em uma sociedade marcada pela distribuição desigual do uso dessa tecnologia, o que refletiu na inserção ou exclusão social de pessoas do âmbito sociopolítico e econômico.

Supõe-se que a relação que as educandas estabeleceram com o escrito, no entanto, estava relacionada essencialmente ao letramento religioso, tendo em vista o manual didático que era utilizado, uma cartilha com o Catecismo de Montpellier, e o ambiente religioso em que estavam. Além disso, a aprendizagem ocorria através do processo mnemônico, esperando-se dessas meninas que “conservassem na memória as lições”, que eram, principalmente, as orações praticadas diariamente.

A memorização era parte da aprendizagem das alunas e da rotina das recolhidas que desenvolviam as atividades do colégio. Esperava-se das recolhidas que memorizassem as regras do cotidiano, além dos comportamentos adequados, por serem referência para as educandas, – encaminhando para um estágio de “segunda natureza” entre as diferentes gerações (ELIAS, 1994a) –, em um processo de introjeção das regras do ofício que desempenhavam. Cabia à Regente estimular uma prática comum à vida em clausura, segundo o capítulo 6º do Estatuto, fazendo com:

#### §6º

[fól. 9r][...] quetodas as pessôas, que lhe são subordina- / das, cumpraõ do melhor modo possivel as suas obrigaçoens, q.<sup>e</sup> / á cada huma são prescriptas, epara que não alleguem / ignorancia fará que cada huma das Empregadas **co- / pête, etenha em seu poder o Capitulo respectivo das suas / obrigaçoens, ealem disto fará ler em plena Commonidade / estes Estatutos huma ves cada mez no dia, ehora, que for / mais commodo** (BN 22, 1, 34. Grifos nossos).

No Estatuto, a todo o momento, destaca-se a necessidade de que as empregadas estivessem conscientes do que competiria à função que se assumiam para manter o perfeito funcionamento e a ordem. Nesse contexto, coube à primeira Mestra controlar as obras a que as educandas teriam acesso e também as formas de elas se manifestarem:

§8º

[15r] Influirá nas Meninas o amor de si próprias, o asseio, e cui - / dado sobresi; porem evitando-lhes o desvanecimento excessivo, / **ejuntamente falarem muito**; porque todas estas couzas / tem seus justos motivos, e limites, que senão devem exceder (BN 22, 1, 34. Grifos nossos).

O silêncio deveria ser praticado, inclusive nas aulas de primeiras letras, sendo incumbência também da segunda Mestra, a de ler, escrever e contar. Nas aulas, segundo o capítulo 9º, ela

[fól. 17r] §3º Não consentirá que dentro d'Aula as Meninas estejam abrin- / car, ou afazer travessuras, ou fallarem indiscreta, edesnecessariamente, mas sim que estejam com toda atenção devida, e entre tidas com / as suas lições, e procurará muito cuidadosamente evitar pra- / ticas, e conversações entre as Meninas de dentro, e de fora, o que / absolutamente se proíbe (BN 22, 1, 34. Grifos nossos).

A vida em recolhimento – ainda que se considere a liberdade de que gozariam as educandas, pois sairiam após concluírem a sua formação –, era marcada pelo silêncio, e isso se transferiu para todas as mulheres presentes, fossem as meninas, que recebessem a instrução, ou as recolhidas. Essas marcas do silenciamento histórico das mulheres repercutem até os dias atuais, tornando-se pauta dos movimentos feministas, que lutam pela liberdade da mulher de falar e de agir<sup>73</sup>.

Nos turnos da manhã e da tarde, estavam reservados horários para as aulas da segunda Mestra, que tinha como atividade ensinar a ler, escrever e contar “[16v] com perfeição a todas as Meninas [...] Ella deve ser muito prudente para bem des- / [17r] desempenhar este enfadonho trabalho de ensinar a crianças esta / Arte, tratando as Meninas com muito carinho, amizade, mas / desorte que conserve sempre o respeito, que lhe he devido” (BN 22, 1, 34).

O controle da disciplina pela segunda Mestra era necessário para conservar o respeito, mas como o processo de ensino e aprendizagem era considerado enfadonho, ela deveria utilizar-

---

<sup>73</sup> Cf. *A transformação do silêncio em linguagem e ação*, de Audre Lorde, em comunicação apresentada no painel “Lésbicas e literatura”, da Associação de Línguas Modernas, em 1977. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>. Acesso em 20 jul. 2017.

se do carinho e da amizade para que o objetivo fosse alcançado. O capítulo 6º, §7º, destaca que, resguardada a autoridade da regente e das mestras,

[8v] Isto porem naõ / deve embargar a Regente, emais Mestras, a acariciar, e affa- / gar publicamente áquella Menina, que for mais dócil, e / que melhor cumpra as suas obrigaçoens, aproveitando as liçoens / que se lhedaõ porque isto aomesmo tempo animará hu- / mas e outras.

Nas aulas da segunda Mestra, segundo o Capítulo 9º, § 4º, ensinar-se-ia às educandas a ler, escrever e falar a língua portuguesa, conforme os princípios da gramática e da ortografia, utilizando compêndios. Estavam previstos o ensino de história profana de Portugal e do Brasil e a leitura dos livros “honestos”, preferencialmente os que tratassem de educação e de civilidade, possivelmente os manuais de comportamento, sendo proibidas as novelas “amatórias” e livros semelhantes. As lições, conforme o §5º, deveriam ser apresentadas no início da aula para que as educandas tivessem tempo para respondê-las.

Na prática, de acordo com os documentos anuais enviados pelas regentes para a presidência da província e nas falas dos presidentes e relatórios anuais da Assembleia Legislativa da Bahia, o processo de escolarização envolvia aprender a ler, escrever e contar, depois as educandas passariam às aulas de costura e bordados e às aulas de geografia. Não foi registrado o ensino de história, como previsto no estatuto, mas de geografia<sup>74</sup>, e, a partir do ano de 1865, de música e piano.

A terceira Mestra tinha como ofício ensinar as atividades de costuras, bordados, fazer flores e enfeites, logo após a aula de ler escrever e contar, no turno da manhã e da tarde. As vestimentas, enfeites e demais produtos feitos pelas educandas durante as aulas serviriam para vesti-las e, também, para as mulheres presentes no Recolhimento. A Casa também recebeu encomendas, sendo a renda gerada na venda usada para complementar o sustento do local.

O Recolhimento dos Humildes tinha como fontes de renda o aluguel de algumas casas, as doações de fiéis, a venda de mercadorias produzidas por educandas e pela terceira Mestra, a pensão de algumas educandas, e recebia da Presidência da Província da Bahia um valor de 800\$00, registrado como valor entregue no ano de 1847<sup>75</sup>, reajustado para 1000\$000 no ano de

<sup>74</sup> O ensino de geografia foi registrado a partir do ano 1860 (cf. Falla que recitou na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia, o vice-presidente da provincia, dr José Augusto Chaves, no dia 1.o de setembro de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo de França Guerra, 1861).

<sup>75</sup> Falla que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848. p. 34.

1860<sup>76</sup>. Após votação da Assembleia Legislativa, conforme registrado nos relatórios anuais apresentados pelos presidentes da província, o Recolhimento passou a receber esse valor e por vezes chegou a receber mais em casos extraordinários, como em momentos de cheia do Rio Subaé, que atingia parte do seu patrimônio, a exemplo do que ocorreu no ano 1859:

Possue [o Recolhimento dos Humildes] apenas alguns pequenos prédios, cujo rendimento, com o producto / do trabalho e das pensões das alumnas, são os únicos meios de que dispõe para / sua manutenção. [...] Estes mesmos prédios forão ultimamente quasi destruidos pela enchente do / rio, e muito tem custado a repara-los, mesmo com o providente auxilio de tres / contos de réis por vós concedido para tal fim no § 9.º artigo 1.º da Lei n.º 797. /

D’esta quantia mandou a Presidencia entregar 1:000\$000 réis em o anno / próximo passado, e o restante em prestações mensais de 500\$000 réis, no / corrente anno, por não permitirem as forças do cofre que fosse dada de uma só vez (FALLA, 1860, p. 59).

Os trabalhos de costura e bordados produzidos pelas mulheres foram importantes para complementar e garantir o sustento e marcaram a arte sacra brasileira com as representações do Menino Jesus dos Montes, aspecto estudado por Edjane Silva (2010), na dissertação *Menino Jesus do Monte: arte e religiosidade na cidade de Santo Amaro da Purificação no século XIX*, a partir de um modelo “iconográfico único”, conforme afirma a autora. O desenvolvimento dessa atividade aumentou, além da renda, o leque para a profissionalização das educandas.

Outro papel a ser exercido no colégio foi o da “Ecônoma”, cargo que, segundo o Capítulo 11º, §1º, “[18r] [...] deve recahir sempre em pessoas ágeis, e que tenhaõ toda acapacidade pa- / ra bem o servir. A Economa deve ser poupada, mas não / mesquinha, activa, emuito cuidadosa: ella deve igualmente en- / tender decozinha para bem dirigir as servas empregadas nesta of - / ficina”. Era responsabilidade dela cuidar da limpeza e inventariar móveis e utensílios de quatro oficinas: a despensa, a cozinha, o refeitório e a enfermaria, sendo as servas subordinadas a ela.

A rotina da “Ecônoma” envolvia cuidar da despensa, atentando para que nada faltasse, evitar desperdícios, cumprir os horários das refeições e respeitar a dieta das enfermas, conforme as orientações médicas – nessas atividades, o cuidado com o asseio é enfatizado no Estatuto. Recomendava-se a ela que mantivesse um caderno para anotar os custos dos produtos e alimentos comprados, a ser passado para o “livro do Cofre”, devendo prestar conta à Regente aos sábados, quando recebia o dinheiro para comprar os mantimentos da semana.

---

<sup>76</sup> Falla recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

**Figura 7** – Foto da sala de refeitório do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, no início do século XX



FONTE: SILVA (2010, p. 100)  
Fotografia: Autoria desconhecida

O cargo de Enfermeira estava previsto para ser preenchido por, no mínimo, duas recolhidas. Quanto ao perfil e às obrigações, segundo o Capítulo 12º, §1º:

[fól. 19r] §1º As Enfermeiras devem ser muito caritativas, / sofredoras, afim deque não impacientem as doentes, antes as con- / solem, e as tratem com toda caridade, emimo./

Seraõ pelo menos duas em numero para que se revezem, / ediscancem alternativamente, fazendo constantemente guar- / das ás doentes, rendendo-se huma aoutra deseis emseis horas, / enesse tempo prohibe-se absolutamente á que estiver deguar- / da osahir da enfermaria, salvo ahir buscar oremedio, oucomida para os doentes no que observaraõ exatamente as ordens do Me- / dico, ou Cirurgiaõ: aos quaes lembraraõ que escrevaõ no quader- / no, que deve haver para esse fim, oregimen, quedevem obser- / var arespeito decada huma doente, enesse mesmo quaderno el- / las aventaraõ não só as horas, que deraõ premedio, eacomida, mas / tambem qualquer novidade, ou sintoma, que appareçaõ, pa- / [fól. 19v] para que navizita seguinte o Professo seja exatamente ins- / truido, doque ocorreu na sua auzencia, epara formar juízo mais / acertado sobre amolestia, eseu curativo.

§2º [fól. 19v] Terá muito cuidado no asseio da enfermaria, muito parti- / cularmente no alinhio das camas, efactos das doentes, mu - / dando-os logo que sefasa precizo, porque oasseio, elimpeza con- / corre muito para operfeito restabelecimento dasaude, eprocura- / raõ consolar as doentes por meio deconversaçoens, eleituras inno- / centes huma vez que o Medico não as prohiba em atençaõ ao / estado da doente (BN 22, 1, 34).

A doença era a única circunstância em que não estava expressamente marcada uma atuação com comportamento autoritário da empregada, sendo mais destacado o zelo que a recolhida deveria ter. Na convalescência, enfatiza-se ainda mais a preocupação com o asseio, como forma de melhorar a saúde. Outro aspecto relevante a se destacar foi que a leitura estava presente, mesmo no momento de convalescência.

Quando do início das atividades no colégio, a estrutura da enfermaria não era a adequada para a finalidade, sendo construída, possivelmente, a partir do ano de 1853, com o apoio pecuniário do Estado. Na fala do presidente da província João Wanderley (1853, p. 16), ele registrou que:

O [Recolhimento] de Nossa Senhora dos Humildes na cidade de Santo Amaro, / o qual serve de casa de educação civil e religiosa, não só à meninas / pobres, como das famílias mais gradas, e goza do maior conceito em / seu regimento interno. O seu patrimonio rende apenas 1:298\$880. Este / estabelecimento he digno que lhe continueis o socorro, que lhe tendes / prestado, e lhe deis mais algum para arranjos de uma enfermaria, de / que necessita, e para o que faltam-lhe meios (BN 22, 1, 34).

A exigência de que soubessem ler e escrever para ingressarem como Recolhidas justifica-se na medida em que a sua rotina foi marcada pela cultura escrita, como se observa para os cargos ocupados por elas. Fazer registros das atividades diárias possibilitava a essas mulheres o contato constante com o escrito.

A atribuição que não condicionava o domínio da escrita era a de Porteira. Dos pré-requisitos constam ser madura e que soubesse “tratar com civilidade” as pessoas da rua e as da Casa. A maturidade garantiria a discrição e cautela necessárias para o ofício que exerceria. A sua responsabilidade era “correr a campã” para comunicar os horários das aulas, refeição e demais atividades às educandas. Todos os dias, acordaria mais cedo para pegar a chave do colégio com a regente, a quem devolveria no horário da “Ave Maria”. A porteira era proibida de receber ou enviar cartas e presentes das pessoas de dentro para fora e vice-versa, sendo necessário reportar à regente tudo o que ocorresse na sua esfera de trabalho.

Na Parte Primeira do Estatuto, após definir a atuação das mulheres envolvidas na rotina do colégio, são apresentados mais dois capítulos: 14º - Sobre a economia e regularidade das Aulas e 15º - Sobre a distribuição do tempo, que trataram da organização das atividades das educandas.

No capítulo 14º da primeira parte, há a descrição de como deveria ser o ambiente em que as alunas aprenderiam a ler, escrever e contar e a costura. Alguns aspectos significaram mudanças importantes para o processo de escolarização, baseada no novo projeto de civilização.

Primeiramente, houve a separação do espaço para as aulas serem ministradas. No Estatuto, estava prevista essa distinção de espaços, simbolizada pela porta, além de mobiliários específicos para atender as necessidades das mestras e das educandas, como armários para guardar os materiais utilizados em aula, como se observa na descrição abaixo:

#### Capítulo 14°

##### Sobre a economia, eregula- / ridade das Aulas

[fól. 20r]§1° As aulas deste Collegio devem ser, sen- / do possível noprimeiro pavimento, e próximas a Portaria pa- / ra facilitar a entrada, e sahida das Meninas defora. EI- / [fól. 20v]Ellas devem ser claras, eespaçosas, as suas portas, eserventia<sup>77</sup> / são sempre para opateo, enunca para aruá: cadahuma / Aula terá na porta a sua sinêta diferente. Quanto a Aula / de lêr. Ao entrar nesta Aula em cada hum / dos dous cantos, ou nos outros cantos superiôres haverá h~u / armário, cujas chaves terá a Mestra, construído com adevida / economia, para que hum deles seguarde não só o papel lim- / po, penas, tinta, livros, emais necessarios desôbreceleste pa- / ra o uso das Aulas, mas tambem para que as Meninas / de dentro guardem nelle as suas escriptas, penas, lápis, elivros, sem trabalho de conduzirem tudo isto diariamente / da Aula para o seu aposento, edeste para a Aula, levando / com sigo somente o que lhe for necessario para estudar / as suas liçoens. Ooutro armário servirá para que as / Meninas defora guardem ahi as suas escriptas, livros, epapeis, que lhe não seja necessario levar para caza, e / juntamente para guarda dos seus chapeos, que devem / depor durante a Aula, nenhuma Menina defora se- / rá admittida as Aulas deste Collegio huma vez, quenaõ / venha calçada, e pregada, o que não só he conforme aboa / educação mas he muito praticavel, prohibindo-se, como / por estes Estatutos seprohibe todo oluxo, efausto./

No tôpo fronteiro aporta da Aula, ou no fundo desta esta- / rá a Cadeira para a Mestra, eadireita della outra cadei- / ra desocupada para a Regente, eVice-Regente quando / vierem visitar esta Aula como se lhes determina nos seus Capitulos respectivos. Immediatamente defronte destas / duas Cadeiras haverá huma Mêza suficientemente gran- / de com tinteiros, penas, regoas, lápis et *cetera*, e por hum, e ou- / [fól. 21r] outro dos seus lados haverão [*inint.*], ou lamborêtes tudo para com- / modidade das Meninas, que hoverem de escrever, epor hum, e / outro lado da Aulas ao correr das paredes devem haver bancos,e / [*inint.*] bancos, sendo necessarios, para se assentarem as Meninas, / ficando as dedentro a direita, eas defora á esquerda afim dese e / vitar demodo possível toda afamiliaridade entre ellas. /

Quanto a Aula decozer. Acaza para esta Aula deve / ser igual acaza da Aula deler, ecomo nesta devem haver taõ / bem dous armários comportas, egavetas para nella seguar / darem ascosturas, e hum delles para a guarda dos chapeos das / Meninas defora. Haverá tambem huma Mêza para nella / se talharem as costuras. Em lugar debancos haveram cadei- / rinhas rozas para as Meninas, ehumaa desobrecellente para / aRegente, e Vice-Regente, quando vierem aesta Aula; pa- / ra as

<sup>77</sup> De acordo com o dicionarista Moraes (1789, p. 396), *serventia* significava: “Ordinariamente se diz do serviço de officio, em lugar do proprietário. § Utilidade de passagem, ou outra comodidade, que huns edifícios, ou parte delles fazem para outros, ou para lugares abertos, &c. passagem, aberta, deporta, rua, corredor, escada, passadiço”.

Meninas pobres tanto de dentro, como defora, este Colle- / gio mandará fazer as ditas cadeirinhas, que deverá ser  *muito / simples*, enumeradas: as Porcionistas, e Meninas ricas defo- / ra terá asua custa, eposto que se recomenda muito, que se evite toda afamiliariade, econversa mais in- / tima entre as Meninas dedentro, eas defora; com tudo a / Mestra deve sempre ter todas estas Meninas chegadas asi o / mais, que for possivel, para que lhes n pareça que são / tratadas com menos preço (BN 22, 1, 34).

De acordo com o documento, era possível que alunas externas tivessem aulas no colégio, não há, entretanto, registro que possa confirma a sua presença. Essa impossibilidade pode representar também a dificuldade que seria lidar com essas alunas, pois pareciam ser um grande perigo para as meninas que ficariam no regime de recolhimento, preocupao expressa em diversas partes do Estatuto. Em diferentes capítulos, assim como no 14,  reforçada a ideia de que as meninas “de fora” não poderiam ter conversas e se familiarizarem com as “de dentro”.

A configurao das chamadas casa de ler, escrever e contar, a sala de aula, foi pensada para atender às demandas que as alunas e mestra teriam, divergindo da estrutura das aulas ministradas por mestres particulares, que davam aulas ou na própria casa, ou na casa da aluna, como era costume  época. A professora ficaria sentada na frente, em destaque, com uma cadeira na lateral direita para receber a “visita” das regentes; e as alunas utilizariam bancos e mesas específicos, propícios  prática da escrita. Os armários guardavam os materiais e suportes da escrita, eram utilizados: tinteiros, penas, réguas, lápis, livros, papéis e escritas das alunas. A mesma estrutura foi pensada para a sala de aulas de costura e bordados, diferindo os assentos, que, ao invés de bancos, seriam cadeiras – mais adequados para o trabalho de costura, e os armários, que deveriam ter gavetas para guardar os tecidos e demais materiais.

Essa estrutura foi melhor estabelecida quando o Frei Bento de Maria Santíssima era capelão do Recolhimento dos Humildes. Ele organizou a construo do que ficaria conhecido por seminário novo, mudança realizada no Recolhimento, entre os anos de 1845 e 1848 (FLEXOR, 2010), como se observa na Imagem 8. As inovaoes foram na estrutura física, com a construo de novas alas e da enfermaria e, “com a ajuda do Barão de Itapicuru[,] iniciou um novo seminário” (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 28), uma estrutura mais ampla para receber mais educandas. O Barão a que as autoras se referem  o segundo, Manuel de Oliveira Mendes, filho do primeiro Barão de Itapicuru de Cima, Luís Manuel de Oliveira Mendes, dono de engenho e pecuarista, que participou, representando Santo Amaro, da luta de independência da Bahia. A historiadora Maria Helena Ochi Flexor (2010) relata que outras obras foram realizadas, em 1856, na estrutura da igreja e, em 1868, houve a construo de um andar superior.

**Figura 8** – Foto da aula de costura do Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, no início do século XX



FONTE: SILVA (2010, p. 135)  
Fotografia: Autoria desconhecida

O capítulo 14<sup>o</sup> também trata de regular a entrada das alunas na sala de aula, a forma de cumprimentar as colegas e as mestras. Conforme o Estatuto, à Mestra caberia tratar as meninas sem distinção, se pobres ou ricas, se alunas pensionistas ou “de fora”, embora o próprio documento registrasse que associa a aplicação e o talento da educanda de acordo com a procedência, quando informa que “[21v] [...] destasamente gozaraõ as Meni - / nas, que mais sedestinguirem pela sua applicaçãõ, eta- / lentos, como se determina no Capitulo 9<sup>o</sup> Parte segunda des- / tes Estatutos sobre aordem daprecedencia [...]”.

Conforme o estatuto, aulas extras, como dança, francês, música, poderiam ser proporcionadas pelos familiares das pensionistas, contratando professores de fora. Houve, no entanto, resistência à entrada de pessoas de fora, sobretudo homens, para o ensino de francês e dança, inicialmente, como se observa em carta enviada por Padre Ignácio ao arcebispo (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 118-119):

MH26

[1r] *Excelentissimo Reverendissimo Senhor*

Faço presente a *Vossa Excelencia Reverendissima*, como Su- / premo Director deste Recolhimento de *Nossa Senhora dos / Humildes*, e Seminário de Educação de Meninas, mui- / tos parágrafos expressamente reprovados pela Provizaõ / Regia de *Sua Magestade*, o Senhor Dom Joaõ Sexto, pela Mêza / do seo Desembargo, onde ordéna, que não se possa ter nes[te] / Recolhimento ingresso, como pessôas de

differente sexo, o / Procurador, e Capellaõ, e que este só o possa ter nas funções / do seo Mynisterio, e quando acompanhar ao *Excelentissimo* Se- / nhor Arcebispo na Vizita trienal, conhecendo-se *muito* / bem, não ser da approvaçãõ de *Sua Magestade* taes ingres- / sos, colige-se ser da sua reprovaçãõ poderem entrar / nelle Mestres de fora para o ensino de Francéz e Dança / com as tristes e funestas consequencias, *que* se devem temer; / vindo talvez, a rezultar para o Seminário, e Mestras o[s] / feitos, e notas, de que se queixem depois os Pays, quando / commodante, e completa a idade de sahirem, podem / as Meninas, em caza delles aprenderem. Como tam- / bem poderem as Meninas sahir a passar Domingos, / e Férias em caza de seos Pays com outras companheiras / trazendo huãs, e outras, com que façãõ mal ao espirito / da Educaçãõ de todas. Por estas razões, ofereço a / *Vossa Excelencia Reverendissima* esses Estatútos, extrahidos do Original deste / Recolhimento, correctos nos paragrafos reprovados nos Capítulos, / *que a Vossa Excelencia Reverendissima* declaro, e nos que se fazem incoerentes [em] / sua observância; supplicando a *Vossa Excelencia Reverendissima* a devida / Approvaçãõ. Villa de Santo Amaro da Purificaçãõ 15 / de julho de 1830.

O Padre Ignacio dos Santos, e Araujo

Não há registro posterior de aulas de francês e dança para as educandas, mas, cerca de 30 anos depois, registram-se, conforme os relatórios enviados ao Presidente da província, aulas de música e piano (RELATÓRIO..., 1866, p. 57; APEB, Maço 5279, 1879). Nesse contexto, caso alguma recolhida dominasse alguma dessas matérias, poderia ensinar às educandas, conforme o capítulo 15º do Estatuto.

O ensino do catecismo estava previsto para as tardes de quarta-feira e de sábado, sob a responsabilidade da diretora, durando, no máximo, uma hora. Se fosse dia santo ou sábado, a aula aconteceria pela manhã. O material utilizado, único identificado na pesquisa, era o Catecismo de Montepellier.

A rotina das educandas, conforme o Capítulo 15º do Estatuto, era:

### Quadro 3 – Horário das atividades do Colégio de Educação de Meninas N. Sra. dos Humildes

Horário	Atividade
5h30	Acordar e se vestir
7h00	Rezar o Salmo, a oração do Sacramento e oração à Virgem e assistir à missa <sup>78</sup>
7h30	Almoço no refeitório
8h30	Aula de ler, escrever e contar
9h30	Aula de coser e bordar
11h30	Folga ou aulas extras

<sup>78</sup> As orações eram as seguintes: “[...] hiraõ todas Empregadas, Meninas, e Servas / ao Cõro das graças, rezando o Salmo = Louvai a Deos todas as Gentes, / Louvai a Deos todos os Povos, enofim a Regente dirá aOração / do Sacramento = Deos, eSenhornosso, que nos deixastes / nesse adoravel Sacramento amemoria da VossaPaixaõ / eacabada esta Oração saudaraõ todas a Virgem Santissima / Senhora Nossa, erezando aOração = Ao Vosso Patrocinio re- / corremos Santa May de Deos não desprezeis nossa supplicaçãõ [...]”. (BN 22, 1, 34, 1813, 22r)

12h00	Jantar no refeitório
14h30	Aula de ler, escrever e contar
15h30	Aula de coser e bordar
17h30	Folga
19h30	Ceia e entretenimento (jogos inocentes ou leitura de contos morais)
20h30	Rezar o Salmo, a oração do Sacramento e oração à Virgem
21h00	Dormir (meninas de até dez anos) e serão (quando necessário)
22h	Dormir (quem ficou no serão) e apagar das luzes (exceto os lampiões dos corredores)

Fonte: Estatutos do Collegio de Educação..., 1813, p. 22r-23r (BN 22, 1, 34).

O quadro 3 descreve a programação das educandas durante a semana, podendo sofrer algumas alterações. Dentre os fatores que poderiam interferir na rotina, estavam os dias santos, com organização especial, a inclusão de outras aulas, que aconteceria das 10h30 até 12h ou das 16h30 às 17h30. As aulas de catecismo estavam previstas para as tardes de quarta e do sábado. Observa-se que o tempo das aulas de ler, escrever e contar era menor que o tempo dedicado aos trabalhos manuais, afinal, era mais importante que a mulher dominasse as técnicas de costura e bordado que seriam mais “úteis” na rotina de esposa e de mãe de família. Nesse processo, havia mais práticas de leitura do que de escrita.

A *Parte Segunda* do Estatuto trata das “qualidades” de quem fosse assumir os cargos no colégio, as “qualidades” e “procedência” das órfãs e pensionistas a serem recebidas, quais deveriam ser as formalidades para receber as educandas, o capelão, o procurador, os professores e qualquer outro homem que precisasse entrar no colégio e ainda da saída de empregadas (as recolhidas) e das pensionistas. A vestimenta, os castigos e os prêmios, os banhos, o refeitório e a cozinha, a despensa, a enfermaria, o cofre e o cartório, e, por fim, a visita anual realizada pelo Prelado também são regulados pelo documento.

A organização da *Parte Segunda* é:

### **Parte Segunda**

- Capítulo 1º - Sobre as qualidades que devem ter as pertencentes aos lugares vagos deste Collegio;**
- Capítulo 2º - Sobre as qualidades, que devem ter as Meninas para que sejam recebidas, educadas nesta Caza;**
- Capítulo 3º - Sobre as qualidades, que devem ter as Meninas para serem admittidas a titulo de Porcionista;**
- Capítulo 4º - Sobre modos e formalidades com que devem ser recebidas as Pertendentes aos lugares desta Caza;**
- Capítulo 5º - Sobre modo com que devem ser recebidas as Meninas ou estas sejam pobres, ou Porcionistas;**
- Capítulo 6º - Sobre a despedida das Empregadas;**
- Capítulo 7º - Sobre o modo com que se devem despedir as Meninas, ou sejam pobres, ou sejam Porcionistas;**
- Capítulo 8º - Sobre a formalidade, com que devem ser recebidos o Padre Capellão, o Procurador, os Professores, Mestres, e qualquer outro homem *quando* necessario, entrar neste Collegio;**
- Capítulo 9º - Sobre a ordem da procedencia;**
- Capítulo 10º - Sobre o vertido de que se deve usar dentro deste Collegio;**
- Capítulo 11º - Sobre os castigos;**
- Capítulo 12º - Sobre prêmios;**
- Capítulo 13º - Sobre os banhos;**
- Capítulo 14º - Sobre a enfermaria;**

**Capítulo 15° - Sobre o refeitório;**

**Capítulo 16° - Sobre a despensa, e cozinha;**

**Capítulo 17° - Sobre o Cofre e Cartorio;**

**Capítulo 18° - Sobre a Vizita anual que o Prelado deve fazer, ou mandar fazer a este Collegio**

Conforme a *Parte Segunda* do Estatuto, o quadro de empregadas e educandas era de mulheres brancas. Os lugares vagos para empregadas seriam preenchidos preferencialmente pelas recolhidas, e, em segunda opção, pelas meninas pobres que eram assistidas pela Casa. Era requisito ser saudável, não tendo tido bexiga, doenças crônicas ou contagiosas; ter idade entre 25 e 40 anos e que soubesse ler, escrever, contar, costurar e bordar; e disposta a trabalhar em todas os cargos que lhe fossem sugeridos. Preenchendo essas condições, elas poderiam obter a autorização do Prelado.

Uma característica que chama atenção é que, dentre os requisitos, era necessário ser mulher de “boa vida”, isto é, mulher educada nos moldes da elite e com alto poder aquisitivo. Os testamentos escritos pelas recolhidas ou através da escrita delegada atestam que essa era a condição da maioria delas, como se verifica, no final do século XIX ou início do XX<sup>79</sup>, no testamento de Maria Francisca Garcez, filha do dono do Engenho Mucambos, na Freguesia de Sant’Anna do Catu, Manoel Garcez e de Maria Francisca, que possuía 13:200\$000, o que correspondia, em média, à receita de dois anos do Recolhimento e do colégio (LOSE; MAZZONI, 2016, p. 212-213). Outra última vontade que se destaca é a de Maria Carlina Ayres de Almeida Freitas:

#### MH101

[1r] Deixo forra a *minha* Escrava Luiza

O remanicante de meus bens he para sufragar a *minha* alma e ficam / em puder de meu Irmaõ e Testamenteiro dezejo tambem gratifi- / car a Senhora Francisca Roza pellos bons serviços *que* me tem prestado / digo que dê a ella 100\$000]

Eu Maria Carlina Ayres me achando em estado de en- / fermidade grave faço essas declarações da *minha* ultima von- / tade.

Declaro que quero mandar celebrar por *minha* alma 3 Capellas / de Missas 1 por alma de meus Paes e 1por alma de *minha* Irmã

Declaro que a todas as pessoas a *quem* eu dever peço a meu Irmaõ / *Senhor* Tenente Coronel Luiz Antonio Ayres *que* as pague / todas, e tirando todas as despezas do *que* tem meu em seu puder / e o *que* restar é *minha* vontade e deixo 2:000\$000 dois contos de reis / a *minha* prima Maria da Pureza Ayres, 1:000\$000 Hum / conto de reis a *minha* sobrinha Anna Izabel Ayres.

Deixo a Nossa Senhora dos Humildes 200\$000 duzentos mil reis.

<sup>79</sup> Período em que Maria Germana Calmon du Pin foi regente do Recolhimento dos Humildes.

Deixo 600\$000 a minha Tia Madre Maria da Conceição de JESUS  
 Deixo 200\$000 a minha afilhada Amelia Calmon, e se a minha /  
 legitima chegar deixo a meu Irmao Senhor Tenente Coronel Luiz /  
 Antonio Ayres 600\$000 pellos bons officios que me tem feito  
 Deixo as minhas Escravas Praxedez, Bernarda, e Marian- / na fôrras.  
 E por esta ser a minha ultima vontade peço / o meu Irmao o Senhor  
 Tenente Coronel Juiz Antonio Ayres de / Almeida Freitas, queira ser  
 meu Testamenteiro, na sua fal- / ta ao meu Irmao Senhor Doutor  
 Joaquim Ayres, e em terceiro / lugar a meu Irmao o Reverendo Senhor  
 Padre Jozé Carllos d'Almeida / Freitas. Declaro também que todo o  
 Ornato de jóias que / estão na Imagem do Santissimo Coração de Maria  
 pertencem / a mesma Senhora e os Cartiças de prata, /  
 Este meu Testamento menscupativo o qual pedi a Senhora / Maria  
 Germana Calmon que por mim o a signasse com as / testemunhas a  
 baixo

Pella Senhora Maria Carlina Ayres Maria Germana Calmon

A reverenda Regente Delfina Roza de Saõ Joze

A Diretôra Augusta Sofia de Araujo

A Mestra de ler Maria Benedita Telles

A Mestra de custura Alexadrina Roza de São Joze

A Mestra de custura Rozalia Roza de São Joze

A Imfermeira Vicencia de Santa Roza

A Enfermeira Roza Maria

Pella Senhora Dona Maria Carlina Ayres de Almeida Freitas por não

puder / mais escrever Maria Germana Calmon do [Pim] Almeida

(LOSE; MAZZONI, 2016, p. 212-213)

Os testamentos citados são apenas exemplos que registraram a riqueza das mulheres recolhidas, com escravos, objetos em metais preciosos, como castiçais e imagens representativas do Menino Jesus, e o dinheiro aplicado em bancos. Era possível também às órfãs se tornarem recolhidas; não se sabe, no entanto, qual lugar no recolhimento elas ocupavam.

As educandas, para serem admitidas, conforme o Capítulo 2º da *Parte segunda*, fossem ricas ou “realmente” pobres, deveriam ser brancas. Elas deveriam gozar de boa saúde, não ter tido bexiga, nem moléstia e comprovar que foram vacinadas. A idade para ingresso era ter mais de seis anos e menos de dez anos. O caderno de assento, analisado na parte *Perfil das educandas*, registra, contudo, que essa regra não foi respeitada, entrando meninas de 3 anos de idade e senhoras acima dos 40 anos. As pensionistas deveriam levar o “facto”, constando do que fosse estabelecido pela Regente, sendo responsabilidade dos pais o vestuário limpo, livros e demais materiais utilizados. A pensão seria paga no início do mês. Dava-se preferência para serem educandas as meninas da cidade de Santo Amaro da Purificação. Caso houvesse vagas, poderiam ser preenchidas por crianças da freguesia ou de toda Bahia.

Conforme a *Parte segunda* do Estatuto, a saída das educandas ocorreria de duas formas: ou o responsável por elas as retiraria (mesmo antes de serem completados os estudos), ou elas sairiam de forma compulsória: as pensionistas, aos treze anos, e as órfãs, com 15, sendo estas últimas direcionadas para a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro. O caderno de assento, no entanto, registra a saída de meninas acima da idade estabelecida. Prevalencia, nessa circunstância, o interesse dos homens “significativos”, até quando eles consideravam pertinente a estadia da mulher. A saída era precedida de um discurso que mostra o valor da educação, como se observa:

#### Capítulo 7º

Sobremodo com que se devem / despedir as Meninas, ou seja / pobres, ou seja / Porcionistas.

[fól. 26r]Tendo qualquer Menina completado o tempo / estabelecido para sua educação pelos Capitulos 2.º §8º e 6º § 17 Parte primeira destes Estatutos a Regente a participará logo a / o Prelado, pedindo licença para despedir, e se for Orphã, para que | o Prelado cuide do seu destino, na conformidade do mesmo Ca- | pitulo 2.º §. 8.º no dia, e hora determinada para a entrega da / Menina a Regente se juntará com todo o Collegio na Casa da / Aula delêr, e para ali mandará conduzir o Padre Capellaõ, / e pessoas que vierem receber a Menina que será sempre pay, ou / May, ou de ordem por escrito destes, e nunca a entregará a pessoa / desconhecida, ou suspeita, ainda que apresente ordem de seu Pay; ob / [fól. 26v] observando-se a mesma formalidade estabelecida no Capítulo / 5º sobre a recepção da Menina, e pessoas que a conduzirem./

Juntas todas as sobreditas pessoas a Regente, depois de as man- / dar assentar, fara hum breve fala dizendo que a Menina / F. se despede por ter completado o tempo da sua educação, / ou por não poder completar, e fallando directamente a Me- / nina despedida a exortará, a que se não esqueça da doutrina / que recebeu neste Collegio, e que pratique sempre, porque, se / abandonar, acontecerá ao seu espirito o mesmo que succede a / hum campo, que cultivado das flores, e produz fructos saborozos, / e desprezado somente cria espinhos, eervas más, e que para mã- / ter a cultura da boa educação, que recebeu [inint.], que se / aplique ao Estudo, e ao trabalho, evitando a ociosidade, co- / mo cauza destruidora das melhores qualidades do espirito, e fi- / nalmente que de pequena vantagem lhe será para o fructu- / roa boa educação, que recebeu, se abandonar a doutrina, e dic- / tames, que recebeu neste Collegio./[...] (BN 22, 1, 34. Grifo nosso.)

No excerto em destaque, observa-se o momento de transição em que o Colégio de Educação de Meninas Nossa Senhora dos Humildes foi construído. Avançou-se, na medida em que as educandas aprenderam a ler, escrever e contar e o ofício de costureiras e bordadeiras, mas essa educação conduziria para melhor desempenhar, no âmbito doméstico, os papéis de esposa e de mãe.

No período colonial, no Brasil, as mulheres ricas foram direcionadas para uma vida pouco ativa. De acordo com Ribeiro (2016, p. 85):

As atividades físicas das mulheres mais favorecidas eram desestimuladas. Além do preconceito pelo trabalho manual que implicava imobilidade, as portuguesas assimilaram da tradição moura o costume de não praticarem o hábito de caminhar ou cavalgar. Andavam sempre em cadeirinhas (ou liteiras). Em casa, viviam quase sempre deitadas ou sentadas, quando queriam um copo de água, esse era trazido por uma escrava. Engravidavam continuamente, o que deformava o corpo rapidamente. Também adquiriram o hábito de comer muitos doces açucarados, o que as tornava obesas [...]. Outro costume assimilado dos mouros foi a utilização das baetas, uma manta negra para cobrir a cabeça, muitas vezes usada como recurso para burlar a vigilância que a sociedade impunha.

Na virada para o século XIX, o projeto de “civilização” baseado nos ideais iluministas, fortalecido com a vinda da família Real, passou a questionar a inatividade dessas mulheres. A ociosidade passa a ser condenada, atingindo principalmente as camadas mais pobres, mas também as mulheres da elite, segmento que também estava sob o jugo do patriarcado. É nesse contexto que os reis começam a condicionar a autorização para criação de recolhimentos à criação de orfanatos e/ou colégios que tornassem úteis para a sociedade os pobres, profissionalizando-os, e também oferecesse escolarização às mulheres da elite, realidade comum nos países europeus vinculados às igrejas protestantes (ALMEIDA, 2007).

O processo civilizatório também vai marcar a preocupação com o asseio. Ao longo das duas partes do Estatuto, a questão da limpeza é enfatizada, tratando não só da higiene que as educandas deveriam ter, como também a do espaço físico. O capítulo 13º da *Parte segunda*, trata sobre os banhos das educandas; pondera-se, pelo fato de o país ser quente, que o colégio deveria ter uma casa de banho e que as meninas se banhassem todos os dias antes do jantar, sendo de preferência banhos frios ou conforme indicação médica.

O asseio alcançava igualmente o âmbito da enfermaria, sendo uma condição para a melhora de algumas doenças. A preocupação não era sem razão. Historiadores, ao tratar do Brasil colônia, destacam como as vilas e cidades eram sujas, dada a ausência de políticas para tratar o lixo de modo geral, como as fezes, por exemplo. A relação entre a higiene e a escola, que o documento oficial do colégio dos Humildes trata, decorre de um tema que vai ser pauta dos médicos que começavam a se formar na Bahia, onde a primeira escola de medicina foi criada (1808), e no Rio de Janeiro, capital que acolhia a corte, o imperador e a Academia Imperial de Medicina (1829).

José Gonçalves Gondra (2016), no artigo *Medicina, higiene e educação escolar*, faz o percurso entre a formalização da formação médica e o desenvolvimento de discursos médico-higienistas, ao longo do século XIX, que passam a tratar sobre o espaço escolar e a interferir neles. Esses discursos, para o autor, são legados das ideias iluministas, que mostram como a medicina e a higiene são necessárias para o desenvolvimento da civilidade. A formação médica, nesse contexto, passou a ter preocupação com a prevenção das doenças nos espaços urbanos. Os médicos começaram a se constituir como necessários ao Estado e a interferir na vida social da população. No âmbito educacional, a formação do sistema nacional do ensino vai ocorrer de forma concomitante com a consolidação dos discursos da medicina social, preventiva e higienista.

Havia a preocupação de parte dos médicos, nos oitocentos, com a prevenção de doenças para melhoria do meio social. Nesse contexto, o país era acometido pela epidemia de *cholera-morbus*, que atingiu grande parte da população da província da Bahia, na década de 50. Na cidade de Santo Amaro, os relatos são de que o surto de cólera deixou a cidade vazia, sendo uma das mais atingidas. Nessa situação, algumas recolhidas auxiliaram a população que adoecia, conforme o historiador Frei Bonifácio Müller registrou, com base em documentos de um frei franciscano, cujo nome não foi informado, e que auxiliou o capelão do Recolhimento dos Humildes, Frei Bento de Maria Santíssima no período, conforme relato no blog do Frei Milton, da Ordem Franciscana Menor (OFM) (ARCA, 2010):

Na cidade de Santo Amaro da Purificação foi tão avultado o número dos mortos, que as fogueiras substituíram as sepulturas. Aí desenvolveram o maior heroísmo duas irmãs de caridade [do Recolhimento], que, não obstante a delicadeza e fragilidade de seu sexo, voaram de uns a outros lugares para prestarem os devidos socorros aos enfermos, e muitas vezes foram vistas vergadas com o peso dos cadáveres que conduzem sobre os seus débeis ombros, caminhando para as sepulturas. Duas destas castas virgens, foram vítimas da caridade evangélica, sucumbindo afetadas do contágio e jazem seus corpos em um corredor da Igreja de N. S. dos Humildes da dita cidade.

A preocupação dos médicos com a higiene da cidade era decorrente das epidemias, como a cólera, que marcavam a vida da população. A medicina passou, então, a se preocupar não só com a doença, mas com medidas profiláticas. No caso da escola, Gondra (2016) identifica três dimensões de influência das ideias médicas para a prevenção da saúde: a organização do espaço escolar, a relação do indivíduo com o corpo e as leituras que seriam adequadas na escola.

No momento de aprovação do Estatuto do Colégio dos Humildes, em 1817, a Faculdade de Medicina da Bahia já havia sido fundada. Isso torna possível que as ideias higienistas, que

começavam a ser produzidas por médicos, tenham marcado o momento de escrita e reescrita do Estatuto, sobretudo pelo interesse do Padre Ignácio Araújo e do procurador Ignácio Álvares Pinto de Almeida, que estava no Rio de Janeiro, de que o documento fosse aprovado. Essas questões vão se consolidar no final do século XIX, mas, no Estatuto do colégio, é possível identificar de forma seminal a preocupação com a organização do espaço escolar, com o corpo e com as leituras, ainda que marcada pela ótica do catolicismo.

O fato de estar expresso no Estatuto identifica que estavam em voga as discussões acerca do espaço escolar, como espaço para se pensar e reproduzir, ainda que de forma incipiente, a moralidade higiênica e higienizadora (GONDRA, 2016). Se compararmos o Estatuto do Colégio dos Humildes com os *Estatutos do Recolhimento de N. Senhora da Gloria do lugar da Boa Vista de Pernambuco ordenados por D. Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Parnambuco*<sup>80</sup>, de 1798, no primeiro, define-se que deve haver espaços diferentes para o aprendizado das primeiras letras e da aula de bordar; define-se a relação das meninas com a higiene, e o que deveria ser comido em cada refeição<sup>81</sup>, atentando-se para se evitar, por exemplo, usar ervas à noite, porque seria prejudicial à saúde. Outros espaços, como o refeitório, a cozinha e a despensa também estavam revestidos da preocupação com o asseio. Essa mesma preocupação é observada também no Estatuto do Recolhimento Nossa Senhora da Glória, em Pernambuco, datado de 1798.

Há também, na *Parte Segunda*, em relação ao processo educacional, os castigos e os prêmios como componente da cultura escolar. O castigo e a premiação constituíam-se como faces da mesma moeda, como um estímulo para que a criança não só não fosse punida, como também fosse premiada na frente de todas as pessoas do colégio e dos pais. Essa lógica era parte do processo de civilização e educação da criança, através da disciplina.

Conforme Milena Aragão e Anamaria Freitas, em *Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano* (2012, p. 19), “[a]té o século XIX, os castigos físicos eram praticados de forma natural para educar crianças – seja na relação professor/aluno,

---

<sup>80</sup> Os Estatutos de Educação de Meninas do Collegio Nossa Senhora dos Humildes (1813) parece ser um resumo dos Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória (1798), no que diz respeito aos valores e organização do recolhimento e do colégio, mas o dos Humildes avança na medida em que dá mais ênfase ao processo de educação de meninas conforme as novas necessidades sociais, sistematizando o espaço de escolarização e na exigência de que **todas** as recolhidas deveriam saber ler, escrever, e contar, além de dominar a costura e o bordado para participar da rotina do colégio. No Estatuto do Recolhimento da Glória, essas habilidades não são condição para ingresso da recolhida, mas o documento explica melhor o processo de aquisição da escrita e aprendizado da leitura (ANEXO C).

<sup>81</sup> Conforme o Capítulo 15º - Sobre a distribuição do tempo, a sugestão de dieta era, de acordo com a nomenclatura atual das refeições: para o café da manhã, pão com manteiga e chá; para o almoço, um prato de sopa, uma carne cozida e fruta de sobremesa; para a janta, a sugestão era de algum alimento leve, sendo proibido o consumo de ervas (BN 22, 1, 34).

seja na relação pais/filhos [...]”. Como exemplos, as autoras citam práticas de castigo de professores das congregações lassalistas do século XVII e dos jesuítas.

O castigo era um meio pedagógico para se manter a ordem. Nas escolas religiosas, a necessidade de mantê-la tornava o ato ainda mais rígido. Conforme o Estatuto, inicialmente o castigo era de cunho moral e, caso não se resolvesse o problema, seria físico. Já os prêmios seriam dados às três alunas “mais adiantadas” no estudo. Nesse contexto, estava em jogo a reputação da Mestra que, caso não controlasse o mau comportamento das alunas, seria julgada como inadequada para a sua missão. Por isso, as correções das faltas deveriam acontecer rapidamente. As formas de se punir um erro eram: conversar em particular; tratar da situação de forma indireta, com base na moralidade e no reconhecimento da culpa; colocar a educanda em situação vexatória e, se não se resolvesse, se partiria para a “palmatoada”:

[fól. 28r] [o] sexo feminino naturalmente mais delicado, esencivel s atemo- / riza muito facilmente, enesse estado pouco aproveitaõ as liçoens / que selhes daõ: pelo que as Mestras devem tratar as Meninas com / muita brandura, emaneras delicadas, que lhesaõ proprias: amor, estimação,eamizade saõ os meios mais próprios para conduzir a pratica das suas obrigaçoens sem recorrer logoos castigos, equan- / do estes sejaõ necessarios as Mestras uzaraõ dos seguintes, aplicados / com mais, ou menos rigor, segundo aqualidade daculpa cometida / **tomar na Aula o lugar mais inferior, sendomuito conveniente q.º / em cada huma Aula houvesse sempre hum lugar desprezível, des- / tinado somente para castigo = estar a pé, durante corto espaço, ou / to- / todo tempo [...].**(BN 22, 1, 34)

Revestia-se a mestra de ternura, para depois estabelecer a punição da menina, representando o ato de uma mãe que quer o bem da filha; o castigo era por amor, para que uma mulher se formasse conforme os preceitos da igreja e do Estado. A situação vexatória era a primeira medida a ser tomada, expor a menina, objetivando constrangê-la e servir de exemplo para as outras. Caso não se resolvesse o problema, a situação seria levada para a Regente, que:

[fól. 15r] Tendo repreendido a Menina, enaõ se emendando arepre- / henderá te terceira vez, porem com mais gravidade ameaçan- / doa com castigos, aque procederá se a Menina não se emendar, / **nas quartas feiras, e Sabbados atarde nofim da liçaõ do Cathe- / cismo quedeve dar, tomará por matéria, sobre que discorra a- / quella falta, ou defeito da Menina, sem com tudo declarar / lhe onome, fazendo reflexoens vagas, eafeiando só mente a- / quella falta, ou vicio [...]** (BN 22, 1, 34).

As ameaças se pautavam em estabelecer o medo, depois se apelava para a moralidade, não se tratava de um “erro” apenas, mas de um “defeito” no caráter da educanda, devendo ser

“consertado”. A persistência do problema e o não arrependimento do erro levariam a menina a apanhar de palmatória.

Na medida em que se pune, também se deve premiar, estímulo para que não se cometessem falhas. Aquelas com bom comportamento e aplicação no estudo receberiam, em uma “conferência”, o prêmio diante das recolhidas, das colegas e dos pais, se pudessem participar. Observa-se, assim, que premiação e o castigo eram formas de estímulo ao bom comportamento e fazia parte do processo de aprendizagem.

## 5.2 PERFIL DAS RECOLHIDAS E DAS EDUCANDAS

As educandas do Colégio Nossa Senhora dos Humildes ingressaram na instituição na condição de pobres ou pensionistas. A sua entrada e a sua saída foram registradas no *Livro de formas de recebimentos, e despedidas das Meninas Porcionistas, q.<sup>e</sup> entrarem neste Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, para nelle serem educadas; pertencente a Irmã Escrivã. V.<sup>a</sup> de S. Amaro da Purificação. 8 de Dezembro de 1817*<sup>82</sup>. O livro não só arrolou o fluxo de pensionistas, mas também de órfãs pobres e de recolhidas.

Esse *Livro*, também chamado de *Caderno de Assento*, corresponde à segunda parte de um documento também composto, na primeira parte, pelo *Cerimonial para se lançar o Habito, e serem recebidas as Recolhidas de N. Senhora dos Humilde, extraído do Cerimonial das Recolhidas do Senhor Bom Jesus dos Perdoens*. A sua importância consiste em apresentar informações para se identificar o perfil das mulheres que tiveram acesso à escolarização, indicando a proveniência, a idade e a filiação, além da data de entrada e de saída, o que permite verificar o tempo de escolarização pelo qual passaram.

Para a análise foi feita a coleta de dados de 172 fólios, onde se registrou a entrada de mulheres de 8 de dezembro de 1817 a 16 de maio de 1866. As saídas são registradas de 29 de novembro de 1819 a 1º de fevereiro de 1870.

O modelo seguido para preenchimento das informações foi o seguinte:

[fól.11r]Copia p onde se hão de fazer |  
os termos de recebimento.

Aos tantos dias | aqui se ex-  
plica a era do mez, e se nomêa o dia |  
do anno tanto| aqui se diz o anno |  
entrou aqui nesse Recolhimento a Porcio-  
nista ou pobre Orphão | aqui se

<sup>82</sup> O uso do livro de assento encontra-se sob a reponsabilidade do Atelier Memória e Arte e está passando pelo processo de restauração.

diz o nome, esobrenome | filha legítima ou natural | de F. e F. de idade de tantos annos, natural de tal parte.

Assigne-se a Regente, Escrivã e Diretora de Meninas

Em alguns casos, os dados não foram preenchidos corretamente pelas escritãs, por isso não constam algumas informações nos dados tabulados nos anexos A e B. No processo de coleta de dados do *Caderno de Assento*, foram criadas duas tabelas, uma registrando a entrada de mulheres (anexo A) e outra registrando a saída (anexo B). Para organização dos dados foram utilizados os seguintes critérios:

- O uso de colchetes “[ ]” indica que o dado foi obtido através de inferência. Para as inferências, foram realizados cruzamentos de informações, considerando as datas de entrada e saída, a idade das mulheres, a filiação – comparando os dados de irmãs – e a ordem cronológica do caderno;
- A idade considerada nos casos em que se registrou “anos incompletos” foi a menor (ex.: 9 anos incompletos, registou-se 8 anos), exceto os casos em que foi possível comparar com a idade da mulher na saída;
- O uso de “[?]” indica a data não identificada, quando se registrou “do dito ano”;
- O uso de [inint.] corresponde aos casos em que a leitura era ininteligível;
- O uso de “-” indica o dado não obtido.

Após levantamento, tabulação e revisão dos dados, verificou-se que 231 mulheres entraram no Colégio e no Recolhimento dos Humildes no período informado. Dentre elas, 15 na condição de recolhidas e 216 na condição de educandas (pensionistas e pobres). As informações das recolhidas que entraram, e foram registradas, constam no quadro 4:

**Quadro 4** – Registro de entrada de recolhidas no Recolhimento dos Humildes (1817-1866)

Data entrada	Nome	Idade	Filiação			Localidade de proveniência	Observação
			Discriminação	Nome do Pai	Nome da Mãe		
10 03 1818	Anna Maria de Jesus	40	-			-	Recolhida
02 04 [1818]	D. Ritta Joaquia da Encarnação	30	-	-	-	Naturais na Freg. <sup>a</sup> de N. Senhora da Olivr. <sup>a</sup> dos Campinhos	Recolhida
02 04 [1818]	D. Maria da Encarnação de Jesus	25	-	-	-	Naturais na freg. <sup>a</sup> de N. Senhora da Olivr. <sup>a</sup> dos Campinhos	Recolhida
21 06 1818	Ritta Maria do Sacramento	50	-	-	-	Moradora da Cidade [da Bahia]	Recolhida

04 07 1818	D. Felipa Maria do Sacramento	45	-	-	-	Vª de S. Amaro	Recolhida
16 09 1819	Antonia [ININT.] de Aragão	30	Filha legítima	[inint.]	D. Anna [inint.]	Villa de S. Francisco	[Recolhida] - Órfã de pai
08 09 1821	Maria Salomé Cardozo da Purificação	15	Filha natural	-	Maria Joaq. <sup>na</sup> Cardozo	Villa da Purificação e Santo Amaro	Recolhida
16 09 1821	D. Anna Joaquina do Amor Divino	16	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raimundo Gonçalves Martins	D. Maria Joaquina do Amor Divino	Villa da Purificação, e Santo Amaro	Recolhida
04 05 1826	D. Anna Thereza de Jesus	35	Filha legítima	Francisco Antonio de França	D. Antonia Francisca de Jesus	Villa de Abadia	Recolhida - Órfã de pai
11 09 18[??]	-	25	Filha legítima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snr§ do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
11 09 18[??]	-	21	Filha legítima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snrº do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
11 09 18[??]	-	19	Filha legítima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snº do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
02 11 18[5?]	Quintilianna Joaquina de Souza	40	-	-	-	Naturais da Freguezia do SS. Coração de Maria	[Recolhida]
21 02 1862	Maria das Neves de Jesus	34	-	-	-	-	[Recolhida]
04 1869	Snr. <sup>a</sup> Francisca Zeferina Soares	19	Filha legítima	Braz Rodrigues Soares	D. Maria Angelica Soares	Atural da Freguezia de Santo Amaro da Purificação	[Recolhida]

Fonte: Livro de forma de recebimento e despedida Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.

Observa-se que a idade prevista para ingresso de recolhidas, conforme o Estatuto, era entre 20 e 45 anos de idade, mas houve casos de mulheres mais novas – Ana Joaquina, Maria Salomé e Francisca Soares – e mais velhas, Rita Maria do Sacramento, com 50 anos. Maria Salomé, no mesmo ano em que entrou no Recolhimento, em 1821, com 15 anos, tornou-se escritã, permanecendo na função até 1831, quando o Livro de Assento começou a ser assinado por Maria Benta do Patrocínio<sup>83</sup>. Apenas quatro recolhidas eram de Santo Amaro da Purificação, sendo as demais de diferentes regiões do seu termo: Oliveira dos Campinhos, vila de Abadia, Cachoeira, Coração de Maria. Uma recolhida era proveniente da Cidade da Bahia, Rita Maria do Sacramento. O local de proveniência de duas delas não foi registrado.

Os documentos relativos ao Recolhimento dos Humildes, como a carta do padre Ignácio para o Arcebispo tratando da impossibilidade de haver aulas de francês e dança para não permitir a entrada de professores de fora no colégio, permitem afirmar que o quadro de mestras, ao menos de catecismo, de primeiras letras e de costura e bordados, foi formado pelas próprias recolhidas. A obrigatoriedade de saber ler, escrever, contar, coser e bordar, atividades ensinadas para as educandas, também reforça essa afirmação<sup>84</sup>.

A condição de ser de “boa vida” e os testamentos mostram que as recolhidas eram, em sua maioria, mulheres da elite, filhas de coronéis, donos de engenho, políticos e

<sup>83</sup> A primeira escritã foi Jenoveva Joaquina, depois Maria Salomé, Maria Benta do Patrocínio e Maria Carolina Ayres até 1866, data do último registro.

<sup>84</sup> Os outros recolhimentos analisados não tinham como condição a obrigatoriedade do domínio da leitura e da escrita a quem ia ingressar como recolhida, a exemplo do Recolhimento da Glória, em Pernambuco, que era inclusive um educandário.

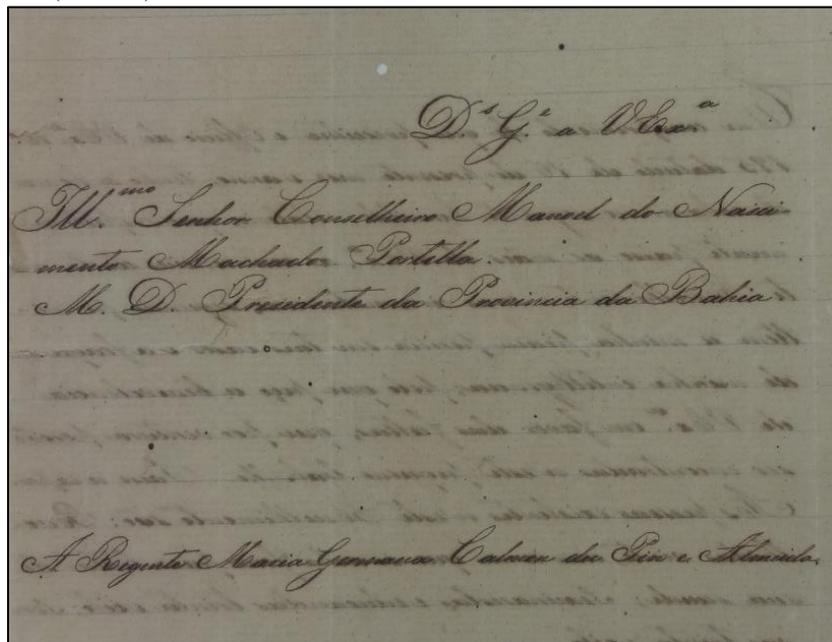
irmãs/sobrinhas/primas de membros do clero<sup>85</sup>. A pessoa pobre, para ocupar a posição de recolhida, se houvesse lugar vago<sup>86</sup>, teria que ter sido educanda, conforme se registra no Estatuto.

Um exemplo das educandas que entraram no colégio e se tornaram recolhidas, na medida em que foi possível ver esse percurso, é o de Maria Germana Calmon du Pin. Vinda de uma família da elite de Santo Amaro, ela entrou no Recolhimento em 1846, como consta em sua “última vontade”:

[fól. 1r] Eu, Madre Maria Germana Calmon, filha legítima do Tenente Coronel | Manuel Bernardo Calmon du Pin e Almeida, e D. Maria Rosa de | Araújo Calmon, nasci a 29 de novembro de 1832, entrei neste | Recolhimento de N. S. dos Humildes no dia 2 de maio de 1846, com 13 | annos | completos, por vontade dos meus Paes, a fim de concluir a | minha educação, principalmente a religiosa.

Ela destaca a condição em que entrou, por opção dos pais, mas construiu uma trajetória no Recolhimento. No testamento, ao afirmar que entrou para “concluir a minha educação”, é provável que já dominasse a leitura e a escrita, mas, no Recolhimento, possivelmente teve acesso de forma mais sistemática ao escrito. Ela chegou a ocupar o cargo de regente, conforme constatado nos *Relatórios enviados ao Presidente da Província* nos anos de 1888 e 1889.

**Figura 9** – Relatório enviado ao Presidente da Província pela regente Maria Germana Calmon du Pin e Almeida (fól. 1v)



Fonte: APEB. Maço 5279. Seção de Arquivo Colonial e Provincial.

<sup>85</sup> Em cartas enviadas por D. Romualdo Seixas às regentes e ao capellão, o arcebispo faz, constantemente, referências a sobrinhas que estão no Recolhimento dos Humildes.

<sup>86</sup> O Recolhimento dos Humildes poderia acolher até 20 mulheres ativas, as “inválidas” não entravam nessa conta.

**Figura 10** – Relatório enviado ao Presidente da Província pela regente Maria Germana Calmon du Pin e Almeida (fól. 1r)

Relatório da N.ª Sra. Senhora das Encarregadas da Cidade de Santo  
 Paulo 24 de Fevereiro de 1889.

M.ª e C.ª Sra.

Com o cumprimento de que precedeu o Officio de V.ª 10.  
 195 datado de 15 do presente mes e anno, tenho a honra  
 de adherir ao seguinte humilde relatório, mais respectiva-  
 mente para si e para de V.ª, as encerradas dadas na  
 te Relatório e suas circumstancias, e quanto permit-  
 tem a minha pouca pratica em tais casos e a frequencia  
 de minha intelligencia, peço que seja a benevolencia  
 de V.ª em favor das faltas, que por ventura possam  
 ser encontradas a este pequeno trabalho. Para a refer-  
 ta. As pessoas existentes a este Relatório são: Ser-  
 vidos vinte e um, com uma que se acha fora, por motivo de  
 sua saúde, Seminaristas e educandas trinta e sete, Ser-  
 vas trinta e sete.

O patrimonio recebido no presente anno, a contar de seu  
 possessivo a ultimo sob 2.578.540.

Recebu-se de mensalidades 2.558.000. Os trabalhos  
 da casa 90.000. De vendas 200.000.

Productos legados de duas letinas 5.800.000. Total  
 11.539.000. As despesas feitas no curso de  
 este tempo amountam-se a 12.733.100.

Essa C.ª Sra. e que tenho a honra de representar a respeito  
 sob presenca de V.ª

Quanto às educandas, no período informado, registrou-se a entrada de 216 meninas: 160 eram pensionistas, 19 pobres e 26 não foram identificadas. Outras 11 foram registradas como seminaristas, não se indicando se pagaram a mensalidade para permanecer no Recolhimento e Colégio.

Inicialmente, conjecturava-se que era uma instituição mais voltada para receber órfãs pobres. Essa ideia era reforçada pela leitura dos discursos sobre as casas pias e pelas informações que estavam nos Relatórios e Falas de Presidentes da Província da Bahia<sup>87</sup>, pois tratavam dos recolhimentos como espaços de assistência às órfãs pobres. Para alguns membros da Assembleia Legislativa, faltava a essas instituições reforçar a ideia de tornar essas crianças úteis à sociedade, como no discurso do Conselheiro José Joaquim Pinheiro, então presidente da Província da Bahia, em 1844:

As casas de caridade vão preenchendo o fim principal para | que foram estabelecidas, o de alimentar, educar, e curar as | pessoas miseráveis; mas não dão ocupação proveitosa às de | um e outro sexo, que pela idade, e estado de saude podem | ser applicadas ao trabalho, conforme se pratica no Arsenal de | Guerra com os Aprendizizes menores, que tem horas destina- | das para a lição, e doutrina Christã, e empregam-se o resto | do tempo no trabalho das Officinas, as quaes n'aquelles Esta- | belecimentos podiam ser substituidos por teares de fiar e te- | cer algodão, todo o genero de costuras, confeitarias, e outras | manufacturas, que não dependem de grandes forças, e que | todavia podem dar um rendimento à casa onde taes pessoas se | recolhem. Pelas contas que vos houverem de apresentar, co- | nhecereis o seo rendimento, e despesas, e lhes consignareis | os socorros, que vos parecerem justos (FALLA, 1844, p. 17).

A essa leitura de que um recolhimento deveria ser voltado à assistência de desvalidos e à sua profissionalização, acrescentou-se o fato de que, nos anos iniciais do Recolhimento dos Humildes, conforme anexo A, também ingressaram muitas filhas naturais, recebendo crianças de relacionamentos não legitimados. A análise dos dados, contudo, mostra que essa não foi a realidade da instituição.

O perfil da assistência prestada pelo Recolhimento dos Humildes mudou em relação aos anos iniciais, passando a receber majoritariamente pensionistas e filhas legítimas. A demanda das órfãs foi, possivelmente, atendida pela Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro da Purificação, criada em 1778, sendo menores as solicitações feitas ao Recolhimento. Além disso,

---

<sup>87</sup> As informações sobre o colégio mantido pelo Recolhimento dos Humildes foram registradas na seção de Casas Pias dos Relatórios e Fallas do Presidente da Província da Bahia (Cf. <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>). Os dados sobre a educação de todas as Casas Pias não foram contabilizados nos relatórios sobre educação da época.

o Recolhimento passou a ser referência na educação de meninas, como registrou o presidente da província João José de Moura Magalhães, em 1848:

**Este asylo de piedade tem por fim desde sua fundação a importante ta- | refa da educação de meninas.** Habitão n'elle actualmente 135 pessoas, divididas | em 5 classes, dos quaes o estabelecimento alimenta 63. |

Essas classes são: recolhidas de cujo numero são tiradas a Regente, e mais | encarregadas do estabelecimento; meninas, ás quaes se ensinão as primeiras le- | tras, a doutrina christãã, costuras, e bordados; moças educandas, que ajudão ás | primeiras nos seos ministerios diversos; servas, que são empregadas na economia | domestica; e escravas encarregadas de trabalhos mais rudes. As educandas occu- | pãose em suas costuras, especialmente bordados de diversas espécies, cujos pro- | ductos formão um dos títulos de renda do estabelecimento. Mesquinhos são os | seos meios para acudir a todas as suas necessidades, pois que além d'este ren- | dimento, que he sem duvida muito precário, percebe o estabelecimento parcas | rendas d'algumas propriedades, que possui; e a não ser a dotação de 800\$000 rs. que esta | Assembléa lhe soucede, difficilmente poderia subsistir. Sem duvida | que esta casa de educandas, tanto pelo seo louvável, quão ajustado fim, como pe- | lo credito de que gosa, merece toda proteção dos Legisladores da Província (FALLA, 1848, p. 33-34).

Isso não indica que não recebeu órfãs pobres para serem assistidas pelas recolhidas, mas o Recolhimento passou a ter destaque como um espaço de escolarização de meninas, o que ficou registrado, inclusive, na memória dos historiadores locais, como Pedro Tomás Pedreira (1977, p. 236), em sua *Memória histórico-geográfica de Santo Amaro*, para quem esta foi uma importante instituição para escolarização do sexo feminino. Para essa constatação corrobora o registro de poucas pobres órfãs.

A orfandade também não foi condição para o ingresso de pensionista, contrapondo-se à hipótese que havia sido levantada anteriormente pelo fato de ser um espaço de guarda de honra de mulheres. Os dados mostram que, de 160 pensionistas, apenas 39 eram órfãs de mãe e/ou de pai. Isso reforça a afirmação de que o Recolhimento dos Humildes foi um espaço de transição entre as instituições de formação conventual de mulheres e as escolas, pois ainda preservava a ideia de que as meninas, para serem educadas, tinham que permanecer em regime de internato, mas que, terminada a formação, poderiam sair.

Na tabela 2, outro fator reforça o caráter educacional da Casa, a idade das educandas:

**Tabela 2 – Perfil das educandas: Idade**

<b>IDADES</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
2	1	0,46
3	1	0,46
4	0	0
5	1	0,46
6	21	9,72
7	24	11,11
8	25	11,57
9	30	13,89
10	36	16,67
11	15	6,94
12	17	7,87
13	10	4,63
14	7	3,24
15	0	0
16	1	0,46
17	0	0
18	2	0,93
19	1	0,46
NI	24	11,11
<b>TOTAL</b>	<b>216</b>	<b>99,98</b>

Fonte: Livro de forma de recebimento e despedida Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.

Os casos de educandas nas faixas etárias entre 2 e 5 anos e 15 e 19 constituíram uma minoria. A faixa etária mais representativa para o ingresso das meninas foi entre 6 e 13 anos, representando 82,4% do total de educandas. Os relatórios de educação enviados aos presidentes da província, nas primeiras décadas do século XIX, não registram a idade dos alunos, apenas a quantidade dos que participaram das aulas de ler, escrever e contar. Maria Beatriz Nizza da Silva (2014), ao analisar os dados dos anos 10 e 20 dos oitocentos, em São Paulo, refere-se à idade de alfabetização das crianças do sexo masculino entre 5 e 13 anos de idade.

José Carlos Silva (1999) também analisa a idade dos alunos a partir de mapas enviados por professores de escolas públicas da Província da Bahia, na década de 1840. Dos dados obtidos, a fase em que as crianças ingressam nas escolas é a partir dos 6 anos, aumentando o percentual de alunos com idade entre 8 e 13 anos, e decrescendo o número de alunos de 14 anos em diante. Assim, a média de idade das educandas que ingressaram no Colégio dos Humildes apresenta-se de forma semelhante às escolas públicas baianas e paulistanas voltadas para o sexo masculino.

No artigo *Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada*, a historiadora Cynthia Greive Veiga (2007) apresenta como, no bojo do processo civilizador, no

século XIX, foi sendo elaborada a distinção geracional entre adulto e criança. Nesse processo de delimitação da fase da infância e com a monopolização da educação pelo Estado, à criança coube o acesso privilegiado ao ensino elementar. Essa estratégia foi parte do projeto de controle social através do desenvolvimento do autocontrole de condutas, introjetado pelo processo de escolarização. A partir da compreensão do processo de civilização de Norbert Elias e da construção de diferenciação das gerações, a autora afirma que:

[...] a infância foi uma categoria de tempo criada a partir das múltiplas experiências vivenciadas e aprendidas pelos diferentes grupos sociais. Esta aprendizagem no curso da modernidade esteve relacionada ao processo de transformação da coerção externa do tempo em uma coerção interna, se apresentando como uma conscientização, uma auto disciplina. Esta dinâmica foi parte do processo civilizatório, e se conformou lentamente como um *habitus* social. (VEIGA, 2007, p. 6)

Em relação ao Recolhimento dos Humildes, os discursos dos documentos oficiais – o Estatuto e as Falas e Relatórios de Presidentes da província – evidenciam o processo de auto-disciplina e controle das emoções a que as educandas estiveram submetidas. Nesse contexto, vão se delimitando a idade de escolarização e também as estratégias para civilizar as crianças.

Em relação à localidade, o Colégio do Recolhimento recebeu meninas da vila, depois cidade de Santo Amaro da Purificação, e também as crianças do seu termo, as Freguesias do Rio Fundo, Bom Jardim, Oliveira dos Campinhos. Havia educandas de regiões próximas como Sagrado Coração de Maria, Sant’Ana de Feira, Vila da Rainha, Cachoeira, a cidade de Valença. Muitas eram da Cidade da Bahia e ingressaram a pedido da Santa Casa de Misericórdia ou a pedido de padrinhos.

Acerca do tempo de permanência, os dados não permitem determinar qual era o prazo para conclusão do processo de escolarização. Além disso, considerava-se o ritmo de aprendizado da educanda; as meninas poderiam ser “adiantadas” na medida em que iam dominando o conteúdo, o que era variável.

No registro de saídas, há duas referências a educandas que saíram por terem completado o tempo, Jesuína Constância e D. Escolástica Brasília de Seixas, mas não há esclarecimento sobre qual foi este tempo de permanência. Sobre D. Escolástica, não foi possível identificar o período em que ela permaneceu no colégio. Quanto a Jesuína Constância, esta permaneceu de 13 de fevereiro de 1831 a 25 de julho de 1838. Ao relacionar os dados que registram a entrada e a saída das educandas, também não foi possível identificar uma regularidade, conforme se observa no quadro 5:

**Quadro 5** – Entrada e saída de educandas no Colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes

Nome educanda	Entrada	Saída	Tempo de permanência
Maria Roza do Amor Divino	12/09/1819	02/03/1820	5 meses e 20 dias
Anna Roberta do Espírito Santo	14/10/1819	04/12/1820	1 ano, 1 mês e 20 dias
Maria Luiza da Silvr <sup>a</sup>	31/01/1819	09/[09]/1826	7 anos, 7 meses e 10 dias
Anna Jozefa da Purif. <sup>m</sup> Sá	10/06/1820	08/09/1820	2 meses 28 dias
Maria de Paiva	10/06/1820	08/09/1820	2 meses 28 dias
Joanna Maria da Trindade	10/06/1820	08/09/1820	2 meses 28 dias
Maria Francisca	08/12/1817	14/05/1821	3 anos, 5 meses 2 dias
Francisca Maria da Boa Morte	21/12/1820	21/10/1821	10 meses
Anna Joaquina do Amor Divino	16/09/1821 <sup>88</sup>	10/06/1825	3 anos
Raimunda Gonçalves Martins	15/02/1835	28/01/1838	2 anos, 11 meses e 13 dias
Maria Roza	08/12//1817	22/05/1826	8 anos, 5 meses e 14 dias
Francisca Ribeiro	12/02/1820	09/09/1827	7 anos, 6 meses 26 dias
Roza ribeiro	12/02/1820	09/09/1827	7 anos, 6 meses 26 dias
Maria Luiza da Silveira	31/01/1819	09/[09]/1826	7 anos, 7 meses e 7 dias
Anna Roza	25/12/1828	05/04/1829	3 meses e 8 dias
Marianna Joaquina Matins	11/01/1821	29/08/1829	8 anos, 7 meses e 18 dias
Joanna Maria da Pureza	[21/03/1818]	27/[inint.]/18[30]	2 anos (aproximadamente)
Maria Antonia de Jesus	08/12/1824	24/02/18[30]	5 anos 2 meses 16 dias
Mariana do Paraizo [Paixão]	25/12/1828	03/1831	2 anos e 3 meses
Constancia da Paixão	25/12/1828	03/1831	2 anos e 3 meses
Joaquina Leandra	20/09/1818	01/02/183[?]	-
Roza Angelica	13/06/1830	08/05/1832	2 anos, 1 mês e 5 dias
Lourença Antonia	21/07/1830	10/05/183[2]	1 ano, 9 meses e 17 dias
Leopoldina Adelaide dos Stos <sup>89</sup>	1º/04/1838	07/10/1841	3 anos, 6 meses e 6 dias
Maria Francisca	29/02/1836	20/11/1843	7 anos, 8 meses e 20 dias
Maria Gertrudes dos Humildes <sup>90</sup>	08/12/1817	29/07/184[2]	24 anos, 7 meses e 21 dias
Amelia	12/06/18[36]	26/01/1843	6 anos, 7 meses e 14 dias
Maria Luiza de Santa Anna	06/04/1834	26/09/184[3]	9 anos, 5 meses e 10 dias
Maria da Soledade	18/09/1821	14/06/184[4]	22 anos, 8 meses e 25 dias
Mariana da Conceição	08/12/1829	01/09/1832	2 anos, 8 meses e 21 dias
Thereza Henriqueta	1º/10/1826	14[?]/18[?]	-
Maria Valentina Freire	1º/10/1826	14[?]/18[?]	-
Anna Carlota	11/02/1827	24/11/18[?]	-
Umbelina Roza	11/02/1827	02/11/18[?]	-
Maria Joaquina de S. Joze	03/11/1819	12/11/18[?]	-
Candida do Espírito Santo	1º/[inint.]/1830	22/12/18[?]	-
Roza Maria de Viterbo	06/11/1825	28/03/1833	7 anos, 4 meses e 22 dias
Maria Cecilia Teixeira de Sá	02/07/1827	09/04/183[3]	5 anos, 9 meses e 7 dias
Jezuina Clara	15/12/1830	25/03/18[33]	2 anos, 3 meses e 10 dias
Maria da Gloria Texeira Gomes	18/11/1832	21/06/1835	2 anos, 7 meses e 3 dias
Carolina Virginia	[09]/04/1827	02/07/183[5]	8 anos, 2 meses e 22 dias
Emilia Candida da Fonseca	26/05/1828	12/07/18[3?]	-
Roza Maria da Rocha	1º/08/18[35]	04/12/1836	1 ano, 4 meses e 3 dias
Raimunda Gonçalves Martins	15/02/1835	28/01/1838	2 anos, 11 meses e 13 dias
Jezuina Constança	13/02/1831	25/07/183[8]	7 anos, 5 meses e 12 dias
Francisca Ribeiro Viana <sup>91</sup>	25/01/1843	3/08/1845	2 anos, 6 meses e 9 dias
Maria Joze da Boa Nova	13/[06]/18[38]	16/07/1844	6 anos, 1 mês e 3 dias
Maria Candida	19/12/ 18[42]	22/[07]/18[45]	2 anos, 7 meses e 3 dias
Maria da Gloria	27/06/1842	30/05/1849	6 anos, 11 meses e 3 dias
Melinda	11/07/184[7]	12/03/1850	2 anos, 8 meses e 1 dia
Maria da Pureza	29/04/1843	26/10/1850	7 anos, 5 meses e 28 dias

<sup>88</sup> Anna Joaquina entrou 08/04/1819, saiu, retornou em 16/09/1821 e ficou até 1825.

<sup>89</sup> Há inconsistência quanto à idade, pois se informa que ela ingressou em 1838 com 10 anos e saiu com 15 anos, em 1841.

<sup>90</sup> Saiu como seminarista.

<sup>91</sup> Há inconsistência quanto à idade, pois se informa que ela ingressou em 1843 com 7 anos e saiu com 11 anos, em 1845.

Quintilianna	13/03/1831	17/[01]/1850	18 anos, 10 meses e 4 dias
Roza Guilhermina	30/[05]/1846	4/11/1850	4 anos, 5 meses e 4 dias
Maria da Pureza	14/11/1841	10/11/1851	10 anos e 26 dias
Anna Clara	14/11/1841	09/02/1852	10 anos, 2 meses e 26 dias
Anna Roza	02/11/1846	02/1852	5 anos e 3 meses
Maria das Neves	23/11/1838	1º/04/1852	13 anos, 4 meses e 9 dias
Maria Delmira do Amor Divino	16/09/1843	1º/08/1852	8 anos, 10 meses e 16 dias
Galdina Netto	08/08/1852	[nos fins]/12/1855	3 anos e 4 meses
Thereza Candida	18/09/184[7]	13/10/185[2]	5 anos e 25 dias
Roza Angelica de Freitas	ININT/05/1843	[27]/02/1853	9 anos e 9 meses
Maria da Gloria	29/07/184[8]	29/05/1852	3 anos e 10 meses
Hermilinda Vidigal Barboza	29/04/1852	31/10/185[3]	1 ano, 6 meses e 2 dias
Maria da Conceição Salvadorina de Almeida	23/06/18[38]	22/01/1854	15 anos, 6 meses e 30 dias
Francisca Candida	19/01/1852	20/02/1854	2 anos, 1 mês e 1 dia
Emilia Vidigal Barbosa	29/04/1852	07/01/1855	2 anos, 8 meses e 9 dias
Maria da Pureza	21/06/1849	14/04/185[5]	5 anos, 9 meses e 24 dias
Marianna Telles	23/11/1838	26/12/1855	17 anos, 1 mês e 3 dias
Maria Francisca	15/04/1853	13/09/18[55]	2 anos, 4 meses e 29 dias
Maria Joanna	15/04/1853	13/09/18[55]	2 anos, 4 meses e 29 dias
Eulalia	09/09/184[9]	[nos fins]/12/1855	6 anos, 3 meses
Galdina Netto	08/08/1852	[nos fins]/12/1855	3 anos, 4 meses
Joanna Delphina	04/02/1855	09/1856	1 ano e 7 meses
Maria da Pureza	10/[?]/18[?]	03/1857	-
Joanna de Andrade	16/[02]/1854]	02/04/1858	4 anos, 1 mês e 17 dias
Gliceria	16/[02]/1854]	02/04/1858	4 anos, 1 mês e 17 dias
Joanna Maria do C. de Jesus	12/02/1851	27/01/1858	6 anos, 11 meses e 15 dias
Maria da Pureza	12/02/1853	23/07/1858	5 anos, 5 meses e 11 dias
Maria Augusta da Natividade	29/06/1850	25/[07]/1858	8 anos e 26 dias
Francisca Roza de Jesus	28/03/1856	[25]/07/1858	2 anos, 3 meses e 27 dias
Maria Humbilina da Paixão	28/03/1856	[25]/07/1858	2 anos, 3 meses e 27 dias
Justina Carolina	23/11/1855	16/08/1858	2 anos, 8 meses e 24 dias
Carolina Leopoldina	18/04/1855	24/[08]/1858	3 anos, 4 meses e 6 dias
Maria Jozefa	24/10/1855	13/09/1858	2 anos, 10 meses e 20 dias
Marianna Brandão	24/10/1855	13/09/1858	2 anos, 10 meses e 20 dias
Roza Maria	20/02/1856	11/1858	2 anos e 8 meses
Marianna Calmon	06/1856	15/11/1858	2 anos e 5 meses
Emilia d'Araujo Gois	04/02/1855	17/[11]/1858	3 anos, 9 meses e 13 dias
Ritta Maria	20/02/1856	29/[11]/1858	2 anos, 9 meses e 9 dias
Maria da Conceição	29/09/184[7]	16/12/1858	11 anos, 2 meses e 17 dias
Maria Francisca	8/[12]/1855]	26/12/1858	3 anos e 18 dias
Elizia Maria do Amparo	19/02/1854	07/01/1859	4 anos, 10 meses e 19 dias
Anna Francisca de Lima	21/10/1845	14/02/1859	13 anos, 3 meses e 24 dias
Maria Eulalia do Amparo	19/02/1854	19/07/1859	5 anos e 5 meses
Emilha Simoens	10/02/1854	10/11/1859	5 anos e 9 meses
Theodolina Francisca da Rocha	18/11/1858	18/11/1860	2 anos
Maria Guilhermina dos S <sup>tos</sup>	1º/03/1857	15/03/1861	4 anos e 14 dias
Maria Humbilina Amelia	19/[09]/1852]	20/10/1861	9 anos, 1 mês e 1 dia
Maria da Conceição	8/[12]/1855]	20/10/1861	5 anos, 10 meses e 12 dias
Anna Joaquina Calmon	28/12/1859	29/12/1861	2 anos e 1 dia
Leolina Candida da Silva Mello	02/04/1859	19/04/1863	4 anos e 17 dias
Maria Adelaide	04/01/1857	19/09/18[63]	6 anos, 8 meses e 15 dias
Maria Sara	1º/11/1857	30/11/18[63]	6 anos e 29 dias
Eufrozina da Assumpção	1º/11/1857	30/11/18[63]	6 anos e 29 dias
Maria Benedicta Telles	19/04/1860	15/05/1864	4 anos e 26 dias
Maria Bernardina da Pureza	28/12/1858	16/11/186[4]	5 anos, 10 meses e 19 dias
Marianna da Ascensão de Jesus	05/02/1859	08/12/18[64]	5 anos, 10 meses e 3 dias
Maria Victoria	02/10/1865	06/12/1860	4 anos, 9 meses e 27 dias
Anna Sinfronia	06/12/1860	02/10/1865	4 anos, 9 meses e 26 dias
Maria Jozefa do Amor Divino	8/12/1855	19/11/1865	9 anos, 11 meses e 11 dias
Maria Francisca Tellez d'Araujo	21/02/1862	07/01/1866	3 anos, 10 meses e 17 dias
Maria Anna Calmon	28/03/1863	01/1870	6 anos e 9 meses
Anna Ritta Calmon	28/03/1863	01/1870	6 anos e 9 meses
Ignacia de Nazareth Calmon Goes	20/04/1865	1º/02/1870	4 anos e 10 meses

O tempo de formação das educandas mostra as permanências de uma educação conventual, na qual não havia um tempo estabelecido de conclusão da formação. Isso demonstra que à proposta de educação estava aliada ao processo de guarda da honra das educandas.

**Tabela 3** – Tempo de permanência no colégio

<b>PERÍODO</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Até 5 anos	9	7,9
Entre 5 e 10 anos	58	50,88
Acima de 10 anos	36	31,58
NI	11	9,64
<b>TOTAL</b>	<b>114</b>	<b>100</b>

Fonte: Livro de forma de recebimento e despedida Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes.

Observa-se, conforme a Tabela 3, que a maioria das mulheres permaneceram acima de 5 anos no Recolhimento. Como elas chegaram ao colégio principalmente com idade entre 6 e 12 anos de idade, saíam na fase de casamento, motivo da sua educação. Um outro aspecto relevante, nesse contexto, foi que o nível mais avançado do processo de escolarização das meninas, as aulas de costura e bordado, constituiu-se como forma de manutenção financeira do Recolhimento dos Humildes. As mulheres ficaram conhecidas pelas produções de peças da arte sacra que marcaram a história da arte da Bahia. Assim, esse trabalho tornou-se um ofício para elas e a sua permanência na instituição pode estar relacionada a esse fator.

### 5.3 MANUAIS DIDÁTICOS E METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O manual<sup>92</sup> usado no processo de escolarização de meninas indicado pelo estatuto do Colégio de Meninas Nossa Senhora dos Humildes foi o Catecismo de Montpellier, muito utilizado aqui no Brasil, no final do século XVIII e ao longo do século XIX. O seu uso se confirma em correspondência trocada entre D. Romualdo, Arcebispo da Bahia, e o capelão Frei

<sup>92</sup> Adotou-se, nesta pesquisa, “manual didático”, conforme Souza (2015, p. 49), em *Manuais de ensino de língua portuguesa na Província da Bahia no século XIX*. O termo refere-se aos diversos livros usados em escolas de primeiras letras, como gramáticas, ortografias, livros de literatura, manuais religiosos, livros de leitura. Para compreender o uso desses materiais na segunda metade do século XIX, na Bahia, a autora propõe um breve resgate histórico da adoção de manuais didáticos na história do Brasil.

Bento de Maria Santíssima. A metodologia para as aulas de ler, escrever e contar, no entanto, não foi apresentada de forma clara, sendo possível associar pistas deixadas no Estatuto sobre como era concebido o ensino, enfatizado nas ações mnemônicas.

O momento de adoção do Catecismo de Montpellier foi marcado pela política de Portugal de eliminar as influências dos jesuítas no processo de educação e como política para educar os homens ao serviço de Deus e, também, ao serviço do Estado. A política pautada no regalismo<sup>93</sup>, cujas raízes haviam se estabelecido na sua antiga metrópole, para impor o poder temporal na esfera religiosa se refletiu no Brasil. De acordo com Juarez José Tuchinski dos Anjos (2016, p. 1034), historiador da educação:

De acordo com a documentação consultada, o regalismo, conforme praticado no Império Brasileiro, aliado ao padroado, acabou por conferir lugar de proeminência à religião católica, não por ela em si, mas por ser a religião do Estado, aquela que deveria fornecer-lhe sustentação ideológica para sua consolidação. Com efeito, ao submeter o poder espiritual ao temporal, o Estado submetia também a doutrina religiosa aos seus interesses, dentre os quais estava o de produzir na população o respeito e a obediência às instituições em fase de implantação (como a lei) e ao governo, na pessoa do Imperador e de seus representantes, na burocracia estatal e judiciária. É nesse quadro que a educação da criança pela família ganhou importância. **Um dos testemunhos nos chega por meio de alguns catecismos cujo conteúdo, ainda que produzido por vezes em contextos diversos, era passível de interpretação de cunho regalista quando adotado e recomendado pela Igreja, sob os ditames do governo, para uso do clero e dos fiéis.**

Nesse contexto, o Catecismo de Montpellier, que chegou a ser proibido por Roma e incluído no *Index Librorum Prohibitorum*, a lista de livros proibidos da Igreja Católica, em 1721 (NUNES, 2013), atendia às novas demandas no estabelecimento e centralização do poder dos Estados, ofertando à população uma educação para a obediência e para o trabalho.

O Catecismo de Montpellier<sup>94</sup> foi impresso e publicado pela primeira vez em 1702, a pedido do bispo Joaquim Colbert, da diocese de Montpellier, ao reitor do seminário local, François Aimé Pouget, para criar um catecismo de acordo com a sua perspectiva política. Conforme Anjos (2016), o galicanismo e o jansenismo<sup>95</sup> marcaram a criação desse catecismo,

<sup>93</sup> No regalismo, conforme o historiador Ítalo Satirocchi (2013), o objetivo do Estado era diminuir o poder da Igreja nos assuntos temporais, descentralizando o poder papal. Estimularam-se o episcopalismo e a autonomia das igrejas nacionais – cujos bispos eram nomeados pelos Estados – para que se fortalecesse o controle do Estado sobre a população.

<sup>94</sup> Também conhecido como o Catecismo de Colbert, por ter sido solicitado pelo bispo Joaquim Colbert.

<sup>95</sup> O galicanismo, movimento de cunho político, objetivava fortalecer o absolutismo de Luís XIV, através do aumento do poder de decisão dos bispos (nomeados pelo rei) em suas jurisdições, diminuindo, conseqüentemente, o poder do Papa. O jansenismo, movimento de cunho religioso, se aproximava das perspectivas luterana e calvinista ao partir da interpretação da graça e da moral marcadas pelo pessimismo teleológico, no qual se pregava

que representou a defesa, por um lado, da autoridade temporal, mas, também, episcopal. A conquista desse espaço a partir desses dois movimentos gerou conflitos com os jesuítas, os ultramontanos e também com o Papa, que teve como medida, em 1705, a condenação do bispo e, em 1721, a proibição do catecismo, incluindo-o no *Index Librorum Prohibitorum*.

Apesar da proibição, já havia se disseminado o uso do Catecismo de Montpellier entre os catequistas e as famílias, tendo tido, até 1732, 20 edições. O jansenismo, no entanto, legou demasiada autoridade aos clérigos que estavam na França, o que se tornou uma ameaça a Luís XIV, forçando-o a retomar as relações com Roma. A situação paradoxal vivida pelo rei, para ANJOS (2016), fez com que o catecismo fosse menos utilizado no país.

Em Portugal, nesse período, vivia-se a reforma pombalina com o projeto de reestruturação administrativa e intelectual, após a expulsão dos jesuítas. O rompimento com a Companhia de Jesus – ordem que respondia diretamente ao Papa – também visava a diminuir o poder de Roma sobre as questões temporais. Esse foi o contexto mais adequado para a adoção do Catecismo de Montpellier que, assim como funcionou para Luís XIV na França (ainda que por tempo limitado), serviria a D. José e a D. Sebastião José de Carvalho e Melo, na consolidação do regalismo, educando os portugueses e aqueles que viviam nas colônias para reconhecer o poder do rei.

Para a sua adoção em Portugal, foi solicitada, em 1765, a D. João Cosme da Cunha, Arcebispo de Évora, a tradução do Catecismo de Montpellier. O Arcebispo, ciente da contestação que sofreria para a adoção de uma obra que constasse no *Index*, escreveu uma instrução pastoral, alegando que a proibição era fruto da “inveja” dos jesuítas e defendendo o uso do livro no país. O catecismo seria importante para a catequese, na rotina das famílias e nas escolas. Informa Cândido dos Santos (2007, p. 38 *apud* ANJOS, 2016, p. 1034) que “O jansenismo do catecismo de Montpellier é um jansenismo ‘mitigado’, que o poder usou como um aliado tático. Nada mais. Era regalista, conciliarista, anticúria romana, antijesuítas. Que mais queria o despotismo iluminado?”. Assim o catecismo era adotado como uma possibilidade para resolver diversos problemas para a política de D. José e de D. Sebastião de Melo. De acordo com o historiador Francisco Vaz, (1998, p. 237):

Neste sentido o ensino religioso pode ser encarado como um meio ao serviço do Estado para disciplinar, urbanizar e racionalizar a vida dos homens. Com os ventos que chegavam da Europa, o poder e as elites encaram o catecismo, não apenas como factor de unidade e uma resposta às ideias “revolucionárias”, mas também como meio de reformar a sociedade num quadro que mantenha a estrutura social e política vigente, ou seja, sem pôr em causa o trono e o altar.

---

a vigilância e submissão do fiel à autoridade humana, perspectiva herética, aos olhos de Roma (ANJOS, 2016, p.1032).

Compreende-se, assim, o lugar de destaque atribuído ao catecismo na reforma de estudos pombalina ou posteriormente em determinações legais do reinado de D. Maria, como o aviso circular dirigido a todos os bispos do reino exortando-os a não esquecerem na instrução pastoral o ensino da doutrina cristã.

Um documento que orienta para o uso do Catecismo de Montpellier foi o Alvará de 30 de setembro de 1770 (ALVARÁ..., 1770, p. 498), no qual o rei sugere preferencialmente o seu uso ao lado de outros manuais doutrinários, a serem adotados no reino português:

**Figura 11** – Alvará de 30 de setembro de 1770 (fac-símile) – determinação do uso do Catecismo de Montpellier

—•—•—•—•—•—•—

**EU ELREI** Faço saber aos que este Alvará virem, que em Consulta da Real Meza Censoria Me foi presente, que sendo a correcção das linguas Nacionaes hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos Póvos civilizados, por dependerem della a clareza, a energia, e a magestade, com que devem estabelecer as Leis, persuadir a verdade da Religião, e fazer uteis, e agradaveis os Escritos: Sendo pelo contrario a barbaridade das linguas a que manifesta a ignorancia das Nações; e não havendo meio, que mais possa contribuir para polir, e aperfeiçoar qualquer Idioma, e desterrar delle esta rudez, do que a applicação da Mocidade ao estudo da Grammatica da sua propria lingua; porque sabendo-a por principios, e não por mero instincto, e habito, se costuma a fallar, e escrever com pureza, evitando aquelles erros, que tanto desfigurão a nobreza dos pensamentos, e vem a adquirir-se com maior facilidade, e sem perda de tempo a perfeita intelligencia de outras diferentes linguas; pois que tendo todas principios communs, acharão nellas os principiantes menos que estudar todos os rudimentos, que levarem sabidos na Materna; de sorte que o referido methodo, e espirito de educação foi capaz de elevar as linguas Grega, e Romana ao grão de gosto, e perfeição, em que se virão nos formosos Seculos de Athenas, e Roma, o que bem testemunhão as excellentes, e inimitaveis Obras, que delles ainda nos restão: Conformando-Me Eu com o exemplo destas, e de outras Nações illuminadas, e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portugueza nestes Meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado: Sou Servido ordenar que os Mestres da Lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrucção dos Alumnos, na Grammatica Portugueza, composta por Antonio José dos Reis Lobato, e por Mim approvada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita. E por quanto Me constou, que

Rrr

498

1770

nas Escolas de ler, e escrever se praticava até agora a lição de processos litigiosos, e sentenças, que sómente servem de consumir o tempo, e de costumar a Mocidade ao orgulho, e enleios do Foro: Hei por bem abolir para sempre hum abuso tão prejudicial: E Mando, que em lugar dos ditos processos, e sentenças, se ensine aos meninos por impressos, ou manuscritos de diferente natureza, especialmente pelo Catecismo pequeno do Bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert, mandado traduzir pelo Arcebispo de Evora para instrução dos seus Diocesanos, para que por elle vão tambem aprendendo os Principios da Religião, em que os Mestres os devem instituir com especial cuidado, e preferencia a outro qualquer estudo. E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, sem dúbida, ou embargo algum. Pelo que Mando á Real Meza Censoria, Meza do Desembargo do Paço, Director Geral dos Estudos, Senado da Camara, e a todos os Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juizes, e mais pessoas destes Meus Reinos, e Dominios o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar este Meu Alvará com inviolavel observancia, e registrar em todos os livros das Camaras das suas respectivas Jurisdicções. E ao Doutor João Pacheco Pereira do Meu Conselho, Desembargador do Paço, que serve de Chancel-lér Mór destes Reinos, mando que o faça publicar na Chancellaria, registando-se em todos os lugares, que são do costume, e mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos 30 de Setembro de 1770. = Com a Assignatura de ElRei, e a do Ministro.

*Regist. na Chancellaria Mór da Côte, e Reino no Livro das Leis a fol. 24., e impr. na Impressão Régia.*

Fonte: Repositório Digital da História da Educação.

O catecismo rapidamente foi disseminado pelas colônias, incluindo o Brasil. De acordo com Anjos (2016), no Brasil pós-independência, “[...] o liberalismo daria nova roupagem ao regalismo, fazendo com que a obediência ao Rei, originalmente defendida em Montpellier, se convertesse na obediência ao Estado, a todo o aparelho administrativo por ele engendrado e, particularmente, às leis que organizavam a vida de todos os súditos”. O catecismo chegou a ser usado até a segunda metade do século XIX.

Segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2002, p.33-34), com base no historiador Ramada Curto<sup>96</sup>, os esforços de Portugal para uma política educativa nas colônias – em especial relativa à normatização da língua – foi regular a partir do século XVI, com envio de cartinhas e cartilhas registradas em remessas para o Congo, Abissínia, Goa, Cananor etc.

<sup>96</sup> CURTO, Ramada. A língua e o império. In: F. BETHENCOURT e K. CHAUDURI. *A história da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 414-433.

No Brasil, conforme Emília Helena Portella M. de Souza (2015), em *Manuais de ensino de língua portuguesa na Província da Bahia no século XIX*, a cartilha do século XVIII, além de tratar dos ensinamentos da língua, tecia orientações de cunho moral, segundo a doutrina cristã, direcionadas aos professores. Nesse período, houve o aumento de circulação de manuais de caligrafia, no Brasil, que relacionavam a escrita ao desenho e contemplavam o ensino de ler, escrever e contar, e também das normas de civilidade e de doutrina cristã, tendo em vista não só os professores, mas os alunos e a família. Essas cartilhas que associam ao ensino do português os fundamentos católicos foram amplamente utilizadas desde o século XVI e “adentraram o século XIX, mesmo com muitas mudanças do ponto de vista didático-pedagógico, incluindo novos métodos e materiais de ensino de leitura e de escrita” (SOUZA, 2015, p. 47).

No século XIX, no que diz respeito à impressão dos manuais didáticos utilizados no ensino das primeiras letras,

[...] observa-se que a “imprensa régia” não teve qualquer atuação. Consolidase, assim, o primeiro período na circulação de livros escolares no Brasil caracterizado pela utilização de livros produzidos na Europa com a hegemonia de autores portugueses e de eventuais traduções de textos estrangeiros, principalmente franceses traduzidos por portugueses (TAMBARA, 2002, p. 28).

Ainda conforme o autor, em *Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil*, entre 1808 e 1821-22, a estrutura educacional brasileira não era estímulo para o mercado consumidor de manuais didáticos. Com a liberdade para imprimir esses manuais, concedida em 1821 por D. Pedro I, e as leis (de 1827 e 1834) tornando obrigatória a abertura de escolas, formou-se um mercado consumidor “atraente”.

Antes dessas mudanças, dominavam os catecismos. O Catecismo de Montpellier<sup>97</sup>, nesse contexto, era usado para se ensinar a doutrina cristã e para os exercícios de leitura. No colégio de educação de meninas do Recolhimento dos Humildes, confirmou-se o seu uso em correspondências trocadas entre D. Romualdo, Arcebispo da Bahia, e o Capellão do Recolhimento dos Humildes, Frei Bento de Maria Santíssima<sup>98</sup>. Na carta de 26 de outubro de 1843, enviada por D. Romualdo, informa-se que:

## Carta 1

<sup>97</sup> As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, de 1707, foram organizadas por Dom Sebastião da Vide, nas quais estava um conjunto de ensinamentos catequéticos que regulavam a vida da população e da atuação de religiosos – primeiro catecismo oficial do Brasil (CASIMIRO, 2005).

<sup>98</sup> Essas cartas ainda não foram catalogadas. Encontram-se sob guarda do Atelier Memória e Arte.

[fól. 1r] *Reverendíssimo Nosso Padre Mestre Frei Bento de Maria Santissima*

Acabo de receber a estimadíssima car/ta de *Nossa Reverendíssima* de 24 do corrente, e muito/me alegre de que continûe a gozar asa/ude, e a empregar-se com o zelo, que o/distingue, na direção espiritualdest/a caza.

**Não sei, se o Cathecismo, que *Vossa Reverendíssima* me/propõe, é tão acomodado, como o *Re/zumo de Montpellier*, á compreensão/das meninas, porque apenas percorri/algumas paginas, e não pude fazer/a comparação de um e de outro. Diga-/me pois *Vossa Reverendíssima* o que pensa a este res-/peito, e se ha suficiente numero de/exemplares para uzo do Recolhimento.**

Remetto/ incluzo o Despacho, que *Vossa Reverendíssima* pede,/cuja graça podera ampliar a outros/iguais cazos, que infelicamente ocorre/rem.

Queira recomendar-me á *Irmã Mestre/ Regente*, e mais como também/abençoar por mim as minhas du/as Sobrinhas.

Sou com maior estima

Bahia 26 de outubro  
De 1843

De *Vossa Reverendíssima*  
Amo Affectuoso abraço do  
Romualdo, Arcebispo da Bahia

O catecismo recomendado a D. Romualdo não foi identificado, há a menção ao *Rezumo de Montpellier* que já estava sendo utilizado pelas educandas. Em outra correspondência, a Carta 2, em novembro do mesmo ano, o Arcebispo confirma o uso desse catecismo citado e a liberdade do Capelão de escolher um outro que fosse mais proveitoso à “inteligência das meninas”. Observa-se que alguns catecismos foram indicados, sendo enfatizado um deles:

## Carta 2

[fól. 1r] *Reverendíssimo Senhor Padre Mestre Frei Bento de Maria Santissima*

Recebi a carta de *Vossa Reverendíssima* de 3 do corrente, e inteira-/do do que me participa acerca do Cathecismo na/da mais tenho a dizer lhe, se não que me conformo/ com a adoção desse, que *Vossa Reverendíssima* me indicou, e a res-/peito do qual só receava, que não fosse proporcio-/nado á intelligencia das mesmas. **Quanto ao *Re/sumo de Montpellier*, se *Vossa Reverendíssima* julgar mais acerta/do substituillo por alguma outra Cartilha, ou pelo pe/queno Compendio composto pelo *Senhor Bispo do Pará*,/ ficarei satisfeito, porque confio que *Vossa Reverendíssima* dirigirá/ com esclarecido selo e discernimento a primeira ins/tituição christã dessas interessantes meninas. Pode/ portanto servir se de qualquer dos livros, que propõe.**

Não sendo possivel pregar tantas vezes como o/ seo antecessor, acho conveniente, que alterem as suas Pra-/ticas entre as Recolhidas e o Povo

de sorte que nem a-/quellas dispem de ouvir, de quando em quando, os dic-/tames, e exhortações de Seo Director, nem o Povo fique/ privado da palavra de Deos, a que esta acostumado, e/ de que muito precisa. Assim consulte *Vossa Reverendíssima* sua for-/[lv] ça, e faça o que poder. Estas praticas não exigem/grandes esforços de eloquência, e feitos com simplici-/dade e clareza aproveitarão mais do que elegantes e bem/ trabalhados discursos.

Julgo não ter mais nada que responder a *Vossa Reverendíssima*, / restando me só pedir lhe, que me recomende a *Senhora / Mestre* Regente e mais *Senhoras*, e continue a abençoar por/ mim as minhas duas sobrinhas. Sou com particu-/lar estima.

Ba 12 de novembro de 1843

De *Vossa Reverendíssima*  
Amo affectuoso e obrigado  
Romualdo Arcebispo da *Bahia*

Destacou-se o Compêndio do Senhor Bispo do Pará, no entanto, não há confirmação da sua adoção na escolarização das meninas no colégio do Recolhimento dos Humildes. Esse manual foi utilizado amplamente na Bahia, segundo registrado nas Falas e Relatórios do Presidente da Província (SOUZA, 2015, p. 51), ainda na década de 70 dos oitocentos. Verificase que a decisão sobre o material a ser utilizado era entre o capelão e o Arcebispo. D. Romualdo mostra também a preocupação com a quantidade suficiente de material para todas as educandas, fato incomum em escolas de primeiras letras públicas, o que mostra preocupação com a regularidade do ensino.

Destaca-se, da Carta 2, a indicação de uso do “resumo” do Catecismo de Montpellier, referência à terceira parte do catecismo direcionada para a formação de crianças e aliada ao ensino da leitura e da escrita. Os resumos eram compostos por uma parte inicial para o estudo das letras, seguido do ensino da doutrina cristã. No colégio do Recolhimento dos Humildes, o Catecismo de Montpellier foi utilizado nas aulas de catequese e leitura e escrita, com o objetivo de estabelecer os valores cristãos e moldar a criança e a família no respeito à soberania real, e depois, no Brasil pós-independência, ao Imperador. Garantia-se, assim, a educação moral e cívica da população.

Foram identificados dois grupos responsáveis pela distribuição do resumo do Catecismo de Montpellier na Bahia, a Typografia de Manoel Antônio da Silva Serva, cuja referência mais antiga de impressão verificada foi em 1817, e a Editora E. & H. Laemmert<sup>99</sup>, cujo registro está nos catálogos de livros vendidos dos anos 1844 e 1846<sup>100</sup>.

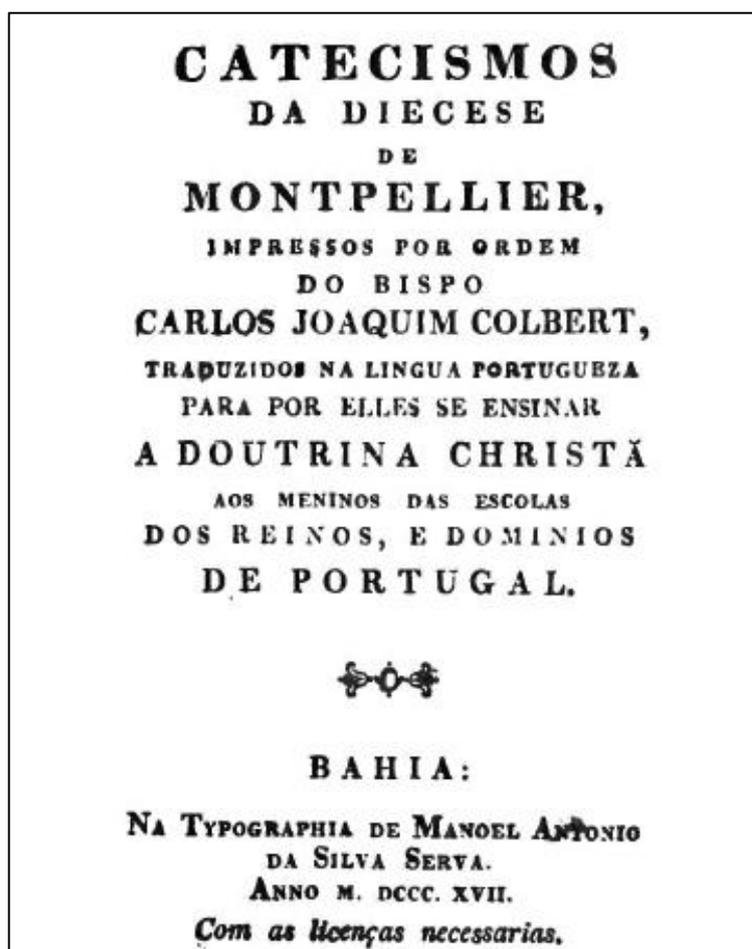
<sup>99</sup> A Laemmert vendia livros na Bahia e no Rio de Janeiro.

<sup>100</sup> Elomar Tambara (2002) registrou a venda do resumo do Catecismo de Montpellier, pela Laeemert, nos anos de 1844 e 1846. Durante a pesquisa, o catálogo acessado no site BNDigital, com a descrição do que havia no resumo, não está datado, há, no entanto, a indicação de que é do século XIX.

A descrição do Resumo do Catecismo de Montpellier no rol de livros da Laemmert, na seção *Obras de Educação, Instrução e Recreio da mocidade*, corresponde exatamente ao que foi ensinado no colégio do Recolhimento dos Humildes. Consta, no catálogo (s.d., p. 80-81), “Catecismo de Montpellier, novíssima edição á qual se ajuntou um Compendio da Orthographia portugueza, um resumo de Arithmetica e um Tratado de Geographia universal”, a mesma informação registrada nos relatórios enviados ao presidente da província da Bahia.

Para tecer considerações a respeito desse manual, no entanto, utilizou-se a edição do Catecismo de Montpellier disponível, que data do ano de 1817, impressa na tipografia baiana de Manuel Antônio da Silva Serva.

**Figura 12** – Contracapa do Catecismo de Montpellier impresso na Bahia em 1817

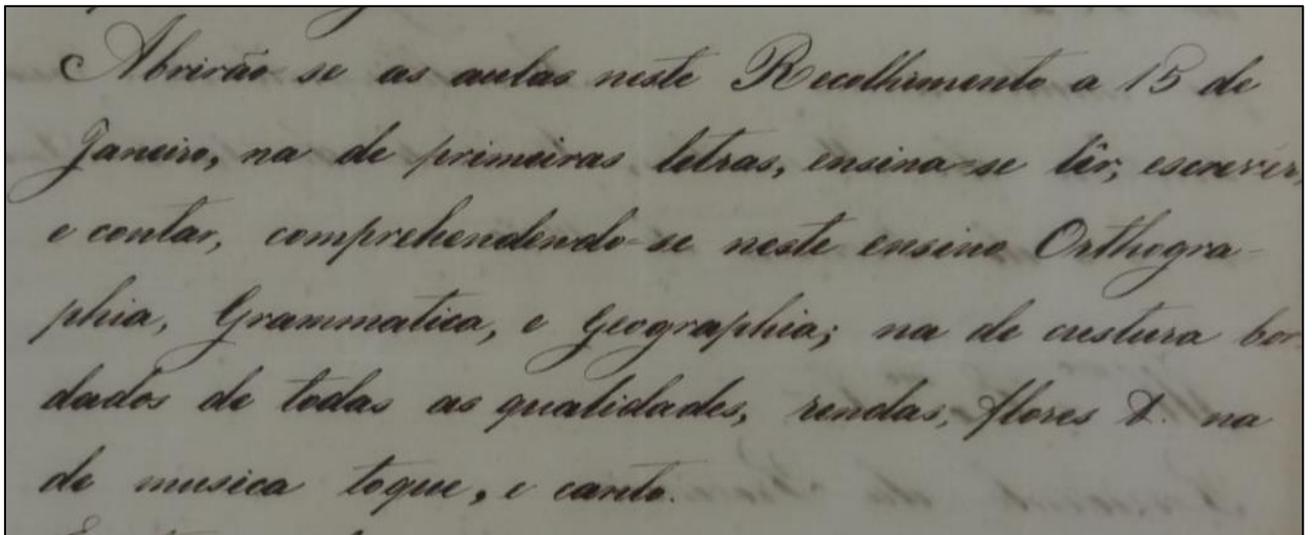


Fonte: Projeto Brasiliana.

O Catecismo de Montpellier visava a ensinar a todos (mestres, famílias e crianças) a doutrina cristã de base católica e os deveres e as obrigações para com a Igreja e com o rei e, após a independência, com o imperador.

No Catecismo analisado, não há orientações para o ensino de ler, escrever e contar, a aprendizagem instrumental da língua. No colégio do Recolhimento dos Humildes, no entanto, conforme os relatórios enviados à Presidência da Província da Bahia, registra-se o ensino de gramática e ortografia, como se observa no relatório de 1879 enviado pela regente Delphina Roza de S. José ao Presidente da Província da Bahia:

**Figura 13** – Relatório registrando a abertura das aulas no colégio do Recolhimento dos Humildes – 1879



Fonte: APEB. Maço 5279. Seção de Arquivo Colonial e Provincial.

[fól. 1r] Abrião se as aulas neste Recolhimento a 15 de | Janeiro, na de primeiras letras, ensina-se lêr; escrever,| e contar, compreendendo-se neste ensino Orthographia, Grammatica, e Geographia; na de costura bordados de todas as qualidades, rendas, flores, na de musica toque, e canto.

No que diz respeito ao Catecismo de Montpellier é composto de três partes formadas por lições: a primeira é sobre o estabelecimento da igreja e a profissão de fé, integrando 37 lições; a segunda é sobre a vida cristã a partir dos seus preceitos, com 18 lições; e a terceira trata das graças divinas alcançadas através dos santos sacramentos, com 24 lições, seguida das orações a serem feitas pela manhã e à noite (em latim e em português). Em todas, a doutrinação é feita através do método dialógico, baseado em perguntas-respostas simples e objetivas, para facilitar a memorização da doutrina, tomada como uma verdade indiscutível. Essa prática também é enfatizada ao longo do Estatuto do Colégio dos Humildes, no qual se destaca que as educandas deveriam memorizar, além dos conteúdos ensinados, como as orações, história e fundamentos, as regras da rotina até saberem de cor (“de coração”).

O compêndio era direcionado para a família, para os mestres e para os alunos e atendia toda a formação do cristão, desde pequeno, com a introdução das orações, até adulto, quando tomaria por base as lições para viver. Para os meninos, ainda não confirmados na fé:

Deve principiar-se, fazendo aprender / de cór aos meninos mais pequeno o / Padre nosso, a Ave Maria, o Credo, e a Confissão, fazendo-os pronunciar / distintamente todas as palavras, e apren- / der estas orações em Latim, e em Por- / tuguez. Accrescentar-se-há a isto os Man- / damentos de Deos, e da Igreja, e al- / gumas questões escolhidas do Catecismo / seguinte nestas cousas logo que soube- / rem falar, sem esperar que saibão ler. / Achar-se-hão estas orações no fim do Catecismo nas Preces para de manhã. / He precio tambem mandallos fazer o / sinal da Cruz todas as vezes que se / começa a perguntallo. / O Catecismo seguinte pode fazer-se / aprender todo aos meninos, que tem cin- / co, ou seis annos (CATECISMO DE MONTPELLIER, 1817, p.189).

Os valores para a obediência à Igreja e aos interesses do Estado são introduzidos em perguntas como as seguintes, retiradas da *Parte terceira*:

Lição VI

P. Porque razão quis nascer Jesu Christo em hum lugar tão pobre?

R. Para ensinar-nos a desprezar, as riquezas, e os deleites do Mundo.

Lição VII

P. De que modo viveo [Jesus Cristo]?

R. Com pobreza, trabalho, humildade, e paciência

Estimulava-se o trabalho, mas não o acúmulo de riquezas, e a humildade e a paciência diante das situações da vida. Além disso, se deveria ser obediente e temer a Deus conforme, unicamente, os preceitos da Igreja Católica:

Lição XVI

P. Com que condição nos prometeo Deos a vida eterna?

R. Com que condição de lhe obedecer em tudo

Lição XX

P. Podemos nós por nossas proprias forças evitar o pecado, e obedecer a Deos, e á Igreja?

R. Não. Temos necessidade para isso da graça, e do auxilio de Deos.

Lição XXI

P. Qual he a segunda cousa, que prometemos a Deos antes do baptismo?

R. De seguir inviolavelmente a Jesu Christo, de obedecer-lhe, e de crer tudo o que a Igreja crê.

Os ensinamentos eram tomados como a verdade, não deveriam ser, portanto, questionados. Os pecados deveriam ser anunciados no momento de confissão, sendo o poder de absolvição dos representantes da igreja:

Lição XXV

P. Que devemos fazer, quando o Confessor julgar conveniente differir-nos a absolvição?

R. Devemos sujeitar-nos á direção do Cofessor, sem murmurar, e fazer tudo o que ele tiver prescripto.

Para a educação das mulheres, possivelmente fosse enfatizada a lição XXVI, que trata do matrimônio:

P. Que he o Sacramento do Matrimonio?

R. He hum Sacramento, que estabelece huma santa sociedade entre o homem, e a mulher, e que dá a graça de crear os filhos christãmente.

Essas perguntas e respostas, de orientação didático-pedagógica, fazem mais sentido quando entendemos que os catecismos foram produzidos e voltados, principalmente, para a educação da massa, nos séculos XVIII e XIX como fator de unificação e disciplinarização do povo. Essa estratégia havia sido utilizada a partir do século XVI, com base na doutrinação através da oralidade, em que diálogos breves escritos, como o que é apresentado no Catecismo de Montpellier, poderiam ser repetidos oralmente para memorização (SOUZA, 2018. No prelo).

Quanto ao ensino das primeiras letras, não há informação no Estatuto do Recolhimento dos Humildes. Hipotetiza-se que, nas primeiras versões do Estatuto, havia a descrição do processo de alfabetização, semelhante às informações que constam nos *Estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória* (anexo C) de Pernambuco, mas, por exigência da Mesa do Desembargo do Paço, conforme relata o representante do Padre Ignácio Araújo, Ignácio Álvares, o documento teve de ser resumido, pois estava muito extenso. Estes documentos esclarecem como era o aprendizado da leitura, da escrita e da aritmética. Nesse processo, a leitura precedia a escrita, que precedia as contas. Após o domínio dessas etapas, a educanda avançaria para as aulas de costura e bordado, assim como acontecia no colégio dos Humildes.

Destacam-se três partes do documento do Recolhimento da Glória, para se compreender o processo de aprendizagem: *Quanto à arte de ler*, *Quanto à arte de escrever* e *Quanto à arte de contar*. Na primeira parte, as educandas aprendiam a reconhecer as letras do alfabeto, através de cartas, distinguindo as maiúsculas das minúsculas, as letras dos algarismos, as letras romanas

das de imprensa, as vogais das consoantes. Deveria ser feito de forma “suave o trabalho do estudo” (1798, p. 101) até que as meninas conhecessem e conseguissem ler todas as letras.

Em seguida, formar-se-iam sílabas com duas letras, depois com três até formar com quatro. Superada essa etapa, uniriam palavras escritas para formar estruturas maiores. Depois passariam a ler

cartas e escritos sérios, que não contenhaõ asuntos que / arruínem a simplicidade das Meninas, ensinando- / lhes entãõ a conhecer os breves, que comumente / se uzaõ na escrita vulgar; e finalmente lisões por / livros de doutrina, e de moral, em que aprendaõ a / ler com desembaraso a letra da imprensa, e ao mê- / mo tempo a bem servir a Deus, e ao proximo. / (ESTATUTOS..., 1798, p. 101)

No Estatuto, destaca-se que a leitura requeria a atenção da mestra, pois alguns “vícios” prejudicavam a leitura das educandas. Dentre os “erros”, estavam casos de metátese (*bresos* e *cravão*), de despalatalização (*fio*), de apócope (*Portugá*), de concordância nominal,

*bresos* em lugar de *bersos*: *cra-* / *vaõ* em lugar de *carvão*: outras vezes suprimindo no / meio das palavras algumas letras, como *teado* em lugar de *telhado*: *fio* em lugar de *filho*: outras supri- / mindo a letra ultima principalmente no numero plu- / ral, e nos nomes, que acabaõ em agudo como *mui-* / *tas flore* em lugar de *muitas flores*: *Portugá* em lugar / de / [102] de *Portugal* (ESTATUTOS..., 1798, p. 101-102).

Esses “vícios”, casos de variação, a exemplo da concordância nominal e da iotização do “-lh-”, marcaram, e ainda marcam o português brasileiro, até os dias atuais, e evidenciam um falar popular que marcou, possivelmente, a rotina de espaços como os recolhimentos. A demanda de prescrever orientações acerca da língua evidencia que o uso de marcas de uma norma popular era realidade para as mulheres presentes no Recolhimento e que uma outra norma deveria ser ensinada.

Assim como no Recolhimento da Glória, no Recolhimento dos Humildes, a presença expressiva de escravas<sup>101</sup>, brasileiras e africanas, e servas em contato com as recolhidas e as educandas é um fator que pode ter contribuído para a aquisição de marcas do português popular. Infere-se, assim, que essa realidade influenciou na aprendizagem da norma culta da língua portuguesa pelas educandas do recolhimento.

Os outros vícios apresentados pelo Estatuto da Glória são: a leitura insegura, sem dominar as letras e palavras, e a leitura como se fosse cantada. Os vícios refletiam a negligência da mestra, por isso que ela deveria sempre corrigir as educandas.

---

<sup>101</sup> Cf. número de escravos e servas na *Tabela 1 – Registro de pessoas existentes no Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes*.

Para ter acesso à escrita, era necessário dominar a leitura. O processo era mais demorado, exigia paciência da mestra. Começava-se pelas letras grandes, depois as menores, dominando-as para depois casá-las com outras. A produção acontecia por imitação, a mestra apresentaria exemplares de “bom caráter” para serem imitados. Aprenderiam, também, lendo cartas e escritos, a dominar a ortografia: o uso de vírgula, ponto final, ponto e vírgula, interrogação, exclamação e parênteses, evitando escrever da forma como falavam. A qualidade dos escritos renderia ou repreensões ou louvores às meninas. A escrita era concebida como representação do pensamento e a aprendizagem da produção escrita seria aferida através da escrita de cartas “políticas” aos pais e irmãos de forma clara e objetiva. Para as educandas que avançavam no processo, o tempo para aprendizagem da leitura e da escrita seria dedicado ao estudo da doutrina cristã.

O terceiro processo era lidar com contas. Inicialmente, aprender-se-iam as regras de tabuada. A educanda só avançava para a próxima etapa quando havia “decorado” tudo. Em seguida, aprendia o que era unidade, dezena, centena etc., até serem memorizadas. A sabatina, para verificar o domínio, seria através de perguntas sobre a tabuada na ordem do livro, depois, na ordem inversa e também “soltas” para testar as educandas. Em seguida, as meninas aprendiam as contas de matemática básicas: somar, subtrair, multiplicar e dividir.

Ressalta-se, nessa etapa, que o domínio da aritmética, em especial a conta de multiplicação, era mais difícil, principalmente para as mulheres, mas a dificuldade seria sanada pelo apoio da mestra e pelo hábito de usá-la, assim como acontecia com os homens.

Dominado o ensino elementar, a etapa seguinte era a aula de costura e bordado. Pela descrição do processo e o tempo dedicado a cada ofício, tanto no Estatuto do Recolhimento da Glória, como no do Colégio dos Humildes, enfatizava-se o domínio das técnicas de costura e bordados diante da leitura e da escrita. A leitura e a escrita tinham como fim a leitura da doutrina cristã, direcionando, possivelmente, a um letramento religioso. Nesse sentido, para Ana Casimiro (2005, p. 197), “a aprendizagem de primeiras letras simbolizava saber viver com fé, com racionalidade e com familiaridade com a língua Portuguesa”, por isso foi importante no processo de escolarização das mulheres.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes, em Santo Amaro da Purificação, foi um importante espaço para as mulheres, principalmente do Recôncavo baiano. Primeiramente, não foi fundado na capital, onde todos os outros estavam situados, mas no Recôncavo baiano, berço da cultura açucareira. A riqueza local possibilitou o estabelecimento de uma instituição filantrópica dependente da beneficência dos locais e do governo. Nesse âmbito, o que seria um espaço para receber e educar meninas órfãs constituiu-se como um importante educandário para as filhas da elite de Santo Amaro da Purificação e sua cercania.

Analizou-se, nesse contexto, a história social linguística, pelo viés da escolarização de mulheres que ingressaram no colégio do Recolhimento de Nossa Senhora dos Humildes. O processo pelo qual elas passaram possibilitou que adentrassem nas práticas da cultura escrita e proporcionou a sua formação nos ofícios de costureira e de mestra.

O discurso civilizatório que possibilitou à mulher ser escolarizada foi o mesmo discurso que reforçou o papel feminino em voga. A educação foi voltada, então, para preparar a mulher para desempenhar melhor o papel de esposa, de administradora do lar e para ser a primeira educadora do filho. Nesse processo, são atribuídas às mulheres características de docilidade, paciência e afetividade, ideias a serem implantadas como as mais adequadas para a pessoa que educaria crianças. Esse fator, aliado a questões de ordem sociopolítica e econômica, culminou, no final do século XIX, no Brasil, na feminização da profissão de professor.

Acreditava-se, no início da pesquisa, que o Colégio do Recolhimento dos Humildes desempenharia o papel de educandário essencialmente para as órfãs pobres, como aconteceu no colégio vinculado à Santa Casa da Misericórdia, na capital, no qual se educavam e se preparavam as meninas pobres para o casamento. Os discursos sobre as casas pias, na época, e as informações que estavam nos Relatórios e Falas de Presidentes da Província da Bahia reforçavam a ideia do assistencialismo. Os dados analisados, no entanto, fizeram com que essa leitura fosse refutada. O Colégio serviu principalmente de educandário para meninas, cujos pais puderam pagar pelo processo de escolarização.

Nesse espaço, o acesso ao escrito ocorreu a partir de duas dimensões: as recolhidas, que exerceram atividades diferentes das que assumiriam no âmbito doméstico; e as educandas, que passaram pelo processo de alfabetização. A condição do domínio da leitura e da escrita para ingresso das recolhidas correspondeu ao fato de elas terem de lidar, na sua rotina, com a produção de diferentes escritos, para preservação da memória ou para comunicação com o

mundo externo. Elas produziram: relatórios, “últimas vontades”, testamentos, cartas – documentos identificados; e outros documentos indicados pelo Estatuto.

As educandas, meninas até então excluídas do processo de escolarização formal, passaram a integrar o grupo de pessoas alfabetizadas e dominaram, no mínimo, o letramento religioso, como se constata na formação, a partir do acesso a manuais de doutrina cristã e da indicação, no Estatuto, dos contos morais. Um fato a ser destacado é estarem envolvidas, no processo, meninas ricas e pobres. Não se pode afirmar, a partir da documentação analisada, no entanto, se houve diferenças na formação das educandas a partir da condição social.

A análise do fator idade mostrou que o colégio atendeu à mesma faixa etária atendida pelo sistema público de ensino, de 6 a 12 anos de idade. No século XIX, com a maior conscientização do processo civilizatório, como pontua Veiga (2007), se consolidou uma construção, enquanto produção sociocultural, de tempo de infância que passou a diferenciar as gerações. Contribuiu também para esse quadro, a monopolização do ensino elementar pelo Estado, a partir do século XVIII.

No âmbito do ensino de língua portuguesa, as educandas aprenderam ortografia e gramática, mas não foi possível, no entanto, confirmar quais foram as edições dos manuais que elas utilizaram nessas aulas. Os indícios encontrados foram os catálogos da Editora Laemmert, que descrevem o Resumo do Catecismo de Montpellier conforme foi registrado nos relatórios enviados ao presidente da Província da Bahia, e o resumo do Catecismo de Montpellier impresso pela tipografia baiana de Manoel Antônio da Silva Serva. A condição de “resumo” permite associar aos materiais da mesma natureza que eram compostos por atividades para o ensino das letras, gramática e ortografia (dos sinais de pontuação, sílabas e nomes próprios de pessoas e cidades) indicados por Souza (2018) e do estudo de outras matérias como geografia e aritmética (TAMBARA, 2002).

Nesse contexto, é importante destacar a presença e o possível contato intenso entre o número expressivo de escravas, brasileiras e africanas, e servas que viviam no Recolhimento com educandas e recolhidas. Essa realidade justifica a existência de prescrições, como as apresentadas no Estatuto do Recolhimento da Glória, quanto ao domínio da língua portuguesa, indicando o uso de marcas das normas populares do português pelas mulheres da elite.

Embora, hoje, os manuais de ensino sejam considerados como importantes objetos culturais para se compreender as práticas pedagógicas do passado, o caráter de literatura menor e o constante manuseio, à época, dificultou a preservação desses materiais, pois a sua natureza não favoreceu que sobrevivessem ao tempo.

O manual de doutrina cristã, analisado neste trabalho, sobreviveu e, através dele pôde-se verificar um ensino integrante de uma política de civilização, através da introjeção de comportamentos e emoções de que trata Elias (1994), e de obediência a Deus, comum ao longo da colonização no Brasil, e ao rei. Para a condição de mulher, os ensinamentos a partir da base moral cristã foi uma forma de reforçar os papéis pré-definidos de masculino e feminino.

O Colégio do Recolhimento dos Humildes foi um espaço de transição da escolarização de mulheres. Nesse processo, a organização de uma estrutura voltada para as práticas de ensino e a construção de uma rotina escolar com a finalidade de educar para civilizar, através da alfabetização de um grupo até então excluído dos processos de instrução, marcaram o avanço que o colégio de educação de meninas representou para a época. A prática pedagógica analisada, através do manual adotado e o funcionamento na condição de internato, no entanto, aponta as similaridades com estruturas religiosas tradicionais de formação de mulheres consolidadas na sociedade, como os conventos.

Este estudo contribui para a História Social Linguística e à História da Cultura Escrita na medida em que compreende que o processo de escolarização no século XIX permitiu às mulheres no Recolhimento dos Humildes terem acesso à cultura escrita e à norma culta da língua portuguesa. Esse contexto constitui-se, no entanto, em um oásis, pois foram poucas as mulheres escolarizadas diante da população de Santo Amaro ou da Bahia.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Catecismo de Montpellier e a educação da criança no Brasil Imperial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 162, p.1028-1048, out./dez. 2016.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste – 1750-1822). 1992. 369f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.
- ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. **O sexo devoto: normatização e resistência feminina no império Português – XVI-XVIII**. 2003. 332 f. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. **O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial**. Salvador, EDUFBA, 2013.
- ANDRADE, Maria José de Souza. Os recolhimentos baianos – seu papel social nos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, n. 90, p. 225-237, 1992.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Catecismo de Montpellier e a educação da criança no Brasil Imperial. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 162, p.1028-1048, out./dez. 2016.
- ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves. Práticas de castigos escolares: histórico entre normas e cotidiano. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 2, p.17-36, maio/ago. 2012.
- ARCA. Página de nossa história eclesiástica. Frei Milton Coelho (OFM). Disponível em: <<http://freimilton-ofm.blogspot.com.br/2010/04/>>. Acesso em: 10 maio 2017.
- BRASIL. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em 11 out. 2017.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos. **Educação em questão**, Natal, n. 8, v. 22, p. 182-205, jan./abr. 2005.
- CASTANHO, Sérgio. **Teoria da História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2010.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista**

**Brasileira de História da Educação**, n. 5, jan/jun. 2003.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: do Renascimento ao século das luzes**. 1 ed., 10 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 13-28.

CHARTIER, Roger. Formação social e “*habitus*”: uma leitura de Norbert Elias. In: \_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990. p. 13-28.

\_\_\_\_\_. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Trad. Cristina Antunes.

CATECISMO da Diocese de Montpellier, impressos por ordem do Bispo Carlos Joaquim Colbert, traduzidos na língua portuguesa para por eles se ensinar a doutrina cristã aos meninos de dos reinos e domínios de Portugal. Bahia: Typographia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1817.

DICK Sara Martha. **Processo histórico de feminização do magistério baiano**. Disponível em: < [www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/246.pdf)>. Acesso em 22 maio 2017.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b. v. 2.

FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.11, n.32, p.328-375, maio-ago. 2006.

FARIA FILHO, Luciano. Instrução elementar no século XIX. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 49-74.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Civilizar e educar os súditos na América portuguesa: reformas, impactos, cotidiano. In: \_\_\_\_\_. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p.49-99.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Roteiros do Recôncavo e do Baixo Sul da Bahia. **Igrejas e conventos da Bahia**. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010. p. 8-21.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. História da Alfabetização e da Cultura Escrita: discutindo uma trajetória de pesquisa. MORTATTI, Maria do Rosário (Org.). **Alfabetização no Brasil: uma história de sua história**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 177-199.

GERALDI, João Wanderley. Alfabetização e letramento: perguntas de um alfabetizado que lê. ZACCUR, Edwiges (Org.). **Alfabetização e letramento: o que muda quando muda o nome?** Rio de Janeiro: Rovellet, 2011. p. 13-32.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 519-566.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto – as meninas do Seminário. In.: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 52-67.

HISCULTE. Disponível em: <<http://www.prohpor.org/wwwprohpororghisculte>>. Acesso em 30 ago. 2016.

HOUAISS, Antônio. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: Unibrade-Centro de Cultura, 1988. 2 ed.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Práticas de escrita e de leitura no Convento de Santa Clara do Desterro na Bahia: séculos XVII e XVIII. **Notandum**. p. 78-97. Ano XXI, n. 47, mai.-ago. 2018 – CEMOrOC-FEUSP / IJI-Universidade do Porto. Disponível em: [http://www.hottopos.com/notand47/06\\_lage.pdf](http://www.hottopos.com/notand47/06_lage.pdf). Acesso em 02 jan 2018.

LÔBO, Tânia. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Ines. Razões e Emoções: miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mateus. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. p. 395-410.

LOSE; Alícia Duhá; MAZZONI, Vannilda Salignac. **Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes: documentos de uma história**. Salvador Memória & Arte, 2016.

LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolinguística do Brasil. **DELTA** [online]. 2017, vol.33, n.2, pp.347-382. ISSN 0102-4450. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445067529349614964>. Acesso em: 3 out. 2017.

LUIZ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES. Disponível em: <http://ilustresdabahia.blogspot.com.br/2014/03/luiz-manuel-de-oliveira-mendes.html>. Acesso em 20 jan. 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico. In. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **O português quinhentista: estudos lingüísticos**. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Uefs, 2002.

\_\_\_\_\_. Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In.: \_\_\_\_\_. **Ensaio para sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 43-67.

MOTT, Luiz. Fundação do Recolhimento do Parto. In.: \_\_\_\_\_. **Rosa Egípcia**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 255-292.

\_\_\_\_\_. As primeiras recolhidas. In.: \_\_\_\_\_. **Rosa Egípcia**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 293-312.

\_\_\_\_\_. Expulsão do Recolhimento. In.: \_\_\_\_\_. **Rosa Egípcia**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993. p. 379-404.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. **Patriarcado e Religião**: as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia - 1677-1890. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1994.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Conhecendo a história da Bahia**: da pré-história a 1815. Salvador: Quarteto, 2013.

OTT, Carlos. **Povoamento do Recôncavo pelos engenhos**: 1536-1888. Salvador: Bigraf, 1996. vol. 1.

PEDREIRA, Pedro Tomás. **Memória histórico-geográfica de Santo Amaro**. Brasília: S.I., 1977.

PETRUCCI, Armando. Para la historia del alfabetismo y de la cultura escrita: métodos, materiales y problemas. In.: \_\_\_\_\_. Alfabetismo, escritura, sociedade. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 25-39.

PROHPOR. Programa para a história do português brasileiro. Disponível em: <http://www.prohpor.org/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

REIS, Adriana Dantas. **Cora**: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos, 2000.

RIBEIRO, Arilda Inez Miranda. Mulheres educadas na Colônia. In.: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 79-94.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Padroado e Regalismo no Brasil Independente. *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza. 2013. Disponível em: < <http://cdsa.aacademica.org/000-010/266.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

SCHWART, Stuart B. Os engenhos baianos e seu mundo. In.: \_\_\_\_\_. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2011[1988]. 4ª reimpressão.

SENA, Patrícia Mota. **O recolhimento do Senhor Bom Jesus dos Perdões e o Educandário do Sagrado Coração de Jesus**. In.: \_\_\_\_\_. O episódio dos Perdões e a restauração católica na Bahia. 2005. 167f. Dissertação (Mestrado em História)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.p. 63-99.

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Tomo II (L-Z). Lisboa: Officina de simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SILVA, Edjane Cristina Rodrigues. **Menino Jesus do Monte: arte e religiosidade na cidade de Santo Amaro da Purificação no século XIX**. 2010. 218f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais)– Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Ivani Almeida Teles da. **Porta adentro: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867**. 2011. 226 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, José Carlos de Araujo. **O recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras (1827-1852): um estudo do cotidiano escolar**. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Faculdade de Educação Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SILVA, José Carlos de Araújo. **As aulas régias da Capitania da Bahia (1759 – 1827): pensamento, vida e trabalho de “nobres” professores**. 2006. 228f. Tese (Doutorado em Educação)– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, José Carlos; SOUSA, Ione Celeste de. Educação e instrução na província da Bahia. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e instrução nas províncias e na corte imperial: Brasil, 1822-1889**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 201-237.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de. Manuais de ensino de língua portuguesa na Província da Bahia no século XIX. **Domínios da linguagem**, Uberlândia, vol. 9/4, out.-dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Cartinhas e catecismos nas colônias portuguesas como formas de aprendizagem da leitura e da doutrina cristã: breves considerações. 2018. (No prelo).

STREET, Brian. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. São Paulo: Parábola, 2014. Trad. Marcos Bagno.

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, jan./jun. 2002

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010.

TFOUNI, Leda Verdiani. Escrita, alfabetização e letramento. In.: \_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 11-29.

VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Salvador: Editora Itapuã, 1969.

VAZ, Francisco A. Loureço. O catecismo no discurso da ilustração portuguesa do século XVIII. **Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias**, Lisboa, vol. X, p. 217-240, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **Monopolização do ensino pelo Estado e a produção da infância escolarizada.** Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos\\_PDF/Cynthia\\_Greive\\_Veiga.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Cynthia_Greive_Veiga.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2018.

VIVAS, Rebeca Carla de Sousa. **D. José Botelho de Mattos e os conventos da Cidade da Bahia: o caso de Nossa Senhora da Soledade.** Disponível em: <[www.uesb.br/anpuhba/anais\\_eletronicos/Rebeca%20Carla%20de%20Souza%20Vivas.pdf](http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Rebeca%20Carla%20de%20Souza%20Vivas.pdf)>. Acesso em 20 dez. 2017.

## REFERÊNCIA DOCUMENTAL

BPEB. Jornal A Garrida. 7 de julho 1843.

ALVARÁ 30 DE SETEMBRO DE 1770. Repositório Digital da História da Educação. Disponível em: <<http://193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xviii/1761-1770/>>. Acesso em 20 set. 2017.

APEB. Governo da Província. Maço 5279 – Recolhimento Nossa Senhora dos Humildes – Santo Amaro (1833-1889). Seção de Arquivo Colonial e Provincial.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Cota AHU\_CU\_005-01, Cx. 151, D. 30.177-30.179.

CERIMONIAL para se lançar o hábito de Nossa Senhora dos Humildes, extraído do Cerimonial das Recolhidas do Sehor Bom Jesus dos Perdões. Atelier Memória e Arte.

ESTATUTOS do Collegio de Educação de Meninas, denominado de Nossa Senhora dos Humildes fundado pela beneficencia de seus Devotos o Padre Ignacio dos Santos, e Araujo, eoutros em honra do Desagravo do Santissimo Sacramento na Villa de Santo Amaro da Purificação na Capitania da Cidade da Bahia no anno de 1813. Biblioteca Nacional. Localização BN 22,1,34; Referência: nº 12.335 do C.E.H.B.

ESTATUTOS do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do lugar da Boa Vista de Parnambuco. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1798. Disponível em:<<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/273978>>. Acesso em 15 ago. 2017.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 2 de fevereiro de 1844. Bahia, Typ. de L.A. Portella e Companhia, 1844.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador João José de Moura Magalhães, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia em 25 de março de 1848. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848. p. 34.

FALLA que recitou o presidente da provincia da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1. de março de 1852. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1852.

FALLA que recitou o exm.<sup>o</sup> presidente da provincia da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, n'abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1.o de março de 1853. Bahia, Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. p. 16.

FALLA recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da provincia, o conselheiro e senador do império Herculano Ferreira Penna, em 10 de abril de 1860. Bahia, Typ. De Antonio Olavo da França Guerra, 1860. p. 59.

FALLA recitada na abertura d'Assembléa da Bahia pelo presidente da provincia, Antonio da Costa Pinto, no dia 1. de março de 1861. Bahia, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1861.

LIVROS em portuguez publicados e á venda em casa de E. & H. Laemmert. Disponível em <[http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo\\_sophia=84898](http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=84898) >. Acesso em 20 mai. 2018.

LOSE; Alícia Duhá; MAZZONI, Vannilda Salignac. **Manuscritos do antigo Recolhimento dos Humildes**: documentos de uma história. Salvador Memória & Arte, 2016.

O GOVERNO DOS OUTROS. Imaginários políticos no Império Português. Disponível em: [http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&cid\\_partes=114&cid\\_normas=37946&accao=ver](http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&cid_partes=114&cid_normas=37946&accao=ver). Acesso em: 10 de jan. 2018.

RECOLHIMENTO DOS HUMILDES. Disponível em: <<http://www.recolhimentodoshumildes.com.br/>>. Acesso em 20 jan. 2018.

RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial da Bahia pelo excellentissimo presidente da provincia, o commendador Manuel Pinto de Souza Dantas no dia 1.o de março de 1866. Bahia, Typ. de Tourinho & C.a, 1866. p. 56-57.

## ANEXO A - LIVRO DE ASSENTO: ENTRADA DE MULHERES NO COLÉGIO E RECOLHIMENTO DE N. SRA. DOS HUMILDES

Data entrada	Nome	Idade	Filiação			Localidade de proveniência	Observação
			Discriminação	Nome do pai	Nome da mãe		
08/12/1817	Anna Maria	-	Filha legítima	João Thomas	Maria Joaquina	Desta Villa [Santo Amaro]	Pensionista
08/12/1817	Maria Joaquina	-	Filha natural	-	Maria Joaquina	Desta Villa [Santo Amaro]	Pensionista
08/12/1817	Maria Salome	-	Filha natural	-	Maria Joaquina	Desta Villa [Santo Amaro]	Pensionista
08/12/1817	Maria Gertrudes	[10]	Exposta	-	-	-	Pobre
08/12/1817	Ana de Jesus	-	Filha natural	Joaquim Domingues	-	-	Pobre
08/12/1817	Maria Roza	[10]	Filha natural	Joaquim Domingues	-	-	Pobre
08/12/1817	Maria Fran. <sup>ca</sup>	[7]	Filha natural	-	Francisca dos Santos	-	Pobre
10/03/1818	Anna Maria de Jesus	40	-	-	-	-	Recolhida
21/03/1818	D. Maria Benta do Patrocinio	-	-	Manuel Ignacio Barreto	D. Ignacia de S. Anna Lisboa	-	Pensionista - Órfã
21/03/1818	D. Maragarida de Souza Calmon	-	-	Manuel Ignacio Barreto	D. Ignacia de S. Anna Lisboa	-	Pensionista - Órfã
21/03/1818	D. Maria Virginia Calmon	-	-	Manuel Ignacio Barreto	D. Ignacia de S. Anna Lisboa	-	Pensionista - Órfã
[21/03/1818]	Joanna Maria da Pureza	-	Filha legítima	Joze Gonsalves Vianna	Antonia de Carvalho	-	Pobre - Órfã de mãe
02/04/[1818]	D. Ritta Joaquina da Encarnação	30	-	-	-	Naturais na Freg. <sup>a</sup> de N. Senhora da Olivr. <sup>a</sup> dos Campinhos	Recolhida
02/04/[1818]	D. Maria da Encarnação de Jesus	25	-	-	-	Naturais na freg. <sup>a</sup> de N. Senhora da Olivr. <sup>a</sup> dos Campinhos	Recolhida
21/06/1818	Ritta Maria do Sacramento	50	-	-	-	Moradora da Cidade [da Bahia]	Recolhida
04/07/1818	D. Felipa Maria do Sacramento	45	-	-	-	V <sup>o</sup> de S. Amaro	Recolhida
20/09/1818	Joaquina Liandra da Silva	-	Filha legítima	Manoel da S <sup>a</sup> Coimbra	Ritta Maria da Silva	Freguezia de S. Antônio do Rio Fundo	Pobre - Educanda
03/10/1818	Maria Clara de Jesus	10	Filha legítima	Joze Caetano de Carvalho	Antonia Maria de Araujo	Freguezia de S. Antonio do Rio Fundo	-
03/10/1818	Anna Luiza do Desterro	18	Filha legítima	Joze Caetano de Carvalho	Antonia Maria de Araujo	Freguezia de S. Antonio do Rio Fundo	-
18/11/1818	Alexandrina	7	Filha legítima	Felizardo Pereira Nobre	Ignacia Roza de S. Joze Borba	-	Pensionista - Educanda
18/11/1818	Rosalinda	10	Filha legítima	Felizardo Pereira Nobre	Ignacia Roza de S. Joze Borba	-	Pensionista - Educanda
18/11/1818	Delfina	14	Filha legítima	Felizardo Pereira Nobre	Ignacia Roza de S. Joze Borba	-	Pensionista - Educanda
31/01/1819	Maria Luiza da Silvr <sup>a</sup>	[11]	Filha legítima	Jose Serafim do Patrocinio	D. Urçula Maria do Salvm <sup>co</sup>	Da Freguezia de S. Domingos de Saubara, moradora na Vila de S. Amaro Vila da Purificação	Pobre - Educanda
08/04/1819	Anna Joaquina do Amor Divino	[14]	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raimd <sup>o</sup> Gonçalves Martins	D. Maria Joaquina do Amor Divino	Freguezia de Santo Antonio do Rio Fundo	Pensionista - [Educanda]
08/06/1819	Ritta de Cacia	-	-	-	-	[[[ININT.]]] de N. Senhora da Purificação e Santo Amaro	Educanda
08/06/1819	Francisca Antonia [[[ININT.]]]	-	-	-	-	[[[ININT.]]] de N. Senhora da Purificação e Santo Amaro	Educanda
11/09/1819	Francisca Romana	-	Filha natural	<del>Joze<sup>m</sup> dos S<sup>ts</sup> [[[ININT.]]]</del>	Maria Francisca	[Cidade] da Bahia	Pobre - Educanda
12/09/1819	Maria Roza do Amor Divino	-	Filha legítima	Vicente Fr <sup>a</sup> da S. <sup>a</sup> Araujo	D. Maria	Freguezia da Porif <sup>ca</sup> S. Amaro	Pensionista - Educanda
16/09/1819	Antonia [[[ININT.]]] de Aragão	30	Filha legítima	[[[ININT.]]] (falecido)	D. Anna [[[ININT.]]]	Villa de S. Francisco	[Recolhida] - Órfã de pai
03/11/1819	Maria Joaquina de S. Joze	9	Filha natural	-	Anna [Maria] de Jesus	[Freguezia de N. Senhora do Rosario da Caxoeira]	Pobre - Educanda
14/10/1819	Maria de Sá [[[ININT.]]]	-	Filha legítima	Joaquim Rodriguez	[[[ININT.]]]	Freguezia de N. Senhora da Purificação	Educanda
14/10/1819	Anna Roberta de Britto	[13]	Filha legítima	Joaquim Rodriguez	[Anna Maria de Jesus]	Freguezia de N. Senhora da Purificação	Educanda
12/02/1820	Fran <sup>ca</sup> Ribeiro	14	Filha legítima	Fran <sup>co</sup> Antonio Ribeiro	D. [Thereza] Feliciana	Freguezia da Vila [de Nossa Senhora da Purificação]	[Educanda]
12/02/1820	Roza Ribeiro	13	Filha legítima	Fran <sup>co</sup> Antonio Ribeiro	D. [Thereza] Feliciana	Freguezia da Vila [de Nossa Senhora da Purificação]	[Educanda]
08/09/1820	Anna Josefa da Purificação e Sá	[18]	Filha legítima	João de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Educanda
08/09/1820	Tereza Maria de Paiva	[8]	Filha legítima	João de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	[Pensionista] - Educanda

08/09/1820	Joanna Maria da Trind <sup>e</sup>	[6]	Filha legítima	João de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	[Pensionista] - Educanda
21/12/1820	Maria Eufrazida de Junqueira	13	Filha legítima	Francisco José de Junqueira Nobre (falecido)	D. Josefa Maria de S. Clara	Freguezia da Purificação e Villa de S. Amaro	Órfã de pai
21/12/1820	Francisca Maria da Boa morte	11	Filha legítima	Francisco José de Junqueira Nobre (falecido)	D. Josefa Maria de S. Clara	Freguezia da Purificação e Villa de S. Amaro	Órfã de pai
11/01/1821	Marianna Joaquina Martins	[7]	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raim <sup>do</sup> Glz. Martins	Maria Joaquina do Amor Divino (falecida)	Freguezia de São Pedro	Pensionista - Órfã de mãe
15/08/1821	Beatriz Gertrudes da Sunção	13	Filha legítima	Antonio dos Santos (falecido)	Gertrudes da Sunção	Freguezia da Purificação e Villa de Santo Amaro	Pensionista - Órfã de pai
08/09/1821	Maria Salomé Cardozo da Purificação	15	Filha natural	-	Maria Joaq. <sup>na</sup> Cardozo	Villa da Purificação e Santo Amaro	Recolhida
16/09/1821	D. Anna Joaquina do Amor Divino	16	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raimundo Goncalves Martins	D. Maria Joaquina do Amor Divino	Villa da Purificação, e Santo Amaro	Recolhida
18/09/1821	Maria da Solidade	7	Órfã	-	-	Villa de São Francisco	Pobre - Órfã
21/10/1822	Guilhermina Maria	7	Filha legítima	Francisco Pinheiro dos Santos (falecido)	D. Clara Gertrudes de Santa Ritta	Freguesia da Madre de DEOS	Pobre – Educanda - Órfã de pai
13/07/1823	Umbelina de Jesus	12	Filha legítima	Antonio Joaquim	NINT	Freguezia da São Gonçalo dos Campos	Pobre – Educanda - Órfã de mãe e pai
17/08/1824	Alberta Maria	10	Filha legítima	Bartolomeu da Ressurreição	Maria Francisca (falecida)	Freguezia da Purificação, e Villa de Santo Amaro	Pobre – Educanda - Órfã de mãe
08/10/1824	Clara Maria da Piedade	10	Filha legítima	Francisco Xavier de Araujo	Anna Joaquina	Freguezia da Purificação, e Villa de Santo Amaro	Pobre - Educanda
08/12/1824	Maria Antonia de Jesus	10	Filha legítima	Antonio Reiz Lopes	Francisca Estacia dos Anjos (falecida)	Freguezia de N. Snr. <sup>a</sup> da Purificação, b e Villa de Santo Amaro	Pensionista - Órfã de mãe
24/03/1825	Marianna Louteria de Jesus Roza	10	Filha legítima	Joaquim Teixeira dos Santos	D. Maria Roza de Jesus	Freguezia de São Pedro do Rio Fundo	Pensionista - Educanda
06/11/1825	Roza de Viterbo	7	Órfã - Exposta	-	-	Natural da Cidade da Bahia	Exposta - Pobre
09/04/1826	Maria da Glória	2	Filha legítima	Jozé Mendes Roza (falecido)	Francisca Damianna da Silva	Freguezia de N. Senhora da Purificação e Villa de S. Amaro	Pobre - Educanda - Órfã de pai
04/05/1826	D. Anna Thereza de Jesus	35	Filha legítima	Francisco Antonio de Franca (falecido)	D. Antonia Francisca de Jesus	Villa de Abadia	Recolhida
1 <sup>a</sup> /10/1826	Thereza Henriquetta Freire	12	Filha legítima	João Batista	Maria Joaquina (falecida)	Freguezia de S. Bartholomeo	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
1 <sup>a</sup> /10/1826	Maria Valentina Freire	6	Filha legítima	João Batista	Maria Joaquina (falecida)	Freguezia de S. Bartholomeo	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
12/11/1826	Fabianna	8	[proveniente “da Caza do Cap. <sup>m</sup> Joze Rodrigues de L[ima]”		-	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação e Villa de Santo Amaro	Pobre - Educanda
11/02/1827	Anna Carlota de Sá	9	Filha legítima	Bento Joze Adão	D. Anthonia Grigorina de Sá	Freguezia de N. Senhora da Purificação e Villa de S. Amaro	Educanda
11/02/1827	Umbelina Roza de Sá	7	Filha legítima	Bento Joze Adão	D. Anthonia Grigorina de Sá	Freguezia de N. Senhora da Purificação e Villa de S. Amaro	Educanda
[09]/04/1827	Carolina Virginia	9	Filha legítima	Alexandre Pires de Gusmão (falecido)	Bernardina Maria	Natural da Vila de Cachoeira	Pensionista - Órfã de pai
24/06/1827	Mathildes	6	Filha natural	Joze Ignacio de Souza	-	-	[Educanda]
02/07/1827	Maria Cecilia	7	Filha legítima	Joze Francisco de Sá [ININT.]	Maria Joaquina	Nesta Villa [de Santo Amaro]	Pensionista - [Educanda]
26/05/1828	Emilia	[8]	Filha legítima	Domingos Joze da ININNT	D. Ritta (falecida)	Freguezia da Purificação e Vila de S. Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
25/12/1828	Mariana da Paixão	10	[Filha legítima]	[Manoel] Thomê de Carvalho	D. [Anna] Josefa do [Paraizo]	Villa de [N. Sra. Da Purificação e Santo Amaro]	Pensionista - Educanda
25/12/1828	Anna Roza	9	[Filha legítima]	[Manoel] Thomê de Carvalho	D. [Anna] Josefa do [Paraizo]	Villa de [N. Sra. Da Purificação e Santo Amaro]	Pensionista - Educanda
25/12/1828	Constancia da Paixão	7	[Filha legítima]	Manoel] Thomê de Carvalho	D. [Anna] Josefa do [Paraizo]	Villa de [N. Sra. Da Purificação e Santo Amaro]	Pensionista - Educanda
06/09/1829	Francisca Brito	-	Filha legítima	Vicente de Sezarior Rodrigues	Maria Angelica (falecida)	Villa de Santo Amaro	Órfã de mãe
08/12/1829	Marianna da Conceição	-	-	Cap. <sup>m</sup> Antonio Pinto Porto	D. Anna Porgorina	Villa da Purificação	Pensionista - Educanda
12/03/1830	Maria Louise	10	[ apedido do R <sup>mo</sup> Snr <sup>o</sup> Vigário Francisco Joze Dutra Vasconcellos]	-	-	-	Pensionista - Educanda

1º/[ININT.]/1830	Candida do Espírito Santo	-	[a pedido do padrinho Francisco da Paula [ININT.] de Brito, da Cidade da Bahia]	-	--	Cidade da [Bahia]	Pensionista - Educanda
13/06/1830	Roza Angelica	8	Filha legitima	Vicente Marquez de Carvalho	Maria Victoria	Cidade da Bahia	[Pensionista] - [Educanda]
21/07/1830	Lourença Antonia	9	Filha legitima	Antonio Gomes (falecido)	Antonina Thereza Gomes	Villa da Purificação	Pensionista - Órfã de pai
15/12/1830	Jezuina Clara	8	Filha legitima	Joze Joaquim Seabra	Jezuina Clara Pirleiro (falecida)	Natural da Cidade da Bahia	Pensionista Órfã de mãe
13/02/1831	Jezuina Constança	[8]	Filha legitima	Antonio Lopes	D. Joaquina	Villa de Santo Amaro da Purificação	Pensionista - [Educanda]
13/03/1831	Quintilianna	9	Filha legitima	Manoel Joaquim Cardoso	D. Maria Joaquina de Almeida	Villa da Purificação e Santo Amaro	Pensionista- [Educanda]
21/10/1831	Alvara	8	Filha legitima	João Gualberto Pereira dos Santos Regis	D. Joanna Francisca	Cidade da Bahia	Pensionista - [Educanda]
18/11/1832	Maria da Gloria Teixeira Gomes	10	Filha legitima	Joaquim Teixeira Gomes (falecido)	D. Victoria Francisca da Incarnação	Freguezia da S. Anna	[Pensionista] - Órfã de pai
20/10/1832	Alexandrina Roxa de Brito	10	[a pedido de Francisco Luiz Gonçalves Junqueiro]	-	-	Natural da Cidade da Bahia	Órfã - Pobre - [Educanda]
24/10/1833	Maria Joaquina	6	Filha legitima	Antonio Rodrigues Lopes	D. Joaquina Constância	Villa de Santo Amaro	Pensionista - Educanda
12/12/1833	Maria Carlina Aires de Almeida	10	Filha legitima	Joze Carrolis de Almeida Freitas	D. Maria Clara da [ININT.]	Freguezia de Nossa Sra. da Oliveira	Pensionista- [Educanda]
6/04/1834	Maria Luiza de Santa Anna	6	[a pedido do padrinho Luiz Francisco Gonçalves Junqueira]	-	-	Natural da Cidade da Bahia	Pensionista - [Educanda]
15/02/1835	Raimunda Gonçalves Martins	8	Filha legitima	Raimundo Gonçalves Martins	Anna Joaquina	Natural da Freguezia de São Pedro do Rio Fundo	Pensionista - Educanda
1º/08/18[35]	Roza Maria da Rocha	[13]	Filha	-	Francisca da Rocha	Freguezia da Purificação e Santo Amaro	[Pensionista] - Educanda
29/02/1836	Maria Francisca	10	Filha legitima	Manoel Fran. <sup>co</sup> Pereira	D. Maria Francisca de Vasconcellos	Villa da Purificação e Santo Amaro	Pensionista - Educanda
12/06/18[36]	Amelia	6	Filha legitima	João Moreira de Lima	D. Severiana de tal	Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
20/02/1834	Maria Candida	8	Filha legitima	Raimundo Gonçalves Martins	D. Anna Joaquina	Freguezia de São Pedro do Rio Fundo	Pensionista - [Educanda]
5/03/1837	Maria Roza	8	Filha legitima	Luis Antonio Bastos	D. Ignacia Bastos	Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
1º/04/1838	Leopoldina Adelaide dos Santos	10	Filha legitima	Joze Francisco dos Santos	D. Maria Joaquina Teix <sup>ra</sup> de Sá	Feguezia de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	Pensionista - Educanda
13/06/18[38]	Maria Joze da Boa Nova	6	[a pedido da Santa Caza de Misericordia por libelo de Anna Delfina moradora da Cidade da Bahia]	-	-	[Cidade da Bahia]	Pensionista - [Educanda]
23/06/18[38]	Maria da Conceição Salvadorina de Almeida	6	Filha legitima	Salvador Aires de Almeida e Freitas	D. Anna Izabel de Almeida Gueiros	Freguezia da Nossa Senhora da Oliveira	Pensionista - Educanda
4/11/1838	Maria	10	Filha legitima	Joze Antonio de Amaral	D. Antonia Martins do Bomfim	Moradores da Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
23/11/1838	Maria da Conceição	-	Filha legitima	Coronel Manoel de Jesus e Araujo	D. Anna Benec dita (falecida)	Freguezia do Padrão	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
23/11/1838	Maria Benedita	-	Filha legitima	Coronel Manoel de Jesus e Araujo	D. Anna Benec dita (falecida)	Freguezia do Padrão	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
23/11/1838	Maria das Neves	[10]	Filha legitima	Coronel Manoel de Jesus e Araujo	D. Anna Benec dita (falecida)	Freguezia do Padrão	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
23/11/1838	Marianna Telles	-	Filha legitima	Coronel Manoel de Jesus e Araujo	D. Anna Benec dita (falecida)	Freguezia do Padrão	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
03/03/1841	Izabel da Anunciação	6	Filha legitima	Antonio Joaq. <sup>m</sup> de Almeida	D. Maria da Anunciação	Freguesia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda
14/11/1841	Anna Clara	7	Filha legitima	João Silverio Barboza	D. Maria Gertrudes de Freitas	Freguezia de N. S. das Oliveiras	Pensionista - Educanda
14/11/1841	Maria da Pureza	6	Filha legitima	João Silverio Barboza	D. Maria Gertrudes de Freitas	Freguezia de N. S. das Oliveiras	Pensionista - Educanda
27/06/1842	Maria da Gloria	10	Filha legitima	Manoel Gregorio de Souza	D. Dorothea de Souza	Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Pensionista - Educanda
21/08/1842	Maria Justina	6	Filha legitima	Manoel Antonio da Silveira	D. Maria Clara de Carvalho	Moradores na cidade [Santo Amaro]	Pensionista

19/12/ 18[42]	Maria Candida	12	Filha legitima	Coronel Raimundo Gonçalves Martins	D. Anna Joaquina (falecida)	Cidade de Santo Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
15/01/1842	Maria Farn. <sup>ca</sup>	9	Filha legitima	Coronel Manoel de Jesus e Araujo	D. Anna Benedita (falecida)	Naturais da Freguezia de S. Anna da Fera	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
07/12/1842	Roza Canstancia	10	Órfã	[a pedido do R. <sup>mo</sup> Snr. Conego e Vigario Joze Joaquim Pereira dos Santos]	-	Freguezia de N. S. da Purificação e da Cidade de S. Amaro	Pobre - Educanda - Órfã
25/01/1843	Francisca Ribeiro Vianna	7	Filha	-	D. Claudianna	Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
20/04/1843	Maria Joaquina	12	Filha legitima	Gregorio de Araujo Silva	D. Maria Joaquina da Silva	Moradores na Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Pensionista - Educanda
29/04/1843	Maria da Pureza	12	Filha legitima	Antonio do Lago Freire (falecido)	D. Anna Joaq. <sup>na</sup> das Neves Freire	Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista - Educanda - Órfã de pai
29/04/1843	Maria das Neves	6	Filha legitima	Antonio do Lago Freire (falecido)	D. Anna Joaq. <sup>na</sup> das Neves Freire	Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista - Educanda - Órfã de pai
[[[ININT.]]/05/1843	Roza Angelica de Freitas	[9]	Filha legitima	Justino Joze de Feitaz	D. Roza Angelica de Freitas (falecida)	Moradores no termo da Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
13/05/1843	Anna Izabel Salvadorina	6	Filha legitima	Salvador Aires de Almeida e Freitas	D. Anna Izabel Gueros	Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira	Pensionista
16/09/1843	Maria Delmira do Amor Divino	6	Filha legitima	Manoel Sezar	D. Thereza	Cidade de Santo Amaro	Seminarista - Educanda
18/10/1843	Maria de Jesus	8	-	-	D. Antonia Maria de Jesus	Fazenda do Saco no termo da Freguezia da Caxoeira	Pensionista - Educanda
11/09/18[??]	-	25	Filha legitima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snr <sup>s</sup> do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
11/09/18[??]	-	21	Filha legitima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snr <sup>s</sup> do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
11/09/18[??]	-	19	Filha legitima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Sn <sup>o</sup> do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Recolhida]
11/09/18[??]	-	11	Filha legitima	Manoel Siovera de Freitas	D Vicenzia de S. Roza de Lima	Pertencentes da Freguezia de N, Snr <sup>o</sup> do Rozario da Cidade de Caxoeira	[Educanda]
12/10/18[??]	Maria Angelica	9	Filha legitima	Manoel Joaquim Torcado	D. Mara Ritta da Encarnação	-	Seminarista - Educanda
12/10/18[??]	Virginia da Encarnação	7	-	Manoel Joaquim Torcado	D. Mara Ritta da Encarnação	-	Seminarista - Educanda
22/06/1845	Maria da Piedade Teixeira	8	Filha legitima	Antonio Carlos Teixeira	D. Maria Miguelina	Moradora nesta Cid. <sup>o</sup> de S. Amaro	Pensionista - Educanda
10/[?]/ 18[??]	Maria da Anunciação	5	Filha legitima	Salvador Aires d'Almeida e Freitas	D. Anna Izabel Gueiros	Natural da Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira	Pensionista - Educanda
18/[?]/ 184[?]	Maria da Pureza	8	Filha legitima	Joze Justino de Freitas	D. Roza Angelica de Freitas (falecida)	-	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
21/10/1845	Anna Francisca de Lima	11	Filha legitima	D Rodrigues de Uzeda e Lima	D. Joanna Maria de S. Anna	Moradores no termo desta Freguezia de S. Amaro da Purificação	Pensionista
02/05/1846	Maria Germana	13	Filha legitima	Coronel Manoel Bernardo Calmont	D. Maria Roza de Araújo	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	Pensionista
02/05/1846	Roza Maria	12	Filha legitima	Coronel Manoel Bernardo Calmont	D. Maria Roza de Araújo	Freguezia de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro	Pensionista
30/[05]/1846	Roza Guilhermina	12	Filha legitima	Antonio Alves	D. Esmeria	Do termo da Freguezia da N.S. da Oliveira dos Campinhos	Seminarista - Educanda - Órfã
11/07/184[7]	Melinda	7	Filha legitima	Antonio Gomes Calmont	D. Maria da Pureza Calmont	Naturais do termo da Freguezia de S. Joze de Itapororocas	Pensionista - Educanda
29/09/184[7]	Maria da Conceição	9	Filha legitima	Capitão João de Lima Valverde	Maria da Conceição	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Jesus	Pensionista - Educanda
29/09/184[?]	Maria da Pureza	12	Filha legitima	Pedro Joze Barreto	D. Ursulla Maria das Virgens	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Jesus	Pensionista - Educanda
07/03/1847	Joanna Maria [[[ININT.]]]	19	Filha legitima	Manoel Joaquim de Mattos	D. Bernardina de Sena	Naturais da Freguezia de N. S. da Oliv. <sup>a</sup> dos Campinhos	Seminarista - Educanda
07/03/1847	Marianna Joaquina	11	Filha legitima	Manoel Joaquim de [[[ININT.]]]	D. Bernardina de Sena	Naturais da Freguezia de N. S. da Oliv. <sup>a</sup> dos Campinhos	Seminarista - Educanda
18/09/184[7]	Thereza Candida	9	Filha legitima	João Ribeiro da Cruz e Oliveira	Thereza Candida Texer <sup>a</sup> de Sá (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. S. da Purificação	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe

08/12/1846	Maria da Pureza Salvadorina	3	Filha legítima	Salvador Aires de Almeida	D. Anna Izabel Gueros	Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	[Educanda]
07/02/1847	Joanna Marcia de Uzeda e Lima	9	Filha legítima	D Rodrigo de Uzeda e Lima	D. Joanna Maria de Uzeda e Lima	Moradores no termo desta Freguesia de N. Sr. <sup>a</sup> , da Purificação da Cidade de Santo Amaro	Pensionista - Educanda
19/04/184[?]	Emilia	10	Filha legítima	[[[ININT.]]] Francisco OligarioRodrigues Vaz	D. Catharina Vaz	Naturais desta Freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Villa de Santo Amaro	Pensionista - [Educanda]
29/07/184[8]	Maria da Gloria	10	Filha legítima	Manoel Jeronimo Torinho	D. Luiza Tourinho	Cidade de Santo Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - [Educanda]
25/07/1848	Francisca de Mello Coitinho	6	Filha legítima	Federico Teixeira de Freitas	D. Anna de Melli Coitinho	Naturais da Freguesia de Bom Jardim	Pensionista - Educanda
18/03/1849	Maria Marcelina	-	Filha legítima	Joze Joaquim de Macedo	D. Maria Joaquina de Macedo	Natural da Freguesia de São Bartholomeo da Villa de Maragugipe	Pensionista - Educanda
09/05/1850	Maria [[[ININT.]]]	14	Filha legítima	Manoel Alves Boa Ventura	D. Antonia Joaquina Boa Ventura (falecida)	Naaturais dets Freguesia de Nossa Senhora da Purificação. Cidade de Santo Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
21/05/1850	Maria Roza	10	Filha legítima	Manuel dos Santos	D. Luizados S. <sup>tos</sup> Pereira	Moradora nesta Cidade de Santo Amaro. Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Seminarista - Educanda
21/06/1849	Roza Maria	11	Filha legítima	Joze Antonio Gomes [[[ININT.]]]	D. Maria Roza	Cidade de Santo Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - [Educanda]
21/06/1849	Maria da Pureza	7	Filha legítima	Joze Antonio Gomes [[[ININT.]]]	D. Maria Roza	Cidade de Santo Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista- [Educanda]
09/09/184[9]	Leopoldina	10	Filha legítima	Francisco Joze Nillo	D. Humbilina Roza Teixr. <sup>a</sup> de Sá	Moradores nesta Cidade de Santo Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	[Pensionista] - Educanda
09/09/184[9]	Eulalia	9	Filhas legítimas	Francisco Joze Nillo	D. Humbilina Roza Teixr. <sup>a</sup> de Sá	Moradores nesta Cidade de Santo Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	[Pensionista] - Educanda
14/03/1851	Joanna Maria	9	Filha legítima	Joaquim Gomes de Araújo Gois	Albamazia Maria de Gois	Naturais da Freguesia [de Nossa Senhora da Purificação]	Pensionista - Educanda
1º/09/185[1]	Maria da Conceição	7	Filha legítima	Joze Tiburcio da S. <sup>a</sup> (falecido)	D. Francisca Joanna da Silva (falecida)	Naturais da Freguesia de S. Pedro do Rio Fundo	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
29/06/1850	Maria Augusta da Nativid <sup>e</sup>	[10]	Filha legítima	Joze Anacleto de Carvalho	D. Anna	Naturais desta Cidade de Santo Amaro da Purificação	Seminarista - Educanda
12/02/1851	Joanna Maria do C. de Jesus	10	Filha legítima	João Rodriguez de Cabral e Noia	D. Guilhermina dos Santos Reis	Moradores na Villa de Belem	Pensionista - Educanda
19/01/1852	Francisca Candida	10	Filha legítima	Joze Gabriel (falecido)	D. Joanna Ricardina	Naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Pensionista - Educanda - Órfã de pai
29/04/1852	Emilia Vidigal Barboza	10	Filha legítima	João Batista Barboza	D. Maria Joaquina Vidigal	Moradores na cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
29/04/1852	Hermilinda Vidigal Barboza	8	Filha legítima	João Batista Barboza	D. Maria Joaquina Vidigal	Moradores na cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
19/09/1852	Joanna Roza	12	Filha legítima	Antonio Joaquim Per <sup>a</sup> de Andr <sup>a</sup> (falecido)	D. Joanna Roza da S. <sup>a</sup> (falecida)	Moradores da freguesia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
	Maria Roza	11	Filha legítima	Antonio Joaquim Per <sup>a</sup> de Andr <sup>a</sup> (falecido)	D. Joanna Roza da S. <sup>a</sup> (falecida)	Moradores da freguesia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
19/09/1852]	Humbilina Amelia	9	Filha legítima	João de tal	D. Maria Joaq. <sup>na</sup> da Conceição	Naturais ou moradores nesta Cid <sup>o</sup> . de S. Amaro Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Seminarista - Educanda
22/09/1852	Francelina Maria	9	Filha legítima	Francisco J. <sup>e</sup> Rib[e]jro	D. Maria Pocina	Moradores na Freguesia de Santa Anna da Fera	Seminarista - Educanda
12/02/1853	Maria da Pureza	10	Filha legítima	Joaquim Mauricio de Carvalho	D. Roza Maria de Carvalho (falecida)	Moradores no Termo da Villa de Rainha	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
15/04/1853	Maria Francisca	10	Filha legítima	Inocencio Marquez de Araujo Gois	D. Maria Francisca Calmon (falecida)	Naturais desta Freguesia de Nossa Senhora da Purificação desta Cidade de S <sup>to</sup> Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
15/04/1853	Maria Joanna	8	Filha legítima	Inocencio Marquez de Araujo Gois	D. Maria Francisca Calmon (falecida)	Naturais desta Freguesia de Nossa Senhora da Purificação desta Cidade de S <sup>to</sup> Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
20/11/18[53]	Theodora Teixeira	-	Filha legítima	Antonio Cardas Teixeira de Sá	Maria Miquelina	Naturais desta Cidade de Santo Amaro	Pensionista - Educanda
20/11/18[53]	Dalgiza	8	Filha legítima	Manuel Pinto Leite	D Anna Carlota de Sá Leite	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
10/02/1854	Emilha Simoens	13	Filha legítima	Joaq. <sup>m</sup> Simoens Ferrera	D. Antonia [Ferreira]	Moradores em Ambupi	Pensionista- [Educanda]
16/02/1854]	Joanna de Andrade	11	Filha legítima	Antonio Joaquim Andrade	D. Maria da Anunciação de Mello Coitinho	Freguesia de N. S. <sup>tra</sup> da Ajuda do Bom Jardim	Pensionista- [Educanda]
16/02/1854]	Gliceria	9	Filha legítima	Antonio Joaquim Andrade	D. Maria da Anunciação de Mello Coitinho	Freguesia de N. S. <sup>tra</sup> da Ajuda do Bom Jardim	Pensionista - [Educanda]
19/02/1854	Elizia Maria do Amparo	14	Filha legítima	Manuel Luis	D. Roza Maria	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
19/02/1854	Maria Eulalia do Amparo	7	Filha legítima	Manuel Luis	D. Roza Maria	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
04/02/1855	Joanna Delphina	11	Filha legítima	Manoel Joaquim de Gois	D. Miquilina de Gois	Naturis na freguesia de S <sup>ra</sup> Anna do Catu.	Pensionista - Educanda

04/02/1855	Emilia	10	Filha legítima	Manoel Joaquim de Gois	D. Miquilina de Gois	Naturis na freguesia de S <sup>ta</sup> Anna do Catu.	Pensionista - Educanda
18/04/1855	Carolina Leopoldina	9	Filha legítima	Antonio Ferreira dos S. <sup>tos</sup> Capirunga	D. Leopoldina dos S. <sup>tos</sup> Capirunga	Naturais da Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
06/05/1855	Emilia Araujo	9	[a pedido de sua avó D. Leonor Antonia de Argollo Ferrão]	-	-	Pertencentes a esta Freguesiada Purificação de S. <sup>ta</sup> Amaro	Pensionista - Educanda
8/07/1855	Maria Roza de Jesus Sousa	6	Filha legítima	Snr. José Joaquim de Sousa (falecido)	D. Theodora Constança Pereira (falecida)	Moradores em Nazareth.	Educanda - Órfã de mãe e pai
04/10/1855	Leonor Maria Palma	8	Filha legítima	Tenente João Rodriguez Palma (falecido)	D. Sancha Pereira Guim. <sup>es</sup> Palma (falecida)	Natural da Freguesia da Purificação de S. <sup>to</sup> Amaro	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
24/10/1855	Maria Jozefa	10	Filha legítima	Francisco Brandão (falecido)	D. Anna Reis (falecida)	Naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
24/10/1855	Marianna Brandão	9	Filha legítima	Francisco Brandão (falecido)	D. Anna Reis (falecida)	Naturais da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
21/11/18[55]	Maria Tertulianna	10	Filha legítima	Thome de Andrade (falecido)	D. Maria Jozefa (falecida)	Moradores na Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Educanda - Órfã de mãe e pai
23/11/1855	Justina Carolina	9	[a pedido de seu padrinho Jozé Manoel dos Santos morador nesta Freguesia de Nossa Senhora da Purificação]	-	-	[Freguesia de Nossa Senhora da Purificação]	Pensionista - Educanda
8/12/1855	Maria Jozefa	9	Filha legítima	Jozé Joaq. <sup>m</sup> dos S. <sup>tos</sup> Batista	D. Guilhermina Roza de S. Jozé	Natural desta Freguesia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - Educanda
8/12/1855]	Maria da Conceição	6	Filha legítima	João	D. Maria Joaq. <sup>na</sup> da Conceição	Moradora na Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Seminarista - Educanda
20/02/1856	Maria Francisca	12	Filha legítima	Manoel Antonio da Silva Castro	D. Quiteria Maria do Sacramento	Moradores da Cidade de Valença	Pensionista - [Educanda]
20/02/1856	Ritta Maria	[8]	Filha legítima	Manoel Antonio da Silva Castro	D. Antonia	Moradores da Cidade de Valença	Pensionista - [Educanda]
20/02/1856	Roza Maria	[7]	Filha legítima	Manoel Antonio da Silva Castro	D. Antonia	Moradores da Cidade de Valença	Pensionista - [Educanda]
1/03/1856	Amelia	12	Filha	Antonio de Cirqr. <sup>a</sup>	-	Natural desta cidade de Santo Amaro da Purificação	Pensionista - Educanda
28/03/1856	Francisca Roza de Jesus	9	Filha legítima	Joaq. <sup>m</sup> Martins de S. <sup>ta</sup> Anna	D. Maria Francisca Maciel	Naturais da Villa da Purificação	Pensionista - Educanda
28/03/1856	Maria Humbilina da Paixão	9	Filha legítima	Joaq. <sup>m</sup> Martins de S. <sup>ta</sup> Anna	D. Maria Francisca Maciel	Naturais da Villa da Purificação	Pensionista - Educanda
06/1856	Marianna Calmon	8	Filha legítima	João Calmon	D. Marianna de Araujo Bulcão	Naturais desta Villa de N. S. da Purificação	Pensionista - Educanda
09/08/1856	Maria Francisca	11	Filha legítima	Francisco Manoel Alves Boa Ventura	Anna Joaq. <sup>m</sup> Lopes	Natural desta Freguesia de N. S. da Purificação.	Pensionista - Educanda
07/09/1856	Leonor Geralda	8	Filha legítima	Jozé Sabino Calmon (falecido)	D. Joaquina Calmon (falecida)	Naturais desta Freguesia de N. S. da Purificação	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe e pai
04/01/1857	Maria Adelaide	13	Filha legítima	Manoel Cavalcante	D. Luiza Calmon	Natural desta Freguesia de N. S. da Purificação	[Pensionista]
1 <sup>a</sup> /03/1857	Maria Guilhermina dos S <sup>tos</sup>	7	Filha legítima	Francisco dos S <sup>tos</sup> Silva	D. Guilhermina dos S <sup>tos</sup>	Naturais desta Freguesia de N. S. da Purificação	Pensionista - Educanda
27/04/1857	Epifania Ribeiro	-	Filha legítima	Manoel Ribeiro	D. Maria da Purificação	Naturais desta Freguesia de Nossa Senhora da Purif. <sup>m</sup>	Pensionista - Educanda
05/07/18[57]	Clementina dos S <sup>tos</sup> Reis	6	Filha legítima	Antonio dos S <sup>tos</sup> Reis (falecido)	D. Leopoldina (falecida)	Natural da Freguesia de N. S. da Oliveira dos Campinhos	Educanda - Órfã de mãe e pai
1 <sup>a</sup> /11/1857	Maria Sara	[9]	Filha legítima	Jozé Jacinto Thomas	D. [Pulquena] Thomas	Moradores na Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Pensionista - Educanda
1 <sup>a</sup> /11/1857	Eufrozina	[8]	Filha legítima	Jozé Jacinto Thomas	D. [Pulquena] Thomas	Moradores na Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Pensionista - Educanda
02/11/1858	Francisca de Mello Coitinho	7	Filha legítima	Antonio Joaquim de Andrade	D. Maria de Mello Coitinho	Naturais de Freguezi de Bom Jardim	Pensionista - Educanda
02/11/18[5?]	Quintilianna Joaquina de Souza	40	-	-	-	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Maria	[Recolhida]
02/11/18[5?]	Maria Francisca de Borges	14	Filhas legítimas	Manoel Joaquim de Souza	-	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Maria	Pensionista - Educanda
02/11/18[5?]	Antonhia Joaquina	9	Filha legítima	Manoel Joaquim de Souza	-	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Maria	Pensionista - Educanda
02/11/18[5?]	Maria Joaquina	8	Filha legítima	Manoel Joaquim de Souza	-	Naturais da Freguesia do SS. Coração de Maria	Pensionista - Educanda

15/12/185[?]	Vicencia	-	Filha legitima	Vicente Martins Barboza	D. Maria Roza	Natural da freguesia de S. Bartholomeo de Maragogipe	-
18/11/1858	Theodolina Francisca da Rocha	10	Filha legitima	Joaquim Ferreira Cána Brasil	D. Anna Francisca da Rocha	Naturais da Freguezia de Santo Antonio das Lagoinhas moradores na Igreja Nova	Pensionista - Educanda
29/[11]/18[58]	Joanna Maria da Pureza	11	Filha legitima	Vicente Pereira Marques (falecido)	D. Francisca Maria de Jesus	Naturais da Freguezia de Nazareth	Órfã de pai
29/11/1858	Maria Felisberta	6	-	-	-	Naturais da Freguezia do Bom Jardim moradores no Engenho Cana Brava	Educanda - Órfã de mãe e pai
28/12/1858	Maria Bernardina da Pureza	11	[a pedido de sua Madr. <sup>a</sup> M. <sup>ã</sup> Maria Bernardina da Pureza]	-	-	Naturais da Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
28/12/1858	Maria Jozé da Anumpciação	6	[a pedido de sua Madr. <sup>a</sup> M. <sup>ã</sup> Maria Bernardina da Pureza]	-	-	Naturais da Cidade da Bahia	Pensionista - Educanda
05/02/1859	Marianna da Assumpção de Jesus	7	Filha legitima	Miguel Pinto da Silva	D. Joanna Maria de Jesus	Naturais da Freguezia de S. <sup>to</sup> Antonio das Lagoinhas moradores na Igreja nova	Pensionista - Educanda
02/04/1859	Leolina Candida da Silva Mello	12	Filha legitima	Joze Ferruge da Silva Mello	-	Natural desta Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista - Educanda
28/12/1859	Anna Joaquina Calmon	[14]	Filhas legitimas	Francisco Moreira de Pinto Calmon	D. Anna Joaquina do Pinto Calmon	Naturais desta Freguezia de N. Sr. <sup>a</sup> da Purificação	Pensionista - Educanda
28/12/1859	Luiza Calmon	16	Filhas legitimas	Francisco Moreira de Pinto Calmon	D. Anna Joaquina do Pinto Calmon	Naturais desta Freguezia de N. Sr. <sup>a</sup> da Purificação	Pensionista - Educanda
19/04/1860	Maria Benedicta Telles	12	Filha legitima	Pedro Ribeiro d'Araujo	D. Anna Maria d'Araujo	Natural da Freguezia de nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Pensionista - Educanda
20/04/1860	Maria do Carmo d'Almeida	11	Filha legitima	Francisco Martins d'Almeida	D. Adrianna d'Almeida	Naturais da Freguezia de S. <sup>to</sup> Anna da Feira	Pensionista - Educanda
06/12/1860	Maria Victoria da Silva	12	Filha legitima	Justino Ferreira da Silva	D. Maria Luiza da Silva	Naturais da Freguezia de S. <sup>to</sup> Anna da Feira	Pensionista - Educanda
06/12/1860	Anna Sinfronia da Silva	10	Filha legitima	Justino Ferreira da Silva	D. Maria Luiza da Silva	Naturais da Freguezia de S. <sup>to</sup> Anna da Feira	Pensionista - Educanda
18/03/1861	Maria Emilia d'Araujo Calmon	11	Filha legitima	D. <sup>o</sup> Inocencio Marques d'Araujo Gois	D. Maria Francisca d'Araujo Gois (falecida)	Naturais da Cid. <sup>e</sup> da Bahia	Pensionista - Educanda
25/03/1861	Maria Salome do Amor Divino	9	Filha legitima	Joze Joaquim dos S. <sup>tos</sup> Baptista (falecido)	D. Guilhermina Roza de S. Joze	Naturais da Freguezia de Bom Jardim	Educanda - Órfã
21/06/1861	Josefina	7	Filha legitima	-	D. Maria Bellarmina Coelho da Silva	Naturais da Cidade de Pernambuco	Pensionista - Educanda
21/02/1862	Maria das Neves de Jesus	34	-	-	-	-	[Recolhida]
21/02/1862	Maria Francisca Tellez d'Araujo	[12]	Filha legitima	Pedro Ribeiro d'Araujo	D. Anna Maria d'Araujo	Naturais da Freguezia de N. Snr. <sup>a</sup> da Oliv. <sup>a</sup> nos Campinhos	Pensionista - Educanda
27/06/186[2]	Caetana Bittencourt	8	[a pedido de seu Avo o Coronel Sancho Bibttencourt Berenguer Cezar]	-	-	Natural da Freguezia de S. Miguel	Pensionista - Educanda
19/08/186[2]	Joaquina da Costa	8	Filha legitima	Joze da Costa (falecido)	D. Maria Alcina Alz. Da Costa	Naturais da Freguezia de S. <sup>to</sup> Antonio do Rio Fundo	Educanda - Órfã de pai
28/03/1863	Maria Anna Calmon	13	Filha legitima	João Calmon do Pin Alm.da	D. Maria Anna Bulcão Calmon	Naturais desta Freguezia de N. Sn. <sup>a</sup> da Purificação da Cid. <sup>e</sup> de S. <sup>to</sup> Amaro	Pensionista - Educanda
28/03/1863	Anna Ritta Calmon	7	Filha legitima	João Calmon do Pin Alm.da	D. Maria Anna Bulcão Calmon	Naturais desta Freguezia de N. Sn. <sup>a</sup> da Purificação da Cid. <sup>e</sup> de S. <sup>to</sup> Amaro	Pensionista - Educanda
31/03/186[3]	Josefa da Cunha	1[3]	Filha legitima	Miguel Vicente da Cunha (falecido)	D. Maria Bebianna da Cunha	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Educanda - Órfã de pai
07/04/186[3]	Cecilia Ferr. <sup>a</sup> de Moura	9	Filha legitima	Joaquim Ferr. <sup>a</sup> de Moura.	D. Joaquina Ferr. <sup>a</sup> de Moura (falecida)	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda - Órfã de mãe
15/04/186[3]	Maria da Conceição	10	Filha legitima	Tenente Coronel Joze Copertino Simoens	D. Anna Serafina Simoens	Naturais da Freguezia do Coração de Jesus	Pensionista - Educanda
15/04/186[3]	Maria Quintilliana	9	Filha legitima	Tenente Coronel Joze Copertino Simoens	D. Anna Serafina Simoens	Naturais da Freguezia do Coração de Jesus	Pensionista - Educanda
10/05/186[3]	Maria Basilica	12	Filha legitima	Joze Joaq. <sup>m</sup> dos S. <sup>tos</sup> Baptista (falecido)	D. Guilhermina Roza de S. Joze	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Educanda - Órfã de pai
10/02/1864	Josalina Aurelia	9	Filha legitima	João Marinho de Mello Coitinho	D. Virginia Aurelia de Mello Coitinho	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda

10/02/1864	Virginia Eulampia	8	Filha legitima	João Marinho de Mello Coitinho	D. Virginia Aurelia de Mello Coitinho	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda
26/06/186[4]	Maria Adel[ai]de de S. Jorge	10	Filha legitima	Jose Antonio Ferraz (falecido)	D. Maria Joaq. <sup>ma</sup> Encarnação	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Educanda - Órfã de pai
20/04/1865	Ignacia de Nazareth Calmon Goes	12	Filha legitima	D. <sup>or</sup> Joze de Goes e Siq <sup>ra</sup>	D. Maria Emilia Calmon de Goes	Naturais da Cid. <sup>e</sup> da Bahia	Pensionista - Educanda
22/07/186[5]	Maria do Carmo d'Oliv. <sup>a</sup> Pinto	7	Filha legitima	Joaq. <sup>ma</sup> Joze d'Olivr. <sup>a</sup> Pinto (falecido)	D. Maria Izabel Gomes pinto (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. Snr.a da Purificação	Pensionista - Órfã de mãe e pai
15/08/1866	Anna Maria de Jesus Vieira	8	Filha legitima	Cap. <sup>ma</sup> Joaq. <sup>ma</sup> Joze Vieira	D. Anna Cardoza de Jesus Vieira	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista - Educanda
02/04/1869	Maria Francisca de Siqueira Doria	10	Filha legitima	Snr. João da Rocha Doria	D. Joaquina Sabina Calmon Doria	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista
02/04/1869	Maria Candida de Siqueira Doria	6	Filha legitima	Snr. João da Rocha Doria	D. Joaquina Sabina Calmon Doria	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista
04/1869	Snr. <sup>a</sup> Francisca Zeferina Soares	19	Filha legitima	Braz Rodrigues Soares	D. Maria Angelica Soares	Atural da Freguezia de Santo Amaro da Purificação	[Recolhida]
16/05/1866	Maria Carolina Mendes	11	Filha legitima	D. <sup>or</sup> Joze Igidio d'Olive <sup>a</sup> Mendez	D. Porcina Constança Mendez	Naturais desta Freguezia de N. Snr.a da Purificação	Pensionista - Educanda
16/05/1866	Maria da Pureza Mendez	7	Filha legitima	D. <sup>or</sup> Joze Ligidio d'Olive <sup>a</sup> Mendez	D. Porcina Constança Mendez	Naturais desta Freguezia de N. Snr.a da Purificação	Pensionista - Educanda

## ANEXO B - LIVRO DE ASSENTO: SAÍDA DE MULHERES NO COLÉGIO E RECOLHIMENTO DE N. SRA. DOS HUMILDES

Data saída	Nome	Idade	Filiação			Localidade de proveniência	Observação
			Discriminação	Nome do pai	Nome da mãe		
29/11/1819	Anna Joaquina de S. Lourenço	39	-	-	-	Natural da Ilha do Snr. Bom Jesus dos Passos	Recolhida
11/09/1820	Ritta Maria do Sacram. <sup>10</sup>	52	-	-	-	Moradora na Cidade [Santo Amaro da Purificação]	Recolhida
02/03/1820	Maria Roza do Amor Divino	-	Filha legítima	Vicente Fr. <sup>2</sup> da S. Araujo	D. Maria	Freguezia da Purificação. S <sup>o</sup> Amaro	Pensionista
04/12/1820	Anna Roberta do Espirito Santo	14	Filha legítima	Joaquim Rodrigues	Anna Maria de Jesus	Freguezia da Purificação. Villa de S. Amaro	Pensionista
10/06/1820	Anna Jozefa da Purif. <sup>m</sup> Sá	18	Filha legítima	Joze de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de N. Snra da Purificação	Pensionista
08/09/1820	Thereza Maria de Paiva	8	Filha legítima	Joze de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de N. Snra da Purificação	Pensionista
08/09/1820	Joanna Maria da Trindade	6	Filha legítima	Joze de Sá	Maria Luiza da Conceição	Freguezia de N. Snra da Purificação	Pensionista
14/05/1821	Maria Francisca	11	Filha natural	Francisco dos Santos	-	Freguezia da Purificação e S. Amaro	Pobre
21/10/1821	Francisca Maria da Boa Morte	14	Filha legítima	Francisco José de Junqueira Nobre (falecido)	D. Josefa Maria de S. Clara	Freguezia de N. Senhora da Purif. <sup>m</sup> , e Villa de Santo Amaro	Órfã de pai
10/06/1825	Anna Joaquina do Amor Divino	20	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raimundo Gonçalves Martins	D. Maria Joaq. <sup>na</sup> do Amor Divino (falecida)	Freguezia de Santo Antonio do Rio Fundo	Recolhida Órfã de mãe
10/06/1825	Maria Francisca Martins	15	Filha legítima	Cap. <sup>m</sup> Raimundo Gonçalves Martins	D. Maria Joaq. <sup>na</sup> do Amor Divino (falecida)	Freguezia de Santo Antonio do Rio Fundo	Pensionista Órfã de mãe
16/12/1826	Maria Eufrazia	19	Filha legítima	Francisco José de Junqueira Nobre (falecido)	D. Josefa Maria de S. Clara	Freguezia de N. Senhora da Purif. <sup>m</sup> , e Villa de Santo Amaro	Pensionista Órfã de pai
22/05/1826	Maria Roza	19	Filha natural	Joaquim Domingos	-	Freguezia de N. Senhora da Purificação, e Villa de S. Amaro	Pobre
24/INNNT/1827	Clara Maria de Jesus	8	Filha legítima	Luis Antonio de Faria Machado (falecido)	Anna Ritta de Jesus	Freguezia da Purif. <sup>m</sup> , e Villa de Santo Amaro	Pobre Órfã
16/04/1827	Matildes Marcelina da Estrella	13	Filha legítima	Joaquim Luis da Estrella	D. Francisca das Chagas	Natural da villa de Caxoeira	Pensionista
[09]/09/1827	Francisca Maria Ribeiro	[21]	Filha legítima	Fran. <sup>co</sup> Antonio Ribeiro	D. Thereza [Feliciana] (falecida)	-	Órfã de mãe
09/09/1827	Roza Maria Ribeiro	[20]	Filha legítima	Fran. <sup>co</sup> Antonio Ribeiro	D. Thereza [Feliciana] (falecida)	-	Órfã de mãe
09/[09]/1826	Maria Luiza	18	Filha legítima	Joze Serafim da Silveira	D. Ursula	-	Pobre Saiu educada
05/04/1829	Anna Roza	9	Filha legítima	Manoel Thomê de Carvalho	D. Anna Jozefa do Paraizo	Naturais desta Villa [N. Senhora da Purificação e de Santo Amaro]	Pensionista [saiu enferma]
12/04/1829	Maria [[ININT.].]	15	Filha legítima	Joze Mendes (falecido)	Francisca Damianna da Sylva	Moradora nesta Villa	Seminarista Órfã de pai
29/08/1829	Marianna Joaquina	15	Filha legítima	Tenente Coronel Raymundo Gonçalves Martins	D. Maria Joaquina (falecida)	Natural desta Villa de S. <sup>o</sup> Amaro	Pensionista Órfã de mãe
27/[ININT.]/18[30]	Joanna Maria	-	Filha legítima	Joze Gonçalves Viana [[ININT.].]	[Antonia de Carvalho]	-	[seminarista]
24/02/18[30]	Maria Antonia	[16]	Filha legítima	Antonio [Reiz] Lopes	D. Fran. <sup>ca</sup> Estacia dos Anjos (falecida)	[[ININT.].]	Pensionista Órfã de mãe
03/1831	Marianna do Paraizo	[13]	Filha legítima	Manoel Thomê de Carvalho	D. Jozefa do Paraizo	Freguezia de N. Senhora da Purificação Villa de Santo Amaro	Pensionista
03/1831	Constancia da Paixão	[10]	Filha legítima	Manoel Thomê de Carvalho	D. Jozefa do Paraizo	Freguezia de N. Senhora da Purificação Villa de Santo Amaro	Pensionista
01/02/183[?]	Joaquina Leandra	-	Filha legítima	Manoel da [S <sup>a</sup> ] Coimbra	Ritta Maria da Silva	Freguezia do Rio Fundo	Seminarista
08/05/1832	Roza Angelica	[10]	Filha legítima	Vicente Marquez de Carvalho	D. Maria Victoria	Naturais da Cid. <sup>e</sup> da Bahia	Pensionista
10/05/183[2]	Lourença Antonia	[11]	Filha legítima	Antonio Gomes de Sá (falecido)	D. Antonia Thereza Gomes de Sá	Naturais desta Villa da Purificação	Pensionista

07/10/1841	Leopoldina Adelaide Teixr. <sup>a</sup> de Sá	15	Filha legítima	Joze Francisco dos S. <sup>tos</sup>	Maria Joaq. <sup>na</sup> Ferr. <sup>a</sup> dos Santos	-	Pensionista
20/11/184[3]	Maria Francisca	17	Filha legítima	Manoel Fran <sup>co</sup> Pereira	D. Maria Francisca de Vasconcellos	-	Pensionista
09/01/1842	Maria Costodia	14	Filha legítima	Antonio Pereira da Silva	D. Felipa Maria de Jesus	-	Pensionista
29/07/184[2]	Maria de Jesus	51	-	-	-	Moradora nesta Cidade	Recolhida
29/[07]/184[2]	Maria Gertrudes dos Humildes	35	-	-	-	-	Seminarista
26/01/1843	Amelia Moreira de Lima	13	Filha	João Moreira de Lima	D. Severianna de tal	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista
26/09/184[3]	Maria Luiza	17	-	-	-	Cidade da Bahia	Pensionista [“tendo entrado a pedido de Seo Padrinho e Dezembargador Junqr. <sup>a</sup> com. <sup>mo</sup> a veio Receber morador na Cidade da Bahia” ]
27/12/1843	Maria Humbilina do Amaral	16	Filha legítima	Joze Antonio do Amaral	D. Antonia Martins do Bom Fim	Moradores da Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Pensionista
16/02/1844	Matildes	24	Filha	Joze Inacio de Souza	-	Morador na Villa da Purificação	Pensionista
14/06/184[4]	Maria da Suledade	[30]	Exposta	-	-	Moradora na Villa de S. Francisco	A Seminarista
01/09/1832	Marianna da Conceição	-	Filha legítima	Cappitão Antonio Petta Porto	D. Anna Joaquina	Moradores nesta Villa de Santo Amaro e Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	-
14/[?]/18[??]	Thereza Henriqueta	-	Filha legítima	João Batista (falecido)	D. Maria Joaquina (falecida)	Naturaes da Freguezia de S. Bartholomeo	Órfã de mãe e pai
	Maria Valentina Freire	-	Filha legítima	João Batista (falecido)	D. Maria Joaquina (falecida)	Naturaes da Freguezia de S. Bartholomeo	Órfã de mãe e pai
02/11/18[??]	Humbelina Roza	-	Filha legítima	Bento Joze Adão	Antonia Sivira <sup>a</sup> de Sá	Moradores nesta Villa	-
24/[11]/18[??]	Anna Carlota	-	Filha legítima	Bento Joze Adão	Antonia Sivira <sup>a</sup> de Sá	Moradores nesta Villa	-
12/11/18[??]	Maria Joaquina de S. Joze	-	Filha natural	-	Anna Maria de Jesus	Freguezia de Nossa Senhora do Rozario da Villa de Caxoeira	-
22/12/18[??]	Candida do Espirito Santo	10	-	-	-	Natural da Cidade da Bahia	Pensionista [a pedido do Seo Padrinho Francisco de Paula]
28/03/1833	Roza Maria de Viterbo	15	Exposta	-	-	Natural da Cidade da Bahia	[Órfã pobre]
09/04/183[3]	Maria Cecilia Teixeira de Sá	12	Filha legítima	Joze Francisco dos santos	D. Maria Joaquina Teixeira de Sá	Naturaes desta Vila de Santo Amaro da Purificação	Pensionista
25/03/18[33]	Jozuina Clara	11	Filha legítima	Joze Joaquim Seabra	Jozuina Clara Pinheiro	Natural da Cidade da Bahia	-
11/02/1835	Maria Leonor	-	Filha	Joaquim Monteiro	D. Luiza Monteiro	Moradores na Villa de Jaguaripe	-
21/06/1835	Maria da Gloria Teixeira	13	Filha legítima	Joaquim Teixeira Gomes (falecido)	D. Victoria Francisca da Encarnação	Naturaes da Freguezia de Santa Anna	Pensionista
02/07/183[5]	Carolina Virginia	17	Filha legítima	Alexandre Joze Gusmão	D. Bernardina Maria	Naturaes da Caxoeira	-
12/[07]/18[3?]	Emilia Candida da Fonseca	16	Filha legítima	Domingos Joze da Fonseca	D. Ritta (falecida)	Freguezia da Purificação Santo Amaro	Órfã de mãe
4/12/1836	Roza Maria da Rocha	15	Filha legítima	-	D. Francisca da Rocha	Naturaes desta Villa da Purificação, e Santo Amaro	Pensionista
16/01/1838	Ritta Izabel	13	Filha legítima	Ignacio Joze Vieira do Nascimento	D. Caetana Maria da Soledade (falecida)	Da Freguezia da Santa Anna dos Châtu	Seminarista Órfã de mãe
30/04/1837	Maria Firmina	22	-	-	-	Freguezia de nossa Senhora da Purificação em Santo Amaro	Seminarista [da Caza de Joze Rodrigues de Lemos]
28/01/1838	Raimunda	11	Filha legítima	Coronel Raimundo Gonçalves Martins	D. Anna Joaquina (falecida)	Freguezia de São Pedro do Rio Fundo	Pensionista – Órfã de mãe [saiu enferma]
03/04/183[8]	Maria Joaquina	1[1]	Filha legítima	Antonio Lopes	D. Joaquina Constancia	Naturaes de S. Amaro.	Pensionista [saiu enferma]
25/07/183[8]	Jozuina Constancia	15	Filha legítima	Antonio Lopes	D. Joaquina Constancia	Naturaes de S. Amaro.	[completou o tempo]
3/08/1845	Francisca Vianna	11	Filha legítima	-	Claudiana Maria Ribeiro	Moradora da Cid. <sup>a</sup> da Bahia	Pensionista
16/07/1844	Maria Joze das Boas Novas	12	Filha legítima	-	-	Cidade da Bahia	[“pertencente a S. Caza da Mizericordia [[ININT.] em caza de Sua Madrinha D. Anna Delfina Pimentel moradora na Cidade da Bahia”]
22/[07]/18[45]	Maria Candida	15	Filha legítima	Coronel Raimundo Gonçalves Martins	D. Anna Joaquina (falecida)	Moradores nesta Cidade de S. Amaro	Pensionista Órfã de mãe
02/11/1846	Anna Roza	[9]	Filha legítima	Antonio do Lago Freire (falecido)	D. Anna Joaquina Freire	Moradores na Freguezia de S. Joze das Itaporococas	Pensionista Órfã de pai [saiu enferma]

05/[011]/184[6]	D. Escolastica Bazilia de Seixas	-	Filha legitima	Raimundo Moraes de Seixas (falecido)	D. Anna Joaquina de [[ININT.].]	Naturais da Freguezia da Cidade do Pará	Pensionista – Órfã de pai [completou o tempo]
[12]/01/1848	Luiza Urçula	16	Filha legitima	Pedro Joze Barreto	D. Florencia Urçula das Virgens	Naturais da Freguezia do Padrão	Pensionista
[12]/01/1848	Anna	15	Filha legitima	Pedro Joze Barreto	D. Florencia Urçula das Virgens	Naturais da Freguezia do Padrão	Pensionista
30/05/1849	Maria da Gloria	17	Filha legitima	Manoel Gregorio de Souza (falecido)	D Rozathica de Souza (falecida)	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista Órfã de mãe e pai
12/03/1850	Melinda	10	Filha legitima	Antonio Gomes Calmon	D. Maria da Pureza	Naturais da Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista
26/10/1850	Maria da Pureza de Lima	19	Filha legitima	Antonio do Lago	D. Anna Joaquina	Naturais da Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista
[17]/01/1850	Quintilianna	[28]	Filha	[Manoel Joaquim Cardoso]	D. Maria Joaquina d'Almeida	Naturais desta Cidade de Santo Amaro da Purificação	Pensionista
4/11/1850	Roza Guilhermina	15	Filha legitima	Antonio Alves (falecido)	D. Esmeria Alves	Moradores nesta Cidade de Santo Amaro da Purificação	Seminarista Órfã de pai
10/11/1851	Maria da Pureza	16	Filha legitima	João Silverio Barboza	D. Maria Gertrudes de Freitas	Naturais da Freguezia de N. S. da Oliveira dos Campinhos	Pensionista
09/02/1852	Anna Clara	17	Filha legitima	João Silverio Barboza	D. Maria Gertrudes de Freitas	Naturais da Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Pensionista
[[ININT.].]/02/1852	Anna Roza	17	Filha legitima	Antonio do Lago Freire	D. Anna Joaquina	Naturais da Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista
1º/04/1852	Maria das Neves	24	Filha legitima	Coronel Jesus e Araujo	D. Anna [[ININT.].] (falecida)	Freguezia do SS. Coração de Jesus do Pedrão	Pensionista Órfã de mãe
02/04/1852	Marianna Joaquina	16	Filha legitima	Manuel Joaquim de Mattos (falecido)	D. Maria Joaquina Bernardina (falecida)	Naturais da Freguezia de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	Seminarista Órfã de mãe e pai
1º/08/1852	Maria Delmira	15	Filha legitima	Manoel Cezar	D. Thereza Cezar	Moradores nesta Cidade de Santo Amaro Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Seminarista
08/08/1852	Galdina Netto	13	Filha legitima	Francisco Joze Neto (falecido)	D. Humbilina Roza de Sá Neto	Moradores nesta Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista
13/10/185[2]	Tereza Candida	13	Filha legitima	João da Cruz Ribeiro d'Oliveira	D. Tereza Candida de Sá (falecida)	Moradores nesta Cidade de Santo Amaro	Pensionista Órfã de mãe
26/01/1853	Joanna das Neves Freire	14	Filha legitima	João Silverio Barboza	D. Maria Gertrudes (falecida)	Moradores na Freguezia de N. S. da Oliveira dos Campinhos	Pensionista Órfã de mãe
26/[01]/18[53]	Maria das Neves Freire	16	Filha legitima	Antonio do Lago (falecido)	D. Anna Joaquina (falecida)	Naturais da Freguezia de S. Joze das Itapororocas	Pensionista Órfã de mãe e pai
27/02/1853	Roza Angelica de Freitas	19	Filha legitima	Joze Justino de Freitas	D. Roza Angelica de Freitas	Termo da Freguezia do Riio Fundo	Pensionista
29/05/1852	Maria da Gloria	14	Filha legitima	Manoel Jeronimo Tourinho	Luiza Tourinho	Cidade da Bahia	Pensionista
17/08/1853	Joanna de Goes	11	Filha legitima	Joaquim Gomes de Araujo Goes	Atanzia Maria de Goes	-	Pensionista [saiu enferma]
31/10/185[3]	Hermilinda Vidigal	9	Filha legitima	João Batista Barboza	D. Maria Joaquina Vidigal	Moradora na Cidade da Bahia	Pensionista [saiu enferma]
22/01/1854	Maria da Conceição Salvadorinha	22	Filha legitima	Salvador Aires de Almeida e Freitas	D. Anna Isabel de Almeida Gueiros	Moradores na Freguezia de N. S.ª da Oliveira	Pensionista
20/02/185[4]	Francisca Candida	12	Filha legitima	Joze Gabriel (falecido)	D. Joanna Ricardina	Natural da Freguezia de N. S.ª da Oliveira dos Campinhos	Pensionista Órfã de pai
16/11/1854	Anna Joaquina	22	Filha legitima	Pedro Joze Barreto	D. Florencia Urçula das Virgens	Naturais da Freguezia do Pedrão	Pensionista
16/11/1854	Maria da Pureza	19	Filha legitima	Pedro Joze Barreto	D. Florencia Urçula das Virgens	Naturais da Freguezia do Pedrão	Pensionista
07/01/1855	Emilia Vidigal	13	Filha legitima	João Batista Barboza (falecido)	D. Maria Joaquina Vidigal	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista Órfã de pai
14/04/185[5]	Maria da Pureza	13	Filha legitima	Joze Antonio Gomes Guimaraes	D. Maria Roza	Moradores desta Freguezia da Purificação Cidade de S.º Amaro	-
26/12/1855	Marianna Telles	-	Filha legitima	Comandante Superior Manoel de Jesus e Araujo	[D. Anna Benedita (falecida)]	Natural da Freguezia do SS. Coração de Jesus do Pedrão	Pensionista

30/08/1855	Maria Roza	14	-	-	-	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista [irmã de Joanna Roza]
16/10/18[55]	Joanna Roza	15	-	-	-	Naturais da Freguezia do Bom Jardim	Pensionista [irmã de Maria Roza]
13/09/18[55]	Maria Francisca	11	Filha legítima	Doutor Inocencio Marques de Cirqueira	D. Maria Francisca (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. S. da Purificação e Cidade de Santo Amarob	Pensionista
13/09/18[55]	Maria Joanna	10	Filha legítima	Doutor Inocencio Marques de Cirqueira	D. Maria Francisca (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. S. da Purificação e Cidade de Santo Amarob	Pensionista
02/03/1856	Francisca Mello	14	Filha legítima	Frederico Teixeira de Freitas (falecido)	D. Anna de Mello	Freguezia do Bom Jardim	Pensionista
nos fins/12/1855	Eulália Netto	15	Filha legítima	Francisco Joze Neto (falecido)	D. Humbelina Roza de Sá Netto	Moradores na Cid.ª da Bahia	Pensionista
[nos fins]/12/1855	Galdina da Purificação Netto	16	Filha legítima	Francisco Joze Neto (falecido)	D. Humbelina Roza de Sá Netto	Moradores na Cid.ª da Bahia	Pensionista
09/1856	Joanna Delfina	12	Filha legítima	Manoel Joaquim de Gois	D. Mequelina de Gois	Naturais da Freguezia de S.ta Anna do Catú	Pensionista
03/1857	Maria da Pureza de Freitas	18	Filha legítima	Joze Justino de Freitas	D. Roza Angelica de Freitas	Naturais da Freguezia de N. Sr.ª da Oliv.ª dos Campinhos	Pensionista
02/04/1858	Joanna de Mello	15	Filha legítima	Antonio Joaquim de Andrade	D. Maria de Anumpciação de Mello Coitinho	Naturais da Freguezia de N. Sr.ª d'Ajuda do Bom Jardim	Pensionista
02/04/1858	Gliceria de Mello	13	Filha legítima	Antonio Joaquim de Andrade	D. Maria de Anumpciação de Mello Coitinho	Naturais da Freguezia de N. Sr.ª d'Ajuda do Bom Jardim	Pensionista
27/01/1858	Joanna Maria	18	Filha legítima	João Rodrigues Cabral e Noia	D. Guilhermina dos S <sup>tos</sup> . Reis	Moradores na Villa de Belem	Pensionista
23/07/1858	Maria da Pureza Carvalho	15	Filha legítima	Joaquim Mauricio de Carvalho	D. Roza Maria Carvalho (falecida)	Moradores no termo da Villa da Rainha	Pensionista Órfã de mãe
25/[07]/1858	Maria Augusta da Natividade	18	Filha legítima	Joze Anacleto de Carvalho (falecido)	D. Anna de Carvalho	Naturais desta Freguezia de N. Snrª da Purificação	Órfã de pai
[25]/07/1858	Francisca Roza de Jesus	12	Filha legítima	Joaquim Martins de S.ª Anna	D. Maria Francisca Maciel	Naturais da Freguezia de Santa Anna do Catú	Pensionista
[25]/07/1858	Maria Humbelina da Paixão	11	Filha legítima	Joaquim Martins de S.ª Anna	D. Maria Francisca Maciel	Naturais da Freguezia de Santa Anna do Catú	Pensionista
16/08/1858	Justina Carolina	12	-	-	-	-	Pensionista ["entrou p.º pedido de seu Padr.º. Joze Manoel dos S.ªs Pereira, morador nesta Freguezia de N. Sr.ª da Purificação, o m.ªmo a veio receber"]
24/[08]/1858	Carolina Leopoldina dos S.ªs	12	Filha legítima	Antonio Ferreira dos S.ªs Capirunga	D. Leopoldina Carolina dos S.ªs Capirunga	Naturais da Cidade da Bahia	Pensionista
13/09/1858	Maria Joze Brandão	13	Filha legítima	Francisco Brandão (falecido)	D. Anna Luiza (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. Snrª da Purificação, Cidade de S.ªo Amaro	Pensionista Órfã de mãe e pai
13/09/1858	Marianna Brandão	12	Filha legítima	Francisco Brandão (falecido)	D. Anna Luiza (falecida)	Naturais desta Freguezia de N. Snrª da Purificação, Cidade de S.ªo Amaro	Pensionista Órfã de mãe e pai
11/1858	Roza Maria de Castro	8	Filha legítima	Manoel Antonio	D. Antonia de Castro	Moradores na Cidade de Valença	Pensionista
15/11/1858	Mariana Calmon	10	Filha legítima	João Calmon	D. Marianna d'Araujo Bulcão	Naturais desta Freguezia de N. Snrª da Purificação e Cidade de S.ªo Amaro	Pensionista
17/[11]/1858	Emilia d'Araujo Gois	13	Filha legítima	Manoel Joaquim de Gois	D. Mequelina de Gois	Naturais da Freguezia de Santa Anna do Catú	Pensionista
29/[11]/1858	Ritta Maria de Castro	10	Filha legítima	Manoel Antonio da Silva Castro	D. Antonia de Castro (falecida)	Moradores na Cidade de Valença	Pensionista Órfã de mãe
16/12/1858	Luiza Urçula Barreto	28	-	João de Lima Valverde	-	Freguezia do Pedrão	Pensionista Órfã de pai [ não é filha de Florencia da Virgens]
16/12/1858	Maria da Conceição	20	Filha legítima	João de Lima Valverde	D. Florencia das Virgens	Freguezia do Pedrão	Pensionistas Órfã de pai
26/12/1858	Maria Francisca de Castro	14	Filha legítima	Manoel Antonio da Silva Castro	D. Quiteria Maria do Sacramento (falecida)	Moradores na Cidade de Valença	Pensionista Órfã de mãe
07/01/1859	Eliza Maria do Amparo	18	Filha legítima	[Manuel Luis]	D. Roza Maria	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista
14/02/1859	Anna Francisca d'Uzeda	25	Filha legítima	D. Rodrigues d'Uzeda e Luna	D. Joanna Maria de Santa Anna	Moradores no termo desta Freguezia de N. Snrª da Purificação, Cidade de S.ªo Amaro	Pensionista
19/07/1859	Maria Eulalia do Amparo	13	Filha legítima	Manoel Luiz Ferreira Santos	D. Roza Maria (falecida)	Moradores na Cidade da Bahia	Pensionista Órfã de mãe
10/11/1859	Emilia Simões	18	Filha legítima	Joaquim Simões Ferr.ª	D. Antonia Ferreira	Moradores na Freguezia de Coração de Maria	Pensionista

18/11/1860	Theodolina Francisca da Rocha	12	Filha legítima	Joaquim Ferreira Cana Brasil	D. Anna Francisca da Rocha	Naturais da Freguezia de S <sup>to</sup> Antonio das Lagoinhas moradores na Igreja Nova	Pensionista
15/03/1861	Maria Guilhermina dos S <sup>tos</sup>	11	Filha legítima	Francisco dos Santos Silva	D. Guilhermina dos Santos	Naturais desta Freguezia de N. Snr <sup>a</sup> da Purificação e Cidade de S <sup>to</sup> Amaro	-
20/10/1861	Maria Humbelina Amelia	18	Filha legítima	João	D. Maria Joaquina da Conceição	Moradores na Cidade da Bahia	Órfã
20/10/1861	Maria da Conceição	12	Filha legítima	João	D. Maria Joaquina da Conceição	Moradores na Cidade da Bahia	Órfã
29/12/1861	Anna Joaquina Calmon	16	Filha legítima	Francisco Moreira de Pinho Calmon	D. Anna Joaquina de Pinho Calmon	Naturais desta Freguezia de N. Snr <sup>a</sup> da Purificação e Cidade de S <sup>to</sup> Amaro	Pensionista
19/04/1863	Leolina Candida da Silva Mello	16	Filha legítima	Joze Ferruge da Silva Mello	-	Natural da Freguezia de N. Snr <sup>a</sup> da Purificação	Pensionista
19/09/18[63]	Maria Adelaide Calmon	20	Filha legítima	Manoel Cavalcante	D. Luiza Calmon	Naturaes da Freguezia de N. Snr <sup>a</sup> da Purificação	Pensionista
30/11/18[63]	Maria Sara	15	Filha legítima	Joze Jacinto Thomaz	Pulquena Thomaz	Naturaes da Cid. <sup>e</sup> da Bahia	Pensionista
30/11/18[63]	Eufrozina da Assumpção	14	Filha legítima	Joze Jacinto Thomaz	Pulquena Thomaz	Naturaes da Cid. <sup>e</sup> da Bahia	Pensionista
15/05/1864	Maria Benedicta Tellez	16	Filha legítima	Pedro Ribeiro d'Araujo	D. Anna Maria d'Araujo	Naturaes da Freguezia de N. S <sup>a</sup> da Oliv. <sup>a</sup> dos Campinhos	Pensionista
16/11/186[4]	Maria Bernardina da Pureza	17	-	-	-	Cidade da Bahia	Pensionista ["p. <sup>a</sup> a companhia de seu Tutor Pedro Ferra Vianna Bandeira naturais da Cid. <sup>a</sup> da Bahia"]
08/12/18[64]	Marianna d'Assumpção de Jesus	12	Filha legítima	Miguel Pinto da Silva	D. Joanna Maria de Jesus	Naturaes da Freguezia de S <sup>to</sup> Antonio das Lagoinhas moradores na Igreja nova	Pensionista
02/10/1865	Maria Victoria	17	Filha legítima	Justino Ferr. <sup>a</sup> da Silva	D. Maria Luiza da Silva	Naturaes da Freguezia de St. <sup>a</sup> Anna de Feira	Pensionista
02/10/1865	Anna Sinfronia	15	Filha legítima	Justino Ferr. <sup>a</sup> da Silva	D. Maria Luiza da Silva	Naturaes da Freguezia de St. <sup>a</sup> Anna de Feira	Pensionista
19/11/1865	Maria Jozefa do Amor Divino	18	Filha legítima	Joze Joaquim dos S <sup>tos</sup> Baptista	D. Guilhermina Roza de S. Joze	Naturaes da Freguezia do Bom Jardim	Órfã
07/01/1866	Maria Francisca Telles d'Araujo	16	Filha legítima	Pedro Ribeiro d'Araujo	D. Anna Maria d'Araujo	Naturaes da Freguezia de N. Snr <sup>a</sup> da Oliv. <sup>a</sup> dos Campinhos	Pensionista
01/1866	Maria Emilia de Araujo Argollo	21	-	-	-	Natural desta Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista
28/12/18[??]	Carolina Leopoldina Menezes	12	Filha legítima	-	-	-	Pensionista
01/1870	Maria Anna Calmon	[20]	Filha legítima	Capitão João Calmon do Pin e Alm. <sup>da</sup>	D. Marianna Bulcão Calmon	Naturaes d'esta Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista
01/1870	Anna Ritta Calmon	[14]	Filha legítima	Capitão João Calmon do Pin e Alm. <sup>da</sup>	D. Marianna Bulcão Calmon	Naturaes d'esta Freguezia de Nossa Senhora da Purificação	Pensionista
19/02/1870	Ignacia Calmon de Goes	16	Filha legítima	De. <sup>f</sup> Joze d'Goes Siqueira	D. Emilia Calmon d'Abreu	Naturaes da Cidade da B <sup>a</sup>	Pensionista

**ANEXO C – ÍNDICE E CAPÍTULO VII – DAS MESTRAS DE PRIMEIRAS LETRAS DOS ESTATUTOS DO RECOLHIMENTO DE N. SENHORA DA GLORIA DO LUGAR DA BOA VISTA DE PERNAMBUCO ORDENADOS POR D. JOZÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO, BISPO DE PARNAMBUCO – DO CONSELHO DE S. MAGESTADE FIDELISIMA (1798).**

ÍNDICE

PARTE I

- CAP. I. Do estabelecimento das pessoas do governo interior do recolhimento.
- CAP. II. Do Padre Espiritual, e Capelaõ da Caza
- CAP. III. Da Superiora, ou Regente da Caza
- CAP. IV. Da Vigaria do Côro
- CAP. V. Da Procuradora
- CAP. VI. Da Sacristã
- CAP. VII. Da Porteira
- CAP. VIII. Da Rodeira
- CAP. IX. Da Enfermeira
- CAP. X. Da Dispenseira
- CAP. XI. Da Refeitoreira
- CAP. XII. Das Mestras das Educandas
- CAP. XIII. Da Simplicidade no vestir
- CAP. XIV. Da Caridade
- CAP. XV. Da Umildade
- CAP. XVI. Da Modéstia
- CAP. XVII. Da Confissão, e Comunhão
- CAP. XVIII. Do emprego do tempo, e destribuição das óras
- CAP. XIX. Do Refeitório
- CAP. XX. Das qualidades, que devem ter as Pretendentes aos lugares de recolhidas e do modo com que aõ de ser admitidas
- CAP. XXI. Dos Officios exteriores, que serão necessarios para o serviso, e governo da caza
- CAP. XIII. Do Cofre, que deve aver no Recolhimento

PARTE II

- CAP. I. Da primeira Mestra, ou Diretora das Educandas
- CAP. II. Danos, que resultarão da ordinaria educação das filhas
- CAP. III. Dos primeiros fundamentos da educação
- CAP. IV. Instrução dos primeiros principios da Religião
- CAP. V. Instrução dos meios necessarios para bem obrar
- CAP. VI. Instrução para prezervar as Educandas dos defeitos ordinarios do seu sexo
- CAP. VII. Instrução sobre os empregos proprios das Maens de Familias
- CAP. VIII. Da Mestra das primeiras letras
- CAP. IX. Da Mestra de cozer, e bordar
- CAP. X. Do emprego do tempo, e destribuição das óras a respeito das Educandas
- CAP. XI. Das qualidades, que devem ter as Educandas para serem admitidas
- CAP. XII. Do modo de regular a entrada, e a saida das Educandas
- CAP. XIII. Dos vestidos das educandas
- CAP. XIV. De como deveria ser tratadas as educandas nas doensas
- CAP. XV. Das licensas para os divertimentos das educandas

**ESTATUTOS**  
DO  
RECOLHIMENTO  
DE  
**N. SENHORA DA GLORIA**  
DO LUGAR DA BOA-VISTA  
DE PARNAMBUCO:  
ORDENADOS POR  
**D. JOZÉ JOAQUIM DA CUNHA**  
DE AZEREDO COUTINHO,  
BISPO DE PARNAMBUCO  
DO CONSELHO DE S. Magestade Fidelissima;



L I S B O A  
NA TIPOGRAFIA DA ACAD. R. DAS SIENCIAS:  
1798.  
*Com licença da Meza do Dezembargo do Paço.*

*de N. S. da Gloria de Pernambuco.* 99

seja por pouco tempo, deve reflectir para dentro de si mesma, e vêr, que tem uma alma immortal, mas unida a um corpo mortal, do qual algum dia se áde desunir; que um momento ultimo, em que a alma se áde separar do corpo, é o que áde decidir da sorte de cada um para uma eternidade felis, ou infelis, e que por isto não basta aprender a bem viver, mas tambem é necessario aprender a bem morrer; que a morte vem na óra, em que menos se espera, e que contra ella não é causaõ segura a mocidade, nem ainda a saude mais forte, e mais robusta.

## C Á P I T U L O VIII.

*Da Mestre das primeiras letras.*

**A** Mestre das primeiras letras deve ser uma Recolhida dotada de virtude, e probidade, e que saiba executar bem o seu officio. Esta Mestre terá o quarto lugar na ordem das precedencias, e a sua abitacaõ no Dormitorio das Educandas no fim, ou em um dos limites dele, em cêla opposta á da Directora, para estar mais pronta para vigiar, e instruir as suas Discipulas, e para ajudar no que puder, como boa companheira, a primeira Mestre, e Directora, e fazer as suas vezes nas ocaziões, em que ella estiver legitimamente impedida.

Ao seu officio pertence ensinar a lêr, escrever, e contar, o que deve fazer com toda a perfeiçaõ, e muita caridade; lembrando-se do tempo que foi Discipula, e que é necessario ter muita paciencia, e

N ii . amor

amor ; por quanto cuida de plantas muito tenras , e de natureza muito melindrosa : e por este trabalho terá de Deus o premio , dirigindo a Ele todas as suas intensões ; e ás óras determinadas , fará final com a campa , que será propria do seu dormitório , para irem as Educandas para as aulas , donde não sairão , senão depois de findo o tempo para ellas estabelecido , como ao diante se dirá.

*Quanto á arte de ler.*

Dará duas vezes no dia lição de ler ás suas Discipulas , uma de manhã , outra de tarde ; fazendo que ellas conheçam distintamente todas as letras , assim do alfabeto como do algarismo : e para que ellas aprendam com gosto , lhes fará das cartas do alfabeto , como quatro baralhos de cartas de jogar , em papeis mais pequenos ; um dos quaes contenha tantas cartas , quantas letras tem o alfabeto , cada uma com a sua letra escrita com os caracteres pequenos : outro baralho feito da mesma fórma com todas as letras escritas com os caracteres grandes , ou iniciaes ; o terceiro , que contenha o mesmo alfabeto , escrito com os caracteres da letra Romana , ou de imprensa ; o quarto composto de três cartas , em as quaes da mesma sorte estejam escritas separadamente as três letras do algarismo. Com estes baralhos , cada um por sua vez , como com uma especie de jogo , que lhe faça suave o trabalho do estudo , as irá exercitando no conhecimento das letras : propondo alguns pequenos

nos premios para aquelas, que ganharem, ou souberem conhecer bem as letras.

Depois de conhecerem as Discipulas distintamente as letras todas do alfabeto por suas diversas figuras, e com a diferenca, que á entre as consoantes, e vogaes; as irá ensinando a ajuntar de duas em duas, consoante, e vogal; logo de tres em tres, e finalmente de quatro em quatro: e axando-as niso bem exercitadas, lhes dará cartas, que contenhaõ palavras, ou nomes inteiros, dando-lhes ao principio lisões pequenas, depois maiores á proporção da capacidade de cada uma; depois cartas, ou escritos serios, que naõ contenhaõ asuntos, que arruinem a simplicidade das Meninas, ensinando-lhes entaõ a conhecer os breves, que comumente se uzaõ na escrita vulgar; e finalmente lisões por livros de doutrina, e de moral, em que aprendaõ a ler com desembaraço a letra da imprensa, e ao mesmo tempo a bem servir a Deus, e ao proximo.

Nas lisões de ler porá a Mestra muito cuidado em evitar nas suas Discipulas tres vicios, ou defeitos, em que se abituao muitas por descuido de quem as ensinou. O primeiro é no pronunciar das palavras o inverter em algumas a ordem das letras como por exemplo *brefo* em lugar de *berfo*: *cra-vaõ* em lugar de *carvaõ*: outras vezes suprimindo no meio das palavras algumas letras, como *tcado* em lugar de *telbado*: *fio* em lugar de *filbo*: outras suprimindo a letra ultima principalmente no número plural, e nos nomes, que acabaõ em agudo como *muitas flore* em lugar de *muitas flores*; *Portugá* em lugar  
de

*de Portugal &c.* O segundo defeito em que muitas ficas é o ler sempre duvidando, ou como soletrando cada palavra, fazendo assim defeituoziſſima a leitura, e impercetivel o que dizem; ainda quando elas ſão expeditas no falar. O terceiro é o modo, e tom de ler como cantando, e ás vezes fazendo ſair o ſom pelos narizes: o que tudo procede do coſtume, que tomáraſ nas aulas por negligencia das Meſtras, que não as ſouberaſ corrigir de ſemelhantes defeitos.

*Quanto á arte de escrever.*

Logo que a Menina ſouber ler eſcritos ſem a neceſſidade de ſoletrar as palavras; a Meſtra a fará ir eſcrevendo primeiramente aſtes direitas, e grandes, depois pequenas, tudo dentro de dois regradados; eſtando a Menina deſembaraſada em formar aſtes direitas, a Meſtra lhe ensinará a formar as meſmas aſtes acabando-as com finos para ſima, logo depois a formar a letra *c* entre dois regradados, até que a veja niſo expedita; e finalmente a formar da aſte, e do *c* todas as letras do alfabeto principiando pelo *a* formado de um *c* e de uma pequena aſte com ſeu fino. E para que ſe aperfeiſoe no eſcrever lhe dará exemplares de letras de bom carater, para que ela os vá imitando; e nas ocaſiões de revista de eſcrita terá ſempre advertencia de dar o louvor, ou repreenſaſ, que cada uma merecer.

Antes de ſindar o ensino da eſcrita, que não é de pequeno trabalho, e que neceſſita de muita paciencia;

cia ; a Mestra as ensinará a escolher , e aparar as penas , instruindo-as na maior difficuldade do aparo delas , e exercitando-as bem niso , como tambem em escreverem por um só regrado com igualdade das letras , e linhas direitas , que muito aformozeia a escrita. Além disto lhes dará as regras para o uzo das virgulas , e pontos finaes ; dos pontos de interrogação , e de admiração , e dos parentesis ; fazendo-as ver nos escritos , e cartas , o uzo e serventia deles ; não deixando jámais de lhes advirtir , e emendar os erros mais ordinarios da Orthografia , que deve ser a mais simples , escrevendo como se fala ; e os erros da Gramatica , como são os de uzar de um tempo por outro , de um genero , ou de um numero por outro : e as fará algumas vezes escrever cartas politicas a seus Pais , e Irmãos , para nelas lhes notar , e emendar os seus erros ; e lhes ensinar a uzar dos termos proprios para explicarem os seus pensamentos com ordem , e clareza , e de um modo breve , e concizo ; cortando-lhes as palavras , ou periodos , que forem superfluos.

*Quanto á arte de contar.*

A Mestra quando vir , que as suas Discipulas tem vencido a difficuldade de ler , e que já vão lendo escritos por seu proprio trabalho ; as fará dar lições de taboada pelo modo seguinte : primeiramente ensinará a ler as regras da taboada por lições breves , e seguidas fóra da aula ; não permitindo porém que passem de uma lição a outra , sem

terem

terem bem decorado a primeira ; e assim proseguirão gradualmente até darem conta de toda ella decorada ; o que igualmente se fará com as lições da unidade , dezena &c. Em terceiro lugar fará repetir a mesma taboada de memoria por lições maiores já pela ordem seguida , já pela ordem inversa , fazendo-lhes ao mesmo tempo perguntas foltas , para ver se entendem , o que estudáráo.

Vencido o trabalho de decorar a taboada , passará a ensinar-lhes a fazer as contas de somar , diminuir , multiplicar , e dividir ; fazendo-as comprehender as explicações de cada uma pelo metodo mais claro , e breve , que trazem as taboadas modernas : e posto que seja espinhozo para muita gente , maiormente para as mulheres , o estudo de fazer contas pela multiplicidade dos números , e diferente combinação deles ; contudo o uzo de as fazer aprendido desde a menor idade , junto com o socorro das regras , e explicações dos Mestres , diminue muito esta difficuldade , e fás adquirir o abito de executar com facilidade todas as especies de contas , como se vê por experiencia em muitas pessoas de ambos os sexos , as quaes pelo abito de fazer contas , são as que de ordinario fazem a boa ordem das cazas.

A Mestra das primeiras letras logo , que vir , que as suas Discipulas se adiantáo no ler , e escrever , lhes restringirá o tempo das lições de manhã até ás três horas ; e de tarde até ás quatro , mandando-as a essas horas para a segunda aula de cozer , e bordar ; por que na sua só ensinará a ler , escrever ,

*de N. S. da Gloria de Pernambuco.* 105

ver , e contar ; e na ultima meia óra do tempo da aula assim de manhã como de tarde lhes ensinará tambem a Doutrina Christã.

## CAPITULO IX.

*Da Mestre de cozer , e bordar.*

**A** Terceira Mestre das Educandas , que terá a preferencia do quinto lugar nos atos públicos da Comunidade , será pelas occupações proprias da sua aula o vivo retrato daquela mulher forte , que no Livro dos Proverbios descreve o Sabio trabalhando na lan , e no linho com a industria das suas mãos , não obstante ser ella rica , e nobre ; que endurece os seus braços com o trabalho ; que vende as suas obras , e do preço delas compra um campo , e nele planta uma vinha , onde vê com gosto quanto é util o seu commercio ; que abre a sua boca para a Sabedoria , e sobre a sua lingua se áxa a lei da suavidade ; que observa até os menores passos da sua familia , e não come o pão ocioza : uma mulher , que assim obra , e teme a Deus , esta é a que deve ser louvada. E esta tambem é a simplicidade dos costumes , e a industria da economia , e do trabalho , que dezejamos ver praticadas nesta aula , da qual ájaõ de sair tantas mulheres fortes dignas de ser louvadas , quantas forem as Educandas , que nella se instruirem.

A Mestre para evitar o espirito de confuzão , e de discordia , que cauzaõ os ajuntamentos sem  
O  
ordem,

ANEXO D – CATÁLOGO DE LIVROS EM PORTUGUEZ PUBLICADOS E Á VENDA  
EM CASA DE E. & H. LAEMMERT

**LIVROS EM PORTUGUEZ**

PUBLICADOS

E Á VENDA EM CASA DE

**E. & H. LAEMMERT**

**RIO DE JANEIRO**

**77 — RUA DA QUITANDA — 77**

NA BAHIA EM CASA DE

**JOSÉ EVARISTO BERNARDES**

**Rua Nova do Commercio, 27**

*I. Litteratura, Novellas, Romances,  
Historias,  
Composições Theatraes,  
e Livros de Divertimento e Recreio  
nas Sociedades.*

4 **A PYTHONISSA DE PARIS**  
**CARTAS DA CELEBRE CARTOMANTE**

M.<sup>lle</sup> LENOEMAND

de que ella se servia para predizer os aconteci-  
mentos mais importantes do futuro. Foi ella

P. 60

1

Christãa, afim que deste modo se possa tornar digno d'Aquelle que com seu precioso sangue remio os peccadores.

## VIDA

E

DOLOROSA PAIXÃO DE N. SENHOR E SALVADOR

## JESUS CHRISTO

narrada á mocidade. Compillada por H. A. Pinto ; adornada com oito estampas finas, coloridas, representando vinte e quatro scenas. 1 vol. . . . . Rs. 1\$600

### VIII. *Obras de Educação, Instrucção e Recreio da Mocidade.*

- Arithmetica Elementar Commercial** contendo todas as operações da arithmetica e dos calculos commerciaes, acompanhados de um grande numero de exemplos e exercicios. 2\$000
- Breves Noções de Geographia Universal**, mui accrescentadas na parte respectiva ao Imperio do Brasil, para uso da mocidade estudiosa. 1 volume ornado com um grande mappa colorido dos globos. . . Rs. 1\$280
- Catechismo de Montpellier**, novissima edição, á qual se ajuntou um Compendio da Orthographia portugueza, um resumo de Arith-

A  
e  
r  
c  
o  
l  
i  
S  
d  
t  
r  
i  
c  
l  
e  
S

metica e um Tratado de Geographia universal. 1 vol. encadernado. . . Rs. 17000  
ou Rs. 1280 conforme a encadernação.

**Contos e historietas** de instrução e recreio dedicados á infancia de ambos os sexos, 1 volume brochado Rs. 1600. encadernado . . . . . Rs. 2000

**Escola Fundamental**, ou methodo facil para aprender a ler, escrever e contar, com os primeiros elementos da doutrina christã; util á mocidade que deseja plenamente instruir-se. Por um professor. Nova edição. 1 vol. brochado Rs. 1000, enc. Rs. 1400

**Expositor Portuguez**, ou Rudimentos de Ensino da Lingua Portugueza, por Luiz Francisco Midosi. 1 vol. com estampas. Rs. 1000 encadernado . . . . . Rs. 1280

**Historia de Simão de Nastua** ou o Mercador de feiras, obra do Sr. de Jussieu, trasladada por Araujo e Castro. 2 vols. enc. Rs. 2000

**Jardim da Mocidade** (o) ou Bibliotheca Romantica e Meral, e Contos e Historietas proprios a formar o coração e a inspirar o amor da virtude. Dedicado ás Mães de familia. 3 volumes, contendo a Capella do Bosque; o Pyrilampo, e o Folar. . . . . Rs. 1280

**O Livro Predilecto** da infancia de ambos os sexos, ou Novo Thesouro de Imagens, instructivo e recreativo, precedido de primeiras lições para se aprender a ler e contar. Adornado de 43 quadros ricamente coloridos, representando 61 lindissimos objectos diver-

**ANEXO E – PARTES QUE CONSTITUEM O CATECISMO DE MONTPELLIER**

**CATECISMO,  
OU  
COMPENDIO  
DA  
DOCTRINA CRISTÃ  
PARA USO DOS MENINOS**

---

**PRIMEIRA PARTE.**

LIÇÃO I.

Da felicidade do homem em geral.

LIÇÃO II.

De Deos.

LIÇÃO III.

Da Santissima Trindade.

LIÇÃO IV.

Da Creação do Mundo.

LIÇÃO V.

Dos Anjos, e dos Demonios

LIÇÃO VI.

Da Creação do Homem.

LIÇÃO VII.

De Adão, e Eva, e do seu peccado.

LIÇÃO VIII.

Castigo de Adão, e Eva.  
Peccado original.

LIÇÃO IX.

Da promessa do Messias, e da neces-  
sidade da sua vinda.

LIÇÃO X.

Do estado do Mundo até o Diluvio.

LIÇÃO XI.

Estado do Mundo depois do Diluvio  
até á formação do povo Judaico.

LIÇÃO XII.

Formação do Povo Judaico.

LIÇÃO XIII.

Das graças, que Deos fez aos  
Israelitas

LIÇÃO XIV.

Continuação da Lição precedente.

LIÇÃO XV.

Da ingratição dos Judeos.

LIÇÃO XVI.

Continuação da lição precedente.

LIÇÃO XVII.

Do estado do povo Gentio até á vin-  
da do Messias

LIÇÃO XVIII.

Da vinda do Messias, e da Encarna-  
ção do Filho de Deos

LIÇÃO XIX.

De Jesus Christo.

LIÇÃO XX.

Vinda de Jesu Christo.

LIÇÃO XXI.

Baptismo, Jejum, e tentação de  
Jesu Christo.

LIÇÃO XXII.

Continuação da Vida de Jesu Crhristo.

LIÇÃO XXIII.

Morte de Jesu Christo.

LIÇÃO XXIV.

Descida da Alma de Jesu Christo aos  
Infernos, e da sepultura do seu Corpo.

LIÇÃO XXV.

Ressurreição de Jesu Christo

LIÇÃO XXVI.

Ascensão de Jesu Christo.

LIÇÃO XXVII.

Descida do Espirito Santo, e prega-  
ção do Evangelho pelos Apostolos.

LIÇÃO XXVIII.  
Estabelecimento da religião Christã.

LIÇÃO XXIX.  
Da Igreja em geral.

LIÇÃO XXX.  
Dos Membros da Igreja da terra  
em geral.

LIÇÃO XXXI.  
Da Igreja da terra segundo o estado  
presente.

LIÇÃO XXXII.  
Dos caractéres da verdadeira Igreja  
Christã.

LIÇÃO XXXIII.  
Da Communhão dos Santos.

LIÇÃO XXXIV.  
Da remissão dos peccados.

LIÇÃO XXXV.  
Da Morte, e do Juizo particular.

LIÇÃO XXXVI.  
Do Fim do Mundo, da Ressurreição  
da carne, e da Vida, e Morte  
eterna.

LIÇÃO XXXVII.  
Do Symbolo dos Apostolos, que he o  
Compendio de tudo aquillo, que  
deixamos explicado.

## **PARTE SEGUNDA.**

LIÇÃO I.  
Idéa geral da vida Christã.

LIÇÃO II.  
Dos peccados em geral.

LIÇÃO III.  
Dos Peccados capitaés em particular,  
e das Virtudes oppostas a estes  
peccados.

## LIÇÃO IV.

Das Virtudes Theologaes, e primeiramente da Fé.

## LIÇÃO V.

Continuação da Lição precedente.

## LIÇÃO VI.

Da Esperança, e da Caridade.

## LIÇÃO VII.

Do amor ao proximo.

## LIÇÃO VIII.

Das virtudes Cardeaes, e Moraes.

## LIÇÃO IX.

Dos Mandamentos de Deos.

## LIÇÃO X.

Do primeiro Mandamento.

## LIÇÃO XI.

Continuação do primeiro Mandamento.

Da honra, que a Igreja dá aos Santos, ás relíquias, ás Cruzes, e ás Imagens.

## LIÇÃO XII.

Do segundo Mandamento.

## LIÇÃO XIII.

Do terceiro, e quarto Mandamento.

## LIÇÃO XIV.

Do quinto, e do sexto Mandamento

## LIÇÃO XV.

Dos quatro ultimos Mandamentos.

## LIÇÃO XVI.

Dos preceitos da Igreja.

## LIÇÃO XVII.

Continuação dos preceitos da Igreja.

LIÇÃO XVIII.  
Dos Conselhos Evangelicos, e das  
Oito Bemaventuranças.

**PARTE TERCEIRA.**

LIÇÃO I.  
Da Graça.

LIÇÃO II.  
Dos Sacramentos em geral.

LIÇÃO III.  
Do Baptismo.

LIÇÃO IV.  
Das promessas feitas no Baptismo.

LIÇÃO V.  
Da confirmação.

LIÇÃO VI.  
Da Eucharistia.

LIÇÃO VII.  
Continuação do Sacramento da Eu-  
charistia.

LIÇÃO VIII.  
Continuação do Sacramento da Eu-  
charistia.

LIÇÃO IX.  
Do Sacramento da Penitencia.

LIÇÃO X.  
Continuação do Sacramento da Penitencia.

LIÇÃO XI.  
Continuação do Sacramento da Penitencia.

LIÇÃO XII.  
Continuação do Sacramento da Penitencia.

LIÇÃO XIII.  
Continuação do Sacramento da Penitencia.

LIÇÃO XIV.  
Das Indugencias, e do Purgatorio.

## LIÇÃO XV.

Do Sacramento da extrema-Unção.

## LIÇÃO XVI.

Do Sacramento da Ordem, e do  
Matrimônio.

## LIÇÃO XVII.

Da Oração em geral.

## LIÇÃO XVIII.

Continuação da lição precedente.

## LIÇÃO XIX.

Do Santo Sacrifício da Missa

## LIÇÃO XX

Continuação do Sacrifício da Missa.

## LIÇÃO XXI

Continuação do Sacrifício da Missa.

## LIÇÃO XXII

Da Oração Dominical.

## LIÇÃO XXIII

Continuação da Oração Dominical.

## LIÇÃO XXIV.

Continuação da Oração Dominical

## CATECISMO

PEQUENO (p.189)

PARA OS MENINOS, QUE AINDA NÃO ESTÃO  
CONFIRMADOS.

Deve principiar-se, fazendo aprender / de cór aos meninos mais pequeno o / Padre nosso, a Ave Maria, o Credo, e a Confissão, fazendo-os pronunciar / distintamente todas as palavras, e apren- / der estas orações em Latim, e em Por- / tuguez. Acrescentar-se-há a isto os Man- / damentos de Deos, e da Igreja, e al- / gumas questões escolhidas do Catecismo / seguinte nestas cousas logo que soube- / rem falar, sem esperar que saibão ler. / Achar-se-hão estas orações no fim do Catecismo nas Preces para de manhã. / He precio tambem mandallos fazer o / sinal da Cruz todas as vezes que se / começa a perguntallo. /

O Catecismo seguinte pode fazer-se / aprender todo aos meninos, que tem cin- / co, ou seis annos. [p.189]

## LIÇÃO I À LIÇÃO XIX

## COMPENDIO

## DA FE',

Que deve ler-se nas Igrejas Paroquiaes  
todos os Domingo á Estação.

(p.239)

ORAÇÕES PARA DE MANHÃ.

ORAÇÕES PARA DE MANHÃ.  
Abbreviada.

Mandamentos de Deos.

ORAÇÕES PARA A NOITE.

ORAÇÕES PARA A NOITE.

Modo de ajudar á Missa ao uso da  
Igreja Romana.